

# TERRITÓRIOS DO TURISMO

Perspectivas de passados, presentes e futuros possíveis

AMANDA DANELLI COSTA  
MARCELA DO NASCIMENTO PADILHA  
THIAGO FERREIRA PINHEIRO DIAS PEREIRA  
(organizadores)



2021

# **TERRITÓRIOS DO TURISMO**

*Perspectivas de passados, presentes e futuros possíveis*



# TERRITÓRIOS DO TURISMO

*Perspectivas de passados, presentes e futuros possíveis*

---

AMANDA DANELLI COSTA

MARCELA DO NASCIMENTO PADILHA

THIAGO FERREIRA PINHEIRO DIAS PEREIRA

(organizadores)



## Editora IOLE / EDTur

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



### EXPEDIENTE

#### Revisão

Francisleile Lima Nascimento  
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

#### Capa

Abinadabe Pascoal dos Santos  
Elói Martins Senhoras

#### Projeto Gráfico e

#### Diagramação

Elói Martins Senhoras  
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

#### Conselho Editorial

Abigail Pascoal dos Santos  
Charles Pennafort  
Claudete de Castro Silva Vitte  
Elói Martins Senhoras  
Fabiano de Araújo Moreira  
Julio Burdman  
Marcos Antônio Fávaro Martins  
Rozane Pereira Ignácio  
Patrícia Nasser de Carvalho  
Simone Rodrigues Batista Mendes  
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

### DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Co1 COSTA, Amanda Danelli; PADILHA, Marcela do Nascimento; PEREIRA, Thiago Ferreira Pinheiro Dias (organizadores).

Territórios do Turismo: perspectivas de passados, presentes e futuros possíveis. Boa Vista: Editora IOLE / Rio de Janeiro: EdTur, 2021, 327 p.

Série: Turismo. Editores: Elói Martins Senhoras; Vitor Stuart Gabriel de Pieri.

ISBN: 978-65-993758-8-0  
<http://doi.org/10.5281/zenodo.5057514>

1 - Brasil. 2 - História. 3 - Teoria. 4 - Turismo.  
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Turismo. IV - Série

CDD – 654

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



## EDITORIAL

A editora IOLE e a Editora do Departamento de Turismo (EDTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) têm o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações desenvolvidas em parceria pela editora IOLE e a EDTur têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* no campo epistemológico do Turismo e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da EDTur ou da editora IOLE, sendo esta responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro é publicado em parceria pelas editoras IOLE e EDTur nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

*Prof. Dr. Elói Martins Senhoras*

*Prof. Dr. Vitor Stuart Gabriel de Pieri*





## PREFÁCIO

“É, Rio de Janeiro é só um estado  
Sem pretensão que se conserte o errado (não)  
É o círculo, difícil escolher lado  
Pão e circo pros menos alienados  
É roupa, tênis caro e alguns trocado  
Ahn, fora do foco da lente é meu ponto cego  
No foco da grana meu ponto certo  
Um acervo só de acerto e eu nem prego”

*São Paulo do Rio de Janeiro*

(Rapper FROID, que é de Minas Gerais, 2020)

Minha querida colega e amiga, Marcela Padilha, em meados de maio, me envia uma mensagem de áudio. Até então não era surpresa nenhuma, dado que construímos uma proximidade profissional bastante intensa nestes últimos três anos, desde que em 2018 ela se inscreveu no nosso programa de pós-doutoramento na USP Leste. No entanto, ao ouvir a mensagem, me deparo com um convite que me fez ficar extremamente lisonjeado e preocupado no mesmo nível: como assim fazer o prefácio de uma obra tão importante e que demarca a trajetória de dez anos de um departamento que há de ser ainda maior do que já é? Como assim, prefaciando um livro escrito por meio da excelência de colegas professores que teimam em fazer da Universidade algo maior do que ela tem sido neste país? Por um momento, de forma muito sincera, estive por recusar tal honraria.

No entanto, acabei convencido por ela e por outros colegas, com os quais pude ao longo destes últimos três anos estreitar relações. Me refiro aqui obviamente não apenas ao professor e amigo



Vitor de Pieri, que aprendi a admirar enquanto estudante e hoje ainda mais como colega de profissão. Vitor cometeu a insanidade de cursar uma graduação “toda diferente” num momento em que já praticamente terminava o seu doutoramento em Geografia. Sua presença em minha sala de aulas foi sempre muito bem-vinda e agregava sobremaneira às discussões com jovens que estavam ali na sua primeira graduação no curso de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Vibrei demais com o fato dele ter levado a bom termo o curso e se graduado e ainda mais quando num determinado dia atendo a um telefonema seu me dizendo que acabara de ser aprovado para lecionar no Departamento de Turismo da UERJ. Um sentimento de felicidade exalava de suas palavras e obviamente me emocionei junto com ele. Estava dada uma excelente possibilidade de parcerias futuras, que tem acontecido e sido bastante proveitosas. Assim, acabei por conhecer um pouco mais do excelente trabalho do colega Rafael Fortunato por meio da ideia de um “Turismo Solidário” que me toca de maneira profunda também e com a qual tento dialogar na disciplina de “Sociologia do Lazer e do Turismo” que tenho ministrado aqui em São Paulo. Conheci também Cleber Castro e com ele nossos diálogos foram avançando para o tema do uso “ambientalmente adequado” dos rios, represas e outros recursos hídricos que se prestem às atividades recreativas e turísticas. Quanto há por se fazer em todos estes campos aqui citados? Quanto há por construirmos de conhecimento sobre estes diversos aspectos que tocam nos campos do “lazer e turismo”?

Ao olhar para cada capítulo deste livro certamente o leitor irá se deparar com uma diversidade temática e profundidade que impressionam: discute-se aqui, por meio de reflexões potentes e embasadas, desde o turismo sexual até o turismo religioso, passando ainda pelas festas, eventos, réveillon, Copacabana, umbanda, fotografia, cidade, alteridade, turismo pedagógico, geoturismo, drogas, turismo canábico, geoética, direitos humanos, relações

internacionais, pandemia e governança. Vejam se não é um mundo a ser descoberto todas estas interfaces possíveis do turismo e da busca de “diversão” ou “devoção”? Se há algo que me mantém firme no propósito de formar pessoas para este campo de intervenção profissional é justamente essa multiplicidade de relações sociais que estão escancaradas (ou por vezes escondidas), mas que moldam as viagens e os lazeres. Tudo isso diz muito sobre nós, sobre cada uma de nossas culturas multifacetadas, sejam elas mundializadas ou dentro de nossa territorialidade mais próxima.

Nesse sentido, minha felicidade ao poder ler cada um dos ensaios aqui apresentados é não apenas por notar essa abrangência e diversidade, mas por saber que é justamente a partir dela que poderemos ter um país melhor. Se essa pluralidade pode se mostrar tão clara e transparente nestes dez anos do curso de Turismo da UERJ, isso talvez seja um dos melhores e mais potentes indicativos de que caminham no sentido da construção de uma Universidade Pública socialmente referenciada, aliás como tem sido a nossa irmã UERJ desde os anos de 1950. Nossa luta tem sido por construir essa Universidade Brasileira na qual de fato o ensino, a pesquisa e a extensão comunitária tenha vínculo com nossos problemas sociais mais profundos. É assim que acreditamos numa universidade para além da universidade operacional, aquela que se pauta apenas pelas “demandas” de “mercado”. Ao ler estes textos posso imaginar o tamanho da contribuição que a UERJ e em especial o Departamento de Turismo tem dado neste sentido. Seja na graduação ou na pós-graduação, seja em Teresópolis ou na cidade do Rio de Janeiro - conjugando ensino, pesquisa e extensão - o fato é que nosso campo de conhecimento ainda terá muito o que fazer por este país e certamente a UERJ continuará a dar sua mais valorosa contribuição. Espero que a USP também acompanhe esse processo e possamos ter cada vez mais projetos conjuntos. Avante, colegas da Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro! Há muito ainda a ser escrito sobre essa história que está apenas no início.

“O meu pai era paulista  
Meu avô, pernambucano  
O meu bisavô, mineiro  
Meu tataravô, baiano  
Meu maestro soberano  
Foi Antonio Brasileiro

Foi Antonio Brasileiro  
Quem soprou esta toada  
Que cobri de redondilhas  
Pra seguir minha jornada  
E com a vista enevoada  
Ver o inferno e maravilhas

Nessas tortuosas trilhas  
A viola me redime  
Creia, ilustre cavalheiro  
Contra fel, moléstia, crime  
Use Dorival Caymmi  
Vá de Jackson do Pandeiro

Vi cidades, vi dinheiro  
Bandoleiros, vi hospícios  
Moças feito passarinho  
Avoando de edifícios  
Fume Ary, cheire Vinícius  
Beba Nelson Cavaquinho

Para um coração mesquinho  
Contra a solidão agreste  
Luiz Gonzaga é tiro certo  
Pixinguinha é inconteste  
Tome Noel, Cartola, Orestes  
Caetano e João Gilberto

Viva Erasmo, Ben, Roberto  
Gil e Hermeto, palmas para  
Todos os instrumentistas  
Salve Edu, Bituca, Nara

Gal, Bethania, Rita, Clara  
Evoé, jovens a vista

O meu pai era paulista  
Meu avô pernambucano  
O meu bisavô, mineiro  
Meu tataravô baiano  
Vou na estrada há muitos anos  
Sou um artista brasileiro”

*Paratodos* (Chico Buarque, 1993)

Para além de uma universidade operacional: celebrando a excelência na formação, pesquisa e extensão em Turismo do Rio de Janeiro!

**Prof. Dr. Reinaldo Pacheco**

*Escola de Artes, Ciências e Humanidades da  
Universidade de São Paulo (EACH/USP)*



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
CAPÍTULO 1   Geoética, Turismo Religioso e Direitos Humanos	23
CAPÍTULO 2   Experiência Urbana, Turística e Fotográfica: Encruzilhadas na História da Cidade do Rio de Janeiro	49
CAPÍTULO 3   Alteridade e Turismo	71
CAPÍTULO 4   Gestão de Destinos Turísticos: Reflexões sobre Abordagens de Planejamento e Desafios para a Sustentabilidade	93
CAPÍTULO 5   Percepção de Riscos Ambientais Associados ao Turismo em Teresópolis (RJ): (Des)Construindo o Imaginário Turístico Após o Megadesastre de 2011	119
CAPÍTULO 6   O Turismo no Contexto da Pandemia: Desafios de Governança e Sustentabilidade Frente à COVID-19	145

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 7  </b> Turismo Sexual: Conceitos e Consequências	<b>171</b>
<b>CAPÍTULO 8  </b> Por uma Escola Sem Muros: O Turismo Pedagógico como Ferramenta de Apoio à Educação Básica	<b>191</b>
<b>CAPÍTULO 9  </b> Desenvolvimento Turístico Integrado: Reflexões Teóricas e Metodológicas para o Planejamento do Turismo	<b>215</b>
<b>CAPÍTULO 10  </b> Botei meu Barquinho N'água: Réveillon, Copacabana e Iemanjá	<b>239</b>
<b>CAPÍTULO 11  </b> Reflexões sobre o Turismo de Drogas: Evidências, Desafios e Potencialidades no Mundo Contemporâneo	<b>263</b>
<b>CAPÍTULO 12  </b> As Relações Internacionais nos Estudos Turísticos: em Busca de Diálogos Conceituais	<b>297</b>
<b>SOBRE OS AUTORES  </b>	<b>317</b>

# **APRESENTAÇÃO**

---





## APRESENTAÇÃO

A presente coletânea comemora os primeiros 10 anos do bacharelado em Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, celebrado em agosto de 2020. O curso, que é parte do Instituto de Geografia, se desenvolveu assentado na interlocução entre ensino, pesquisa e extensão. Entre 2010 e 2019, se estabeleceu na cidade serrana de Teresópolis, tendo sido transferido para o campus Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, em agosto de 2019, onde segue desenvolvendo suas atividades. A multidisciplinaridade, uma das marcas dos bacharelados em Turismo, e o compromisso com o desenvolvimento de pesquisa e ações extensionistas estão refletidos nos doze capítulos que estruturam o livro, frutos do trabalho de alguns dos docentes que têm ou tiveram vínculo com o bacharelado em Turismo da UERJ na sua primeira década de existência.

Alberto Pereira dos Santos, em “Geoética, turismo religioso e direitos humanos”, nos apresenta um texto escrito a partir do encontro entre seus caminhos percorridos antes e após o seu ingresso como professor do Departamento de Turismo da UERJ. Envolve, portanto, os temas de sua tese de Doutorado - Geoética, da primeira disciplina eletiva que ministrou no curso de Bacharelado em Turismo – Turismo Religioso – e também da sua pesquisa de Pós-Doutorado – Direitos Humanos. Dessa forma, o autor traz um texto que envolve questões delicadas, porém com uma redação leve e fluida sem, com isso, abrir mão da rigidez científica.

Amanda Danelli Costa, em “Experiência urbana, turística e fotográfica nas encruzilhadas da história da cidade do Rio de Janeiro”, revisita a história da cidade do Rio de Janeiro desde a sua fundação até a *belle époque*, explorando as relações entre a história dessa antiga cidade-capital e sua cultura urbana, abrindo, assim,

possibilidades para uma experiência turística e fotográfica sensíveis às especificidades cariocas que se forjam em suas ruas e traduzem seu espírito. O ensaio, ora apresentado, foi o primeiro exercício de aproximação entre os estudos de História do Rio de Janeiro, que a autora perseguiu ao longo de sua formação como historiadora, e as reflexões sobre o turismo, que despontaram quando se inseriu como docente do bacharelado em Turismo da UERJ. Desses primeiros passos, dados há dez anos, frutificaram pesquisas interessadas na formação e transformação da imagem turística do Rio de Janeiro.

Em “Alteridade e turismo”, Beatriz Fernandes Caldas se propõe investigar os discursos sobre turismo e alteridade suscitados pela atividade turística. Desenvolve sua argumentação dentro do arcabouço teórico da Análise do Discurso pecheutiana a partir de vários enunciados definidores de turismo ao longo do século XX. Nessa perspectiva, procura fazer um levantamento historiográfico do turismo a partir da análise das sequências discursivas recortadas e tece considerações sobre a alteridade como fator de sedução dentro da prática do turismo, inserido dentro deste discurso e também tangenciado por vários outros discursos que se mesclam, sobrepõem e seguem em contínua movência dentro das atividades sociais.

Clara Carvalho de Lemos, em “Gestão de destinos turísticos: reflexões sobre abordagens de planejamento e desafios para a sustentabilidade”, se propõe a apresentar, de maneira organizada e sintética, algumas das principais discussões que desenvolve com seus alunos na disciplina de Gestão de Destinos Turísticos, a qual ministra no curso de Bacharelado em Turismo da UERJ. De maneira interdisciplinar e crítica, reflete sobre as relações entre turismo e desenvolvimento; sobre as abordagens de planejamento, planos, estratégias e limites para o crescimento do turismo; bem como sobre a importância da gestão local, da participação da esfera privada e do papel do estado. Seu trabalho apresenta, portanto, relevantes

contribuições para as discussões relativas ao planejamento e sustentabilidade na gestão de destinos turísticos.

Cleber Marques de Castro, em “Percepção de riscos ambientais associados ao turismo em Teresópolis (RJ): (des)construindo o imaginário turístico após o megadesastre de 2011”, apresenta uma discussão sobre a percepção de riscos ambientais associados ao turismo no município de Teresópolis (RJ) pela população e pelo setor hoteleiro, além de refletir sobre a (des)construção de um imaginário turístico em um momento posterior ao megadesastre ocorrido em 2011. Este trabalho ilustra parte dos resultados do projeto de pesquisa desenvolvido pelo autor, enquanto foi professor do Departamento de Turismo da UERJ (2012-2018), período no qual desempenhou relevante papel no processo de consolidação do curso. Em seu texto, aborda o turismo como um campo interdisciplinar e traz importantes questões relativas aos riscos, crises e a relação com o turismo; aos aspectos metodológicos para estudos de percepção ambiental; aos mapeamentos turísticos participativos; ao papel das comunidades no planejamento e na organização do setor turístico e; às estratégias de construção de uma imagem e de produtos turísticos locais.

Em “O turismo no contexto da pandemia: desafios de governança e sustentabilidade frente à COVID-19”, Gabriel de Sena Jardim e Clara Carvalho de Lemos desenvolvem um capítulo, no qual discutem os desafios de governança e sustentabilidade no turismo, no contexto da pandemia de COVID-19; um debate atual, relevante e conectado com as questões do mundo contemporâneo. Dessa forma, apresentam um panorama geral dos impactos da crise para o desenvolvimento do turismo no Brasil e, de maneira crítica, refletem sobre o papel do turismo nas crises ambiental e climática, tanto como causador de impactos, como uma atividade que pode oferecer oportunidades, alternativas e processos menos predatórios,

levando a valorização e proteção dos patrimônios culturais e naturais.

Leandro Souza Moura, em “Turismo sexual: conceitos e consequências”, contribui para a produção de esclarecimentos sobre o que é o turismo sexual, ajudando-nos a compreender a necessidade de combate a essa prática. Para tanto, o autor explora os contextos político, econômico e social nos quais o turismo sexual se desenrola. O capítulo é construído de modo que o leitor percorra uma análise que contempla a conceituação de turismo sexual, o olhar do estrangeiro e do nativo sobre o turismo sexual, bem como uma avaliação da vulnerabilidade social, do aliciamento e, por conseguinte, dos impactos causados pelo turismo sexual.

Marcela do Nascimento Padilha, em “Por uma escola sem muros: O turismo pedagógico como ferramenta de apoio à educação básica”, apresenta a trajetória do Projeto de Extensão Ir e Ver: Turismo Pedagógico, do Departamento de Turismo da UERJ, criado em 2012, logo após o seu ingresso na instituição. O objetivo principal do projeto é oferecer a profissionais e estudantes de escolas de educação básica uma metodologia para a realização da atividade de Turismo Pedagógico, que propõe apresentar o município aos seus cidadãos em formação escolar, promovendo o encontro da teoria da sala de aula com a realidade observada e, assim, buscar a construção do conhecimento por meio do encantamento dos estudantes.

Em “Desenvolvimento turístico integrado: reflexões teóricas e metodológicas para o planejamento do turismo”, Rafael Ângelo Fortunato nos traz uma abordagem crítica do planejamento turístico ao propor que esta atividade seja pensada tendo como foco o Desenvolvimento Territorial Integrado, baseado na metodologia dos 6 V's, capaz de promover um verdadeiro desenvolvimento do setor por meio da elaboração de políticas públicas inovadoras que sejam capazes de atuar sobre o território e suas particularidades e, assim,

beneficiarem todos os sujeitos envolvidos, evitando a segregação socioespacial de turistas e residentes e problemas socioambientais.

Roberto Vilela Elias e Ricardo Ferreira Freitas, em “Botei meu barquinho n’água: réveillon, Copacabana e Iemanjá”, trazem à tona as origens do réveillon de Copacabana, colocando os festejos de passagem de ano em perspectiva histórica, e exploram a magnitude de sua importância dentre as festividades de Ano Novo na cidade do Rio de Janeiro. Os autores mobilizaram dados históricos e jornalísticos, mas também análises sobre a construção da vida litorânea no Rio e a invenção de Copacabana como balneário abastado, bem como observaram a influência das religiões de matriz africana para a conformação desse produto turístico, que é um dos principais eventos cariocas.

Em “Reflexões sobre o turismo de drogas: evidências, desafios e potencialidades no mundo contemporâneo”, Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira apresenta, de forma resumida, alguns dos resultados de suas pesquisas sobre Turismo de Drogas, realizadas no Departamento de Turismo da UERJ, desde 2012. Ao abordar conceitos e definições; um breve histórico e evidências associadas a esse novo segmento; as possíveis relações entre o turismo de drogas e os segmentos turísticos estipulados pela OMT; os principais destinos já consolidados; o papel do turismo canábico; uma proposta de uma nova definição e; os desafios e potencialidades encontrados no mundo contemporâneo, tem como objetivo principal a introdução desse debate no universo brasileiro, contribuindo, portanto, para a construção de bases teórico-conceituais necessárias para uma abordagem crítica e científica para essa nova e incipiente temática.

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, em “As Relações Internacionais nos estudos turísticos: em busca de diálogos conceituais”, nos apresenta um trabalho que também possui relação direta com o caminho que seguiu no Departamento de Turismo da UERJ. A

parceria entre Turismo e Relações Internacionais se faz presente tanto em suas aulas na graduação em Turismo e na pós-graduação em Desenvolvimento Territorial, quanto em suas pesquisas. E neste sentido, Vitor de Pieri nos mostra em seu capítulo a importância da inclusão de debates acerca da Macroeconomia, da Política Externa, da Integração Regional e da Segurança Internacional na formação dos bacharéis e bacharelas em Turismo.

**Amanda Danelli Costa**  
**Marcela do Nascimento Padilha**  
**Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira**  
*(organizadores)*

# **CAPÍTULO 1**

---

*Geoética, Turismo Religioso e Direitos Humanos*





## **GEOÉTICA, TURISMO RELIGIOSO E DIREITOS HUMANOS**

*Alberto Pereira dos Santos*

Quero iniciar este escrito com a música “Futuros Amantes”,  
de Chico Buarque (1993):

Não se afobe, não  
Que nada é pra já  
O amor não tem pressa  
Ele pode esperar em silêncio  
Num fundo de armário  
Na posta-restante  
Milênios, milênios, no ar

E quem sabe, então  
O Rio será  
Alguma cidade submersa  
Os escafandristas virão  
Explorar sua casa  
Seu quarto, suas coisas  
Sua alma, desvãos

Sábios em vão  
Tentarão decifrar  
O eco de antigas palavras  
Fragmentos de cartas, poemas  
Mentiras, retratos  
Vestígios de estranha civilização

Não se afobe, não  
Que nada é pra já  
Amores serão sempre amáveis  
Futuros amantes, quiçá

Se amarão sem saber  
Com o amor que eu um dia  
Deixei pra você

O título deste capítulo “*Geoética, Turismo Religioso e Direitos Humanos*” tem a ver com minha trajetória como Professor Adjunto no Departamento de Turismo (DTUR), do Instituto de Geografia (IGEOP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), deste setembro de 2011. *Geoética* é o subtítulo de minha tese de doutorado; *Turismo Religioso* é uma das disciplinas de graduação com as quais tenho atuado no ensino, pesquisa e orientações; *Geografia e Direitos Humanos* é o tema de minha pesquisa de pós-doutorado, do projeto de Extensão e também uma das linhas de pesquisa e disciplina com a qual atuo no Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo-UERJ.

O objetivo deste escrito é refletir, sucintamente, a respeito de nossa atuação na UERJ, como parte do memorial da história de dez anos do DTUR. Quanto ao método, por compromisso ético com a pesquisa e respeito às exigências acadêmicas no processo de produção científica em ciências humanas, esclareço ao leitor que escrevo este texto usando o verbo na primeira pessoa por se tratar de um sucinto memorial comemorativo.

Em qualquer época, contexto histórico, cenário geopolítico, sobretudo neste tempo de pandemia COVID-19, *a Ética e a pesquisa científica* são instrumentos dentre os melhores remédios ou vacinas para combater o “vírus da mentira e/ou do fake news”.

Publicar um artigo em período científico é sofrível, demorado, exige a submissão à avaliação externa de outros pesquisadores experientes, qualificados e rigorosos acerca dos critérios acadêmicos. Esse processo, porém, é necessário e também faz parte da Democracia.

Nesse sentido, peço a gentileza aos leitores e leitoras – caso tenham interesse na pesquisa e investigação científica acerca das reflexões aqui sintetizadas –, de buscarem nas fontes bibliográficas citadas e indicadas nas pesquisas de mestrado, doutorado, pós-doutorado e nos artigos de nossa autoria publicados em periódicos científicos das áreas de geografia, turismo e educação indicados nas referências deste capítulo (SANTOS, 1999; 2002; 2004; 2007; 2008; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2017; 2018; 2019; 2020).

Meu ingresso se deu em setembro de 2011, após a realização do concurso público de provas e títulos em junho daquele ano. Em quase uma década de atuação no DTUR, além de professor comprometido com o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, também fui testemunha ocular de muitos fatos geopolíticos inusitados, da macro à *microfísica do poder* (FOUCAULT, 1979). É no mínimo estarrecedor constatar que o “Brazil 2020”, da pandemia COVID-19, nada se parece com o Brasil protagonista nas relações internacionais de uma década atrás.

Qual foi minha trajetória antes de chegar no DTUR? A resposta ou a história é longa, porque nasci em novembro de 1965 e atuei quase vinte anos – de 1990 a 2009 – no ensino de geografia na Educação Básica, concomitante com o Ensino Superior, na cidade de São Paulo. Tentarei, porém, sintetizar destacando alguns aspectos dessa trajetória acadêmica profissional.

Geografia e Turismo são duas áreas de conhecimento que se imbricam, e isso contribuiu para minha caminhada em reflexões, leituras e posteriormente atuação no DTUR. Lembro-me que em 1994, quando estava iniciando o mestrado em geografia humana no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – USP –, tive a sorte e oportunidade de participar de um pequeno grupo de estudo com a temática *geografia e religião*, sob a coordenação da professora Maria Cecília França, autora pioneira da “Geografia da Religião” com a tese *“Pequenos centros paulistas de função*

*religiosa*”, defendida em 1972. Nesse grupo de estudo conheci o colega geógrafo Christian Denys Monteiro de Oliveira que estava iniciando o doutorado com o tema de pesquisa acerca da Basílica de Aparecida, numa perspectiva do *turismo religioso*, sob a orientação da professora Adyr Balastrieri Rodrigues, geógrafa brasileira pioneira nas pesquisas de *Geografia do Turismo*.

Mais tarde, entre 2005 e 2010, na Universidade Guarulhos – UnG – tive oportunidades de diálogos e reuniões com a diretora do curso de Turismo daquela instituição que, semestralmente, nos solicitava professores do curso de Geografia – do qual fui diretor – para ministrar as aulas de Geografia do Turismo no curso bacharelado em Turismo.

**Figura 1 – Dedo de Deus (Teresópolis – RJ)**



Fonte: Arquivo do autor.

Em 2011 fui aprovado em 2º lugar com nota 8,5 (o 1º lugar com 8,7) no concurso público para o curso de bacharelado em Turismo da UNESP de Rosana, interior do estado de São Paulo. Entretanto, quis o destino ou o “*Dedo de Deus*” apontou para o

Departamento de Turismo da UERJ, em Teresópolis, região serrana do estado do Rio de Janeiro<sup>1</sup>.

No concurso público para professor adjunto do DTUR-UERJ, em julho de 2011, os temas sorteados foram “Geoecologia e ecossistemas brasileiros” (prova escrita) e “Organização e produção do turismo em espaços urbanos e rurais” (prova didática).

Tendo ingressado no DTUR assumi as disciplinas Turismo Religioso, Ética e Turismo, Produção do Espaço Turístico, algumas vezes ministrei Turismo e Relações Internacionais, entre outras disciplinas como Metodologia Científica e Ciência do Lazer.

No Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGEU- UERJ –, para os cursos de mestrado e doutorado, tenho um projeto de pesquisa intitulado “Geoética, Turismo, Religiosidades e Relações Internacionais”, cadastrado desde 2013 quando se deu meu ingresso nesse programa inicialmente como *docente colaborador*. A partir desse projeto de pesquisa, na perspectiva experimental, tenho ministrado as seguintes disciplinas eletivas: Geoética, Turismo e Relações Internacionais; Ensino de Geografia, Religiosidades e Relações Internacionais; Geografia e Direitos Humanos.

De setembro de 2011 até o momento, muitos eventos turísticos internacionais, fatos geopolíticos e históricos mundiais aconteceram no Brasil: JMJ Rio 2013 – Jornada Mundial da Juventude –; Copa do Mundo 2014; Olimpíadas em 2016; Pandemia COVID-19.

Contudo, fui testemunha ocular de um fato geopolítico e histórico relevante na história recente do Brasil: *Vem pra rua*. Lembro-me que numa sexta-feira de junho de 2013, a avenida principal da cidade de Teresópolis – sede inicial do curso de Turismo

---

<sup>1</sup> Minha eterna gratidão aos professores doutores Marcelo Sotratti, Gláucio Marafon e Miguel Angelo Ribeiro, respectivamente, Chefe do DTur, Diretor do IGEOG e presidente da banca examinadora do concurso, em julho de 2011, no qual fui aprovado em 1º lugar.

da UERJ – foi tomada pelas manifestações do movimento “Vem pra rua”. Estávamos na sala de aula, no segundo andar do prédio quando vimos o surpreendente e jamais visto antes contingente de pessoas com bandeiras, faixas e cartazes com frases contra a “corrupção” e também contra o Supremo Tribunal Federal - STF.

As necessidades sociais de Teresópolis, uma das cidades serranas do estado do Rio de Janeiro arrasadas pelas tragédias socioambientais de janeiro de 2011, eram enormes e urgentes, entretanto, foram catalisadas pelo cenário político nacional do movimento “Vem pra rua”. No fim da trincheira geopolítica os alvos eram os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado – Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Renan Calheiros (PMDB-AL), respectivamente – e a presidente da República Dilma Rousseff (PT-SP).

Após esta breve introdução, destaco que este capítulo foi organizado em três tópicos complementares: *Geoética para o bem Supremo da Terra; Turismo religioso, pesquisa e ensino no Rio de Janeiro; Direitos Humanos, Turismo e Relações Internacionais*. Esses tópicos perpassam o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão como compromisso profissional do *intelectual público* ou professor na Universidade Pública. Desse modo, tecerei sucintos comentários acerca de temas que tangenciam as preocupações teórico-práticas das disciplinas “Ética e Turismo”, “Turismo Religioso”, “Produção do Espaço Turístico”, “Turismo e Relações Internacionais” com as quais tenho atuando desde meu ingresso no DTUR.

O que aprendemos, o que ensinamos, o que pesquisamos, o que produzimos nestes dez anos de história do Curso de Bacharelado em Turismo? Essa é a questão central que norteia este escrito.

## GEOÉTICA PARA O BEM SUPREMO NA TERRA

Como refletir sobre a relação entre Ética e Turismo se não nos apropriarmos, minimamente, dos conceitos de *moral* e *ética*? E como praticar o *turismo sustentável* e o *ecoturismo* se não nos apropriarmos de uma visão que sinalize para uma Geoética do Bem Supremo na Terra?

Aristóteles define Ética como *Bem Supremo*. *Geoética* é a fusão entre Geografia e Ética, é um caminho ontológico e epistemológico engendrado ao longo da trajetória como professor de geografia ou geógrafo educador desde os anos 1990 e, mais tarde, no Ensino Superior na pós-graduação em Educação Ambiental (SANTOS, 2012; 2015).

Existimos e nossa existência, ou ontologia, exige que busquemos o conhecimento, o saber, a epistemologia. Não há nenhuma área da Ciência, nenhum pesquisador ou pesquisadora que exista fora do espaço, do território, do lugar, isto é, vivemos nesta Terra, nessa totalidade espacial ou espaço geográfico. E todas as pesquisas científicas implicam em questões humanas ou sociais, isto é, suscitam – em tese – indagações que perpassam ou se imbricam com a dimensão ética.

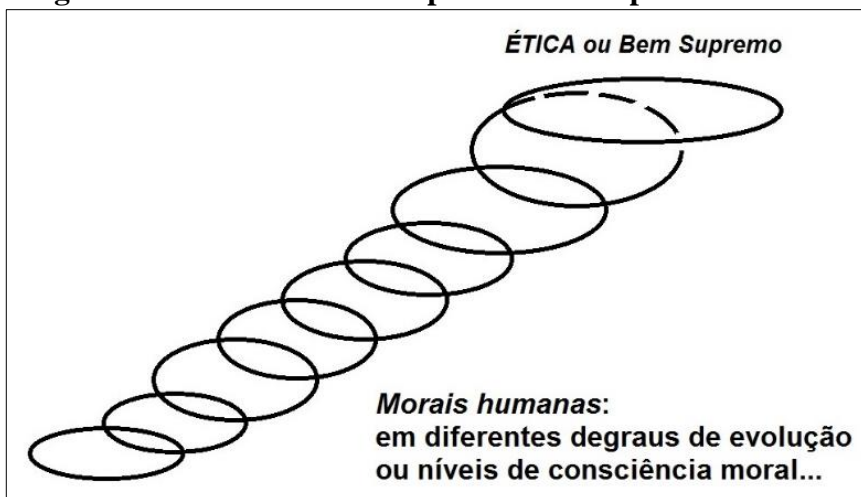
Muitos confundem Ética com *moral*, como se esses termos fossem sinônimos, a exemplo do equívoco em utilizar a expressão “ética neocolonial”, “ética capitalista”, “ética da competição”, “ética protestante”. Esses usos são, na verdade, tipo de morais, porque a moral é válida para um determinado grupo social – igrejas, partidos políticos, categorias profissionais, clube de futebol, sindicatos patronais, etc – pautado em certos costumes, normas e regras restritas aos adeptos de tais morais. Por isso, Max Weber estava se referindo à moral protestante – especialmente a calvinista – como cimento ou argamassa para o “espírito do capitalismo”, isto é, a



disciplina moral religiosa calvinista como base fundamental para a consolidação e desenvolvimento do capitalismo. Isso é moral. *Ética* é outra coisa.

Há muita confusão entre os termos *moral* e *ética*. Pode parecer estranho para quem confunde esses conceitos, porém, toda e qualquer pessoa tem moral, o pior dos criminosos tem moral, o melhor dos cidadãos tem moral, porque todos os atos humanos são atos morais ou estão vinculados às morais humanas que são costumes adquiridos na família, nas igrejas, nas escolas, nos partidos políticos, nos clubes sociais, nas empresas. Entretanto, nem todo ato moral é um ato ético. Podemos comparar a *Ética* como um imaginário *último degrau* de uma escada infinita, enquanto a moral seriam os degraus subindo a escada para o infinito, a caminho da Perfeição.

**Figura 2 – Por uma Geoética para o Bem Supremo na Terra**



Fonte: SANTOS ([2011], 2015).

Ao definir *Ética* como o “Bem Supremo” ou o “Supremo Bem”, Aristóteles – na obra *Ética a Nicômaco* – afirma que ninguém nasce ético, mas todo ser humano pode aprender racionalmente a ser ético. São cinco os princípios da *Ética*: verdade, ação correta, paz, amor e não-violência. *Ética* é a vigilante crítica de todas as morais humanas em todas as esferas sociais e em todas as escalas espaciais (SANTOS, 1999; 2012; 2015; 2021).

Podemos, por livre escolha, evitar a reflexão acerca da *Ética*. Também é possível que não queiramos enfrentar ou discutir sobre certas questões existenciais, ontológicas e epistemológicas. Podemos até evitar ou fugir da reflexão, por exemplo, da *morte*, da finitude da vida. Entretanto, o fato biológico da morte chega para todos os seres vivos e nós humanos neste planeta Terra. Os cemitérios e crematórios se constituem como parte do espaço geográfico que é reservado para os territórios e *lugares dos mortos*. Esses lugares, para onde todos nós iremos um dia, são fronteiras entre o *espaço visível* e o *espaço invisível* (SANTOS, 1999).

Nossa preocupação teórica e científica com a reflexão acerca da *Ética* foi demonstrada na dissertação de mestrado em geografia humana quando escrevemos um subcapítulo sobre o assunto, na medida em que ecologia, espiritualidade e ética são temas que perpassaram em nossa pesquisa intitulada “*Geografia do In-visível: o espaço do kardecismo em São Paulo*” (SANTOS, 1999).

Geoética, esse termo ou neologismo, semeamos pela primeira vez em maio de 2007 num pequeno artigo jornalístico publicado no Diário de Cuiabá, “O papel do geógrafo no mundo”, e depois em 2008 no Diário de Guarulhos “Geoética: utopia para uma Terra sustentável”. Em 2011, entretanto, em nossa tese de doutorado pudemos aprofundar essa ideia conceitual (SANTOS, 2015). Em 2012 publicamos o artigo “Geoética e Relações Internacionais” na revista GeoUERJ no qual discutimos, entre outros, conceitos como

*realismo político e segurança ambiental* que estão no bojo das teorias de relações internacionais (SANTOS, 2012).

Nesse sentido, a busca permanente pela felicidade humana neste planeta Terra parece uma utopia, isto é, um lugar longínquo, um sonho a se realizar. Isso porque um dos fatores que se coloca como obstáculos para uma Geóética ou Bem Supremo na Terra são os egoísmos humanos, acompanhados de mentiras, orgulhos, vaidades, apegos ou aprisionamentos humanos às coisas materiais (cargos, poder, luxúria e dinheiro ilícito), desde a macro à microfísica das relações de poder nos territórios com suas múltiplas territorialidades nas igrejas, nos partidos políticos, nas empresas, nas famílias e praticamente ou talvez em todos os lugares humanos.

Esta reflexão acerca da Geóética contribui para as aulas de Ética e Turismo na graduação, uma vez que a OMT – Organização Mundial do Turismo – propôs em 1999 o *Código de Ética Mundial do Turismo* que orienta governos, empresas, comunidades, turistas e profissionais da área a praticarem o turismo respeitando as recomendações de princípios e valores éticos. Entretanto, esse Código de Ética não tem força legal ou jurídica, trata-se na verdade de uma recomendação internacional. Por sua vez, no *espaço turístico* existem as relações de poder engendradas pelos sujeitos sociais que nele atuam: disputas de territórios e múltiplas territorialidades com visões ecológicas, solidárias, neoliberais, neopentecostais, neonazistas, interesses financeiros e as rivalidades entre o direito comercial das empresas e os direitos humanos dos turistas e dos trabalhadores ou profissionais do turismo.

As morais religiosas entram em conflitos até mesmo nos territórios turísticos religiosos, a exemplo dos cidadãos praticantes das religiões afro-brasileiras que, não raro, sofrem intolerância religiosa engendradas por parte de alguns líderes de igrejas neopentecostais em disputas de poder pelo controle de um determinado espaço público e das populações religiosas que

passseiam em matas e cachoeiras. Nesse contexto, todos os atos são morais, mas nem sempre são atos éticos.

## **TURISMO RELIGIOSO, PESQUISA E ENSINO NO RIO DE JANEIRO**

Como refletir, pesquisar e fomentar o turismo religioso sem nos apropriamos da *geografia das religiões*? Como produzir políticas públicas acerca do turismo religioso sem a promoção da tolerância religiosa? Como pode haver tolerância religiosa sem o conhecimento científico sobre os espaços, lugares, territórios e territorialidades religiosas? Quais são as contribuições da Geografia das Religiões para o estudo, pesquisa e produção do turismo religioso? Essas indagações nos orientam no ensino e na pesquisa acerca do turismo religioso enquanto fenômeno multifacetado no espaço geográfico.

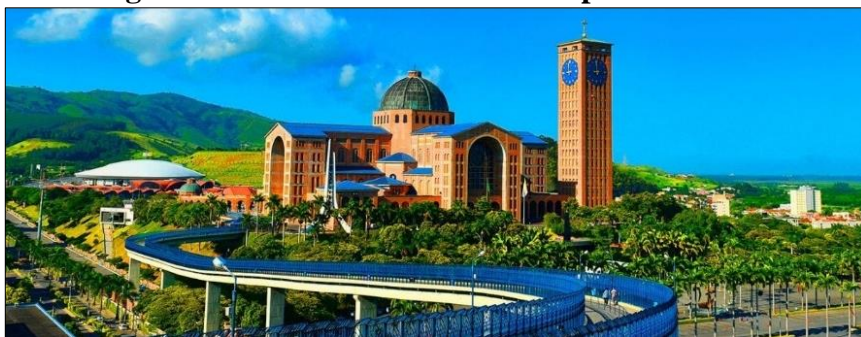
*Turismo religioso* foi a primeira disciplina que ministrei no DTUR, quando ingressei em setembro de 2011. Essa disciplina eletiva (ou optativa) no curso bacharelado em Turismo tem como objetivo refletir acerca das interfaces entre turismo e os eventos religiosos no espaço. Uma premissa do turismo religioso são os deslocamentos de populações religiosas para os territórios e lugares sagrados. Entretanto, como já publicamos, o turismo religioso é um fenômeno multifacetado, não é apenas religioso, é também econômico, simbólico ou psicológico, territorial e, inclusive, faz parte da *geopolítica das igrejas* (SANTOS, 2015).

O *Templo de Salomão*, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), do bispo Edir Macedo, proprietário da rede Record de TV, foi inaugurado em julho de 2014, em pleno ano de Copa do Mundo no Brasil. Naquele ano foi bastante comum encontrar em paradas na

cidade paulista Queluz, na rodovia Dutra, centenas de fiéis da IURD vindos de Niterói no estado do Rio de Janeiro, em ônibus fretados da empresa *Auto Viação 1001*, com destino à São Paulo, em deslocamento turístico religioso ao Templo de Salomão.

Do Rio de Janeiro para São Paulo os fiéis da IURD e turistas religiosos com destino ao Templo de Salomão, por via terrestre através da Rodovia Dutra, passam pelo *Santuário Nacional de Aparecida*.

### Figura 3 – Santuário Nacional de Aparecida



Fonte: Site Oficial do Santuário (2020).

O Santuário Nacional de Aparecida, segundo o site oficial, teve sua pedra fundamental lançada em 10 de setembro de 1946, porém, o início da construção ocorreu em 11 de novembro de 1955, no Vale do Paraíba, estado de São Paulo.

Por sua vez, a relação entre *espaço turístico e religiosidades evangélicas em Teresópolis* é título e tema de pesquisa que realizamos entre 2012 e 2015, em orientação de trabalho de conclusão do bacharelado em Turismo da estudante Gabriela Chaves Pacheco. Em relação à população total da cidade com 163.746 pessoas (IBGE, 2010), 34% são evangélicas, 42% católicas e 16,7%

pessoas sem religião. Nessa cidade serrana é marcante a presença de igrejas evangélicas (históricas, pentecostais e neopentecostais) no território municipal, bem com eventos turísticos religiosos vinculados a essas igrejas. A pesquisa constata que há empresas vinculadas às populações evangélicas, a exemplo de pousadas, restaurantes, lojas de roupas, bazares e livrarias.

Na cidade do Rio de Janeiro existem muitos atrativos turísticos religiosos, a exemplo de mosteiros, capelas e igrejas católicas com construções barrocas. Em 2015, essa temática foi objeto de pesquisa, sob nossa orientação, no trabalho de conclusão do curso de Turismo, intitulado “Religiosidades e atrativos turístico no Rio de Janeiro”, da bacharela Jennifer Seraphim Conceição.

A interface entre turismo religioso e o candomblé na cidade de Salvador, Bahia, foi tema de pesquisa sob nossa orientação ao trabalho de conclusão do bacharelado em Turismo da bacharela Stella Matera Matias, defendido em 2015.

Em 2017, o tema “Turismo, Budismo e cultura japonesa na cidade de São Paulo” foi título da pesquisa sob nossa orientação ao trabalho de conclusão do bacharelado em Turismo, da bacharela Isis Pimentel Dantas.

Por sua vez, o tema “Turismo religioso: uma perspectiva na visão do fiel kardecista”, foi título de pesquisa sob nossa orientação ao trabalho de conclusão do bacharelado em Turismo, da bacharela Renata Corrêa Marques Barbora, defendido em 2020.

A *Geografia das Religiões* contribui para o estudo do turismo religioso. Não se pode negar que o Brasil é, de fato, um País religioso com maioria cristã (católicas, espiritas ou kardecistas, protestantes históricos, pentecostais, neopentecostais, entre outras denominações). Entretanto, a geopolítica das igrejas tem contribuído para o aumento da *ausência de governo* – anarquia religiosa – sobre os mais de 15 milhões de pessoas religiosas, porém, se declaram

“sem religião”. Soma-se a esse contingente populacional, mais 9,2 milhões de pessoas que se declararam *evangélicos sem determinação* ou “evangélicos sem igreja” (SANTOS, [2011], 2015).

Contudo, em tempo de pandemia COVID-19, o turismo religioso e os cultos nos territórios das igrejas também foram suspensos durante o necessário período de “isolamento social”. Afinal, a pandemia – e não uma “gripezinha” – atingiu o mundo globalizado ou capitalista. E no Brasil, especialmente no eixo das grandes metrópoles nacionais Rio-São Paulo, alguns bispos e pastores neopentecostais apoiadores do presidente da República tentaram desobedecer às recomendações dos governos estaduais e municipais acerca da suspensão temporária das atividades de cultos com aglomerações de pessoas nos territórios das igrejas.

Apesar da pandemia COVID-19, alguns pastores neopentecostais – sobretudo do estado do Rio de Janeiro – continuaram defendendo a opinião de que seus fiéis deveriam frequentar os cultos em suas igrejas, porque nesses lugares, supostamente, teriam a cura. Esses posicionamentos foram na contramão das recomendações da Organização Mundial da Saúde – OMS. E aqui, neste caso, temos exemplos de algumas morais religiosas com seus interesses materiais em conflitos com o direito à saúde, isto é, com os Direitos Humanos.

Ressaltamos que o direito à religião, ter ou não religião, praticá-la em espaço privado ou público, mudar de religião é um dos Direitos Humanos, conforme o Art. 18 da Declaração Universal da ONU (1948). Entretanto, há pastores neopentecostais cariocas e fluminenses que já publicaram vídeos afirmando, equivocadamente, que “direitos humanos é coisa de bandido”.

## DIREITOS HUMANOS, TURISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

De entrada neste tópico, enfatizo que o *lazer* é um dos Direitos Humanos previsto no Artigo 6º e 7º da Constituição Federal do Brasil, 1988, embora em ambos os artigos constam como *direitos sociais* e *direitos fundamentais*, em conjunto com outros direitos como a educação, saúde, transporte, alimentação, moradia entre outros.

Entretanto, os Direitos Humanos existem há mais de 2.500 anos, ou pelos menos desde cinco séculos antes de Cristo. O jurista estudioso professor Fábio Konder Comparato, em sua densa obra “*A afirmação histórica dos Direitos Humanos*” esclarece abundantemente que, apesar da longa história de afirmação dos direitos humanos desde a Antiguidade, passando pelo jusnaturalismo da Idade Média e, mais tarde, pela Revolução Francesa em 1789 com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, demorou mais de vinte cinco séculos para que a ONU promulgasse a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

Contudo, os Direitos Humanos evoluíram e, hoje, os estudiosos admitem que existem cinco gerações dos direitos humanos. Afinal, a história não tem fim e a luta pela garantia, conquista e ampliação dos Direitos Humanos é dura e infundável. Nesse sentido, o acesso à internet, no contexto da pandemia COVID-19, por exemplo, vem sendo discutido na perspectiva de se transformar em um dos direitos humanos de quinta geração.

Resgatando o pensamento geográfico, os escritos do geógrafo russo Piotr Kropotkin sugerem uma abordagem holística do espaço ocupado pelos seres humanos e sinalizou sua preocupação para com os Direitos Humanos ao se referir ao *Direito ao Bem-estar* para todos os humanos na obra *A Conquista do Pão* (1.888).



O que tem a ver Geografia com Direitos Humanos? Tem tudo a ver, a começar pelo ordenamento territorial como uma norma jurídica que estabelece as regras para o uso e ocupação do solo das cidades. O direito à cidade está definido no Estatuto da Cidade, lei prevista na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988.

Ensinar geografia a partir do estudo da Constituição Federal de 1988 foi uma das experiências que pratiquei a partir dos anos 1990, quando iniciei minha carreira de professor de geografia ou *geógrafo educador* (SANTOS, 2008) em escolas públicas estaduais na periferia da zona leste da cidade de São Paulo.

À guisa de exemplo, o Art. 3º de nossa Constituição de 1988, define que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

*I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.*

Um estudante da Educação Básica é capaz de se sensibilizar para a intrínseca relação entre Geografia e Direitos Humanos a partir da Constituição Federal, por exemplo, o direito à alimentação no Art. 6, o direito à saúde previsto no Art. 196, o direito à Educação no Art. 205, o direito ao meio ambiente saudável e à educação ambiental no Art. 225.

A experiência no ensino de geografia e sua interface com os direitos humanos na Educação Básica, nos anos 1990, merecia ser

aprofundada em nível superior auscultando servidores públicos. Nesse sentido, a condição de professor do IGEOG-DTUR me possibilitou realizar o pós-doutorado na USP, entre 2016 e 2017, cuja temática de pesquisa se concentra na interface entre Geografia e Direitos Humanos. A pesquisa qualitativa consistiu em entrevistas aos servidores públicos, especialmente professores da rede municipal de Educação de São Paulo. Uma síntese dessa pesquisa foi publicada na revista GeoUERJ (SANTOS, 2018).

O que tem a ver turismo com direitos humanos e relações internacionais? O regime político de uma nação – democracia, ditadura civil ou militar – pode interferir no turismo internacional? Teceremos alguns comentários acerca desta questão.

A ideia de *hospitalidade* foi preconizada pelo filósofo alemão Immanuel Kant, na obra *À Paz Perpétua*, em 1795. Hospitalidade, segundo esse pensador, é o direito à liberdade de cada cidadão poder ir e vir de um país a outro, sair de seu país de origem e visitar outros países, e ser bem recebido em qualquer lugar – exceto quando o cidadão esteja sob guarda judicial em razão de algum crime em seu país.

A obra *À Paz Perpétua* (1795) traz três artigos que são fundamentais para a vida social em escala planetária. O primeiro artigo defende o conceito de *soberania* que recomenda o respeito ao direito internacional de nenhum Estado-nação interferir no governo e/ou no território de outro Estado-nação. O segundo artigo defende a *democracia* como o melhor regime político para que o governante não atue de modo tirânico e, sobretudo, garanta o respeito à dignidade humana dos cidadãos. O terceiro artigo defende a *hospitalidade* como direito de todo cidadão de *ir e vir* e ser bem recebido em qualquer lugar no mundo.

No final do século XVIII Kant pensava na necessidade de formação de uma *federação mundial* na qual todos os chefes de

Estado pudessem dialogar sobre os problemas sociais, econômicos e políticos de seus respectivos Estado, na perspectiva da busca de cooperação para a solução dos problemas humanos em escala mundial. Essa ideia muito se assemelha ao que se concretizou no século XX com a fundação da ONU, em 24 de outubro de 1945.

Fundada em 24 de outubro de 1945, a ONU – Organização das Nações Unidas – não conseguiu intensificar a promoção dos Direitos Humanos em razão principalmente da *Guerra Fria* (1947 a 1991), período histórico que rivalidades e conflitos geopolíticos entre as duas superpotências militares – EUA e URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – que investiram bilhões de dólares na corrida armamentista sufocando nações pobres e emergentes no chamado “Terceiro Mundo”.

Ressaltamos que após o fim da Guerra Fria, a ONU conseguiu aprovar e promulgar a política permanente de Educação em Direitos Humanos em 1995. E somente em 2016 essa instituição internacional conseguiu consolidar o Conselho de Direitos Humanos que é formado por 47 membros, entre os 193 Estados-membros, que são eleitos para mandatos de três anos, com direito à reeleição por mais um mandato.

O Conselho de Direitos Humanos tem desempenhado gradativa reformulação da ONU e, em certa medida, assumido um papel protagonista em detrimento do velho Conselho de Segurança engendrado logo após a Segunda Guerra Mundial, no qual predominou a hegemonia norte-americana.

Em junho de 2018 o presidente dos EUA, Donald Trump abandonou o Conselho de Direitos Humanos, expressando a velha arrogância histórica dos tempos de Guerra Fria. Contudo, a vitória do democrata Joe Biden nas eleições presidenciais de 2020 relativizou o “trumpismo”.

**Figura 4 – Conselho de Direitos Humanos - ONU**



Fonte: ONU (2016).

## **À GUIA DE CONCLUSÃO**

Tentei esboçar uma síntese de minha trajetória antes e a partir de meu ingresso ao honroso Instituto de Geografia e ao Departamento de Turismo da UERJ. Temos aprendido, ensinado, pesquisado e compartilhado o conhecimento com a comunidade fluminense e, através de projeto de Extensão, com município da Grande São Paulo.

Os fatos geopolíticos sugerem que o processo de Educação em Direitos Humanos está apenas começando neste século XXI. Levando-se em conta os 2.500 anos de lutas para a afirmação histórica dos direitos humanos, podemos pensar que estamos na fase

da “pré-escola” ou no nível de “educação infantil” em relação a esse processo civilizatório de aprendizagem humana.

Platão, o filósofo grego, século IV antes de Cristo, preconizou a *dialética* das almas decaídas do *mundo das ideias* para este mundo sensível material. Hegel, filósofo alemão, resgatou essa ideia na obra *Fenomenologia do Espírito* (1.807). Por sua vez, Marx inverteu as ideias de Hegel e propôs o *materialismo histórico dialético*.

Nem Lenin, nem Hitler. Esses são personagens antagônicos, de extrema esquerda e extrema direita, respectivamente. Todo extremismo de qualquer viés ideológico fomenta a violência. A Ética tem cinco princípios básicos: verdade, ação correta, paz, amor e não-violência. É necessário acreditar na construção de uma outra história do Brasil e da civilização humana.

Turismo é viagem. Viajar é preciso, porém, a Ética no turismo é necessária. E não existe turismo sem alimentação. Aliás, a fome aumentou no contexto da pandemia COVID-19. Flagelo social e político, a fome já foi denunciada pelo geógrafo Josué de Castro na obra “Geografia da Fome” (1946), e seu pensamento contribuiu para que a ONU incluísse a *alimentação* como um dos Direitos Humanos na Declaração Universal de 1948, conforme consta no Artigo 25: “Toda a pessoa tem o direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação...”. A fome é antiética (SANTOS, 2021).

Em Teresópolis aprendemos, ensinamos, pesquisamos no DTUR dos anos 2011 até junho de 2018. Agora estamos na cidade maravilhosa, na capital, Rio de Janeiro, Maracanã e teremos novos desafios no Turismo, na Geografia.

Neste século XXI há uma confusão dos espíritos na *Globalização perversa*, como nos ensinou nosso ex-professor

Milton Santos na época do mestrado em geografia na USP. Contudo, há *Espaços de Esperança*, nas palavras do geógrafo pós-marxista David Harvey.

Entretanto, o paradigma cartesiano, essa visão fragmentadora e reducionista ainda se reproduz através das mentalidades na academia, na economia, na política e nas ciências de um modo geral, salvo raras exceções. Aliás, em tempo de pandemia COVID-19 a indústria farmacêutica alopática cartesiana conquistou um “garoto propaganda” que virou “o mito da cloroquina”.

Sobrevivemos ao golpe dos atrasos e parcelamentos dos salários dos servidores do estado do Rio de Janeiro, nos anos 2016, 2017 e começo de 2018. A Democracia é desafiadora, ainda não está plenamente consolidada no mundo. Há avanços e recuos, progressos e retrocessos. É a dialética dos corpos e espíritos, das mentes e corações em permanente luta no campo dos Direitos Humanos neste planeta Terra-Água e no Brasil que, às vezes, retrocede com o recrudescimento do neocolonialismo no “Brazil for Miami”

E quanto à Geoética? Ficamos com a música *Futuros Amantes*, de Chico Buarque: “Não se afobe, não. Que nada é pra já. O amor não tem pressa. Ele pode esperar em silêncio. Milênios, milênios, no ar”.

## REFERÊNCIAS

SANTOS, A. P. “Cultura Evangélica no Território Brasileiro”. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 2005.

SANTOS, A. P. “Geoética e Relações Internacionais”. **Revista GeoUERJ**, n. 2, 2012.

SANTOS, A. P. “Geoética, Fome e Direitos Humanos”. **Portal Eletrônico Gazeta Regional** [04/2021]. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalgazetaregional/docs/gazetaregional\\_edicao\\_374](https://issuu.com/jornalgazetaregional/docs/gazetaregional_edicao_374)>. Acesso em: 11/05/2021.

SANTOS, A. P. “Geoética, Fome e Direitos Humanos”. **Portal Eletrônico Jornal Leia** [20/04/2021]. Disponível em: <<https://jornalleia.com.br>>. Acesso em: 11/05/2021.

SANTOS, A. P. “Geoética: utopia para uma Terra sustentável”. **Portal Eletrônico Diário de Guarulhos** [08/2010]. Disponível em: <<https://diariodegarulhos.com.br>>. Acesso em: 11/05/2021.

SANTOS, A. P. “Geografia e direitos humanos: uma reflexão em tempo de pandemia COVID-19”. **RIDH - Bauru**, vol. 8, n. 2, julho/dezembro, 2020.

SANTOS, A. P. “Geografia e Educação em Direitos Humanos na cidade de São Paulo”. **Revista GeoUERJ**, n. 33, 2018.

SANTOS, A. P. “Geografia, Turismo, Religião e Relações Internacionais: uma introdução acerca das interfaces teóricas”. **Espaço e Cultura (UERJ)**, vol. 35, 2014.

SANTOS, A. P. “Geógrafo Educador: o desafio da formação permanente”. **Revista Educação**, vol. 3, 2008.

SANTOS, A. P. “Introdução à Geografia das Religiões”. **Geosp – Espaço**, n. 11, 2002.

SANTOS, A. P. “Novas Geopolíticas, Igrejas e população sem religião: anarquia religiosa no Brasil?”. **Geosp – Espaço**, n. 33, 2013.

SANTOS, A. P. “O papel do geógrafo no mundo”. **Portal Eletrônico Diário de Cuiabá** [28/05/2007]. Disponível em: <<http://diariodecuiaba.com.br>>. Acesso em: 11/05/2021.

SANTOS, A. P. “O sagrado e o profano nas igrejas evangélicas e as eleições para presidente no Brasil”. **Anais do XIII Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia – ENANPEGE**. São Paulo: USP, 2019.

SANTOS, A. P. “Religiões no Brasil e Relações Internacionais no século XXI”. **Revista GeoUERJ**, n. 26, 2015a.

SANTOS, A. P. “Religiões, Geopolítica e ensino de Geografia crítica”. **Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**. São Paulo: USP, 2009.

SANTOS, A. P. “Turismo Religioso: uma contribuição de geografia humana”. **Revista GeoUERJ**, n. 27, 2015b.

SANTOS, A. P. **Geografia do In-visível: o espaço do kardecismo em São Paulo** (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 1999.

SANTOS, A. P. **Geopolítica das Igrejas e Anarquia Religiosa no Brasil: por uma Geoética**. Rio de Janeiro: Editora da FAPERJ/GRAMMA, 2015.

SANTOS, A. P. **Meio Ambiente – construção de um novo mundo**. São Paulo: Editora da DPL, 2004.

SANTOS, A. P.; BRANT, D.; BRANT, R. “Direito Internacional e Turismo: uma introdução”. **Revista Turismo em Análise**, vol. 28, 2017.





## **CAPÍTULO 2**

---

*Experiência Urbana, Turística e Fotográfica:  
Encruzilhadas na História da Cidade do Rio de Janeiro*



## **EXPERIÊNCIA URBANA, TURÍSTICA E FOTOGRÁFICA: ENCRUZILHADAS NA HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

*Amanda Danelli Costa*

A cidade do Rio de Janeiro tem a sua gênese marcada por uma história de disputas. A primeira delas é, mais do que um embate entre civilizações, uma disputa entre diferentes culturas e seus projetos ideais. Os franceses que já haviam construído a França Antártida<sup>2</sup> em terras cariocas foram chamados à luta pelos portugueses que, além de não quererem perder seu território, pretendiam fazer daquele um espaço fértil para o seu projeto colonial. Assim, a cidade se constituiu a partir de um confronto de utopias entre franceses e portugueses (RODRIGUES, 2006, p. 4):

A cidade utópica representou o enorme esforço da Renascença de manter o ideal em momentos de crise. A noção de utopia qualificava criticamente o desempenho dos homens na cidade projetando-a para fora do espaço real, mas tratando-a como realidade na força da narrativa (RODRIGUES, 2006, p. 4).

---

<sup>2</sup> Entre os anos de 1555 e 1567 desenrolou-se na baía de Guanabara o episódio da França Antártica. Nicolau Durand de Villegaignon instalou-se com outros franceses na ilha de Seregipe, que hoje leva seu nome, onde levantaram um forte. Anos depois, em razão das dissensões religiosas que havia em França, Villegaignon retirou-se, deixando a pequena colônia estabelecida na margem ocidental da baía e na ilha de Paranapuã, atualmente, Ilha do Governador. No ano de 1560 os portugueses, sob o governo de Mem de Sá, conseguiram expulsar os franceses das ilhas e destruir suas fortificações. Os franceses, porém, acolhidos pelos índios tamoios, voltaram a ocupar posições à margem ocidental da baía e estabeleceram-se na aldeia de Uruçumim, atual praia do Flamengo.

Diante da cidade que os franceses haviam imaginado e criado, os portugueses assumiram a condição de afirmar e garantir a sua força frente à ameaça estrangeira. Esta força, entretanto, que poderia estar apenas baseada no domínio das terras e na construção de fortificações, promoveu a idealização do novo espaço pelos colonos que ali se instalaram. No momento da disputa, o objeto em questão se tornou, mais do que desejado, o lugar apropriado para que o projeto ideal se instalasse.

A segunda das disputas se desenrolou na medida em que franceses e portugueses precisavam ao mesmo tempo se aliar e negociar com os nativos, para quem o espaço do Rio de Janeiro se apresentava como espaço real, onde a rotina estava marcada pela força da tradição indígena.

(...) para os portugueses, sua idealização supôs (...) o reencontro com homens. No fundo, com dois tipos diferentes de homens. Um, europeu, reconhecido como inimigo, uma vez que ocupava uma área de domínio português e que precisava ser excluído dessas terras. Outro, da terra, índio, que influenciado pelas atitudes e modos de agir dos franceses, considerava-se dono de um domínio português sem ser portador de qualquer qualificação que lhe garantisse a posse das terras (RODRIGUES, 2002, p. 17).

Esses dois momentos foram decisivos para que no ano de 1565 a cidade fosse fundada<sup>3</sup> aos pés do Morro Cara de Cão, na boca

---

<sup>3</sup> Mem de Sá e seu sobrinho, Estácio de Sá, dedicaram-se à organização das expedições para, finalmente, em 1567 expulsarem os franceses deste território. Estácio de Sá que, em 1565 havia lançado os fundamentos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, morreu

da Baía de Guanabara, que nesses mais de 450 anos funcionou como uma dobradiça da cidade, colocando-a em contato com aquilo que é mais particular ao Rio de Janeiro e também com o que é estrangeiro e de caráter mais universal. Esta qualidade da Baía de Guanabara fez daquele lugar não apenas um marco da fundação da cidade, mas passou a integrar o espírito da cidade. Uma cidade de colonos, deslocada da autoridade dos colonizadores, que, marcada pela “experiência da vida ativa contra a vivência contemplativa, pela autonomia e pelo autogoverno” (RODRIGUES, 2002, p. 19), se apresentou como a pedra angular da cidade ideal.

A terceira das disputas persiste na cidade até os dias de hoje, quando a natureza ainda impõe os limites para a dominação do espaço. Além disso, a natureza se insere no jogo fundamental entre a beleza primitiva, a cultura e a civilização.

A partir da pequena fortaleza natural da colonização portuguesa, a ação de urbanização permitiu ocupar um território pouco propenso a isso, com operações que acabaram com quase todos os morros limítrofes, transformaram a maioria das suas praias urbanas, perfuraram túneis, e ademais incluíram a plantação artificial da sua floresta tropical; e o resultado foi de tal ordem que, paradoxalmente, a cidade é tida como exemplo de adaptação à natureza, e não, como realmente é: natureza construída (ANDREATTA, 2006, p. 20).

A imagem da cidade do Rio de Janeiro é desde há muito tempo a imagem natural da cidade, expressa na beleza dos seus morros, das encostas verdes, das suas lagoas, das curvas desenhadas

---

ferido no rosto por uma flecha, em razão dos combates contra os franceses e seus aliados tamoios.

à compasso da Baía de Guanabara e de Copacabana. O movimento paradoxal apontado por Verena Andreatta se explica quando percebemos que é justamente no momento em que a cidade passa a ser mais valorizada como natureza que ela vive suas mais profundas transformações, inclusive no sentido de aperfeiçoar a beleza primitiva. Ao longo do século XX, fazem descer morros, pintam o verde, acentuam as curvas e a herança que o século XX nos deixa é a da natureza construída, obra do cultivo de uma civilidade iluminista, que apostava na perfectibilidade da cultura burguesa. Entretanto, antes de se tornar a natureza civilizada, que já não guarda as marcas do primitivo, da infância ou da ingenuidade, esta mesma natureza impôs as condições de adaptação à cidade e por isso podemos dizer que o Rio de Janeiro nasceu junto desse embate, que promoveu uma tensão entre avanços e recuos, na relação com aqueles que ali se estabeleceram. De acordo com o que afirma Antônio Edmilson Martins Rodrigues (2002, p. 18): “tiveram os colonizadores primeiro de construir uma cidade que tinha a sua determinação na natureza, para depois construí-la, se possível, como cidade real e ordenada”.

A tensão acabou por se tornar um traço específico do temperamento da cidade do Rio de Janeiro, herança esta fincada na sua história desde os primeiros encontros entre culturas e utopias enfrentados pelos portugueses no momento da sua fundação. Muito embora algumas das especificidades cariocas tenham se transformado ao longo desses cinco séculos, especialmente esta se mantém viva até os dias de hoje, o que faz dela uma porta de entrada importante para os pesquisadores que se dediquem à interpretação dos diferentes momentos vividos pela cidade.

Nesse sentido, a dupla fundação da cidade se apresenta como uma singularidade porque aponta para o fato de ela ter sido, como já dissemos antes, idealizada e projetada antes de existir enquanto

realidade física e por isso mesmo a cidade tem aí uma das suas primeiras identidades: é uma cidade de luta, de embate.

A presença do homem, da natureza e do interesse de fundar uma cidade produziram descobertas que anunciavam um destino que, embora pudesse estar vinculado ao processo de organização do domínio português na América, desde o primeiro momento, demonstrou a sua qualidade de autonomia que dificultaria, daí em diante, a domesticação da cidade e de seus habitantes (RODRIGUES, 2002, p. 18).

A autonomia se justifica pelo fato do Rio de Janeiro ter sido uma cidade de colonos aberta para o mundo, de modo que não se limitou nem a um porto ou uma feitoria. Por conta da sua vocação mercantil, não obedecia ao exclusivo português, se permitindo fazer comércio com todos que passassem por ela, o que a tornou cosmopolita. Além disso, se vinculou à produção, o que dinamizava o comércio de exportação, e também conformava uma região de abastecimento.

A autonomia e o cosmopolitismo são importantes elementos que compõem a capitalidade e a tornam o principal traço da cidade. O conceito de capitalidade, entretanto, pode ser apresentado através de dezenas de versões, de modo que tais versões se organizam basicamente entre aquelas que associam o incremento da capitalidade à crescente associação entre cidade e nação; e uma outra, a qual este texto se filia, que entende a capitalidade como “a condição de ser um centro articulador de políticas que, no limite, assumia a qualidade de vanguarda no processo de estruturação dos interesses dos colonos” (RODRIGUES, 2002, p. 18). Isso significa dizer que no Rio de Janeiro dos séculos XVI, XVII e XVIII houve uma experiência autônoma não apenas no âmbito econômico, mas



também no âmbito político, de modo que os colonos não se sentiam representados pela Coroa e, através do governo dos interesses específicos da cidade na Câmara, criaram um espaço político exemplar que tanto servia de guia para as províncias próximas como de modelo para a colônia, o que, com o passar do tempo, ofereceu um crescente risco à hegemonia da metrópole, justificando por isso, entre outras coisas, a transferência da capital de São Salvador para a cidade do Rio de Janeiro em 1763.

Este foi o primeiro golpe na autonomia e na capitalidade do Rio de Janeiro, que se viu a partir de então “limitada em sua ação pela presença da coroa portuguesa” (RODRIGUES, 2002, p. 22). Com a presença das instituições metropolitanas não só houve um aumento da fiscalização sobre os colonos – o que acarretou na tardia incorporação da cidade ao pacto colonial, promovendo depois a mudança da base econômica da cidade, vinculada a partir desse momento à escravidão e à grande propriedade – mas também à identificação com Portugal, de modo que a cidade não atende mais àquela característica da vanguarda, sobretudo em relação às demais províncias, que passam a olhar para ela com desconfiança. O segundo golpe sobre a capitalidade foi lançado com a transferência da Corte Portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro, em 1808. Logo depois daquele momento, a cidade do Rio de Janeiro se tornou, mais do que a capital do Brasil, a capital de um império transatlântico. Na viagem para o Brasil o príncipe regente não foi acompanhado apenas da sua mulher, Carlota Joaquina, seus nove filhos e alguns membros da corte; o embarque naquele novembro de 1807, em Lisboa, não significava apenas a retirada estratégica da família real de Portugal por conta da ameaça francesa, mas, para além disso, “era, sim, a sede do Estado português, que mudava de endereço, com seu aparelho administrativo e burocrático, seu tesouro, suas repartições, secretarias, tribunais, seus arquivos e funcionários” (SCHWARCZ, 2002, p. 210-211).

Tal reorganização política da cidade justifica o fato de neste momento o Rio de Janeiro ser apelidado de *Nova Lisboa*. Como esclarece Sérgio Barra (2008, p. 121), “em vez de regalias e privilégios, [o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro] trouxe-lhes [às outras províncias], ao contrário, um excesso de cobranças e imposições” e confirma seu argumento com a seguinte citação exemplar:

A fim de custear as despesas de instalação de obras públicas e do funcionalismo, aumentaram os impostos sobre a exportação do açúcar, tabaco, algodão e couros, criando-se ainda uma serie de outras tributações que afetavam diretamente as capitanias do Norte, que a Corte não hesitava ainda em sobrecarregar com a violência dos recrutamentos e com as contribuições para cobrir as despesas da guerra no reino, na Guiana e no Prata. Para governadores e funcionários das várias capitanias parecia a mesma coisa dirigirem-se para Lisboa ou para o Rio (BARRA, 2008, p. 121).

Na passagem do século XVIII para o XIX a cidade do Rio de Janeiro sente, em um intervalo de menos de cinquenta anos, o peso de representar a colônia e a metrópole. No século seguinte, a cidade sentiria o peso da República brasileira, que em oposição ao passado colonial e imperial, se queria moderna e atualizada de acordo com os modelos de progresso disponíveis nos Estados Unidos e na Europa.

Durante o Império, a suposta linha evolutiva da civilização brasileira não excluía o passado colonial porque encontrava nele o elemento branco que justificava a presença do Brasil no concerto das nações que compartilhavam um ideal de progresso. Em oposição a isso, a República enxergou em qualquer herança colonial, branca ou

não, uma prova que atestava o atraso. Como apresenta Nicolau Sevcenko, o novo momento aponta para “um desejo de ser estrangeiros” (2003, p. 51) em oposição à preocupação oitocentista com a formação de uma idéia de povo brasileiro. Feito desta forma, o risco que se correu dizia respeito à dificuldade de se traduzir a modernização a partir de uma tradição, porque esta mesma se via desprezada pela direção dos primeiros presidentes republicanos.

Nem cidade moderna nem mais uma cidade colonial. Diferentemente das capitais europeias, diante da modernidade provocada pelo desenvolvimento de estruturas de produção e consumo capitalistas, o que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, na passagem do século XIX ao século XX, foi a adaptação da cidade aprisionada a uma nova etapa do desenvolvimento da nação, agora republicana (RODRIGUES, 2002, p. 25).

A bela época carioca esteve marcada, em parte, por uma artificialidade oriunda da incorporação dos modelos externos sem que estes fossem completamente traduzidos pela tradição. A necessidade de embelezar a cidade, de retirar dela qualquer elemento que ofendesse a sensibilidade do homem civilizado, de adequá-la a projetos de desenvolvimento e a resultados modernos promoveu ainda mais dois movimentos que já eram anteriores ao século XX: o primeiro deles se relacionava à idéia de que o Rio de Janeiro se tornava a vitrine do Brasil; o segundo deixava latentes as contradições existentes na cidade, que deveriam ter sido superadas com a modernização, mas que, ao contrário, se tornaram ainda mais evidentes por conta da tentativa de homogeneização do espaço, de modo que “a civilidade do centro urbano acentuou o reconhecimento da pobreza das outras regiões da cidade. As crises e os movimentos

sociais sucediam-se e maculavam a grande obra, denunciando o seu caráter excludente e artificial” (RODRIGUES, 2002, p. 31).

A denúncia dessa artificialidade poderia ser observada entre alguns artistas cariocas, que se dedicaram a pensar a cidade, bem como investigar e analisar a tensão moderna e seus resultados em descompasso. A imprensa no Rio de Janeiro a essa altura já experimentava as novidades que surgiam na Europa. Os jornais passaram a apresentar manchetes, subtítulos, reportagens, entrevistas, fotografias e caricaturas. As inovações técnicas não apenas mudavam o significado da imprensa nesse momento, mas também reinventavam a literatura que se destinava a ocupar as páginas dos jornais. Do mesmo modo, a fotografia e o cinema interferiram no modo como o homem se via na relação com o tempo e o espaço. De um modo geral, os literatos incorporaram essas transformações como tema, mas muitos foram além transformando a transitoriedade em estilo. O indivíduo moderno – fosse poeta, leitor, fotógrafo ou turista – precisava se adaptar à pressa da passagem do tempo.

## **PARA UMA APROXIMAÇÃO COM A CULTURA URBANA CARIOCA**

Há duas desconfianças que balizam estas páginas, e elas estão relacionadas: nas primeiras décadas do século XX, definitivamente, a capital do Brasil avançou sobre a cidade do Rio de Janeiro, assim como a civilização avançou sobre a cultura. Esse avanço de uma sobre a outra faz pensar na idéia de descompasso porque nem a cidade nem a cultura desaparecem, na verdade, elas se intimidam. Entretanto, permanecem na relação de tensão com seus pares, e é justamente dessa negociação constante que se escreve a história do Rio de Janeiro republicano.

O desenvolvimento tecnológico e uma nova subjetividade moderna levaram os homens do século XIX a buscar espaços renovados para atuarem e, ao mesmo tempo, a relação desses homens com o espaço onde vivem gera uma renovada experiência urbana, que ganha como característica a transitoriedade.

Comparativamente, para a nova cultura, a cidade não tinha um locus temporal estruturado entre passado e futuro, e sim um atributo temporal. A cidade moderna oferecia um *hic et nunc* eterno, cujo conteúdo era a transitoriedade, mas cuja transitoriedade era permanente. A cidade apresentava uma sucessão de movimentos variegados, fugazes, e cada um deles deveria ser saboreado em sua passagem da inexistência ao esquecimento. Para essa visão, a experiência da multidão era fundamental: todos os indivíduos eram desarraigados, únicos, todos unidos por um momento antes de partirem cada um para o seu lado (SCHORSKE, 2000, p. 67).

“Em toda a sua história, a cidade resulta composta pelo entrelaçamento de temporalidades diversas” (ARGAN, 1995, p. 83), e no caso das cidades do século XIX e do início do século XX, essas temporalidades ganham, para além do caráter da aceleração, uma necessidade de presentificação de ideais elaborados ainda no século XVIII com os iluministas. A cidade das virtudes iluministas é a idealização da cidade que se espera construir no século XIX, o que significa que ela serve como contraponto à cidade que existe então, a cidade real. Essas virtudes serviram como medida para se observar as falhas e as faltas nas cidades construídas até esse momento.

Embora o Rio de Janeiro não estivesse em pé de igualdade em relação às principais capitais ocidentais, a necessidade de modernização, tal como era uma questão de ordem civilizar-se, se

fez presente aqui e em muitas capitais e cidades do mundo, que elaboraram planos urbanísticos no sentido de realizar o projeto de cidade ideal. A questão que – envolvia espaço público e privado e – era de fundo político-econômico-social-cultural ganhou os ares da neutralidade de debate a partir dos discursos técnicos que conquistaram espaço decisivamente a partir do século XIX.

A cidade, que só deve ser entendida a partir do plural porque nela sobrevivem diferentes lugares, conviveu com o mesmo lugar destinado à capital, este sim singular e unificador, no espaço que abrange o Rio de Janeiro. A singularidade da capital teve de conviver com as heterogeneidades da cidade, as vezes violentando, ofuscando, reprimindo essas diferenças em nome de um projeto modernizador e civilizador, que ganhou forma e expressão nos primeiros anos da República. Por maior que fosse o desejo de destacar as qualidades da *cidade da virtude*, o que sobreviveu no tempo foi a *cidade além do bem e do mal* (SCHORSKE, 2000), experimentada pela sociedade e traduzida por alguns artistas, entre eles cronistas e fotógrafos. A sensibilidade de alguns desses artistas apontou desde cedo para uma situação de crise da modernidade, e de “tragédia da cultura” (SIMMEL, 1993), expressa no diagnóstico de que desde as últimas décadas do século XIX se percebe um descompasso ente progresso material e desenvolvimento espiritual.

As tensões que atravessaram as “cascatas de modernidade” (GUMBRECHT, 1998) vividas pelo Rio de Janeiro entre o século XVI e o século XX possibilitaram que, durante a *belle époque*, a cidade atestasse a sua vocação cultural, garantida especialmente em razão da atuação artística, mas também política, dos literatos que escreviam crônicas e contos nas dezenas de periódicos que circulavam pela cidade. A existência dessa heteroglossia transformou a cidade do Rio de Janeiro em uma república das letras (SUSSEKIND, 1987) durante as primeiras décadas republicanas. O progresso material da cidade e técnico da imprensa catalisaram as

diferentes leituras e recepções daquele tempo histórico, tornando os jornais e as revistas o *locus* privilegiado dos diagnósticos e prognósticos sobre a modernidade carioca e as várias faces dessa modernidade um dos temas mais recorrentes na letra de seus escritores. Nos anos seguintes, paulatinamente, a evidência do caráter cultural perdeu espaço para uma compreensão da cidade que a tomou como espaço privilegiado da natureza e das suas belezas pretensamente primitivas.

Ainda assim, a polifonia cultural que se percebe, seja ela a expressão de conceitos ou produtos, compõe a alma das ruas da cidade mesmo hoje, compõe, portanto, a alma da própria cidade. De tal modo que qualquer experiência na cidade pode desconstruir o seu estereótipo vinculado à beleza natural porque, uma vez instalado no Rio de Janeiro, o carioca ou o visitante não experimenta a cidade exclusivamente através da natureza, mas a percebe nas suas ruas. Com uma declaração de amor às ruas, João do Rio – um dos mais importantes cronistas da *belle époque* – as percebeu como um lugar de elaboração e de realização da cultura; ensinando que esse caráter guarda muito da multiplicidade que se encontra nas multidões. As diferentes sociabilidades e relações de negociação, que surgiram a partir dessa heterogeneidade, expõem as tensões presentes na cidade, mas também revelam as suas particularidades. João do Rio, mais do que amar a rua, fez dela o seu laboratório quando sentenciou que não há melhor forma de compreender a psicologia da cidade senão se lançando à rua e é a partir de então que o cronista revela seu método mais precioso: a *flânerie*. A crônica de João do Rio, nesse sentido, não traz em si apenas a marca do tempo moderno, mas também a materialidade do espaço porque promove uma espécie de tangibilidade possível a partir dos fragmentos da cidade do Rio de Janeiro, nas suas mais diferentes formas de se mostrar.

## **PARA UMA APROXIMAÇÃO COM UMA EXPERIÊNCIA URBANA TURÍSTICA NA CIDADE**

Aquele que buscar uma experiência urbana autêntica na cidade do Rio de Janeiro a encontrará nas suas ruas, entre a gente da cidade. Este argumento ganha outra relevância no campo do Turismo, que se viu repensado e com seus horizontes ampliados nas últimas décadas através de um segmento conhecido por “turismo de experiência”. Desde as últimas décadas do século XX o turismo passa a ser compreendido a partir do contexto da globalização, que impulsionou as atividades turísticas por aproximar o contato entre diferentes e distantes locais do mundo através da evolução dos meios de comunicação e transportes, bem como pela flexibilização das fronteiras. A globalização por sua vez, internacionalizou os padrões de produção e consumo – não apenas, mas também de beleza e gosto – levando o processo de massificação ao limite. Se por um lado a padronização permitiu um barateamento das viagens, por outro lado, cada vez mais cresce o número de turistas que procura experiências personalizadas e que busca alternativas não-estandardizadas. Existe, portanto, um grupo de turistas que a partir do seu senso crítico atua mais e não abre mão do processo de decisão, que envolve a escolha dos diferentes equipamentos turísticos e do roteiro de viagem. Para além disso, esse grupo de turistas procura se envolver mais com os lugares visitados e com a cultura local, atualizando através das suas experiências de viagens temas como a diversidade cultural.

A saturação em vários âmbitos da vida das grandes cidades acabou promovendo a valorização de um patrimônio natural e cultural que muitas vezes ou estava à margem do mercado ou sofria com os efeitos negativos da padronização e da massificação. O curioso é que embora o turismo de experiência se promova como uma alternativa ao turismo massificado com a globalização, o próprio turismo de experiência é um recurso global, ou seja, a



pressão realizada pelas culturas globais massificadas gerou uma demanda global por autenticidade, o que se nota através das muitas publicações em livros ou sítios da internet orientando os visitantes pelo mundo a se encontrarem com as mais variadas almas locais.

Nesse sentido, interessa sensibilizar os próprios cariocas e os visitantes a ter uma experiência urbana na cidade do Rio de Janeiro que vá além do seu estereótipo vinculado às belezas naturais e que promova sensações cultural e artisticamente mediadas de modo que se possa estar na cidade, vivê-la, e não apenas passar por ela. Para tanto, a fotografia, por exemplo, pode se tornar uma importante aliada na medida em que essa tecnologia está amplamente difundida e vulgarizada. Sensibilizar o olhar daquele que descobre para que através da arte ele possa se encontrar com a alma da cidade.

Na fotografia, o instante do clique, a extrema mobilidade da máquina fotográfica, a variedade de ângulos, os enquadramentos possíveis, a multiplicidade das objetivas aptas a afastar ou aproximar o indivíduo, a diversidade das telas interferem diretamente naquilo que se seleciona da realidade, fazendo lembrar ou esquecer o que se queira. No momento da ampliação do filme fotográfico, a variedade das emulsões e dos reveladores também promove o mesmo movimento de excluir e incluir, sempre selecionando o que se quer lembrar ou esquecer. Atualmente, entretanto, esse tipo de uso da fotografia divide espaço com a produção da imagem digital através das câmeras, celulares, Ipads, tablets, que possibilitam a edição da cena através do Photoshop ou de outros recursos e aplicativos como o Instagram. A presença da câmera nos celulares e a experimentação que a câmera digital permitiu acabaram vulgarizando a fotografia nos últimos 20 anos, o que fez com que ela estivesse cada vez mais presente no cotidiano e deixasse de ser um artifício relacionado a eventos e campos especiais – celebrações, pesquisas, arte, jornalismo. Na última década a fotografia se viu compreendida em duas frentes bastante distintas, as vezes consideradas antagônicas,

mas que permitiram espaço para que se desse diálogo entre elas: por um lado, a fotografia se viu associada a uma tecnologia de ponta, à febre eletrônica e por conseguinte à repetição, à saturação e ao descarte; por outro lado, a fotografia foi revalorizada pela prática manual, analógica, artesanal. O diálogo entre essas duas frentes mostrou que uma não estava imune à outra e possivelmente sequer se pretendiam assim, exemplo disso é a busca dos jovens por polaroids e câmeras lomo, o que é pelo menos um indício de que o universo da fotografia também foi contagiado pelo passadismo e por uma espécie de encantamento pela memória.

Enquanto a fotografia no século XIX e no início do século XX se apresentava com a função de estancar o fluxo de tempo que escorria rápida e progressivamente em direção ao futuro, fazendo do presente um instante pressionado e diminuto por conta da velocidade das transformações, hoje a fotografia poderia se apresentar como uma ferramenta importante no aprendizado de uma relação mais sensível com os espaços que são ressignificados na medida em que se investe na passagem de um maior fluxo de pessoas, seja por obra do urbanismo, do turismo ou das políticas públicas voltadas para o lugar.

O visitante, carioca ou não, que se colocar na posição de observador e que buscar uma relação de invenção e de descoberta do espaço que o cerca não se envolverá com a fotografia exclusivamente como um espelho do real porque isso limitaria a tensão entre a força da subjetividade do fotógrafo e a força da alma da cidade. Parece que compreender a fotografia como transformação do real seja o mais fértil nesse caso da sensibilização do olhar porque tais perspectivas permitem que se coloquem em tensão as muitas nuances que envolvem o fotógrafo e o objeto fotografado. É justamente o tipo de relação que se constrói entre fotógrafo e objeto fotografado que imprime ao momento fotográfico circunstâncias específicas do aprendizado do olhar, quando a partir daí se consegue

selecionar, colocar em destaque, promover uma concepção, compartilhar o seu próprio olhar. Assim, a fotografia não funcionaria como um registro objetivo do que se viu, mas como a construção subjetiva daquilo que o fotógrafo se permitiu descobrir ou até mesmo inventar na sua relação com a cidade.

Atualmente, as discussões sobre as novas formas de turismo no mundo contemporâneo salientam que buscar a transcendência do fenômeno turístico implica em descobrir novos olhares e percepções dos lugares aos quais ele se impõe e que almeja superar. Nesse sentido, não basta simplesmente adicionar ou reinventar atividades criativas nos atrativos turísticos tradicionais, mas sim redirecionar o olhar do turista em relação ao próprio destino e à própria cidade. Compreender a viagem como uma experiência que conduz ao autoconhecimento e à consciência do nosso eu, da nossa história, das nossas possibilidades e das nossas limitações pode servir como base para a redescoberta e valorização de expressões culturais ora esquecidas ou limitadas a pequenos grupos que vivem nas cidades turísticas.

A fotografia é uma forma de promover esse estudo do olhar do fotógrafo-visitante. Assim, interessa menos que a fotografia seja realista, que apresente as coisas tal como elas são, mas que ele se preocupe em pensar sobre elas e apresentá-las tal como elas lhe parecem, a partir dos critérios estéticos, históricos, afetivos, quais sejam que possam permitir com que se selecione precisamente os traços que pareçam essenciais daquele objeto ou daquela paisagem. Esse exercício se dá no duplo movimento de olhar para fora e olhar para dentro simultaneamente e se catalisa quando há a percepção de que aquilo que vai fora nos fere dentro e aquilo que vai por dentro interfere no mundo cá fora. Não se trata, portanto, apenas de um estudo de composição, mas de um estudo da subjetividade, que permite que as coisas passem a existir dentro da gente e não apenas na externalidade. Esse mesmo movimento é aquele responsável por

fazer dos fotógrafos-visitantes os descobridores e inventores da cidade.

É possível que uma das coisas que mais instigue os turistas a habitualmente carregarem suas câmeras é o fato de que perseguem o impulso de possuir, guardar a beleza das coisas que conhecem durante as suas viagens. Tal como sugeriu Alain de Botton (2004, p. 218), ao revisitar John Ruskin, talvez uma das melhores formas de possuir a beleza seja compreendê-la a partir da consciência de quais fatores e sentimentos em nós é responsável por reconhecer ou atribuir beleza às coisas. A compreensão, entretanto, tem seus limites e ela em geral não consegue traduzir em sentido aquilo que é sentido – sentimento. A sugestão de Ruskin é a de que a prática do desenho, mais do que treinar e criar novos excelentes desenhistas, tem como finalidade principal ensinar a ver. O olhar atento, persistente, demorado, paciente, a exigência sobre a precisão do movimento da mão, tudo isso interfere mais em como se olha do que no quê se desenha. Àquela altura, Ruskin criticava os que pensavam que a fotografia poderia lhes assegurar a posse automática das coisas do mundo. Entretanto, entendemos que a fotografia, tal como a atividade turística comprometida com a experiência urbana, podem ser elas mesmas um artifício tal qual o desenho: de sensibilização do olhar, de educação dos sentidos, de redefinição das experiências através da cultura e dos encontros aos quais a cidade convida.

## REFERÊNCIAS

ANDREATTA, V. **Cidades Quadradas, Paraísos Circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX.** Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2006.

BARRA, S. **Entre a Corte e a Cidade** - O Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821). Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2008.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire, um Lírico no Auge do Capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BOTTON, A. **A Arte de Viajar**. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2004.

CRARY, J. **Techniques of the observer**: on vision and modernity in the 19<sup>th</sup> century. Cambridge: Editora MIT Press, 1990.

CRARY, J. **Suspension of perception**: attention, spectacle, and modern culture. Cambridge: Editora MIT Press, 2001.

GUMBRECHT, H. U. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.

GUMBRECHT, H. U. **Produção de Presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2010.

PANOSSO NETTO, A. **Turismo de Experiência**. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

RIO, J. **A Alma Encantadora das Ruas**: crônicas. Belo Horizonte: Editora Crisálida, 2007.

RODRIGUES, A. E. M. R. “Em algum lugar do passado. Cultura e história na cidade do Rio de Janeiro” *In*: AZEVEDO, A. N. (org.). **Anais do seminário Rio de Janeiro**: capital e capitalidade. Rio de

Janeiro: Departamento Cultural/NAPE/DEPEXT/SR-3/UERJ, 2002.

RODRIGUES, A. E. M. R. “América renascentista - um ensaio: as experiências modernas no espaço da Baía da Guanabara - a dupla fundação da cidade do Rio de Janeiro: entre ideais e utopias”. **MORUS - Utopia e Renascimento**, vol. 3, 2006.

SCHORSKE, C. **Pensando com a História**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

SCHWARCZ, L. M. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2002.

SEVCENKO, N. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2003.

SIMMEL, G. “**La tragedie de la culture**”. Paris: Editora Rivages, 1993.

SUSSEKIND, F. **Cinematógrafo das Letras**: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1987.



## **CAPÍTULO 3**

---

*Alteridade e Turismo*





## ALTERIDADE E TURISMO

*Beatriz Fernandes Caldas*

Para pensar a questão da alteridade no turismo partimos da própria etimologia do termo “alteridade”, que deriva da palavra latina “alter” (outro) + sufixo latino “tatis” (-dade) (TORRINHA, 1942), apontando para a instância do outro, dos outros, da outra, das outras. A esses outros todos podemos associar reflexões de ordem filosófica, sociológica, antropológica, cultural, psicológica, entre tantas outras. Pretendemos chegar a algumas considerações sobre a instância do outro no que diz respeito ao turismo, mas mesmo assim esse caminho perpassa muitos outros que necessariamente se entrecruzam.

Por outro lado, no título do nosso trabalho, temos o conceito de turismo, sobre o qual nos deteremos adiante. Por ora, numa visão que antecede o que se denomina turismo propriamente dito, destacamos a ideia de viagens e deslocamentos. A própria pré-história menciona deslocamentos dos grupamentos nômades, que partiam para outras paragens assim que os alimentos ficavam escassos em um local. Seria a necessidade de sobrevivência desses grupos humanos a única razão para esses percursos? Em parte, sim, mas mesmo quando a atividade de agricultura e lida com animais em pastos passaram a transformar esses nômades em agrupamentos sedentários, os deslocamentos ainda aconteciam. Acossados pelas intempéries da natureza, transformações climáticas e lutas contra outros grupos, os deslocamentos continuaram a acontecer. A sede de conquistas de outras terras, de vitória sobre outros povos, de fugas nas derrotas e busca de territórios menos ameaçados sem dúvida também têm desempenhado papel essencial como motivos para viagens, deslocamentos, idas, com e sem voltas. Além desses

motivos, haveria algum outro fundamento social para a procura do deslocamento? Algum intrínseco desejo de aventura na natureza humana?

Quanto ao termo turismo *stricto sensu*, procuraremos desenvolver um trabalho dentro dos moldes da Análise do Discurso (AD) de orientação francesa, criada por Pêcheux no último quartel do século passado. A Análise do Discurso é uma disciplina de entremeio, ou seja, é uma disciplina situada entre o marxismo, a linguística e uma semântica de base materialista. A psicanálise é igualmente convocada, sobretudo nas questões relativas ao sujeito. A AD constituiu-se na esteira das reflexões filosóficas a respeito do marxismo. Desenvolveu-se nos desdobramentos das grandes discussões sobre a linguística, além de reterritorializar conceitos da releitura da psicanálise freudiana feita por Lacan a partir dos anos 1950. Assim, no bojo de sua construção teórica, a AD introduz muitas questões instigantes, destacando-se, entre elas, a da produção de sentidos, cerne do construto teórico “discurso”. Mobilizamos alguns conceitos teóricos para levar a cabo nosso intuito e passamos a apresentá-los abaixo.

Entre eles, destacamos o conceito de discurso. O termo discurso, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informações entre A e B mas, de modo geral, de um efeito de sentidos entre os pontos A e B. (PÊCHEUX, AAD-69, p. 82) A e B correspondem às posições de sujeito no discurso e não aos falantes propriamente ditos. Para a AD o que está em jogo, portanto, são os efeitos de sentidos e não a transmissão de informações. A questão dos efeitos de sentidos vincula-se ao fato de que as palavras e expressões mudam de sentido conforme as posições dos sujeitos nos discursos. Assim,

as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles

que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às posições ideológicas...” (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Com efeito, os sentidos da palavra “turismo” serão vários se considerarmos as condições históricas de sua produção. Portanto, temos o próprio conceito de turismo, interpretado de diferentes formas dentro de uma linha de tempo. Para nos debruçarmos sobre essa questão, trazemos aqui o conceito de *corpus* discursivo, pinçado de um *corpus* empírico. O *corpus* empírico é o material, texto, ou matéria linguística com a qual trabalhamos. Para nossa investigação elegemos como *corpus* empírico o “Manual de iniciação ao estudo do turismo” (BARRETTO, 1999). Dessa obra realizamos recortes, que para a AD, são unidades de sentido. Como dispositivo de análise, elegemos como recorte as definições de “turismo”. Construimos, então, uma série de sequências discursivas que passam a constituir o nosso *corpus* discursivo. Com a fundamentação do dispositivo teórico da AD, através da observação das sequências discursivas (SD), aliada a um levantamento das possíveis condições historiográficas em que foram produzidos, podemos levantar algumas observações da análise. Mostramos em seguida as sequências discursivas (SDs) recortadas e respectivas observações.

Nossas análises foram realizadas a partir do enunciado definidor (MAZIÈRE, 1989):

...temos uma análise discursiva do enunciado definidor concebido como o lugar em que se constrói e se pode mostrar o “como se diz” de uma sociedade. Ao colocar em evidência esse verdadeiro “pronto para dizer” [prêt à parler] ... deveríamos ser conduzidos a idéia de que, no interior da definição, se pode estudar

de maneira privilegiada o que M. Pêcheux denominou “pré-construído” (p. 48).

O “pré-construído” (PÊCHEUX, 1988) nos remete a pontos de inserção de outros discursos, e nossas observações giram em torno desse conceito para cada uma das sequências apontadas. Na superfície linguística sobre a qual fazemos observações traz adjetivos, orações relativas e outros recursos sintáticos que apresentam esses pré-construídos e pontos de inserção. Fundamentamos nossas análises também em Nunes (2014), que, em retomada aos estudos de Mazière, afirma que:

O enunciado definidor é geralmente formulado por um nome que funciona como hiperônimo da palavra de entrada, seguido de uma série de determinações por adjetivações, orações relativas, orações reduzidas de participípio e outras. Tais elementos do enunciado definidor condicionam os pontos de inserção dos discursos outros, as possibilidades de equívoco inscritas na materialidade linguística (NUNES, 2014, p. 70).

Passamos, então, a apresentação das sequências discursivas recortadas de enunciados feitos ao longo do século XX. Sublinhamos alguns trechos sobre os quais faremos comentários mais abaixo:

## ***CORPUS EMPÍRICO***

Primeira definição (1911), Hermann von Schullern zu Schattenhofen:

SD1 - turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado (BARRETTO, 1999, p. 10).

Robert Glücksmann (Em 1929 - escola berlinesa –Fernández Fúster 1974, p. 24-28 *apud* Barretto, 1999:

SD2 - Um vencimento do espaço por pessoas que vão para um local no qual não têm residência fixa” (BARRETTO, 1999, p. 10).

Definição refeita em 1939:

SD3 - Quem interpreta o turismo como um problema de transporte, confunde este com o tráfego de turistas. O turismo começa onde o tráfego termina, no porto de turismo, no lugar de hospedagem. O tráfego de viajantes conduz ao turismo, porém, não é turismo propriamente, nem sequer em parte. Turismo é a soma das relações existentes entre pessoa que se encontram temporariamente num lugar e os naturais desse local (BARRETTO, 1999, p. 11).

Schwink:

SD4 - Movimento de pessoas que abandonam temporariamente o lugar de residência permanente por qualquer motivo relacionado com o espírito, o corpo ou a profissão (BARRETTO, 1999, p. 11).



Borman:

SD5 - Conjunto de viagens cujo objeto é o prazer ou por motivos comerciais ou profissionais ou outros análogos e durante os quais, a ausência da residência habitual é temporária. Não são incluídas em turismo as viagens realizadas para ir ao local de trabalho (BARRETTO, 1999, p. 11-12).

Josef Stradner:

SD6 - Tráfego de viajantes de luxo (aqueles que têm condução própria) que se detêm num local fora do seu lugar fixo de residência e com sua presença naquele país não perseguem nenhum propósito econômico, mas buscam a satisfação de uma necessidade de luxo (BARRETTO, 1999, p. 12).

Morgenroth:

SD7 - Tráfego de pessoas que se afastam temporariamente do seu lugar fixo de residência para deter-se em outro local com o objetivo de satisfazer suas necessidades vitais e de cultura ou para realizar desejos de diversas índoles, unicamente como consumidores de bens econômicos e culturais (BARRETTO, 1999, p. 12-13).

Benscheidt:

SD8 - O conjunto de relações pacíficas e esporádicas entre viajantes que visitam um local por motivos não

profissionais e os naturais deste lugar (BARRETTO, 1999, p. 13).

Comentário: O sujeito é definido como viajante (que de alguma forma já insere a ideia de deslocamento). As relações são descritas como “pacíficas”, ou seja, excluem-se aí as incursões ou missões militares. Os locais são visitados por motivos não profissionais, ou seja, não são visitas para trabalho e os naturais deste lugar são os moradores ou habitantes do lugar visitados. O sentido de “naturais” parece apontar para os nativos do lugar visitado, ou seja, os que residem lá, ao contrário do turista.

Lesczyck (escola polonesa):

SD9 - O movimento turístico é aquele no qual participam os que durante um certo tempo residem num certo lugar, como estrangeiros ou forasteiros e sem caráter lucrativo, oficial (de serviço) ou militar (BARRETTO, 1999, p. 13).

A.J.Norwal (Inglaterra, 1936):

SD10 - Turista é a pessoa que entra num país estrangeiro sem a intenção de fixar residência nele, ou de nele trabalhar regularmente, e que gasta, naquela país de residência temporária, o dinheiro que ganhou em outro lugar (DE LA TORRE, 1992, p. 17 *apud* BARRETTO, 1999, p. 13-14).



### Michele Troisi (Itália 1942):

SD11 - Conjunto de viagens temporárias de pessoas, motivadas por necessidade de repouso, de cura, espirituais ou intelectuais (BARRETTO, 1999, p. 14).

### Walter Hunziker e Kurt Krapf (Suíça 1942):

SD12 - Turismo é o conjunto das relações e dos fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local de domicílio, sempre que ditos deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa (BARRETTO, 1999, p. 14).

### Luis Fernández Fúster (Espanha 1973):

SD13 - Turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outros, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habilitar para atender às concorrentes (...) Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda (...). Também são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras (BARRETTO, 1999, p. 15).

### Donald Lundberg (Estados Unidos):

SD14 - O turismo é a atividade de transporte, cuidado, alimentação e entretenimento do turista; tem um grande componente econômico, mas suas implicações sociais são bem mais profundas. Estimula o interesse no passado, na arquitetura e na arte ... (LUNDBERG, 1974, p. 25 *apud* BARRETTO, 1999, p. 15).

### J.I. Arrilaga (Espanha):

SD15 - O turismo é o conjunto de deslocamentos voluntários e temporais determinados por causas alheias ao lucro; conjunto de bens, serviços e organizações que determinam e tornam possíveis este deslocamentos e as relações e fatos que entre aqueles e os viajantes têm lugar (ARRILAGA, 1976, p. 25 *apud* BARRETTO, 1999, p. 16).

### Definição de turismo pela Organização Mundial do Turismo (OMT):

SD16 - Soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais (DE LA TORRE, 1992, p. 19 *apud* BARRETTO, 1999, p. 16).

## Definição de Oscar de la Torre (México):

SD17 - O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1992, p. 19 *apud* BARRETTO, 1999, p. 17).

## **CORPUS DISCURSIVO**

Das sequências discursivas apresentadas acima, selecionamos alguns enunciados e os agrupamos segundo o critério de referência. São eles:

### **Grupo I – referência à temporalidade**

SD1 - chegada, na permanência e na saída

SD2 - não têm residência fixa

SD4 - temporariamente o lugar de residência permanente

SD5 - a ausência da residência habitual é temporária

SD6 - fora do seu lugar fixo de residência

SD7 - afastam temporariamente

SD9 - durante um certo tempo residem num certo lugar

SD10 - sem a intenção de fixar residência nele,

SD11 - viagens temporárias

SD12 - fora do seu local de domicílio

SD15 - deslocamentos voluntários e temporários

SD16 - câmbio de residência temporário e voluntário

SD17 - deslocamento voluntário e temporário

## **Grupo II - referência a objetivos**

SD4 - motivo relacionado com o espírito, o corpo ou a profissão

SD5 - o prazer ou por motivos comerciais ou profissionais ou outros análogos/ Não para ir ao local de trabalho

SD 6 - nenhum propósito econômico, mas buscam a satisfação de uma necessidade de luxo

SD7 - objetivo de satisfazer suas necessidades vitais e de cultura ou para realizar desejos de diversas índoles

SD8 - motivos não profissionais

SD9 - sem caráter lucrativo, oficial (de serviço) ou militar

SD11 - motivadas por necessidade de repouso, de cura, espirituais ou intelectuais

SD12 - não estejam motivados por uma atividade lucrativa

SD14 - Estimula o interesse no passado, na arquitetura e na arte

SD16 - motivado por razões alheias a negócios ou profissionais

SD17 - motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde

### **Grupo III – referência a fatores econômicos**

SD1 - que compreende todos os processos, especialmente os econômicos

SD5 - motivos comerciais

SD6 - nenhum propósito econômico

SD7 - consumidores de bens econômicos e culturais

SD9 - sem caráter lucrativo

SD10 - gasta, naquela país de residência temporária, o dinheiro que ganhou em outro lugar

SD12 - não estejam motivados por uma atividade lucrativa

SD13 - o núcleo deve habilitar para atender às concorrentes

SD14 - tem um grande componente econômico

SD15 - causas alheias ao lucro

SD17 - não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada

### **ANÁLISE**

Ao analisar o Grupo I – Referência à temporalidade, deparamo-nos com paráfrases do enunciado “provisório”, “temporário”, “por curto espaço de tempo”. A partir da observação desses enunciados recorrentes, podemos levantar uma questão que pode nos guiar à compreensão do que seja um discurso sobre turismo. Segundo Mariani (1988, p. 60), “os ‘discursos sobre’ são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito linearidade e homogeneidade da memória”. Essa

institucionalização parece estar bem relacionada ao termo “turismo”. Este termo tem como registro a seguinte história:

A palavra turismo é usada em nosso idioma como um empréstimo do termo *tourism* em inglês que, por sua vez, vem do francês *tour*, que significa "dar uma volta". No entanto, sua origem remota provém do vocábulo *tornus* em latim, que quer dizer movimento ou volta. Disponível em: <<https://etimologia.com.br/turismo>>. Acesso em: 13/07/2020).

Sobre a etimologia da palavra teríamos que salientar que o termo “turismo” não era usado antes da prática social a qual está associado. O discurso então se constitui como um “acontecimento” no sentido que lhe atribuído em AD. O acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1997, p. 17) é assim o resultado do encontro de uma prática social conhecida desde sempre, a saber, as viagens, os deslocamentos, as jornadas, constitutivos de toda uma memória ou conjunto de interdiscursos com uma atualidade, ou seja, com um novo sentido que irrompe e passa a denominar uma nova ordem de eventos.

Uma das condições que nos chamou a atenção na análise dessas sequências discursivas foi a “temporalidade” que constitui a prática do turismo. Por que as viagens de turismo têm de ser sempre caracterizadas assim? Assim sendo, a etimologia do termo “turismo” atende a essa característica. O “tour” é uma volta. Alguém sai num percurso, mas volta. Esses “tours” ou “voltas” eram práticas sociais entre os aristocratas ingleses no início do século XIX (Disponível em: <<https://etimologia.com.br/turismo>>. Acesso em: 13/07/2020) e essa parece ter sido a origem do termo. Ainda assim, chama a atenção o fato de ter sido transferido um hábito da aristocracia para

a classe trabalhadora. É possível que esse fenômeno tenha relação com o crescimento urbano, com a transferência da população que vivia na zona rural para as cidades, no processo de revolução industrial que transformou a sociedade da época. Interpretamos a “temporalidade” das viagens turísticas não só ao traço aristocrático a ser imitado por uma nova classe de trabalhadores que procuravam assimilar o glamour dos nobres, mas também, e talvez, com maior influência, o fator organização. Afinal, era um número muito grande de viajantes que agora dispunha de alguns recursos para se ausentar temporariamente do local de domicílio, mas era importante que voltasse, pois precisava integrar o contingente de funcionários em produção, mais graduados, talvez, mas ainda assim, trabalhadores. Satisfazia-se assim a equação da satisfação de um recém conquistado posto mais elevado na hierarquia dos operários, e ao mesmo tempo mantinha-se um certo controle sobre esse trabalhador sofisticado que vai, mas volta. A indústria do turismo desempenha assim um papel organizador dos anseios de uma nova sociedade, ao mesmo tempo, a controla e a mantém estruturada para os novos desenvolvimentos do capitalismo. Entendemos que tenha sido esse o pano de fundo do surgimento do turismo.

Ao analisar o Grupo II - Referência a objetivos, deparamo-nos com a recorrência à ideia de afastamento do trabalho, procura de cultura, entretenimento, lazer. Ainda que haja uma referência a motivos profissionais, a recomendação é que a realização desses seja longe do trabalho. Com a nova configuração do trabalho de uma determinada classe de trabalhadores que ascendeu financeiramente com a revolução industrial, e com o crescente desenvolvimento da vida urbana, desponta a oportunidade para organização das atividades longe do trabalho e o turismo parece ter se apropriado dessa tendência. É interessante a menção à vida cultural, à satisfação de desejos de repouso, à procura de cura, de saúde, de contato com a história, artes, arquitetura etc. O que se pode depreender desses enunciados é que a atividade turística reserva a todas essas atividades

um espaço que não existe na vida cotidiana daqueles que trabalham. É necessário que se afastem inteiramente do local onde exercem suas profissões e dispam-se de todos os interesses voltados para o trabalho para que possam usufruir desses outros bens do convívio humano. É uma divisão entre trabalho e não-trabalho, e o turismo ocupa o lugar desse último para organizá-lo dentro do sistema. É uma prática de inspiração capitalista, e ainda que possa ter sido possível em regimes comunistas sob a égide de partidos políticos, onde supomos que tenha outros modos de realização, aponta, de toda forma, para um controle social sobre o não-trabalho.

Ao analisar o Grupo III – Referência a fatores econômicos deparamo-nos com o enunciado oriundo do discurso econômico. É importante salientar que nos enunciados apresentados, a questão econômica parece ter dois lados: o primeiro deles é referente à própria atividade de turismo, como aparece em SD1, SD13 e SD14. Referem-se às empresas organizadas para promover o turismo, que se reafirmam como grupos empresariais imersos em processos econômicos, não só do lado passivo de suas contabilidades, ou seja, nos seus gastos para manter as estruturas para o turismo, mas também do lado contabilmente ativo de suas atividades, nomeadamente, os lucros. Enfrentam concorrência e não deixam nada a dever a quaisquer atividades inseridas nas práticas comerciais da sociedade. Por outro lado, da SD2 a SD12 e da SD15 a SD17 a questão econômica aponta para o segundo lado, ou seja, para o que representa para o turista. Nessas referências, a ideia recorrente é: o turista não procura lucro, não procura atividade comercial lucrativa nem tem como objetivo nenhuma atividade remunerada. O desenho do modelo turístico apregoa a suspensão de atividade que se traduza em ganho financeiro, mas projeta gastos com consumo de despesas hoteleiras, meios de transporte, gastos com gastronomia, atividades culturais e outros produtos associados ao turismo. O desenho de funcionamento do turismo opera com base na necessidade de lazer, na atividade de férias, tempo longe do trabalho, descanso, procura



de novos ares, busca de produtos culturais etc. Esse desenho do funcionamento do turismo simultaneamente sustenta a atividade turística, que lucra com todos os gastos feitos no lugar onde o turista não mora. Tal desenho tem perdurado ao longo de décadas, embora tenha passado por mudanças relevantes na passagem para o século XXI. Essas transformações no turismo são oriundas das mudanças sociais em curso nas últimas décadas, introduzindo à atividade turística novos sentidos discursivos imbricados nas mutações da sociedade.

Da análise das sequências discursivas podemos postular a existência de um discurso sobre turismo. Assim sendo, podemos postular também a existência de uma posição sujeito turista. Assim teorizado pela AD, esse sujeito, também é afetado por dois esquecimentos, ou ilusões. É na interpelação em sujeito que se organiza sua relação com o imaginário e na sua estruturação e nos seus processos de identificação que se compreende sua inscrição no simbólico. Segundo Indursky:

Processos discursivos assim concebidos não têm origem no sujeito, já que são determinados pela FD em que o falante se insere. No entanto, o sujeito falante tem a **ilusão discursiva** não apenas **de ser a fonte do sentido** (ilusão-esquecimento nº 1), mas também **de ter domínio daquilo que diz**, de ser o mestre absoluto de seu processo de enunciação, dominando as estratégias discursivas necessárias para dizer o que pretende (ilusão-esquecimento nº 2) (INDURSKY, 1997, p. 32, grifos próprios).

Na ilusão discursiva nº 1 o sujeito não percebe a relação que mantém com a ideologia que o assujeita. É um processo inconsciente. A ilusão nº 2 está relacionada aos processos enunciativos do sujeito, criando-lhe a ilusão de que o que tem a dizer

só pode ser dito através do encadeamento sintático feito por ele no intradiscurso que usa. A contribuição da psicanálise, com sua noção de sujeito clivado pelo inconsciente, é parte do lugar de entremeio que ocupa a AD. Esse aporte teórico talvez a diferencie de forma definitiva de muitas outras disciplinas também voltadas para a língua e para o social.

Dessa forma, o turista ocupa a posição-sujeito daquele que se desloca no espaço por um determinado tempo, sujeito que se constitui e é constituído pelo discurso sobre turismo, circundado de todo um conjunto de interdiscursos em movimento. Dessa maneira aciona-se um processo de identificação no qual o sujeito posiciona-se na formação discursiva que o determina, isto é, identifica-se com determinados sentidos e rejeita outros. Destacamos que, do ponto de vista discursivo, sujeitos e sentidos garantem, pela força do imaginário, uma aparente unidade. O funcionamento do discurso sobre o turismo produz efeitos de identificação do sujeito-turista no enlaçamento que une deslocamento no espaço, por tempo determinado, e a condição econômica advinda dessa prática social. Essa posição-sujeito se crê estável, em processo de identificação com os valores de todo um conjunto de interdiscursos que se entrelaçam e afirmam sua posição-sujeito turista apto a se afastar de suas funções laborais e usufruir de toda gama de vivências que a atividade turística pode lhe oferecer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O elemento sedutor que direciona o turista para sua saída temporária e passageira é a alteridade. É a ideia do face a face com o outro, a alteridade, enfim, que embala essa viagem: o encontro com outros tempos do passado, vívido na presença das peças de museu, outros ritmos de dança, outra música, outros modos de produzir arte, outros sabores, cheiros e ares. Apresenta-se o encontro com outras

pessoas, outros costumes, outras formas de viver a vida. De toda forma, no entanto, é uma alteridade programada. A surpresa e o encanto com o exótico, o longínquo, o diferente são até certo ponto previsíveis e programadas pelos agentes que promovem o turismo, mas nem por isso deixam de exercer esse efeito nos turistas que participam da prática social.

A alteridade também é sujeita a historicidade e condições de mudança discursiva. Se há algum tempo as surpresas e o entretenimento eram garantidos pelo exotismo das culturas distantes no tempo e no espaço, percebe-se um deslocamento nesse elemento de atração turística para fatores sociais, ambientais e de aventura, para citar alguns. No que tange os fatores sociais, a alteridade leva grupos de turistas a comunidades de baixa renda, a áreas rurais de agricultura familiar, a rincões de criação de animais e locais em que a vida social é diferente da que experimenta no seu dia a dia. É uma alteridade na vida do turista que procura lhe despertar a consciência para as desigualdades sociais e lhe oferecer uma oportunidade para mitigá-la por meio do consumo de produtos e serviços desses locais. Há também o turismo voltado para as questões ecológicas, acompanhando o discurso de conscientização para preservação das matas, das áreas montanhosas, dos rios, lagos, lagoas e mares, em que a alteridade se faz representar pelo contato com a própria natureza. Já no turismo de aventuras, o turista procura talvez resgatar as emoções fortes que a vida cotidiana não lhe oferece, e a alteridade que essa modalidade de turismo lhe oferece é a vivência de sentimentos e reações inesperadas. Poderíamos também citar o turismo religioso, em que a alteridade procurada é o êxtase propiciado pela fé, ou ainda as atividades ilícitas de turismo, como o turismo sexual ou turismo de drogas, com suas alteridades específicas imorais ou pouco saudáveis.

De toda forma, a alteridade no turismo está sempre acompanhada de planejamento e cuidados para o lado que programa

a atividade turística, e o encanto da surpresa e encontro com algo diferente que quebre a rotina da vida cotidiana. É uma prática social domesticada, organizada e controlada dentro do discurso sobre turismo, oferecendo alteridades programadas e afiliadas a vários outros discursos que surgem ao longo das grandes mudanças que se desdobram nas sociedades humanas.

## REFERÊNCIAS

BARRETTO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas: Editora Papirus, 1999.

EQUIPE EDITORIAL. “Etimologia, Origem do conceito: Etimologia de Turismo”. **Portal Eletrônico Etimologia** [2019]. Disponível em: <<https://etimologia.com.br>>. Acesso em: 05/09/2019.

GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. **Conceitos Essenciais da Sociologia**. Marília: Editora da UNESP, 2016.

INDURSKY, F. **A Fala dos Quartéis e Outras Vozes**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MARIANI, B. **O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP, 1998.

MATTA, R. **Relativizando – uma Introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MAZIÈRE, F. **O Enunciado Definidor**: discurso e sintaxe. Pontes: Editora Campinas, 1989.

NUNES, J. H. “A cidade enquanto objeto do discurso enciclopédico”. **Revista RUA**, vol. 20, 2015.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Editora Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988 [1975].

TORRINHA, F. **Dicionário Latino Português**. Porto: Editora Porto, 1942.

## **CAPÍTULO 4**

---

*Gestão de Destinos Turísticos: Reflexões  
sobre Abordagens de Planejamento  
e Desafios para a Sustentabilidade*



## **GESTÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS: REFLEXÕES SOBRE ABORDAGENS DE PLANEJAMENTO E DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE**

*Clara Carvalho de Lemos*

A produção científica do turismo tem sido marcada por um intercâmbio acadêmico de diversas disciplinas, em especial das áreas da antropologia, geografia, administração, história, planejamento urbano, economia e sociologia. Para a gestão e o planejamento de destinos turísticos, ganha destaque a contribuição da geografia, por meio de estudos e relatos a respeito dos impactos causados pelo desenvolvimento do turismo nos meios físico e cultural, que começam a se desenvolver especialmente nas primeiras décadas do século XX.

O Ciclo de Vida das Destinações Turísticas (BUTLER, 1980) tornou-se uma das teorias mais conhecidas e citadas sobre mudanças e dinâmicas dos impactos do turismo, e apesar de controversa, é a partir dela que início os estudos sobre gestão de destinos turísticos nas turmas de graduação em Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. A teoria de Butler nos proporciona uma excelente oportunidade de apresentar aos alunos parte da história intelectual e das origens dos estudos do turismo, e representa um esforço por parte de acadêmicos, dos quais Richard Butler é um expoente, em compreender a dinâmica dos efeitos que o turismo causa nos destinos, os fatores que influenciam essas mudanças; e tentar encontrar padrões, dentro de um contexto cíclico, de desenvolvimento turístico.

O autor descreve as fases pelas quais um destino turístico fatalmente deve passar, ao longo de um processo que inclui:



exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação, declínio e, possivelmente, rejuvenescimento. Em seu texto, relaciona os conceitos de ciclo de vida de produtos, atratividade dos destinos e capacidade de suporte; e a influência destes nos diferentes perfis, motivações, comportamentos e desejos dos visitantes. São conceitos amplamente presentes nos estudos e experiências de planejamento e gestão do turismo até os dias atuais. Algumas das constatações que nos parecem óbvias atualmente foram discutidas por Butler de maneira original, especialmente o fato de que até então ainda não era comum se colocar em questão os limites para o crescimento do turismo. Muitos dos estudos sobre planejamento do turismo também não discutiam a possível perda de atratividade dos destinos, suas possíveis causas e consequências.

Para a construção do modelo, Butler se baseou em experiências pessoais e observações empíricas dos *resorts* de férias britânicos, mas também em inúmeros relatos de viagens e pesquisas realizadas que datam desde o início do século XX, feitas por Gilbert (1939; 1954), Ogilvie (1933), Barratt (1958), Christaller (1963), Plog (1972) dentre outros.

A dinâmica dos famosos *resorts* de férias britânicos, portanto, vinha sendo observada e estudada desde a década de 1930. Mais recentemente, Butler (2006) destacou o fato de que, apesar de a pesquisa em turismo nas décadas anteriores a 1980 ser frequentemente apontada como limitada, seu trabalho foi fortemente baseado em contribuições e trabalhos de autores - geógrafos em sua maioria, cujas obras são bem anteriores a essa época e permanecem relativamente desconhecidas para muitos dos estudantes e estudiosos de turismo atuais, embora tenham lançado as bases para grande parte dos trabalhos posteriores sobre destinos turísticos. O autor inclusive reconhece que “não havia nada devastadoramente complicado ou original nos dados ou fatos nos quais o modelo se baseia”.

Butler, portanto, colocou dentro de um padrão e de um contexto cíclico uma realidade que todos conheciam e claramente reconheciam, mas nunca haviam tentado formular em uma teoria geral (LUNDGREN, 1984). As críticas, tanto ao modelo em si quanto à própria tentativa de se estabelecer padrões para aspectos que, na prática, são complexos e multifacetados, não nos impede de reconhecer que a teoria, e os fatos e relatos nos quais é baseada, representou um passo importante nos estudos de planejamento e gestão de destinos turísticos. Até muito recentemente, não era incomum encontrarmos na literatura uma apologia do turismo como uma indústria sem chaminés, uma rota alternativa de desenvolvimento com muitas oportunidades e desdobramentos positivos, ignorando a enorme capacidade do turismo de mudar os destinos e causar impactos negativos.

Além disso, a Teoria do Ciclo de Vida das Destinações Turísticas é lançada numa época em que a plataforma da defesa do turismo (*advocacy platform*) ainda era amplamente difundida (JAFARI, 1990). O turismo era frequentemente apresentado a partir da sua enorme capacidade de gerar postos de trabalho, induzir outros setores da economia, e gerar divisas extremamente necessárias para as comunidades e destinos onde ocorria. Os entusiastas vendiam um ideário turístico de preservação e proteção dos ambientes naturais e artificiais e valorização das tradições do passado. Essa visão está presente na literatura do turismo desde as primeiras décadas do século XX, mas ganha força especialmente após a Segunda Guerra Mundial e, mais tarde, nos anos sessenta, quando o turismo era amplamente propagado como oportunidade de rápido desenvolvimento econômico.

Entendemos como extremamente necessária essa contextualização para o estudante de graduação em turismo, especialmente para estimular o senso crítico e a capacidade de “ler” e compreender os planos de turismo, o contexto político e

institucional em que eles estão inseridos, mas também a forma como a capacidade do turismo em causar impactos é abordada no âmbito da gestão dos destinos, e a maneira como crescimento e desenvolvimento são tratados na gestão pública e privada do setor.

As reflexões apresentadas neste texto buscam organizar e sintetizar algumas das discussões realizadas em sala de aula na disciplina de Gestão de Destinos Turísticos, ministrada por mim, no curso de graduação em Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

## **TURISMO E DESENVOLVIMENTO: RECONHECENDO AS ABORDAGENS DE PLANEJAMENTO E AS PLATAFORMAS DO CONHECIMENTO**

O modelo de ciclo de vida das destinações turísticas de Butler sugeria uma tendência do turismo, sob condições de demanda sustentada, em expandir e crescer além da capacidade de suporte dos destinos, em um momento em que ainda não era tão presente o questionamento a respeito do crescimento indiscriminado do turismo. As fases propostas no modelo se confirmavam em situações em que o planejamento se mostrava ausente, e não é exagero afirmar que os relatos e experiências, a partir dos quais o modelo foi elaborado, serviram de base para a construção das teorias de planejamento turístico das décadas seguintes.

Para o estudante de graduação em turismo, é necessário compreender as diferentes plataformas do conhecimento do turismo propostas por Jafari (1990), pois nos oferecem uma estrutura a partir da qual é possível identificar como se deu a construção do conhecimento na área, as políticas públicas do setor, como se

posicionam os órgãos oficiais de turismo, e os diferentes paradigmas e abordagens de planejamento ainda presentes na atualidade.

Jafari (1990) chamou a atenção para as diferentes visões contraditórias dos governos a respeito do desenvolvimento do turismo. Para melhor compreender esses pontos de vista e narrativas tão divergentes, o autor propôs categorias que chamou de “plataformas”, de forma a identificar e marcar os processos evolutivos no pensamento sobre o turismo. Na época, o autor identificou as plataformas da defesa (*advocacy*), da advertência (*adaptancy*), da precaução (*cautionary*) e do conhecimento (*knowledge-based*). Mais recentemente, alguns autores (SANTOS; POSSAMAI; MARINHO, 2009) argumentaram que o estudo do turismo estaria desenvolvendo uma nova dimensão dentro da plataforma de conhecimento ou mesmo uma nova plataforma, a da Epistemologia do Turismo.

Hall (2008) também propôs categorias de análise para as diferentes abordagens de planejamento do turismo identificadas ao longo dos anos. O autor identificou padrões que mudam de acordo com as demandas e interesses das partes envolvidas nos processos, as mudanças de valores de uma sociedade, e o próprio contexto político, socioeconômico e ambiental no qual o planejamento ocorre (HALL, 2008). O autor identificou cinco grandes tradições ou abordagens de planejamento do turismo: *boosterism* (descrito como uma forma de “não-planejamento” e incentivo do turismo a qualquer custo), econômico, físico/espacial, de base comunitária, e a abordagem para a sustentabilidade. Essas categorias baseiam-se principalmente na visão geral dos governos e instituições envolvidos com o desenvolvimento do turismo, e não são abordagens exclusivas. Sobreposições são possíveis, uma vez que destacam as maneiras pelas quais os problemas de planejamento do turismo são principalmente, mas não unicamente, percebidos e tratados.

Desde a década de 1980, por exemplo, modelos de "turismo alternativo", de menor escala, controlados pelas comunidades locais, foram apresentados como mais adaptados às necessidades e condições de muitos destinos, além de ter maior potencial de gerar os benefícios esperados do turismo. No entanto, as limitações dessa "plataforma da adaptação", como foi apresentada por Jafari (1990), rapidamente se tornaram aparentes na constatação de que os modelos alternativos não substituíam a indústria de turismo de massa estabelecida, e que já implicava em centenas de milhões de viagens e altas receitas por ano. A ideia de que um destino poderia ter turismo de massa e resultados econômicos, socioculturais e ecológicos positivos (SWARBROOKE, 2000) foi estimulada pela popularização do conceito de desenvolvimento sustentável a partir do final da década de 1980, com a publicação do Relatório "Nosso Futuro Comum" (GOSSLING *et al.*, 2009).

Essas contradições em relação à maneira como o turismo é considerado no âmbito do planejamento tem sido uma marca do setor. Mais recentemente, com a maior difusão do paradigma da sustentabilidade, tão amplamente difundido, aceito e legitimado, essas contradições ganharam uma proporção ainda maior, considerando a diversidade de atores, instituições, organizações e governos que o defendem e apoiam.

Necessário destacar também que, quando Butler publicou seu trabalho, na década de 1980, já era muito comum, particularmente no âmbito de países onde ideias neoliberais sobre o papel do Estado ganhavam cada vez mais força, a defesa de que o envolvimento das instituições de estado com o planejamento do turismo era desnecessário, e sua intervenção nesse campo não era sempre bem aceita. Na década de 1980, o setor privado já via o planejamento governamental do turismo como uma intromissão em seus domínios de atividade, e muitos eram bastante céticos em relação a seu valor final (MILL; MORRISON, 1985). Por um lado, ganham

protagonismo as abordagens de planejamento colaborativas, em que os resultados dependem mais da qualidade das relações e dos processos de diálogo interativo e interpretativo entre os envolvidos (HEALEY, 1992). Na busca pela construção do consenso, perde força a visão de planejadores como técnicos de processos racionalistas e ganham protagonismo as abordagens baseadas na mediação de conflitos. Em paralelo, as crises econômicas que se sucederam nas últimas décadas abriram caminho para uma significativa e progressiva reestruturação do setor público e dos órgãos gestores do turismo (*Destination Management Organizations*), com a implementação da agenda neoliberal de maior participação da esfera privada e fortemente orientada para os mercados (AMORE; HALL, 2017).

No cenário atual, o planejamento governamental do turismo envolve uma complexidade de grupos de interesse e instituições, em que sociedade civil organizada e o setor privado ganham destaque e protagonismo. Em muitas situações o turismo não é sempre gerido e planejado por instituições exclusivamente governamentais. Nesse contexto, as parcerias público-privadas são constantemente vistas como um requisito para o alcance de melhores resultados no planejamento turístico (FAYOS-SOLÁ, 1996; WEAVER, 2006). Em muitos outros casos, os órgãos estatais são instados a assumir papéis de coordenação e mediação do processo, em que outros atores ganham mais protagonismo e até controle do planejamento. Nas últimas décadas, portanto, tem havido apelos significativos para a redefinição de papéis públicos e privados no desenvolvimento do turismo e planejamento. Uma das grandes questões que se coloca nesse debate a respeito da governança e das estratégias em prol da participação democrática e da distribuição do poder é: quem de fato ganha protagonismo nesses processos? A análise e discussão socializada de planos e estratégias de turismo em diferentes contextos políticos e institucionais nos dá oportunidade de identificar os caminhos adotados pelas diversas abordagens de

planejamento e governança turística, bem como os resultados alcançados na prática.

## **GESTÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS: UMA ANÁLISE DOS PLANOS E ESTRATÉGIAS**

Para a disciplina de Gestão de Destinos Turísticos, propomos aos alunos o levantamento de uma grande diversidade de planos e estratégias de turismo, no Brasil e no mundo; para reconhecimento, análise e discussão de algumas questões que consideramos essenciais para a formação do bacharel em turismo e sua posterior atuação na gestão pública e privada do turismo. Algumas delas são apresentadas a seguir:

1. Que diferentes abordagens e tradições de planejamento podemos identificar nos planos de turismo analisados? Como seus objetivos estratégicos são desenvolvidos e apresentados?
2. Como os conceitos de governança, crescimento, desenvolvimento, gestão de impactos e sustentabilidade são abordados nos planos de turismo?
3. Qual instituição lidera o processo de planejamento? Que outras instituições e grupos de interesse estão envolvidos na elaboração dos planos?
4. Como e em que momento se dá o processo de participação da sociedade? Como suas demandas são incorporadas na elaboração do plano?
5. As ações, projetos e estratégias de implementação propostos atendem aos objetivos estratégicos? As responsabilidades institucionais e o cenário de

governança são apresentados? Um plano de monitoramento é estabelecido?

No quadro 1 são apresentados alguns dos planos de turismo e seus objetivos estratégicos analisados no ano letivo de 2014.

A partir dos planos analisados ao longo dos anos, das questões apresentadas aos alunos, e dos debates realizados em sala de aula, destacamos aqui algumas observações a respeito da prática em gestão e planejamento de destinos:

1. O turismo não é sempre gerido e planejado por órgãos puramente estatais. Na atualidade, a esfera privada representa um papel central não só no desenvolvimento, investimento e operação de serviços turísticos. Cada vez mais, ela desempenha um papel ativo e relevante na gestão de destinos turísticos, de forma indireta e direta. Muitos órgãos oficiais de turismo (*Destination Management Organization*) atualmente optam por seguir personalidades jurídicas que permitam mais cooperação ou parceria com o setor privado, como os conselhos (*Tourism Board*), agências, fundações, ou outros modelos jurídicos que permitam, em maior ou menor grau, a participação privada, tanto na gestão, planejamento e marketing turísticos, quanto no próprio financiamento das ações.
2. O planejamento para o turismo ocorre a partir de várias abordagens (desenvolvimentista, foco em investimentos de infraestrutura, promoção e marketing, sustentabilidade, etc.), instituições envolvidas (governo, iniciativa privada, organizações não governamentais), escalas (internacional, nacional, regional, local), e frequência (diferentes escalas de tempo para o desenvolvimento, implementação e avaliação);



3. A participação da sociedade civil é um valor amplamente reconhecido nos planos de turismo analisados ao longo dos anos. No entanto, as formas, o alcance e mesmo os resultados desses processos de participação são extremamente diversos e variáveis;
4. A abordagem centrada no crescimento do turismo e de seus indicadores econômicos ainda é bastante difundida, nos mais diversos tipos de destinos e contextos políticos e socioeconômicos. Nesses casos, o turismo é frequentemente apresentado como uma indústria e é gerido e planejado no âmbito de estratégias de crescimento econômico. Essas estratégias geralmente procuram reforçar o potencial do turismo em gerar emprego, aumentar a renda e atrair investimentos. As ações de marketing e promoção são utilizadas em grande medida, a fim de atrair investidores e turistas;
5. O planejamento do turismo tem sido apenas parcialmente influenciado pelos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Os destinos turísticos estão se tornando mais preocupados em manter a sua atratividade e competitividade por meio da incorporação do discurso e de princípios de sustentabilidade e isso está influenciando a forma como eles fazem planos, mas parece existir uma lacuna substancial entre teoria e o desafio da implementação, do monitoramento e do alcance de resultados mais concretos.
6. Os sistemas de monitoramento nem sempre são estabelecidos e isso compromete a avaliação a médio e longo prazo dos planos e estratégias e sua capacidade de alcançar os resultados prometidos. Além disso, a ausência ou a aplicação limitada do monitoramento compromete o aprendizado no campo do planejamento do turismo, pois não permite identificar com mais precisão as relações de causa e efeito, as falhas e desafios de implementação, bem como as ações que de fato alcançam resultados positivos.

## Quadro 1 - Planos e Estratégias de Turismo e seus Objetivos Estratégicos

Planos de Turismo	Objetivos Estratégicos
Barcelona - Pla Estratègic de Turisme de la Ciutat de Barcelona 2010 – 2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Desconcentração territorial da atividade turística;</li> <li>* Nova governança do turismo no âmbito da cidade e seu ambiente territorial;</li> <li>* Geração de cumplicidades com a sociedade e instituições;</li> <li>* Liderança e melhoria competitiva do destino e atividades relacionadas ao turismo.</li> </ul>
Edimburgo - Edinburgh 2020 : The Edinburgh Tourism Strategy	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Aumentar o número de visitas à cidade em 1/3;</li> <li>* Aumentar a despesa média dos visitantes na cidade em 10% (a preços de 2010);</li> <li>* Reduzir a sazonalidade em todo o setor.</li> </ul>
Algarve - Plano de Ação Turismo do Algarve 2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Estreitamento de relações com os diversos intervenientes da actividade turística regional, numa perspectiva de dinamização de ações comuns e/ou conducentes a uma melhoria da oferta turística;</li> <li>* Articulação, com a Associação Turismo do Algarve, no que respeita às campanhas de promoção nos mercados de proximidade;</li> <li>* Incremento da notoriedade do destino Algarve, por via da sua actuação no mercado interno;</li> <li>* Reforço da cooperação com o tecido empresarial, tendo em vista a divulgação de iniciativas, apoios financeiros e candidaturas a programas de financiamento;</li> <li>* Monitorização das dinâmicas regionais, assumindo o seu papel de interlocutor regional para a actividade turística;</li> <li>* Maximizar a visibilidade da actividade turística regional, por via da representação e liderança asseguradas pelo Turismo do Algarve;</li> <li>* Fomentar boas práticas administrativas e de gestão.</li> </ul>
São Paulo - PLATUM 2011-2014	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Gerenciar e fomentar as ações de desenvolvimento da gestão pública do turismo na Cidade de São Paulo;</li> <li>* Desenvolver indicadores e análises que possam basear e nortear o planejamento e a promoção do destino turístico Cidade de São Paulo;</li> <li>* Planejar e estruturar de forma sustentável e acessível o turismo na Cidade de São Paulo;</li> <li>* Divulgar o destino, seus serviços e produtos turísticos, buscando o desenvolvimento da atividade na Cidade de São Paulo.</li> </ul>
Valparaíso - Plan para el Desarrollo Turístico de la Región de Valparaíso 2011-2014	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Incrementar o número de visitantes internacionais em 50%;</li> <li>* Duplicar o número de pernoites dos turistas estrangeiros;</li> <li>* Fomentar e promover o desenvolvimento de produtos, serviços e infraestrutura turística regional reconhecidos pela sua qualidade e sustentabilidade;</li> <li>* Impulsionar e consolidar uma gestão sustentável por meio de uma forte associação público-privada em todos os territórios.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria.

## **O DESENVOLVIMENTO PELO TURISMO: HÁ LIMITES PARA O CRESCIMENTO?**

Considerando a análise documental realizada ao longo dos últimos anos ministrando a disciplina de Gestão e Destinos Turísticos em turmas de graduação, podemos afirmar que as estratégias para o crescimento do turismo estão entre aquelas mais amplamente presentes e difundidas no escopo e abordagem do planejamento turístico. Apesar de avanços na adoção e incorporação de valores e estratégias associados à sustentabilidade do turismo, como maior participação das comunidades e grupos sociais afetados, as boas práticas de gestão e governança, o monitoramento dos impactos, foco na inovação e competitividade; pode-se dizer que esses avanços são frequentemente adotados no âmbito de políticas de crescimento do turismo, em especial, atração de mais turistas, aumento da permanência média e dos gastos dos visitantes.

Seria essa contradição um dos maiores desafios atuais do turismo? Como lidar com o fato de que o turismo tem crescido mundialmente a taxas tão significativas e constantes? Quando a indústria do turismo, os governos e a sociedade vão de fato reconhecer a urgência de se discutir os padrões de produção e consumo do turismo mundial?

Dentre os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) propostos pela Cúpula das Nações Unidas como parte da agenda de desenvolvimento sustentável para o mundo, o turismo ganha destaque no objetivo referente ao crescimento econômico sustentado (ODS N°8) e na busca por padrões de produção e consumo sustentáveis (ODS N° 12). A agenda reconhece que até 2030 será necessário “elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais” e “desenvolver e implementar

ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais” (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Em uma análise recente, Gössling *et. al.* (2020) argumentaram que a pandemia da COVID-19 deve levar a uma reconsideração crítica do modelo de turismo baseado no crescimento do volume da atividade. Praticamente todas as organizações nacionais e internacionais ligadas ao planejamento e gestão do turismo relacionam o "sucesso" do turismo com o crescimento do número de turistas. Os desafios ambientais deste século e a clara associação entre turismo, deslocamentos e mudanças climáticas, deveriam reorientar as ações para o desenvolvimento turístico alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em vez de “crescimento” como uma noção abstrata que de fato beneficia poucos.

Por outro lado, temos testemunhado o papel das agências internacionais do setor como a Organização Mundial do Turismo e o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), juntamente com outros grandes atores corporativos e associações nacionais da indústria, agências e órgãos governamentais, na promoção e disseminação de valores associados ao crescimento contínuo do turismo global. Segundo Hall (2019), esse paradigma vem sendo amplamente reforçado apesar das crescentes contradições entre tais posições e a sustentabilidade, como evidenciado pelas crises recentes, especialmente o aumento da perda de biodiversidade, a crescente concentração da riqueza econômica nas mãos de poucos e a mudanças climáticas. O autor entende ser necessário pensar para além das agendas oficiais de promoção do turismo sustentável e da aparente sincronicidade de abordagens que dominam os discursos oficiais. É preciso que a agenda dos ODS de fato incorpore as demandas locais dos territórios onde o turismo ocorre, sem também

perder de vista os impactos globais causados pelo crescimento constante e em larga escala do turismo de massa.

Se queremos discutir os padrões de produção e consumo do turismo, precisamos também reconhecer que o sistema produtivo mundial é extremamente desigual, ou seja, nem todos têm as mesmas oportunidades de uso e acesso aos bens naturais e de consumo do planeta. Se há um problema de pressão excessiva sobre os recursos, ela estaria perfeitamente localizada na “população” que concentra o poder econômico, ou seja, os ricos. Afinal, no geral, pode-se dizer que o consumo médio de energia e recursos materiais de um europeu é muitas dezenas de vezes superior ao consumo médio, por exemplo, de um morador de periferia das grandes cidades brasileiras (ACSERALD *et al.*, 2007).

Estudos demonstram que se os habitantes dos países do hemisfério sul alcançarem o mesmo padrão de consumo material médio de um habitante do norte, seriam necessários, pelo menos, mais dois planetas Terra. Os Estados Unidos, com menos de 10% da população mundial, consomem 25% da energia fóssil e produzem 25% da poluição do mundo. O mundo simplesmente não pode comportar a manutenção desses padrões de consumo, do qual o turismo certamente faz parte. Se o modelo de consumo norte-americano for exportado para o restante do mundo, caminharíamos certamente para uma situação de colapso ambiental (CORTEZ; ORTIGOZA, 2007).

No turismo, os impactos globais causados por esta atividade; as implicações locais do processo de saturação e rejeição ao turismo em alguns destinos, como a turismofobia (BENI, 2020); e a necessidade de se rever metas e políticas de crescimento da atividade, também devem ser ponderadas pelo fato de que seu progressivo processo de expansão no Brasil e no mundo ocorre de maneira desigual, e que as discussões a respeito dos seus impactos precisam reconhecer a democratização do acesso ao lazer e ao

turismo como um direito de todos (CHEIBUB, 2012). O turismo internacional, por exemplo, ainda é bastante eurocêntrico, com essa população respondendo por quase 50% dos desembarques, além de se beneficiarem de quase 40% dos US\$ 1,5 trilhão das receitas geradas (UNWTO, 2019). Para o Brasil, considerando as perspectivas de piora no cenário econômico e na renda das famílias no contexto da pandemia de COVID-19, é provável que o turismo se torne ainda mais inacessível para algumas camadas da sociedade.

Por outro lado, existem limites para a capacidade do planeta em fornecer recursos naturais para os sistemas produtivos e absorver impactos. No turismo, os estudos sobre capacidade de carga já foram amplamente aplicados na escala local e nas áreas protegidas, num claro reconhecimento de que existem limites para a capacidade de regeneração dos ambientes. A discussão e a prática em torno da sustentabilidade do turismo, em escalas locais e globais, devem reconhecer os limites ao crescimento do turismo.

Da mesma forma como os benefícios do desenvolvimento são repartidos de maneira desigual, os impactos, ao contrário do que nos faz crer a ideia de uma crise para toda a humanidade, também são sentidos em diferentes intensidades, a depender dos fatores de exclusão social marcantes da nossa sociedade. É ainda muito comum a ideia de que os problemas ambientais fazem parte de uma crise global que atinge indistintamente e com a mesma intensidade toda a humanidade. Infelizmente a realidade nos mostra cotidianamente que a degradação ambiental, assim como a crise sanitária, afeta de maneira muito mais dramática os mais pobres.

A análise do contexto brasileiro de planejamento do turismo no âmbito federal nos mostra que uma significativa evolução ocorreu, especialmente na primeira década deste século XXI, em termos de aumento do status do turismo na estrutura institucional e política do setor, com a criação do Ministério do Turismo - MTur, a aprovação da Política Nacional de Turismo, o aumento da

participação do orçamento do Mtur em relação ao PIB, as ações de descentralização e abertura à participação de entidades da iniciativa privada e de representantes dos estados e municípios na elaboração das estratégias nacionais do setor.

O Plano Nacional de Turismo, no entanto, sempre apresentou visão e escopo fundamentalmente desenvolvimentistas e com apelo econômico, falhando ao não garantir que os projetos e investimentos apoiados regional e localmente pelo MTur de fato materializem a retórica da sustentabilidade.

O atual Plano Nacional de Turismo (2018-2022), por exemplo, apesar de reconhecer a necessidade de adoção de práticas sustentáveis no setor turístico e valorizar a gestão descentralizada, estabelece em suas metas globais claramente a prioridade pelo crescimento econômico. Há uma forte ênfase no aumento da entrada anual de turistas estrangeiros, aumento da receita gerada pelos visitantes internacionais no país, ampliação do número de brasileiros em viagens internas, e ampliação do número de empregos no turismo (BRASIL, 2018).

Essas metas são recorrentes e refletem a incorporação dos valores amplamente disseminados por órgãos internacionais de turismo, pela própria indústria e por bancos e instituições internacionais de fomento como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Este último, por exemplo, desempenhou papel central no Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR, que realizou ações e investimentos massivos no desenvolvimento do turismo, com benefícios limitados e questionáveis (DELGADO, 2009; BARBOSA; CORIOLANO, 2011).

Acreditamos que o debate a respeito dos padrões de produção e consumo no turismo devem ser aprofundados, a partir de uma maior reflexão acerca dos processos de planejamento e do espectro

de variáveis, cenários, objetivos e opções de desenvolvimento considerados na tomada de decisão, nos planos de turismo e nas estratégias executadas, tanto no âmbito da administração pública quanto nas organizações privadas. A inserção de outros valores e de uma agenda socioambiental em processos decisórios e de planejamento do turismo, em todas as escalas, é urgente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda na década de 1980, outra referência dos estudos sobre os impactos do turismo, Jost Krippendorf publicou seu famoso livro “*The Holidaymakers: understanding the impact of leisure and travel*”. À época, em sua crítica ao turismo de massa, o autor já fazia uma defesa de novas formas de turismo, mais responsável e humanizado.

Desde então, é preciso reconhecer, as abordagens e experiências orientadas para a gestão local e comunitária do turismo se popularizaram com o crescente reconhecimento de que as comunidades afetadas precisam ter mais controle sobre as decisões e benefícios relacionados ao desenvolvimento do turismo. Essa abordagem de planejamento tem forte vínculo com os anseios e necessidades locais, e é centrada na ideia de aumentar o controle local sobre decisões e processos de planejamento. Ela enfatiza a necessidade de uma abordagem “*bottom-up*” de planejamento, com base nos objetivos e prioridades estabelecidos a partir dos territórios.

Sem dúvida, desde a década de 1980, alguns passos importantes foram dados, especialmente na escala local, mas a esperança inicial de um turismo sustentável, responsável e mais humano ainda não se cumpriu. O turismo de massa, baseado em larga escala, volume e crescimento, ainda é predominante e responde por





grande parte das receitas e deslocamentos no mundo. O discurso oficial em prol dos objetivos do milênio não coloca em questão o turismo baseado em larga escala, nem uma reorientação profunda dos padrões de consumo e produção.

Já se argumentou, inclusive, que os modelos alternativos e de base local são apenas parte da solução dos problemas de escala global do turismo. O turismo de massa não só resiste a uma possível “conversão” para modelos de menor escala e impactos, como é amplamente incentivado por destinos e órgãos oficiais de turismo em todo o mundo, tendo em vista os benefícios econômicos que a economia de larga escala traz para alguns setores da sociedade. Os esforços em prol da sustentabilidade, portanto, devem dar mais atenção aos impactos de escala global causados pelo turismo de massa (WEAVER, 2006).

As mudanças nos modos de produção também devem ocorrer a partir do comportamento do consumidor, por meio das suas escolhas de viagens e comportamento, mas também do aumento da capacidade do estado em regular a atividade, algo que ainda sofre fortes resistências por parte do setor privado. A regulação do setor em prol da sustentabilidade é raramente discutida ou considerada, em favor de ações de auto-regulação do mercado, em especial os selos verdes, compensação voluntária de emissões, ou esquemas e critérios voluntários de sustentabilidade como o *Global Sustainable Tourism Criteria*.

Para Gössling *et. al.* (2009) não seria absurdo considerar que o turismo pode em breve enfrentar uma crise a partir de boicote por parte de grupos ambientalistas e de defesa dos direitos humanos, caso a indústria do turismo de massa e de transportes não tome medidas mais enfáticas no combate às mudanças climáticas e perda de biodiversidade, diretamente associadas ao crescimento global da atividade. Em 2018, na Suécia, foi lançado um movimento “*Flight Shame*” (*flygskam*), ou vergonha de voar, em que viajantes

ambientalmente conscientes pretendem disseminar outras formas de viagem terrestre, compartilhar dicas de viagem de baixo impacto, etc. A ativista sueca Greta Thunberg é uma das vozes do movimento (THE GUARDIAN, 2020).

Gössling *et al.* (2009) acreditam que a redefinição dos padrões de produção e consumo do turismo não significa necessariamente que as pessoas viajem menos, mas que viajem mais local ou regionalmente, e quando se deslocar por longas distâncias, o façam em menor frequência e potencialmente fiquem mais tempo, de forma a reduzir os efeitos ambientais de suas viagens em termos de emissões e consumo de energia. É pouco provável também que as escolhas pessoais dos consumidores sejam suficientes para garantir menos impactos globais e locais. Sem o controle e regulação do estado, e ações efetivas por parte da indústria, os impactos das escolhas pessoais não devem ser significativos.

Além disso, o movimento de turistas mais conscientes ainda parece bastante circunscrito, e se a grande maioria dos viajantes está disposta a mudar comportamentos e escolhas, isso ainda não parece muito evidente. Superar os paradigmas de crescimento em larga escala do turismo é, sem dúvida, um dos maiores desafios da atualidade, e a crise ambiental e sanitária que o mundo enfrenta no contexto da pandemia de COVID-19 tem sido apresentada como uma oportunidade para enfrentar essas questões. As estratégias de fomento à inovação, transferência de conhecimento e criação e fortalecimento das redes de cooperação têm sido apresentadas como caminhos possíveis para lidar com o problema. No entanto, entendemos que o papel de regulação e controle do estado também precisa ser reforçado e entrar na pauta de discussão. A ampliação da participação da sociedade e da esfera privada no planejamento turístico não pode servir como subterfúgio para a ausência de políticas públicas e controle do estado no setor.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O Que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

AMORE, A.; HALL, M. C. “National and urban public policy in tourism. Towards the emergence of a hyperneoliberal script?”. **International Journal of Tourism Policy**, vol.7, n.1, 2017.

BARRET, J. “The seaside resort towns of England and Wales”. **Unpublished PhD Thesis**. London: University of London, 1958.

BENI, M. C. “Saturação e rejeição ao turismo nas destinações turísticas”. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, vol. 14, n. 2, 2020.

BLAKE, A.; SINCLAIR, M. T. “Tourism crisis management: US response to September 11”. **Annals of Tourism Research**, vol. 30, n. 4, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: mais emprego e renda para o Brasil 2018-2022**. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo>>. Acesso em: 10/07/2020.

BUTLER, R. W. (ed.). “The tourism area life cycle: applications and modifications”. **Channel View Publications**, vol. 1, 2006.

BUTLER, R. W. “The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources”. **The Canadian Geographer**, vol. 1, n. 24, 1980.

CHEIBUB, B. L. “Breves reflexões sobre o turismo social a partir da história institucional do Serviço Social do Comércio (SESC) e da produção acadêmica brasileira”. **Dos Algarves: A Multidisciplinary Journal**, vol. 21, 2012.

CHRISTALLER, W. “Some considerations of tourism location in Europe: the peripheral regions-underdeveloped countries-recreation areas”. **Regional Science Association Papers**, vol. 12, 1963.

CORTEZ, A. T. C.; ORTIGOZA, S. A. G. (orgs.). **Consumo Sustentável: conflitos entre necessidade e desperdício**. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

DELGADO, A. K. C. “As ações do PRODETUR/NE I e suas implicações para o desenvolvimento da Paraíba com base no turismo”. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 9, n. 3, 2009.

FAYOS-SOLÁ, E. “Tourism policy: a midsummer night’s dream”? **Tourism Management**, vol. 17, n. 6, 1996.

GILBERT, E. W. “The growth of inland and seaside health resorts in England”. **Scottish Geographical Magazine**, vol. 55, 1939.

GILBERT, E. W. **Brighton – Old Ocean’s Bauble**. London: Methuen, 1954.

GÖSSLING, S.; HALL, C. M.; WEAVER, D. **Sustainable tourism futures: perspectives on systems, restructuring and innovations**. New York: Routledge, 2009.

GÖSSLING, S.; SCOTT, D.; HALL, M. C. “Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19”. **Journal of Sustainable Tourism**, vol. 29, n. 1, 2020.

HALL, C. M. “Constructing sustainable tourism development: The 2030 agenda and the managerial ecology of sustainable tourism”. **Journal of Sustainable Tourism**, vol. 27, n. 7, 2019.

HALL, C. M. **Tourism Planning: policies, processes and relationships**. Pearson, 2008.

HEALEY, P. “Planning through debate: The communicative turn in planning theory”. **The Town Planning Review**, vol. 63, n. 2, 1992.

JAFARI, J. “Research and scholarship: the basis of tourism education”. **The Journal of Tourism Studies**, vol. 1, n. 1, 1990.

LUNDGREN, J. O. J. “Geographic concepts and the development of tourism research in Canada”. **Geojournal**, vol. 9, 1984.

Mill, R. C.; MORRISON, A. M. **The tourism system: an introductory text**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1985.

OGILVIE, F. W. **The tourism movement**. London: Staples Press, 1933.

ONU - Organização das Nações Unidas. “Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. **Portal Eletrônico da ONU** [2015]. Disponível em: <<http://bit.ly/agenda2030br>>. Acesso em: 05/07/2020.

PLOG, S. C. “Why destination areas rise and fall in popularity”. **Unpublished paper presented to the Southern California Chapter**, The Travel Research Association, 1972.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Editora Aleph, 2000.

THE GUARDIAN. Editorial. “The Guardian view on ‘flight shame’: face it – life must change”. **Portal Eletrônico The Guardian** [2020]. Disponível em: <<https://www.theguardian.com>>. Acesso em: 05/07/2020.

WEAVER, D. **Sustainable Tourism: theory and practice**. London: Editora Elsevier, 2006.



## **CAPÍTULO 5**

---

*Percepção de Riscos Ambientais Associados ao Turismo em Teresópolis (RJ): (Des)Construindo o Imaginário Turístico Após o Megadesastre de 2011*





## **PERCEPÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS AO TURISMO EM TERESÓPOLIS (RJ): (DES)CONSTRUINDO O IMAGINÁRIO TURÍSTICO APÓS O MEGADESASTRE DE 2011**

*Cleber Marques de Castro*

É com imensa alegria que parablenizo toda a comunidade do Departamento de Turismo (Dtur) do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) pelos seus 10 anos! Agradeço aos organizadores da obra por terem me convidado a participar desta comemoração em forma de livro. Vivi intensamente o cotidiano do Departamento entre março de 2012 e julho de 2018, tendo ocupado a chefia de departamento e a coordenação do campus regional de Teresópolis entre 2015 e 2018. Nesta sua primeira década, pude fazer parte da consolidação de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, que são reconhecidas nacionalmente pela sua qualidade. Foi uma grande honra fazer parte desta instituição e destes anos iniciais! Ao completar 10 anos acredito que o Departamento se solidificará, assumindo e consolidando posição de destaque no que tange ao desenvolvimento de inovações, tecnologias sociais e como locus da produção de conhecimento sobre o turismo e suas interfaces no território fluminense e nacional. Que celebremos este aniversário de 10 anos!

O presente capítulo constitui-se como parte dos resultados de um projeto de pesquisa coordenado por mim e desenvolvido no âmbito do Dtur intitulado “Percepção de riscos ambientais e a (des)construção do imaginário turístico em Teresópolis (RJ): mapeamento do potencial turístico com base em cartografias sociais”, que contou com apoio financeiro da Fundação Carlos

Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) na modalidade de Auxílio à Pesquisa (APQ1) e foi desenvolvido entre 2014/2015, contando com apoio de uma bolsa de Iniciação Científica (IC/Faperj) e de duas bolsas da modalidade Estágio Interno Complementar do Departamento de Estágios e Bolsas (Cetreina/Uerj)<sup>4</sup>

A vinculação do curso de graduação em Turismo da Uerj ao Instituto de Geografia, põe em evidência a natureza do turismo enquanto campo do conhecimento: além de campo interdisciplinar, as atividades turísticas possuem indissociável vinculação e manifestação territorial, seja através de políticas públicas, investimentos econômicos públicos e/ou privados ou ainda relativos ao patrimônio cultural material, imaterial e natural, como aqueles associados às pesquisas de geodiversidade e geoturismo.

Fizemos a opção de apresentarmos nas páginas que se seguem os resultados referentes à percepção dos riscos ambientais pela população e de parte do setor hoteleiro acerca do desastre de 2011, conhecido na literatura acadêmica como o megadesastre da região serrana de 2011 (DRM, 2011; DOURADO *et al.*, 2011; FREITAS *et al.*, 2014).

O projeto desenvolvido teve como objetivos compreender as questões referentes aos riscos ambientais e sua percepção associados às atividades turísticas no município, tanto pela população, como por parte do setor hoteleiro. Era nosso interesse à época, compreender o quanto deste potencial poderia ter sido abalado pela crise instalada com o megadesastre e como estava a percepção dos riscos ambientais impactando a vida cotidiana e o sistema turístico local. Quanto ao mapeamento do potencial turístico, com base em técnicas de cartografia social, o qual intitulamos de mapeamentos turísticos

---

<sup>4</sup> Agradecemos as ex-alunas Michelle Marques Braga (bolsista IC/Faperj), Emmanuele do Nascimento Silva (bolsista EIC/Cetreina) e Nataly Cristine Affonso Machado (bolsista EIC/Cetreina) pela participação no projeto em suas diversas fases.

participativos, discussões preliminares podem ser encontradas em Castro e Fortunato (2014). Selecionamos dois bairros da cidade, onde foram realizadas oficinas de mapeamento, no entanto, para registrar estes resultados um artigo foi preparado e encontra-se no prelo.

## **JUSTIFICATIVA E ÁREA DE ESTUDO**

O município de Teresópolis já foi considerado a “Cidades dos Festivais”, tendo o primeiro festival do cinema brasileiro ocorrido na cidade em julho de 1964 (SET PRODUÇÕES, 2007). No que concerne aos aspectos naturais, o município conta com importante patrimônio geológico-geomorfológico, caracterizado pela Serra dos Órgãos, o que pode ensejar projetos turísticos de diferentes segmentos, como de cunho geoturístico, conforme perspectiva de apresentada por Pessoa (2019), ou de cunho ecoturístico, dentro ou fora de unidades de conservação, lembrando que o município de Teresópolis conta com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso), o Parque Estadual dos Três Picos (PETP), e o Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis (PNMMT), que recentemente completou 11 anos de existência.

Acreditamos que o potencial turístico na cidade pode ser desenvolvido nestes segmentos, entretanto, não podemos descartar outros segmentos associados ao patrimônio natural, como o turismo rural (MARAFON; RIBEIRO, 2012). Com o tempo Teresópolis construiu sua imagem turística com base nos festivais, no clima ameno, na valoração dos atrativos naturais e também culturais e econômicos, como a famosa Feirarte (ou Feirinha do Alto). Porém, a cidade possui diversos problemas de ordem urbana, sobretudo, no que tange à ocupação do território. Os eventos pluviométricos de verão com frequência acarretavam transtornos, mas nada comparado

aos eventos pluviométricos extremos associados às enchentes e aos diversos movimentos gravitacionais de massa, ocorridos em janeiro de 2011 e que atingiu toda a região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.

Este evento foi considerado um dos maiores desastres ambientais já registrado no Brasil, senão o maior, dentre diversas fontes jornalísticas até aquela data. Diversos bairros e localidades das cidades de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo foram completamente destruídos e o número de mortos e desaparecidos (mais de 900 pessoas, segundo fontes jornalísticas<sup>5</sup>, havendo ainda hoje debates acerca do real número de mortos) revela a magnitude do evento e a urgência de repensar a ocupação nos eixos de expansão urbana no município e região, bem como nas políticas públicas mitigadoras de riscos ambientais.

A motivação e justificativa deste projeto de pesquisa residiram na necessidade de se conhecer e caracterizar a percepção dos riscos ambientais e a percepção do turismo na cidade, através do imaginário da população, pois, a tragédia deflagrada pelas chuvas, além do impacto incomensurável das perdas de vidas humanas e das marcas deixadas na sociedade e na paisagem, contribuiu para diversos impactos sociais e econômicos, como no turismo e em sua cadeia de serviços.

A proposta justificou-se, portanto, em decorrência da reconhecida importância econômica de significativa importância para a região serrana (GOMES, 2010, p. 65) e para todo o estado do Rio de Janeiro, como um dos setores estratégicos de desenvolvimento da economia fluminense. Particularmente, na

---

<sup>5</sup> Portal G1 Rio de Janeiro, disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/chuvas-no-rj/noticia/2011/02/passa-de-900-o-numero-de-mortos-na-regiao-serrana-apos-chuvas.html>>. Acesso em: 05/07/2014. Folha de São Paulo, Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2011/tragedianaregiaoerranadorj>>. Acesso em 07/07/2014.

cidade de Teresópolis, há recursos turísticos já tradicionalmente valorizados, como o circuito turístico intitulado “Tere-Fri” (eixo viário entre Teresópolis e o município de Nova Friburgo pela rodovia RJ-130), a Granja Comari, a Feirarte, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, dentre outros. Na região Serrana, Gomes (2010) afirma que o turismo movimenta uma grande quantidade de capital ligado aos meios de hospedagem e também relacionado aos pequenos produtores rurais, que veem no fornecimento de alimentos ao setor hoteleiro uma forma de compensação da redução de dos lucros obtidos com a atividade agropecuária (GOMES, 2010, p. 66).

A hipótese do trabalho sugeriu que a partir da excepcionalidade dos eventos de 2011, os prejuízos materiais e o elevado número de mortos e desaparecidos, aliado a comoção social, gerou um novo quadro de percepção dos riscos ambientais por partes dos habitantes do município, afetando a própria visão dos habitantes sobre o potencial turístico da cidade. As nossas investigações preliminares, entre 2012 e 2013, com base nos estudos de Braga *et al.* (2013) revelaram que a tragédia havia propiciado ao município uma imagem de cidade perigosa e afetou a percepção dos moradores em relação ao turismo.

## **RISCOS, CRISES E A RELAÇÃO COM O TURISMO**

O turismo é uma atividade vinculada ao setor terciário, que mobiliza uma demanda e consumo específicos de muitos tipos de bens e serviços (BOULLÓN, 2002, p. 34). É, portanto, dependente de um ambiente de segurança institucional, ambiental, econômica e também pessoal. Isto significa dizer que, tanto para a oferta de produtos turísticos, como para o desejo de mobilidade, os diferentes tipos de riscos que ameaçam a atividade turística devem ser conhecidos e mitigados. A Organização Mundial do Turismo (OMT)

utiliza o conceito de crise para relacionar o turismo com a segurança para viajar. A crise é entendida como “qualquer acontecimento inesperado que afete a confiança do viajante em um destino e interfira com a viabilidade de operar normalmente” (OMT, 2003 *apud* COOPER *et al.*, 2007).

Estes autores relatam que em termos mundiais os riscos associados aos atos de guerra e ao terrorismo afetaram o modo de viajar e o turismo. Todavia, admitem também, que o turismo também é afetado por diversos fenômenos naturais como enchentes, avalanches e terremotos (COOPER *et. al.* 2007, p. 720). Para maior aprofundamento recomendamos a leitura de Henderson (2007), em que são aprofundadas as origens de crises no turismo, tanto aquelas originadas pela atividade, como aquelas externas a ela e que sem dúvida, deverá ser ampliada, haja vista os riscos biológicos e sanitários, sempre existentes, mas exacerbados em tempos de pandemia de COVID-19, inaugurando novas preocupações.

A nossa posição epistemológica e metodológica acerca dos riscos ambientais pode ser encontrada em Castro (2005; 2012a; 2012b), porém, cabe aqui uma pequena digressão: quando a geografia trata de riscos, trata da ocorrência futura de eventos que poderão impactar a sociedade e sua organização, ou seja, acidentes, danos, prejuízos e desastres envolvendo a perda de vidas humanas. Avaliar os riscos é, portanto, avaliar cenários do presente, ou seja, a vulnerabilidade de quem ou o que está exposto mediante as diferentes fontes de danos, isto é, os processos perigosos, os quais intitulamos de áleas, seguindo proposta de Veret (2004).

Um exemplo: em geral aponta-se para os “riscos de inundação”. Em primeira análise, não é uma perspectiva equivocada, mas se o risco é a probabilidade de danos e perdas, talvez fosse mais adequado pensarmos em probabilidades de ocorrência de inundações, posto que o risco é a avaliação do que poderá ser perdido, afetado, destruído, incluindo as vidas humanas, mediante a

ocorrência de um evento pluviométrico específico, em um dado período de tempo e aliado a outros fatores condicionantes, tanto de ordem natural, como social. Como seria, então, definido o risco neste caso? Um nível de risco baixo, por exemplo, não significa uma pequena probabilidade de ocorrer a inundação, mas uma baixa probabilidade ou possibilidade de que haja perdas de vidas humanas e de danos às propriedades, equipamentos urbanos, interrupção de serviços e fluxos em geral em um hipotético caso. Por fim, ressaltamos, o risco (possibilidades de perdas e danos) não pode ser confundido com o processo que o gera.

Outro aspecto relevante é acerca do adjetivo ambiental. Poderíamos marcar nossa abordagem intitulado o risco de socioambiental, porém, entendemos que quando referimo-nos aos riscos, o que está em jogo é a sociedade, não como um ente abstrato ou categoria absoluta, mas a sociedade em todas as suas nuances, classes, lutas e contradições. Referimo-nos ao ambiente como socialmente construído, posto que não é o ambiente, sinônimo de primeira natureza. Sendo assim, falar de riscos ambientais já inclui a sociedade. Compreendemos, entretanto, que por vezes alguns pesquisadores fazem do pleonasma (riscos socioambientais) um marcador e tal condição justifica-se, como uma opção do pesquisador.

Decerto, igualmente, não consideramos a categoria desastre natural válida, posto que está em xeque e o que se pode perder, repetimos, é a vida humana e suas formas de organização social, ainda que a origem do desastre seja uma álea (processo) de origem física, natural, como por exemplo, uma erupção vulcânica ou um terremoto (processos geológicos de origem endógena os quais nem mesmo poderiam ser creditados às mudanças climáticas).



## **ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL EMPREGADOS**

A base metodológica para os estudos de percepção ambiental seguiram as obras de Del Rio e Oliveira (1996) e Oliveira (2001), que acabaram por influenciar trabalhos posteriores dentro desta temática no Brasil. Recentemente, estudos de percepção geográfica e ambiental vêm sendo aplicados ao Turismo, conforme as obras de Silveira (2005) e Xavier (2007; 2011) no intuito de se conhecer, explicar e avaliar atitudes e posicionamentos das pessoas e grupos em relação ao Turismo, bem como o valor que elas atribuem ao ambiente como recurso turístico. Para a perspectiva das representações sociais e imaginário social, temos como subsídio teórico a obra de Moscovici (1978).

A percepção ambiental, segundo Del Rio (1996) refere-se ao processo de interação da coletividade com o ambiente, envolvendo mecanismos perceptivos e cognitivos, podendo constituir importante instrumento de avaliação das práticas e fundamentos de um Turismo sustentável e que valorize as potencialidades e tradições locais, uma vez que permite captar as visões, imagens e valores que as pessoas e a comunidade possuem e desenvolvem. Indubitavelmente, a segurança do turista, em sentido amplo, figura como uma das principais demandas para o sucesso do empreendimento e da manutenção dos fluxos turísticos. Um lugar inseguro, por quaisquer motivos, terá dificuldade de assegurar os fluxos turísticos e a manutenção de serviços turísticos por muito tempo, podendo sofrer com oscilações sazonais e/ou em função dos eventos ocorridos.

Os estudos de percepção geográfica e ambiental vêm sendo aplicados ao turismo, como nas obras de Xavier (2007), com o objetivo de explicar e avaliar atitudes e posturas das pessoas e grupos em relação ao setor, bem como o valor que elas atribuem ao ambiente

como recurso turístico. O autor afirma que a percepção é o ponto de partida no desejo de realizar mudanças no ambiente, ela é crucial para perceber impactos negativos e na elaboração de estratégias de planejamento turístico.

No que concerne à apreensão da percepção ambiental, aplicamos questionários específicos à população, na tentativa de capturar o imaginário e os valores que se tem construído ou desconstruído acerca dos eventos extremos de chuvas, enchentes e deslizamentos e o impacto destes eventos na noção de cidade turística.

A aplicação dos questionários realizou-se em bairros selecionados, tanto no núcleo urbano do município, que abarcam bairros residenciais e com fluxo turístico, como o Alto e Agriões, bem como na Várzea (centro da cidade). Realizou-se também entrevistas em bairros periféricos, como o Meudon e bairros adjacentes ao Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis, como a Posse e o Caleme. Ao todo, entre 2012 e 2014 entrevistamos 250 moradores.

No que tange aos meios de hospedagem foi aplicado um questionário padrão aos gerentes ou função similar de oito meios de hospedagem<sup>6</sup> escolhidos em função de sua localização, já que cinco estão localizados na Rodovia Teresópolis-Friburgo (RJ 130), principal eixo hoteleiro, conhecido como Circuito Terê-Fri e os demais, também próximos a rodovia. O contato foi feito através de correio eletrônico e pelo telefone. As perguntas são referentes à situação dos hotéis em relação aos eventos de 2011 e se tais eventos, na percepção dos entrevistados influenciaram e influenciam tanto o

---

<sup>6</sup> Os hotéis entrevistados foram: Hotel Village Le Canton, Hotel Alpina, Hotel São Moritz, Hotel Fazenda Boa Vida, Hotel Rosa dos Ventos, Hotel Savognin, Hotel Fazenda Suíça e Hotel Fazenda dos Frades.

funcionamento do hotel, como sua taxa de ocupação nos anos seguintes (2012/2014), sobretudo, no verão, período das chuvas.

## **RESULTADOS: A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORESE DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM**

Teresópolis pode ser considerada como uma cidade média, com estimativa de 182 mil habitantes em 2019 (IBGE, 2020). Há, dentre vários desafios urbanos, alguns que merecem destaque, como a ausência de estações de tratamento de esgotos, problemas de trânsito e mobilidade urbana e ausência de um hospital público municipal. A primeira pergunta realizada: “Teresópolis é uma cidade com potencial turístico?” Teve a intenção de captar se os moradores entrevistados, mesmo com sérios problemas de infraestrutura urbana, como brevemente indicados acima, sentem-se receptivos ao turismo de alguma maneira.

Os resultados apontaram para 66% dos entrevistados considerando a cidade com potencial turístico. Interessa-nos aqui questionar o porquê 34% consideraram que a cidade não possui este potencial? Podemos considerar este percentual elevado se contrapormos tal resultado a um discurso do senso comum que traduz a região serrana do estado do Rio de Janeiro, como de vocação turística. Noção que deve ser posta em análise: “vocação” é uma palavra que traz o sentido de tendência natural, de espontaneidade, de algo inato. Sabemos, entretanto, que o turismo como atividade social e econômica não é característica inata dos lugares, ao contrário, é uma característica construída e valorada socialmente ao longo do tempo, inclusive, com muita propaganda e marketing. Sendo assim, interpretamos tal resultado como a expressão ou percepção, por parte desta parcela de entrevistados, de que a cidade possua outras prioridades, sem excluir turismo.

Aos entrevistados que responderam negativamente à questão anterior, perguntamos os motivos pelos quais não consideraram a cidade de potencial turístico. A questão era aberta e os entrevistados responderam em geral, mais de um motivo. Na tabulação, os mais citados foram: a cidade não recebe investimentos em infraestrutura turística; a cidade não tem nada de atrativo; a cidade é destinada à terceira idade.

Diante destas respostas podemos inferir que a ausência de políticas municipais no campo do desenvolvimento turístico municipal, no período estudado (2011/2015) contribuiu para essa percepção mais esvaziada do turismo na cidade. Em nossa análise, está ausência é resultado dos diversos problemas de ordem político-eleitoral que acometeram a cidade na última década, resultando em uma grande instabilidade política.

Quanto à cidade não ter atrativos, interpretamos este padrão de resposta como uma percepção e vivência associada a poucas opções de lazer para o teresopolitano, sobretudo, levando em consideração que os questionários foram aplicados em diferentes bairros da cidade. Fato que ilustra o abandono generalizado dos equipamentos de lazer e que auxilia-nos na compreensão da resposta foi a demora de mais de um ano para a finalização de obras de revitalização na principal praça e área de lazer da cidade, a praça Olímpica Luis de Camões, situada no centro da cidade. A praça foi fechada em abril de 2014, sendo reaberta à população somente em 23 de dezembro de 2015<sup>7</sup>. Teresópolis, sede da seleção brasileira de futebol, na copa do mundo de 2014, teve seu principal equipamento de lazer urbano, gratuito, no coração da cidade, fechado com tapumes.

---

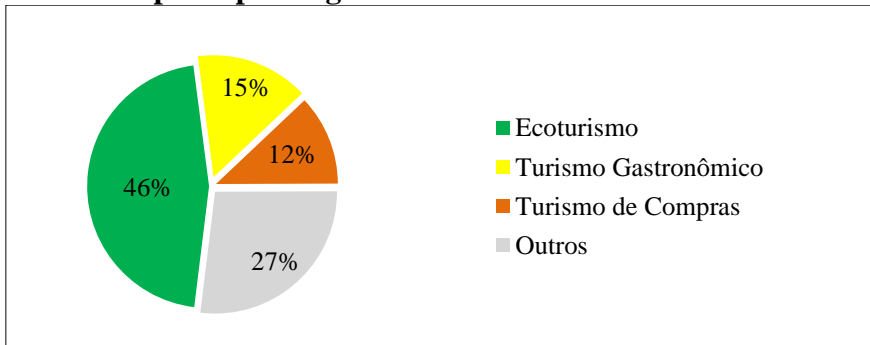
<sup>7</sup> Servidores de Teresópolis, RJ, fazem protesto em reinauguração de praça. Portal G1 Região Serrana. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tj/regiao-serrana/noticia/2015/12/servidores-de-teresopolis-rj-fazem-protesto-em-reinauguracao-de-praca.html>>. Acesso em: 10/07/2020.

Novamente carece a implantação de políticas públicas de turismo e lazer, associadas, por exemplo, à mobilidade urbana para estimular moradores e turistas a frequentarem as unidades de conservação menos conhecidas e situadas próximas à sede municipal, como Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis e o Parque Estadual dos Três Picos. O Parque Nacional da Serra dos Órgãos, atração mais famosa, é bastante frequentado no verão, dada as suas piscinas naturais. Não cabe, no escopo deste trabalho, discutir o acesso a este equipamento federal, cobrança de ingressos, ainda que a preços reduzidos para moradores, dentre outros aspectos, aspectos que podem ser observados em Calandrino (2016).

No que tange à terceira idade, o censo 2010 do IBGE aponta para uma população da faixa etária de 60 a 69 anos de 11.859 habitantes e na faixa de acima de 70 anos, 9.724 habitantes, correspondendo em torno de 13% da população total de 163.746 habitantes (2010). Considerar que a cidade não possui potencial turístico e justificar por sê-la destinada a idosos é no mínimo ignorância e preconceito. Não estabelecemos um cruzamento de qual perfil de entrevistado forneceu esta resposta, porém, a relação que podemos estabelecer, para além do preconceito e ignorância é a chegada de muitos turistas idosos, sobretudo nos finais de semana para estadias curtas, em hotéis e pousadas e para casas de veraneio. Ainda que careça de dados estatísticos é notória a chegada de ônibus fretados em finais de semana para visitação da Feirarte, no bairro Alto. Como a feira é destinada basicamente a vestuário, artesanato e bordados, recebe público desta faixa etária. Em vez de ser considerada um empecilho ao turismo, a terceira idade poderia ser um segmento a ser desenvolvido, com produtos turísticos e atividades específicas a estas pessoas (GOMES *et al.* 2010). Perde o município, neste sentido, mais uma oportunidade de desenvolver políticas específicas de turismo e lazer. Na questão seguinte,

pedimos para que o entrevistado escolha qual o principal segmento de turismo da cidade (gráfico 01).

**Gráfico 01 - Quais são os principais segmentos turísticos da cidade?**



Fonte: Questionários de pesquisa.

As respostas apontam para um perfil já conhecido: o município capital do montanhismo no Brasil é reconhecido pelo segmento do ecoturismo (no qual estão englobadas algumas respostas que citaram turismo de aventura). A gastronomia é citada pelos restaurantes temáticos e de culinária de vários países, como por exemplo, um famoso restaurante de culinária russa. O turismo de compras refere-se à força exercida pela já citada Feirarte (ou Feirinha do Alto), com centenas de estandes e que funciona desde 1973. Apesar de vir perdendo sua característica original de artesanato, ao longo dos anos. A partir de observações empíricas, diferentemente de Nova Friburgo, que possui reconhecido e desenvolvido polo de moda íntima, não há nada que justifique o turismo de compras na cidade.

A próxima questão diz respeito aos pontos turísticos mais importantes da cidade. Foram citados diversos atrativos, inclusive

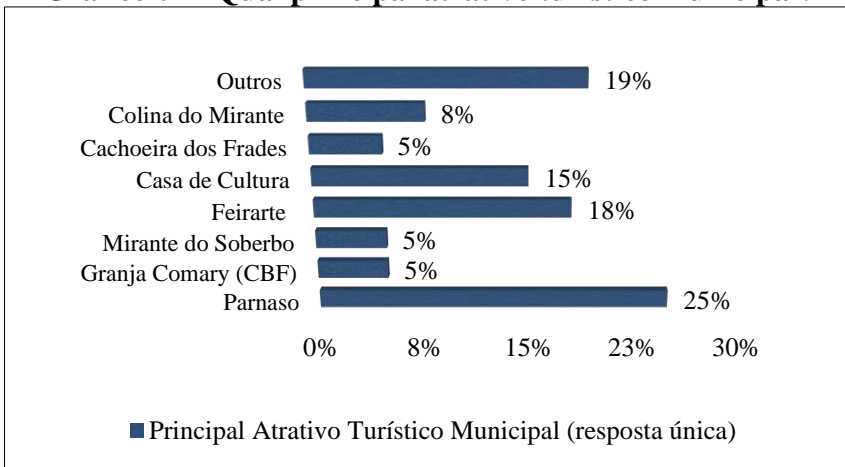
alguns fora do núcleo urbano principal (gráfico 02), como a Cachoeira dos Frades, situada no segundo distrito.

Os moradores citaram atrativos de diferentes categorias. Surpreende a citação de atrativos abandonados há anos, como a Colina do Mirante, onde ocorreu em 2015 duas ações extensionistas do Departamento de Turismo da UERJ, com mutirões de limpeza e pintura. No entanto ainda é um ponto turístico abandonado pelo poder público.

O Mirante do Soberbo é uma curiosidade, pois situa-se no município de Guapimirim, justamente no limite da divisa com Teresópolis. Porém, está a poucos metros da entrada de Teresópolis e de um equipamento público municipal que funciona como centro de informações turísticas e secretaria municipal de defesa civil. Sendo assim, apesar da placa rodoviária demarcando a divisa, a associação do mirante à Teresópolis é bem comum. Destaca-se pela vista exuberante da Baía de Guanabara, Niterói e Rio de Janeiro e municípios da Baixada Fluminense, como Guapimirim, Magé, São Gonçalo e Itaboraí. Chama-nos a atenção, também, o destaque dado a Casa de Cultura, outro equipamento municipal, que funciona como área de exposições, teatro, etc. A Granja Comary, bairro que abriga o centro de treinamento da Confederação Brasileira de Futebol e a Feirarte, no Alto, são pontos sempre citados e realmente muito visitados. Porém, com larga vantagem, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso) faz jus às estatísticas que o apontam como um dos parques mais visitados do Brasil. Em 2012, foram mais de 137 mil visitantes anuais<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> De acordo com o ICMBio em: <<https://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/destaques/106-parque-nacional-da-serra-dos-orgaos-bate-recorde-de-visitacao-em-2012-e-recebe-selo-recomendado-pelo-tripadvisor.html>>.

**Gráfico 02 - Qual principal atrativo turístico municipal?**

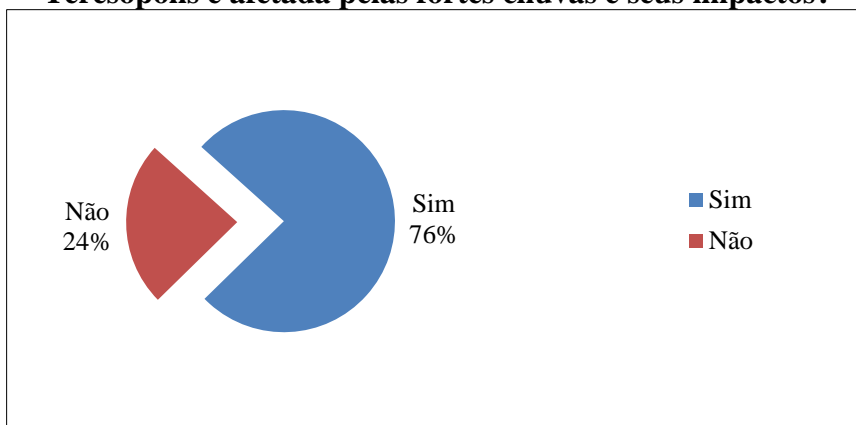
Fonte: Questionários de pesquisa.

As próximas perguntas são referentes à percepção da população frente à catástrofe de janeiro de 2011 e às condições ambientais em geral, do município. No gráfico 03 evidencia-se a força da tragédia de 2011. Teresópolis suas matas, rios e cachoeiras deixaram de ser sinônimos de natureza pacífica e calma. Repleta de construções em encostas e em fundos de vale, o risco ambiental sempre foi iminente, todavia, não percebido e estudado.

Se 76% do universo entrevistado afirma perceber que as chuvas e seus impactos correlatos causam problemas no turismo, podemos depreender a tese de desconstrução do imaginário de cidade com potencial turístico, porém não pelas chuvas em si, mas pela infraestrutura urbana deficiente e pela ausência de políticas municipais que foquem no desenvolvimento da atividade turística, sobretudo, envolvendo as comunidades locais.



### Gráfico 03 - A atividade turística em Teresópolis é afetada pelas fortes chuvas e seus impactos?



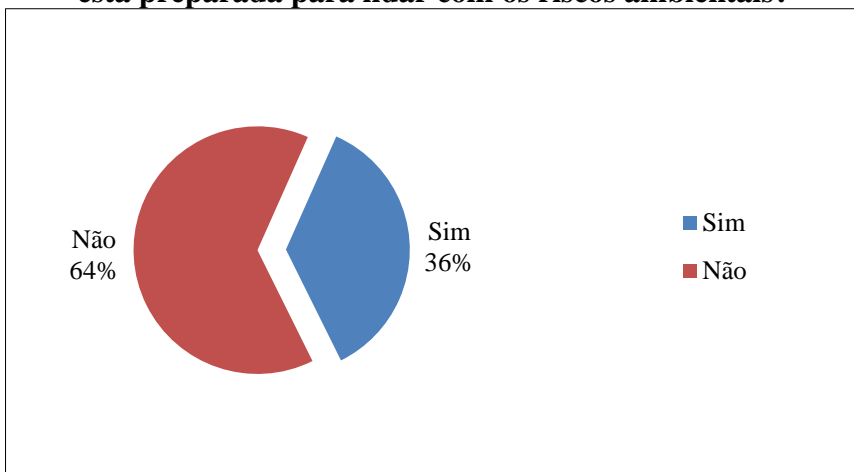
Fonte: Questionários de pesquisa.

A questão seguinte diz respeito acerca da capacidade de resposta e preparação para lidar com riscos ambientais (gráfico 04). A resposta, em convergência com as demais, aponta, para uma sensação de insegurança da população. As posturas continuam reativas, ao invés de pró-ativas, isto é, não há incorporação da gestão do risco nas políticas públicas municipais.

Um local inseguro não desperta um interesse de visitação nos turistas, o que pode tornar o fluxo insuficiente para assegurar a manutenção de serviços turísticos locais. A sazonalidade também impacta o setor do turismo, fazendo com que muitos empreendedores e a cadeia produtiva associada desistam da atividade.

As últimas questões foram abertas e perguntavam: Quais ações devem ser tomadas para amenizar os riscos ambientais na cidade? O que deve ser realizado para incrementar o turismo e a imagem turística da cidade?

### Gráfico 04 - A cidade de Teresópolis está preparada para lidar com os riscos ambientais?



Fonte: Questionários de pesquisa.

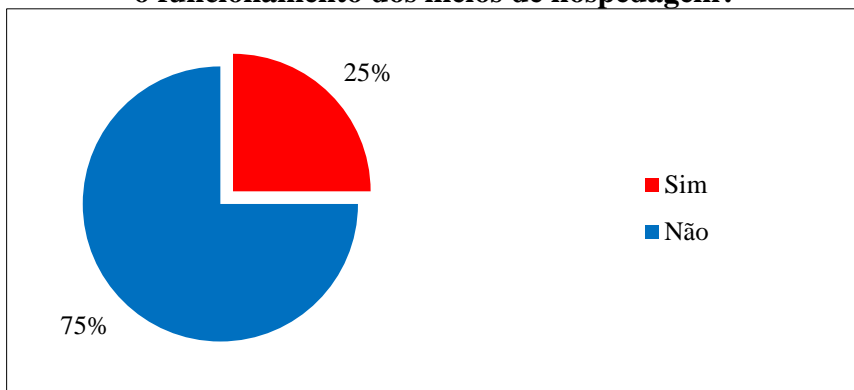
Ao analisarmos as repostas obtidas nessas perguntas percebemos que tanto em uma, como na outra, a palavra “investimento” foi a mais citada. Mesmo sem ter acesso às contas públicas de forma rotineira, a população percebe a ausência do poder público através desta citação. Dentre os setores citados, a maioria referiu-se à saúde e educação (Teresópolis não conta com hospitais estaduais ou municipais, apenas uma Unidade de Pronto Atendimento e Postos de Saúde Municipais. Um hospital de um Centro Universitário privado atende pacientes pelo Sistema Único de Saúde/SUS). Foi mencionado com destaque, também, a necessidade de programas voltados aos moradores de áreas de risco (educação ambiental, sistema de alertas/sirenes). No que tange à imagem do turismo, sem dúvida, faltam investimentos, que seriam reflexos de uma política pública de turismo municipal e não somente em propaganda e eventos. A cidade tem a vantagem de se situar em

torno de 100 km da capital do estado e está em torno de duas horas de viagem de toda a região metropolitana.

Em relação aos meios de hospedagem, conforme descrito na metodologia, aplicamos questionários em 8 hotéis na região da Rodovia Teresópolis – Friburgo (RJ 130) e adjacências. As perguntas são referentes a percepção dos hotéis em relação aos eventos climáticos de 2011 e se esses ainda influenciavam, de maneira positiva ou não, no funcionamento do hotel e em sua taxa de hospedagem.

Os gráfico 05 diz respeito especificamente ao verão de 2011 e se as chuvas afetaram concretamente os meios de hospedagem, em termos de equipamentos, acesso e infraestrutura interferindo no seu funcionamento normal. Como observado, 25% dos meios de hospedagem, relataram problemas.

**Gráfico 05 - As chuvas afetaram o funcionamento dos meios de hospedagem?**

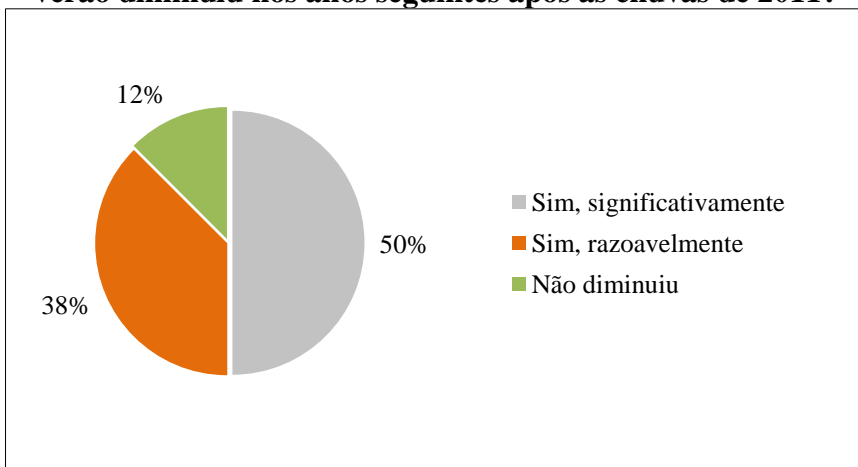


Fonte: Questionários de pesquisa.

O gráfico 06 aponta para uma queda no número de hóspedes no verão nos anos seguintes ao evento de 2011 (intervalo pesquisado

de 2012 a 2014). Alguns gerentes entrevistados disseram que várias reservas foram canceladas no verão dado as chuvas, contudo eles não precisaram os números absolutos. A retração do fluxo evidencia, por um lado, uma atenção às previsões climatológicas e meteorológicas por parte dos turistas, mas que enseja, por outro lado, uma percepção da insegurança. Neste caso, para um aprofundamento da investigação, nós deveríamos entrevistar as razões que levaram os turistas a desistirem ou remarcarem a viagem, o que metodologicamente é bastante complicado.

**Gráfico 06 - A quantidade de hóspedes no verão diminuiu nos anos seguintes após as chuvas de 2011?**



Fonte: Questionários de pesquisa.

Todos os hotéis atribuíram essa queda aos eventos pluviométricos que aconteceram em 2011 e também a exposição negativa da mídia que fortaleceu essa imagem de cidade perigosa. Nossa avaliação é de que preferem não tocar no assunto e esquecê-lo, em vez de aproveitar o momento para pautar um debate entre

sociedade civil, empresários do setor e governo. Ainda criticam a administração pública em geral por não auxiliarem na reconstrução do mercado turístico e da imagem do turismo na região serrana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação dos resultados da pesquisa de percepção ambiental permite-nos inferir que há um distanciamento do planejamento e da organização do setor turístico no município em relação à comunidade, que deveriam ser chamadas para contribuir na geração de dados e informações acerca dos serviços, atributos e produtos do município e dos seus bairros, por exemplo, através do conselho municipal de turismo e outros fóruns possíveis. Este distanciamento também se revela no campo da compreensão e do entendimento de quais outros benefícios o turismo, enquanto atividade econômica e prática social poderiam estimular na região. A partir dos estudos de percepção ambiental pode-se emanar planos e ações com foco nas atividades turísticas, lista de demandas ao poder público, processos de gestão mais participativos e sustentáveis, roteiros turísticos alternativos, dentre outras possíveis estratégias de construção, não somente de uma imagem turística, mas de genuínos produtos locais.

## REFERÊNCIAS

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru: editora da EDUSC, 2002.

BRAGA, M. M.; CASTRO, C. M. “Mapeamento de Atrativos Turísticos Atuais e Potenciais com base em Cartografias Sociais

visando o Planejamento do Espaço Turístico em Teresópolis (RJ)”. **Anais de Resumos da UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

BRAGA, M. M.; MACHADO, N. C. A.; CASTRO, C. M. “Percepção Ambiental como Instrumento de Avaliação Potencial Turístico: um estudo de caso em Teresópolis (RJ)”. **Anais do 5º Encontro de Hospitalidade e Turismo (ENHTUR)**. Niterói: UFF, 2013.

CALANDRINO, T. “Natureza protegida e seus protetores: conflitos sobre os usos de um espaço público”. **Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia**. João Pessoa: UFPB, 2016.

CARMELA, R. “A Cidade dos Festivais”. Set Produções. **Portal Eletrônico do You Tube** [2007]. Disponível em: <<http://www.youtube.com>>. Acesso em: 10/03/2013.

CASTRO, C. M. “A Produção dos Territórios de Riscos: Elementos, Relações e Possibilidades de Gestão”. In: BRAGA, F.; TERRA, C. (orgs.). **Aveso da Paisagem 2: Ruptura, Desordem e Risco no Ambiente Urbano**. Rio de Janeiro: Editora Rio Books, 2012a.

CASTRO, C. M. “Riscos Ambientais Relacionados à Água: por uma gestão territorial da água”. **Espaço Aberto (UFRJ)**, vol. 2, 2012b.

CASTRO, C. M.; FORTUNATO, R. A. “Redes Populares de Turismo e Experiências de Mapeamento Participativo: a atuação da Rede Brasilidade Solidária em Teresópolis (RJ)”. **Revista Continentes**, vol. 3, 2014.

CASTRO, C. M.; PEIXOTO, M. N. O.; PIRES DO RIO, G. A. “Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, Abordagens e Escalas”. **Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ**, vol. 28, 2005.

DEL RIO, V. “Apresentação”. *In*: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (orgs.) **Percepção Ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1996.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (orgs.). **Percepção Ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1996.

DOURADO, F.; ARRAES, T. C.; SILVA, M. F. “O Megadesastre da Região Serrana do Rio de Janeiro: as causas do evento, os mecanismos dos movimentos de massa e a distribuição espacial dos investimentos de reconstrução no pós-desastre”. **Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ**, vol. 35, n. 2, 2012.

DRM/RJ - Departamento de Recursos Minerais. “Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro. Megadesastre da Serra”. **Portal Eletrônico do DRM/RJ** [01/2011]. Disponível em: <<http://www.drm.rj.gov.br>>. Acesso em: 25/06/2013.

FREITAS, M. M.; FARIAS, A.; PINTO, R. W. P. “Abordagem Geomorfológica na deflagração dos movimentos em massa em janeiro de 2011 no bairro Conquista, Nova Friburgo – RJ”. **Revista GeoPUC**, vol. 11, 2011.

GOMES, J. C. (org.) **Caderno de Turismo do Estado do Rio de Janeiro**: passaporte para o desenvolvimento do estado. Rio de Janeiro: Fecomércio, 2010.

HENDERSON, J. **Tourism Crises**: Causes, Consequences and Management. Butterworth–Heinemann: Editora Burlington, 2007.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo** - Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

MARAFON, G.; RIBEIRO, M. A. (orgs.) **Revisitando o Território Fluminense IV**. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2012.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

OLIVEIRA, L. “Percepção do Meio Ambiente e Geografia”. **Olam International**, vol. 1, n. 2, 2001.

PESSOA, F. A. **Geodiversidade e Interpretação Ambiental em Trilhas** - Travessia Petrópolis-Teresópolis, Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ) (Tese Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

SILVEIRA, M. A. T. “Percepção geográfica, turismo e valorização do espaço”. **Anais do Simpósio Nacional de Geografia, Percepção e Meio Ambiente** - SINPEC. Londrina: Editora da UEL, 2005.

VEYRET, Y. **Géographie des Risques Naturels en France**. Paris: Editora Hatier, 2004.

XAVIER, H. “Percepção Geográfica dos Riscos Meteorológicos que afetam o Turismo”. **Revista Geográfica da América Central**, número especial, XIII Encuentro de Geografos de America Latina, EGAL, Costa Rica, 2011.

XAVIER, H. **A Percepção Geográfica do Turismo**. São Paulo: Editora Aleph, 2007.





## **CAPÍTULO 6**

---

*O Turismo no Contexto da  
Pandemia: Desafios de Governança  
e Sustentabilidade Frente à COVID-19*



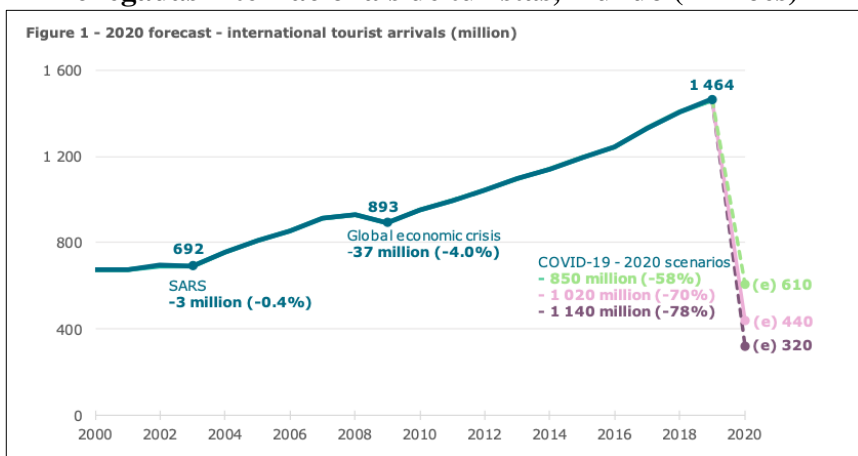
## **O TURISMO NO CONTEXTO DA PANDEMIA: DESAFIOS DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE FRENTE À COVID-19**

*Gabriel De Sena Jardim  
Clara Carvalho de Lemos*

O mundo vive hoje um padrão de mobilidade nunca antes experimentado na história. O desenvolvimento das tecnologias de transportes e o crescimento, significativo e constante, do número de turistas nas últimas décadas, impuseram enormes desafios ao setor do turismo, especialmente por se tratar de uma atividade global com reflexos no desenvolvimento territorial, e com impactos na economia, no meio ambiente, na política e na saúde.

Entre 2000 e 2018, o turismo cresceu uma média de 4% ao ano, apesar das crises observadas entre 2001 (+0,1%) e 2003 (-0,4%), devido aos ataques de 11 de setembro e à gripe aviária, e da crise financeira de 2009 (-4%). Ainda assim, as retomadas do setor frente às retrações, até o momento, foram relativamente rápidas, confirmando a tendência de hipermobilidade da sociedade contemporânea. Em 2019, foi registrado o número recorde de 1.5 bilhão de chegadas internacionais de turistas, impulsionados principalmente pela emergência de novos destinos e consumidores, muitos deles em países do Oriente Médio, Ásia e Pacífico (UNWTO, 2019). O aumento das viagens vem causando um enorme impacto nas economias, no consumo, nas trocas comerciais, nos padrões de deslocamento, nas relações sociais, nos territórios, na vida e na saúde das pessoas.

## Gráfico 1 - Previsão para 2020: chegadas internacionais de turistas, mundo (milhões)



Fonte: UNWTO, 2020.

Até a última semana de julho de 2020, enquanto o mundo testemunhava o contágio de cerca de 17 milhões de pessoas e cerca de 669 mil mortes (WHO, 2020), diversos países foram obrigados a tomar medidas drásticas de isolamento social para conter a disseminação do Coronavírus Disease 2019 (COVID-19). Para o setor do turismo de muitos países, isso resultou no funcionamento extremamente limitado ou fechamento de praticamente todas as suas atividades características, como terminais de transportes, meios de hospedagem, bares, restaurantes e atividades de cultura e lazer.

Considerando as restrições de viagens adotadas em todo o mundo em resposta à pandemia, a Organização Mundial do Turismo (OMT) estima que as chegadas de turistas internacionais tenham caído entre 60% a 80% em 2020, em comparação com os números de 2019, uma proporção nunca antes vista no setor (UNWTO, 2020).

Nenhuma outra crise do turismo moderno chegou perto desses números.

No Brasil, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estima que houve uma queda abrupta no volume de receitas do setor de turismo brasileiro no mês de março de 2020, uma perda equivalente a cerca de R\$ 14 bilhões em faturamento, na comparação com os dados de 2019, devido a pandemia provocada pelo coronavírus. A projeção dos prejuízos já sofridos pelo setor sinaliza a redução de até 295 mil empregos formais (CNC, 2020).

Com tantas medidas restritivas para os deslocamentos, encontros e aglomerações, o impacto da COVID-19 no turismo é avassalador. Além disso, apesar da comprovada resiliência do setor em resposta a crises anteriores, uma recuperação rápida é improvável frente à grande profundidade e amplitude dos impactos relacionados à pandemia, e ao tempo levado para o desenvolvimento de uma vacina e posterior imunização de toda a população mundial.

O que a experiência das crises do turismo nos mostra é que a retomada do setor depende invariavelmente de medidas específicas para garantir a recuperação e viabilidade dos negócios e a renda das famílias, além de medidas que assegurem a retomada da confiança e a segurança dos viajantes (BLAKE; SINCLAIR, 2003). O desenvolvimento do turismo se dá em função de vários fatores, e para os quais deve-se dar atenção se medidas e direções futuras para a sua recuperação precisam ser consideradas. São eles: a renda dos trabalhadores; o avanço no bem-estar pessoal, em especial a possibilidade de expansão dos gastos pessoais em itens considerados não essenciais; aumento do tempo livre disponível para o lazer; segurança e paz; transporte eficiente, acessível e seguro; liberdade em termos de menos restrições administrativas e no âmbito dos mercados monetários (TODD, 2003).

A pandemia vem estimulando um debate intenso a respeito dos seus impactos nas economias e na vida das pessoas. Necessário destacar, no entanto, que a discussão a respeito dos caminhos e estratégias para a retomada dos setores econômicos não pode perder de vista o fato de que esta crise é, em sua gênese, uma crise ambiental, com fortes vínculos com os processos de perda significativa de biodiversidade e com as mudanças climáticas.

As mudanças climáticas e ambientais globais estão comprovadamente associadas à deterioração das condições de saúde das populações em diversas partes do mundo, não só devido à maior frequência de desastres, mas também na maior incidência de doenças zoonóticas (BARCELLOS *et al.*, 2009). Em estudo recente, Ellwanger *et al.* (2020) chamaram a atenção para o fato de que a associação entre ações antrópicas na floresta amazônica, as mudanças climáticas, as alterações na dinâmica de vetores, a migração humana, as alterações genéticas em patógenos e as más condições sociais e ambientais em muitos países da América Latina podem dar origem à “tempestade perfeita” para o surgimento e reemergência de doenças infecciosas humanas no Brasil e em outros países da Amazônia.

O desmatamento, a aproximação perigosa da produção de carnes para o consumo humano com os remanescentes florestais e as espécies silvestres, a concentração crescente de pessoas em espaços urbanos densos e aglomerados e as redes de transportes que permitem a dispersão e contágio em níveis nunca antes vistos são as condições perfeitas para a ocorrência de pandemias (GÖSSLING *et al.*, 2020).

Considerando o impacto da crise nas condições para realização das viagens e a necessidade de adoção de medidas específicas e urgentes, este artigo apresenta um panorama geral dos impactos da crise atual para o desenvolvimento do turismo no Brasil. Além disso, reconhecendo o papel do turismo na crise ambiental e

climática globais, tanto como causador de impactos significativos como atividade que oferece oportunidade para rever processos predatórios e valorizar e proteger os patrimônios culturais e naturais, o artigo traz reflexões a respeito das janelas de oportunidades identificadas em meio à crise.

## **O TURISMO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19**

A ocorrência de profundas crises no turismo não é um fenômeno recente, elas ocorrem em diferentes escalas e intensidades desde o início do turismo moderno. No entanto, o que mudou recentemente foi o crescimento sem precedentes da escala do turismo e de outros movimentos humanos. A hiper mobilidade da sociedade contemporânea, com a maximização dos deslocamentos de bens e pessoas, faz com que as crises tomem proporções cada vez maiores (HALL, 2010).

A conexão entre viagens e a disseminação de doenças é reconhecida há séculos, inclusive com experiências de imposição de restrições de quarentena aos viajantes que chegavam aos portos de diversos países. Mais recentemente, o surto de SARS foi um exemplo de quão rapidamente as doenças podem se espalhar na era da hiper mobilidade (BONIFACE; COOPER, 2009).

No âmbito do turismo, as medidas adotadas pela administração pública brasileira no enfrentamento dos desafios impostos pela pandemia incluem:- a elaboração de um manual com informações e orientações sobre o coronavírus, seus modos de transmissão, sintomas e tratamento, com destaque para dicas de prevenção e cuidados para o turista; a divulgação do aplicativo coronavírus-SUS, possibilitando ao usuário a realização de uma



avaliação rápida sobre o seu estado de saúde, identificando sintomas relacionados com a definição de caso suspeito do vírus, além da localização das unidades de saúde mais próximas; a recomendação de isolamento domiciliar para viajantes brasileiros que chegaram do exterior por um período de sete dias; além da assistência e repatriação de turistas brasileiros retidos no exterior (BRASIL, 2020a).

Enquanto a pandemia de COVID-19 toma proporções que desafiam as formas de se fazer turismo até então em curso no mundo, a busca por soluções para a retomada das atividades características do setor é dificultada pelos impactos ainda difíceis de mensurar e as inúmeras incertezas que pairam a respeito do controle da pandemia. A possibilidade de que ainda vamos viver, num curto ou médio prazo, situações de oscilações nas políticas de isolamento social, certamente traz incertezas quanto aos planos individuais e das famílias em viajar durante esse período. Além disso, tendo em vista as enormes diferenças socioeconômicas, demográficas e em termos de infraestrutura de saúde e hospitalar entre as regiões do Brasil, e mesmo entre municípios, a reabertura das atividades econômicas vem ocorrendo a partir de estratégias e ritmos diferenciados, muito influenciadas por contextos políticos e especificidades locais e regionais.

No Brasil, o mercado doméstico de turismo sempre foi notadamente maior do que o turismo internacional, com o transporte terrestre sendo responsável por 75,7% das viagens domésticas dos brasileiros (FIPE, 2012). Em um cenário pós-COVID, ou mesmo num cenário de transição/convivência com a doença, espera-se que de fato a retomada deva acontecer a partir de estímulos ao turismo doméstico e regional, com viagens de curta duração, curtas distâncias, por meio de transporte individual ou de pequenas transportadoras turísticas. Além disso, espera-se que as visitas a amigos e parentes, a busca pelos reencontros e fortalecimento dos

laços de amizade e familiares sejam aspectos motivacionais centrais na retomada das viagens, além de um turismo baseado na menor escala e no menor volume.

É possível que haja também maior busca por atividades ao ar livre, que ofereçam oportunidades de lazer e recreação com menor concentração e aglomeração de pessoas. No entanto, essa busca pode acarretar em maior pressão no uso das áreas naturais e espaços de lazer ao ar livre e, portanto, maiores desafios aos gestores, em termos de garantir as condições para que a qualidade da experiência e a segurança das pessoas sejam asseguradas, além de zelar pelos objetivos de proteção e conservação das áreas naturais.

A expectativa de que o turismo doméstico deve desempenhar papel central na retomada do setor faz sentido, já que este já era muito mais significativo mesmo antes da pandemia. No entanto, essa recuperação depende fortemente de políticas específicas e estímulos ao mercado interno. Em um cenário de aumento do desemprego, da informalidade do trabalho e do endividamento das famílias, o desafio da retomada do turismo doméstico se torna enorme e passa necessariamente pelo enfrentamento desses problemas. O desemprego impede a realização de atividades consideradas supérfluas como o lazer e o turismo, o endividamento é um fator dificultador para o acesso ao crédito, que é relevante no planejamento e concretização das viagens, e a informalidade do trabalho não oferece plenas oportunidades de tempo livre remunerado aos trabalhadores.

As medidas para proteção de negócios e empresas prestadoras de serviços característicos do turismo, por exemplo, devem necessariamente incluir soluções específicas para os micro e pequenos empreendedores. Cerca de 80% de todas as empresas de turismo no mundo são pequenas e médias empresas (PMEs) e o setor tem cumprido um papel importante na geração de emprego e oportunidades para mulheres, jovens e comunidades rurais

(UNWTO, 2020). No Brasil, 77,8% da mão de obra ocupada formalmente no turismo trabalha em estabelecimentos que empregam entre 9 e 99 empregados, o que confirma a preponderância de micro, pequenas e médias empresas no setor (IPEA, 2017).

Além disso, já era possível observar, mesmo antes da ocorrência da pandemia, o aumento da frequência das viagens, que se tornaram mais curtas e ocorriam especialmente durante os finais de semana e feriados. Esse fato é preocupante, quando se consideram as perspectivas e necessidades de longos períodos de isolamento social e as medidas, recentemente postas em prática pelos governos estaduais de antecipar os feriados deste ano de 2020 para o período de quarentena. A medida atende às demandas do setor varejista, mas deve ter impacto sobre a retomada do turismo doméstico no país. Esta situação torna aparente a falta de articulação interinstitucional no âmbito das decisões e soluções pensadas pela administração pública para o enfrentamento da crise no turismo. Durante a crise, o Ministério do Turismo não criou uma ampla instância interinstitucional consultiva ou deliberativa para lidar com a crise no setor de forma efetivamente articulada, inclusiva, participativa e democrática.

## **DESAFIOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA NO COMBATE À COVID-19**

Há alguns anos, diversos autores argumentam sobre a necessidade de se reconhecer o turismo como um problema de saúde pública. A ausência de políticas públicas voltadas para a integração da saúde com o turismo representa uma grave falha na administração pública de muitos países (RODRIGUEZ-GARCIA, 2001; MATOS, 2011).

Matos (2011) realizou levantamento que indicou uma série de casos internacionais e nacionais que foram considerados alertas ou casos confirmados de doenças envolvendo turistas, como o surto epidêmico de sarampo na Bahia em 2006, a epidemia de dengue no Rio de Janeiro em 2007, a chegada do vírus chikungunya no Brasil, o surto de sarampo em João Pessoa, em 2010, que provavelmente foi disseminado durante a Copa do Mundo. Além desses, surtos disseminados em cruzeiros transatlânticos também são muito frequentes.

A autora defende a criação de uma política de saúde do turista, com um sistema de informação nacional capaz de abranger a especificidade desse tipo de viajante, facilitar o monitoramento de agravos de interesse da saúde pública, o controle sanitário das fronteiras e, principalmente, direcionar as ações de promoção sobre qual informação transmitir ao turista (MATOS, 2011).

Considerando o fato de que novas epidemias, e mesmo pandemias, são esperadas ao longo deste século, é preciso insistir e reforçar a necessidade de uma abordagem intersetorial para o problema, que integre não só os gestores da saúde e do turismo, mas também os operadores do turismo, num compartilhamento de responsabilidades e desenvolvimento de critérios para operação dos negócios e atividades. Além da geração e sistematização de dados e informações para monitorar a situação sanitária e epidemiológica das viagens, portanto, os esforços devem envolver uma coordenação interinstitucional que, em nossa opinião, deve ser pautada pelos princípios da governança colaborativa.

Nesta seção discutiremos a necessidade de fortalecimento do Sistema Nacional do Turismo, seus instrumentos e os processos de governança necessários para melhor descentralização do planejamento e construção e execução das políticas de turismo. Além disso, reconhecendo a profunda relação entre o turismo, a crise ambiental e o risco de disseminação de novas e antigas doenças

contagiosas, defendemos a necessidade de aproveitar o momento da pandemia para promover um amplo debate acerca de uma agenda socioambiental mínima como política pública para o setor.

## O PAPEL DA GOVERNANÇA

A abordagem colaborativa da governança emergiu ao longo das últimas décadas como uma alternativa de administração pública que, sob a liderança de um ou mais órgãos públicos, envolve a participação de múltiplos *stakeholders*, públicos e privados, em um processo coletivo de tomada de decisão orientado pelo consenso, constituído por meio da formalização de fóruns deliberativos, com o intuito de elaborar, implementar e gerir políticas públicas (ANSELL; CASH, 2007).

O conceito de Governança Colaborativa (GC) pressupõe, portanto, a iniciativa e liderança de agências ou instituições públicas; a participação de atores não-estatais; o engajamento de todos os envolvidos no processo de tomada de decisão; a formalização de fóruns representativos da coletividade; a valorização do diálogo e do consenso a partir da análise dos argumentos que sinalizam as opções mais vantajosas para o interesse coletivo na solução de problemas, e; a colaboração com foco na elaboração de políticas públicas, ou na administração pública.

O contexto global de crise provocada pela pandemia do Coronavirus Disease – 2019 (COVID-19) agravou ainda mais a situação do desemprego, da precariedade no trabalho, da desagregação e perda de renda familiar no Brasil. Paradoxalmente, este cenário nos permite pensar em soluções baseadas em um modelo de desenvolvimento concebido a partir das margens, ancorado na valorização dos recursos e saberes encontrados na esfera local. A

busca por novos pressupostos epistemológicos, teóricos e metodológicos considera a valorização de formas emancipatórias que são, portanto, um contraponto à racionalidade instrumental representada pelo gerencialismo burocrático centralizador.

Há muitos anos, pesquisadores vêm chamando a atenção para o fato de que novas formas de se fazer turismo precisam ser discutidas, estimuladas e experimentadas (SILVA, 2006; ZAOUAL, 2008). O que parte da experiência nos mostra é que uma das variáveis mais decisivas e importantes para se alcançar práticas bem sucedidas de desenvolvimento do turismo é a existência de iniciativas, organizações e esforços de planejamento voltados para a gestão participativa e inclusiva nos destinos turísticos (FORTUNATO; TEIXEIRA, 2011; BARTHOLO; SANZOLO; BURSZTYN, 2009).

As abordagens orientadas para a gestão local e comunitária do turismo se popularizaram com o crescente reconhecimento de que os destinos precisam ter mais controle sobre as decisões e benefícios relacionados ao desenvolvimento do turismo. Muitos impactos socioambientais relacionados ao desenvolvimento do turismo geram conflitos no âmbito local, não só em contextos de países em desenvolvimento, mas também em nações desenvolvidas. Essa abordagem de planejamento tem forte vínculo com os anseios e necessidades locais, e é centrada na ideia de aumentar o controle local sobre decisões e processos de planejamento. Ela enfatiza a necessidade de uma abordagem “bottom-up” de planejamento, com base nos objetivos e prioridades estabelecidos pela sociedade local.

O caráter político e negociador do processo de planejamento ganha destaque, em contraposição à visão racionalista e técnica que vigorou durante o século XX. A ênfase está também no papel dos planejadores como mediadores dos interesses da sociedade. O planejamento, portanto, passa a ser um processo associado à qualidade das interações entre os diversos atores envolvidos, a

construção de confiança nas decisões, transparência, ética e vontade de negociar e buscar soluções conjuntamente que sejam aceitáveis para as partes envolvidas (OLIVEIRA, 2006).

A proposta de uma ação interinstitucional, pautada pela governança territorial e pensada a partir de uma abordagem colaborativa, tem como finalidade assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento. A integração de modelos participativos e comunitários apresenta soluções para desafios territoriais que implicam em uma mudança estrutural que possa garantir a atuação dos atores locais na resolução de problemas. A estratégia de desenvolvimento requer, portanto, o protagonismo de entidades regionais e locais na formulação e execução de um projeto sustentável que atenda aos diversos interesses associados ao território, e não somente de setores hegemônicos do desenvolvimento turístico.

No Brasil, a chamada ‘Lei Geral do Turismo’ (Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008) reconhece a necessidade de descentralizar a gestão do turismo a partir da implantação e fortalecimento do Sistema Nacional do Turismo. O atual Plano Nacional de Turismo (2018-2022) mantém o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) como modelo de gestão descentralizada a ser executado, baseado na articulação regional como processo fundamental para a constituição, formalização e atuação das Instâncias de Governança Regionais (IGRs).

O PRT buscou reforçar a região turística como o foco das ações de planejamento, por meio da criação de instâncias de governança, o que trouxe resultados diversos e limitados (FERNANDES; CORIOLANO, 2015; TRENTIN, 2016; ZAPAROLI; SOUZA; ELESBÃO, 2017; SANTOS; PEREIRA, 2018; BANTIM; FRATUCCI, 2019). A complexidade e as dificuldades em se gerir territórios regionalizados, da forma como é proposto na Política Nacional de Turismo, reforçam a necessidade

de se discutir e rever os modelos de gestão e desenvolvimento que efetivamente materializem a governança turística a partir das referências simbólicas locais, estimulando novas dinâmicas de intercâmbio entre atores locais e turistas e novos modelos e produtos turísticos, em contraposição ao turismo de massa e convencional (ZAOUAL, 2008).

É necessário destacar também o protagonismo do Ministério do Turismo como articulador e condutor da política de turismo no Brasil, na medida em que boa parte dos estados depende fortemente dos recursos (técnicos, políticos e financeiros) do MTur para viabilizar suas estratégias de gestão e planejamento e a execução de projetos essenciais no setor. No entanto, apesar das diretrizes políticas que destacam a importância da gestão descentralizada e da governança turística, na prática os investimentos por parte do ministério estão altamente concentrados em itens de infraestrutura e orientados pela influência de emendas parlamentares, com pouca ou nenhuma participação dos órgãos e instâncias de governança na discussão da alocação desses recursos (LEMOS, 2013). No ano de 2019, por exemplo, o orçamento inicial de despesas do MTur destinou cerca de 56% dos recursos em ações de apoio a projetos de infraestrutura e financiamento de infraestrutura turística (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2020). É preciso, portanto, se discutir formas de garantir que as demandas dos territórios sejam consideradas na alocação desses recursos.

Outra questão que precisa ser amplamente discutida é o possível cenário pós pandemia de intensificação das políticas neoliberais, com adoção de medidas de austeridade, incertezas quanto à capacidade de investimentos do setor público, além de tendências já observadas de mudanças na governança dos bens públicos. Esse cenário aponta para uma maior possibilidade de atuação do setor privado na gestão de serviços públicos, por meio de parcerias público-privadas, o que já ocorre no turismo,



especialmente no âmbito da visitação em áreas protegidas. Embora o modelo adotado para essas parcerias já seja há muito tempo criticado no contexto do turismo, por sua capacidade de excluir as comunidades locais dos benefícios (HALL, 1999), e potencialmente comprometer a função pública e social das áreas naturais (BOTELHO; MACIEL, 2018), ele é amplamente defendido, inclusive pelo governo brasileiro. É preciso desenvolver mecanismos de responsabilização dessas parcerias, por meio da defesa dos interesses públicos, da ampliação da capacidade de geração e monitoramento dos efeitos desses arranjos institucionais e da regulação das atividades comerciais (RODRIGUES; ABRUCIO, 2019).

Assim, compreendemos que a crise ora imposta ao setor deve oferecer oportunidades para a criação de novas maneiras de se tomar decisões coletivas, que de fato melhorem as limitações dos processos atuais de tomada de decisão e que também permitam um papel mais participativo dos diferentes atores sociais (GONZÁLEZ, 2014), inclusive no que diz respeito aos investimentos do MTur nos destinos e regiões turísticas.

Por outro lado, o desafio imposto pela pandemia é reconhecidamente global. Por isso, é imprescindível que haja uma coordenação intergovernamental que respeite as recomendações dos organismos internacionais e as medidas de contenção epidemiológicas e sanitárias amplamente acordadas entre as autoridades responsáveis. As relações estabelecidas entre as diferentes instâncias de governo devem ser consensuais no que diz respeito às medidas de prevenção e combate ao coronavírus. O falso dilema entre salvar vidas e salvar empregos, apresentado em debates políticos travados entre o governo federal e os governos estaduais, questionando a viabilidade do isolamento social, não representa, portanto, uma estratégia eficiente de enfrentamento do desafio imposto pela pandemia.

O modelo de Governança Colaborativa possibilita a participação democrática da sociedade na elaboração de políticas públicas que propõem equacionar problemas com foco no interesse coletivo. A construção de um ambiente colaborativo múltiplo, formado por atores públicos e privados, portadores de recursos, saberes e informações, enriquece o processo decisório e as possibilidades encontradas para solucionar um problema, além de contribuir para aumentar a legitimidade por meio do diálogo colaborativo, valorizando as diversas visões e conhecimentos (SANT'ANNA; DE CASTRO ALCÂNTARA; PEREIRA; CAPPELLE; TONELLI, 2019). Apesar de previstas em lei, as instâncias de governança turística como os conselhos e fóruns nem sempre cumpriram seu papel de espaço de governança de fato e já vêm sendo esvaziados há alguns anos, muitos existindo somente no papel.

No turismo, o diálogo entre os diversos atores interessados deve focar em soluções que reforcem a garantia de segurança dos viajantes e das comunidades anfitriãs. As soluções devem atender à segurança sanitária, criar pacotes de estímulos e acesso ao crédito. Há, portanto, a compreensão de uma colaboração orientada para a decisão e entrega de valor público que poderá ser dada a partir da construção de parcerias locais, assim como demais parcerias para uma força tarefa que permita atenuar os efeitos da pandemia para o turismo.

No Brasil, as diversas tomadas de decisões realizadas unilateralmente pelo Governo Federal impactam na economia e na política dos governos estaduais. A proposição de um processo dialógico, em que haja um entendimento compartilhado entre os diferentes níveis de governo e *stakeholders*, incluindo aqueles que divergem no processo decisório, possibilita a proposição da solução mais vantajosa por meio do reconhecimento intersubjetivo. Deste modo, a *accountability* é multifacetada, ou seja, a responsabilidade

pelo alcance dos resultados está vinculada à participação dos múltiplos atores nos processos decisórios.

## **UMA AGENDA PARA A SUSTENTABILIDADE DO TURISMO**

Num contexto de esforços para a retomada do turismo frente à crise causada pela pandemia de COVID-19, é esperado que políticas públicas específicas para o setor sejam desenvolvidas e colocadas em prática por governos em todo o mundo. A questão de quem se beneficia com as políticas de estímulo ao turismo é central, especialmente se considerarmos que a própria Organização Mundial do Turismo tem adotado há anos posturas contraditórias ao reconhecer a importância do setor na arrecadação, o que supostamente poderia aumentar a atuação do estado em setores como saúde e educação, mas fomenta também o discurso de necessidade de políticas de alívio fiscal para investimentos do turismo (HALL, 2019), investimentos esses que são em sua grande maioria excludentes e revertem em benefícios questionáveis para as populações locais, tanto em termos da qualidade dos empregos criados, quanto em termos de arrecadação.

No Brasil, as políticas de descentralização e estímulo a processos de governança regional falharam na incorporação de uma agenda socioambiental mínima, que de fato apresente caminhos e estratégias para o alcance da sustentabilidade. Se amplamente discutida, democraticamente construída e formalmente constituída como política pública de estado, essa agenda pode oferecer oportunidades para que questões relacionadas à sustentabilidade do turismo nos territórios sejam consideradas no processo de tomada de decisão e nos investimentos públicos e privados, para que assim o grau de adequação e alcance de objetivos de sustentabilidade seja

devidamente documentado e monitorado por meio do controle social.

A experiência das últimas décadas e o chamado recorrente para que essa crise seja de fato usada como uma janela de oportunidades para o mundo, nos mostra que é preciso haver mais discussão a respeito dos critérios para a retomada do turismo, e que os subsídios oferecidos para a recuperação econômica incorporem incentivos a novos modelos de produção e consumo, e que reconheçam o papel do turismo nos fenômenos globais que criaram as condições para surgimento da pandemia, como o cenário de hiper mobilidade, a perda da biodiversidade e as mudanças climáticas; e aqueles que contribuem para seu agravamento, como as desigualdades sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RETOMADA A PARTIR DO LOCAL**

Considerando o cenário exposto, entendemos que as respostas da administração pública para a recuperação do turismo frente à pandemia deve passar necessariamente pela: - proteção das pessoas, a partir da implementação de uma política pública para a saúde do viajante e proteção dos trabalhadores do turismo, com a integração de medidas sanitárias e epidemiológicas, centradas em critérios específicos para operação de empreendimentos e visitação de atrativos turísticos, e na geração e sistematização de dados específicos sobre a saúde, os deslocamentos e comportamento dos viajantes; - a garantia de sobrevivência dos negócios, a partir de políticas específicas de acesso ao crédito, isenções e subsídios fiscais para cooperativas, micro empreendedores, pequenas e médias empresas, que incentivem segmentos do turismo de baixo impacto e escala, e; - a criação e fortalecimento de mecanismos de governança

colaborativa, que ofereçam oportunidades para a discussão e tomadas de decisão inclusivas e democráticas, integração das políticas setoriais e discussão e fomento de novos modelos e alternativas ao desenvolvimento turístico, pensados a partir da escala local e do reconhecimento do turismo como um fenômeno socioambiental que impacta a vida de milhões de pessoas envolvidas e seus territórios.

Além disso, mais esforços devem ser empregados nas oportunidades e na capacidade do turismo em promover padrões de produção e consumo mais sustentáveis, e informar, sensibilizar e educar visitantes. A saída da crise deve passar pela busca em tornar o turismo mais responsável, humano, inclusivo e sensível aos seus impactos em escala global, mas também às necessidades dos territórios onde ocorrem, investindo em políticas públicas de estado que efetivamente incluam as demandas das comunidades receptoras em toda a sua diversidade.

## REFERÊNCIAS

ANSELL, C.; GASH, A. “Collaborative governance in theory and practice”. **Journal Of Public Administration Research And Theory**, vol. 18, n. 4, 2008.

BANTIM, N. R.; FRATUCCI, A. C. “Gestão regional do turismo – participação e representatividade no Conselho Regional de Turismo das Agulhas Negras – RJ”. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, vol. 13, n. 1, janeiro/abril, 2019.

BARCELLOS, C. *et al.* “Mudanças climáticas e ambientais e as doenças infecciosas: cenários e incertezas para o Brasil”. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, vol. 18, n. 3, 2009.

BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Letra e Imagem, 2009.

BLAKE, A.; SINCLAIR, M. T. “Tourism crisis management: US response to September 11”. **Annals of Tourism Research**, vol. 30, n. 4, 2003.

BONIFACE, B.; COOPER, C. **Worldwide destinations casebook**. London: Editora Elsevier, 2009.

BOTELHO, E. S.; MACIEL, G. G. “A reprodução capitalista do espaço por meio da concessão de serviços e as implicações no lazer dos visitantes no Parque Nacional da Tijuca –RJ”. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 18, n. 3, 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Brasília: Planalto, 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16/04/2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Manual sobre coronavírus**. Brasília: Ministério do Turismo, 2020a. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 15/04/2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria n. 141, de 19 de março de 2020**. Brasília: Ministério do Turismo, 2020b. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 16/04/2020.

CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. “Síntese da Conjuntura”. **Portal Eletrônico da CNC** [2020]. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br>>. Acesso em: 17/04/2020.

ELLWANGER, J. H. *et al.* “Beyond diversity loss and climate change: Impacts of Amazon deforestation on infectious diseases and public health”. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, vol. 92, n. 1, 2020.

FERNANDES, L. M. M.; CORIOLANO, L. N. M. T. “A governança na política nacional de regionalização do turismo: estudo dos grupos gestores dos destinos indutores do Ceará”. **Revista Turismo Visão e Ação**, vol. 17, n. 2, 2015.

FORTUNATO, R. A; TEIXEIRA, K. L. “A gestão do conhecimento na organização do turismo rural nas encostas da Serra Geral – SC: O caso do projeto ‘Acolhida na Colônia’”. **Anais do VIII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. Balneário Camburiu: USC, 2011.

GONZÁLEZ, M. V. “Gobernanza turística: ¿Políticas públicas innovadoras o retórica banal?”. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 14, n. 1, 2014.

GÖSSLING, S.; SCOTT, D.; HALL, M. “Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19”. **Journal of Sustainable Tourism**, vol. 29, n. 1, 2020.

HALL, C. M. “Crisis events in tourism: subjects of crisis in tourism”. **Current Issues in Tourism**, vol. 13, n. 5, 2010.

HALL, C. M. “Rethinking collaboration and partnership: A public policy perspective”. **Journal of Sustainable Tourism**, vol. 7, n. 3-4, 1999.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. “Sistema de Informações sobre o mercado de trabalho no setor Turismo – SIMT”,

**Portal Eletrônico do IPEA** [2017]. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 28/04/2020.

LEMOS, C. C. “Planejamento do turismo em âmbito federal: uma análise dos instrumentos utilizados e dos investimentos no setor”. **Revista de Administração Pública-RAP**, vol. 47, n. 6, 2013.

MATOS, V. **A saúde do viajante na visão de três atores: gestores da saúde pública, gestores do turismo e o turista** (Tese de Doutorado em Saúde Pública e Meio Ambiente). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2011.

OECD Organisation for Economic Co-operation and Development. “Tackling Coronavirus (COVID-19) contributing to a global effort”. **Portal Eletrônico Tourism Policy Responses** [2020]. Disponível em: <<https://read.oecd-ilibrary.org>>. Acesso em: 15/04/2020.

PIMENTEL, A.; VIOLENTO, A.; RODRIGUES, C. G. O.; JULIÃO, D. P.; JUER, E.; LOHMANN, J. B. “Empreendedorismo e formalização de atividades de turismo em ambientes naturais”. **Observatório de Inovação do Turismo**, vol. VII, n. 4, 2013.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. “Orçamento da Despesa Pública”. **Portal Eletrônico da Transparência** [2020]. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em: 1º/06/2020.

RODRIGUES, C. G. O.; ABRUCIO, F. L. “Os valores públicos e os desafios da responsabilização nas parcerias para o turismo em áreas protegidas: um ensaio teórico”. **Turismo Visão e Ação**, vol. 22, n. 1, 2020.

SANT’ANNA, L. T.; ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; CAPPELLE, M. C. A.; TONELLI, D. F. “Aproximações entre



governança colaborativa e ação comunicativa: uma proposta analítica de estudo”. **Revista de Administração Pública**, vol. 53, n. 5, 2019.

SANTOS, T. S.; PEREIRA, R. S. “Governança do Turismo no Campo das Vertentes (MG): garantia de desenvolvimento regional?”. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, vol. 12, n. 2, 2018.

SILVA, J. A. S. “A dimensão territorial no planejamento do desenvolvimento turístico no Brasil: modelo do pólo de crescimento versus modelo territorialista e endógeno”. **Turismo em Análise**, vol. 17, n. especial, 2006.

TODD, G. “Viagem e Turismo na atualidade”. *In*: LOCKWOOD, A.; MEDLIK, S. **Turismo e Hospitalidade no século XXI**. Barueri: Manole, 2003.

TRENTIN, F. “Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS”. **PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, vol. 14, n. 3, 2016.

UNWTO - World Tourism Organization. **Impact assessment of the COVID-19 outbreak on international tourism**. Madrid: UNWTO, 2020.

UNWTO - World Tourism Organization. **UNWTO tourism highlights: 2019**. Madrid: UNWTO, 2019.

UNWTO/UNDP - World Tourism Organization. **Tourism and the sustainable development goals – Journey to 2030**. Madrid: UNWTO, 2017.

WHO - World Health Organization. “Coronavirus disease (COVID-19) outbreak situation”. **Portal Eletrônico WHO** [2020]. Disponível em: <<https://www.who.int>>. Acesso em: 15/04/2020.

ZAOUAL, H. “Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?”. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 8, n. 2, 2008.

ZAPAROLI, B.; SOUZA, M.; ELESBÃO, I. “Redes e governança na regionalização do turismo rural da Serra Gaúcha, Brasil”. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, vol. 1, n. 27/28, 2017.



## **CAPÍTULO 7**

---

*Turismo Sexual: Conceitos e Consequências*



## TURISMO SEXUAL: CONCEITOS E CONSEQUÊNCIAS

*Leandro Souza Moura*

Em anos recentes foram desenvolvidas no país campanhas de combate ao Turismo Sexual. Além de peças publicitárias, estabelecimentos turísticos também foram alvo de campanhas nesse sentido, mas aparentemente, mesmo após essas campanhas, a definição de turismo sexual não parece estar clara, o que pode dificultar as políticas de enfrentamento.

Para entender a necessidade de combate ao turismo sexual é preciso, além do entendimento claro e objetivo do que se quer combater, se faz também necessário entender o cenário político, econômico e social no qual ele ocorre e se desenvolve. Esse é o objetivo deste estudo.

Com relação à metodologia, utilizando critérios propostos por Vergara (2007), está definida quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, o presente estudo se caracteriza como uma investigação explicativa que, de acordo com Vergara (2007), tem como objetivo tornar algo inteligível, justificando seus motivos e visando esclarecer quais fatores contribuem, de algum modo, para a ocorrência do fenômeno. Já com relação aos meios, se trata de um estudo de caso assentado em pesquisa bibliográfica, que Vergara (2007) define como “o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2007, p. 48).

O presente capítulo é composto por sete seções incluindo essa introdução. A próxima seção dissertará sobre o entendimento do que é o turismo sexual. Na terceira seção será analisado o olhar

estrangeiro sobre o turismo sexual, a seção seguinte trata do olhar do nativo. A quinta seção fala da vulnerabilidade social e o aliciamento pelo turismo sexual, a sexta expõe impactos do Turismo Sexual. Finalmente, a sétima seção contém as considerações finais.

## **ENTENDENDO O TURISMO SEXUAL**

O Turismo sexual vem sendo alvo de campanhas de conscientização e denúncia. No Brasil, alguns destinos turísticos se tornaram alvos internacionalmente conhecidos dessa prática. Do ponto de vista dos destinos turísticos e, principalmente, dos nativos, as consequências podem ser devastadoras.

A busca pelo prazer é inerente ao turismo. Conforme Camargo (2019), as pessoas podem aceitar que o trabalho ou até mesmo a vida em família, não sejam fontes de prazer, mas o turismo não prazeroso não faz sentido e seria entendido como “dinheiro jogado fora”. Além disso, o autor argumenta que as maiores fontes de prazer para o ser humano são exatamente a alimentação e o sexo, e que muitos viajantes possuem motivação clara ou oculta de conseguir encontros sexuais ou alguma forma de intercuro romântico. Fora de seu ambiente habitual, é comum turistas buscarem prazeres que por vezes são proibidos em seus países, como a prostituição, os cassinos e o consumo recreativo de drogas, e isso se reflete na oferta de alguns destinos turísticos como Amsterdam, Las Vegas e Montevideú. Desse modo, Bassetti e Peixoto (2015) advertem que o turismo sexual não pode ser considerado um segmento, mas sim práticas turísticas que se utilizam das estruturas de lazer local. Mas então, o que podemos considerar como turismo sexual?

A Organização Mundial do Turismo (OMT) (1995) define o turismo sexual como “viagens organizadas dentro do seio do sector turístico ou fora dele, utilizando, no entanto, as suas estruturas e redes com a intenção primária de estabelecer contatos sexuais com os residentes do destino”. Ryan (2001) por sua vez, entende que se trata de um tipo de turismo onde “o motivo principal de pelo menos uma parte da viagem é o de se envolver em relações sexuais. Este envolvimento sexual é normalmente de natureza comercial”. Barretto (2005) entende o turismo sexual como uma forma de submissão. “Mais uma instância de exploração da mulher neste mundo em que as mulheres foram, pelo menos até a década de 1950, objetos do domínio masculino, em todas as culturas”. Rodrigues (2013) classifica o turismo sexual como “aquele que visa à satisfação sexual do turista no país de destino, estando intimamente ligado à prostituição. A regra são turistas procedentes de países desenvolvidos se dirigirem a países pobres ou subdesenvolvidos. Esse tipo de turismo envolve a cumplicidade, por ação direta ou omissão, de órgãos do governo, da polícia, de agências de viagem, hotéis, bares, restaurantes, boates, barracas de praia, taxistas etc.”.

De forma mais ampla, Silva e Atila (2010) analisam que o turismo sexual tem suas raízes no sistema capitalista, que baseado na lógica do lucro e do consumo, por meio de suas políticas neoliberais excludentes, promove a desigualdade e provocam a exploração de camadas mais vulneráveis da sociedade em benefício do capital, principalmente nos países de economias periféricas. Barretto (2005) argumenta que existem formas de turismo sexual que, paradoxalmente, se apresentam como uma forma menos opressora que outras formas de prestação de serviços. Além disso, entre as pessoas de baixa renda há aquelas que praticam o turismo sexual nos fins de semana arrecadando mais do que no restante do mês como domésticas, existe a prostituição da classe média-alta exercida por estudantes universitárias e/ou profissionais liberais e o turismo sexual sem retribuição pecuniária, apenas como exercício da



liberdade sexual. Autores como Agustin (2005) lembram que, apesar de as mulheres serem maioria entre os profissionais do sexo, cada vez mais aumenta a participação de homens, transexuais e transgêneros. Serviços sexuais também são demandados por mulheres e pessoas trans, e não apenas pelos homens. Assim, alerta a autora, não é conveniente perpetuar a suposição clássica de servidor do sexo feminino e cliente do sexo masculino. Parente *et al.* (2013) entende que o turismo sexual é uma das “externalidades negativas” do turismo sustentável que precisa ser reparada e uma das modalidades de exploração sexual combatida com muita veemência pelo Código de Ética do Turismo, que em seu art. 2º, item três, alerta especificamente sobre o combate sem reservas a toda forma de exploração de seres humanos, principalmente a sexual, e em particular quando afeta crianças, pois fere os objetivos fundamentais do turismo e estabelece uma negação de sua essência.

Silva e Blanchette (2005) pontuam que nos discursos de órgãos governamentais o conceito de turismo sexual aparece praticamente como sinônimo de abuso de menores e intimamente ligado à extração de mulheres, mas no que tange ao campo legaljurídico brasileiro a definição aparece de modo mais específico, entendido como a violação por estrangeiros das leis brasileiras que regulam o comportamento sexual, mais precisamente no que se refere às leis contra pornografia, sedução, estupro, corrupção de menores, atentado violento ao pudor e tráfico de mulheres. Esses autores salientam que a simples contratação de uma prostituta maior de idade não se caracteriza como um crime, e por isso, não deve ser entendida como turismo sexual. Para Camargo (2019) a condenação ao turismo sexual não se restringe a “odiosa e nunca suficientemente combatida exploração sexual de crianças e adolescentes” e acaba englobando o legítimo desejo do viajante de aproveitar sua liberdade para o exercício do sexo, Camargo (2019) adverte que o senso comum entende toda forma de sexo no turismo como turismo sexual. Nesse sentido, Barretto (2005) defende que “não caberia intervir na

decisão de um adulto de praticar sexo com um turista, gratuitamente ou mediante pagamento; mas devemos reconhecer que promover oficialmente a possibilidade de sexo como um atrativo turístico é fazer pouco da nossa cultura”. De fato, Rodrigues (2013) argumenta que em um estado democrático de direito não há lugar para a tutela penal de questões estritamente morais. Tratando-se de sujeito maior, e em não havendo abuso e a exploração da prostituição mediante violência, grave ameaça ou qualquer outra situação em que se verifique a violação do consentimento, não há que se falar em crime.

## **O OLHAR DO ESTRANGEIRO: O IMAGINÁRIO EROTIZADO**

As condições materiais que favorecem o desenvolvimento do turismo sexual em regiões periféricas, como o desemprego, a pobreza e a falta de perspectivas apenas explicariam o lado da oferta nessa relação comercial que o turismo sexual estabelece, mas o que dizer com relação ao lado da demanda? De acordo com Bem (2005), além da exclusão material, concreta, um dos importantes impulsionadores do turismo sexual são as representações. Ele precisa, portanto, de imaginário. Com a migração internacional fortemente acelerada no pós-guerra, as representações coloniais serão atualizadas e redimensionadas nos países emissores, legitimando práticas de hierarquização. Em segundo lugar, a migração internacional fixará, por supor uma estratificação do mercado de trabalho baseada no pertencimento étnico, clichês específicos, atribuídos aos integrantes das várias nacionalidades, construindo, com esses estereótipos, uma subalternidade (BEM, 2005).

Nos relatos de Gilberto Freyre (*apud* RODRIGUES, 2013) sobre a prostituição das escravas no Brasil é possível encontrar

traços embrionários do turismo sexual de nossos dias. Aquele autor relata que, embora a prostituição não fosse o primeiro intuito do tráfico de negros, aqui chegando muitas negras foram exploradas sexualmente por seus senhores e também obrigadas a se prostituir. Havia senhores que obrigavam as negras, muitas ainda crianças a se oferecer nas ruas e nos portos, onde desembarcavam marinheiros com toda espécie de moléstia, sobretudo a sífilis.

Em alguma medida, no caso brasileiro, também contribuíram para a formação do imaginário sobre nosso país, e conseqüentemente para a propagação do turismo sexual em nosso território, as imagens das belas paisagens, das praias paradisíacas e do carnaval, sempre com belas mulheres e quase sempre com pouca roupa. Bem (2005) afirma que somente a partir da década de 1990 é que se pode identificar uma mudança estratégica dos países receptores, com um marketing nos países emissores que procura evitar a característica associação do turismo à figura de belas mulheres. Nos países emissores, segundo Bem (2005) as representações midiáticas, incluindo documentários de televisão e livros sobre turismo, exercem também importante papel na consolidação dessas imagens. Em sua pesquisa sobre o mercado do sexo com turistas estrangeiros na Praia de Iracema, em Fortaleza, Aquino (2015) apresenta relatos de que esses turistas associam às mulheres locais características e habilidades como danças sensuais, apetite sexual, carinho e cuidado com o sexo oposto, alegria, simplicidade e “bom coração”.

## **O OLHAR DO NATIVO: REFLEXÕES SOBRE O SENTIMENTO NACIONAL**

Temos aqui o outro lado da moeda. Se por um lado, ao longo do tempo foi sendo construída uma imagem erotizada do nosso país e de seus habitantes, o que podemos dizer no sentido inverso?

Aparentemente, nossa história de colonização, exploração, autoritarismo e dependência econômica se reflete também na construção do sentimento nacional e em nossa autoimagem. Aquino (2015) argumenta que a imagem de “príncipe encantado” propagada em estórias infantis e reproduzida em roteiros de telenovelas e filmes direcionados, sobretudo ao público feminino, é sempre associada a homens brancos, de países ricos e que assumem papel de provedores. É comum jovens nativas associarem esses homens a conquistas e realizações materiais e subjetivas. Entretanto, conforme Cantalice (2011) essa xenofilia também se apresenta entre os homens que atendem turistas sexuais mulheres, pois os homens nativos e locais, apresentados em sua pesquisa, falam de vantagens do envolvimento com estrangeiras, o autor atribui o impulsionamento dessas relações a certo grau de exotividade que um parceiro desperta sobre o outro.

Há que se considerar também, as situações em que as pessoas almejam uma vida melhor ou menos sofrida e enxergam na relação com o estrangeiro um caminho para a busca por melhores oportunidades no exterior. Conforme Silva e Blanchette (2005), em um mundo onde, especialmente para brasileiras pobres, o acesso ao exterior é cada vez mais restrito, estes homens aparecem como meios de abrirem rotas para a Europa e os Estados Unidos.

Já em relação ao sentimento nacional ou patriótico, há tempos bastante abalado entre nossos compatriotas, ele parece aflorar em algum nível em pesquisas como a de Aquino (2015), quando ela aponta que moradores locais interpretam os interesses sexuais de “forasteiros” pelas mulheres locais como um desrespeito à cidade e ao país. Aquino (2015) também relata uma postura dúbia dos moradores locais com relação às mulheres que se envolvem com os estrangeiros, que as veem como vítimas submetidas a situações humilhantes, mas também como “invasoras” que teriam tomado o bairro das “pessoas de bem” tornando-o impróprio para o lazer destes, sendo culpadas pela “decadência da Praia de Iracema” e pela

má fama de Fortaleza em escala internacional visto que a cidade teria se tornado mundialmente conhecida como polo de prostituição.

## **A VULNERABILIDADE SOCIAL E O ALICIAMENTO PARA O TURISMO SEXUAL**

Bem (2005) atribui o turismo sexual no nordeste do Brasil ao modelo de modernização que apesar de se dizer “sustentável” exclui e expulsa a população nativa, que em outro momento retorna como mão de obra. As gerações mais novas, sem espaço nas ocupações tradicionais “que se desarticulam com a atividade turística e sem encontrar uma forma de integração às novas dinâmicas socioeconômicas, acabam forçadas a “vender” seus corpos para a crescente demanda”. Por seu turno, Santos (2007) questiona estudos que caem em explicações econômico-materiais para as causas da prostituição, para ele não se pode explicar as causas da prostituição olhando apenas o lado de quem oferta o serviço sexual, pois isso revela, segundo o autor, sinais de uma visão moralista e uma estratégia de responsabilizar a pessoa que se prostitui tanto pela existência da prostituição quanto pela sua redução ou eliminação. De acordo com o autor seria também necessário investigar as razões pelas quais outras pessoas utilizam os serviços sexuais ou agenciam o trabalho sexual de outrem, bem como questionar por que o mercado do sexo cresce em plena era da liberação sexual. Santos (2007) esclarece que desconstruir a associação mecânica entre pobreza e oferta sexual não significa negar o peso de fatores econômicos na constituição do mercado sexual, mas reconhecer que as causas da prostituição infanto-juvenil são mais profundas, e devem ser abordadas na sua complexidade, como um conjunto de fatores que, combinados, em dada família, cidade ou país, conduzem apenas algumas pessoas para esse tipo de atividade.

Com relação à exploração de menores gerada pelo turismo sexual, na busca pelo combate dessa prática e proteção de nossas crianças e adolescentes é preciso entender os mecanismos que geram a procura e as condições que geram a oferta dessa prática criminosa.

Tatsch (*apud* SANTOS, 2007) afirma que o cliente da prostituta é um homem comum, sem grupo econômico ou cultural que o diferencie, é marido, irmão ou filho da mais contemporânea das mulheres. Falando especificamente do perfil do cliente da prostituição infanto-juvenil, Santos (2007) informa que ele é bastante heterogêneo, e que na maioria das vezes, o perfil socioeconômico do cliente está relacionado ao tipo de estabelecimento que ele frequenta. Entre os vários motivos pelos quais homens procuram sexo com crianças e adolescentes, são apontados: a valorização de práticas sexuais associadas à juventude, o que pode ser estimulado por determinados padrões culturais; a existência de enfermidades mentais e psicopatias gerais; adultos que foram abusados quando crianças e não conseguem controlar a reprodução do padrão de violência sexual.

No que se refere às razões para o engajamento de crianças e adolescentes na prostituição, Nogueira e Albuquerque (2013) alguns turistas vêm ao Brasil à procura de sexo com crianças, adolescentes e mulheres e, muitas vezes, retornam aos seus países as levam para serem exploradas no mercado do sexo. De acordo com Santos (2007) a prostituição de crianças e adolescentes tem raízes em conflitos familiares e culturais. Há casos, embora poucos, de adolescentes que são estimulados ou mesmo forçados por familiares a oferecer serviços sexuais. Em geral o aliciamento ou “iniciação” de jovens na prostituição é feito por amigos da mesma idade, familiares, clientes que decidem seduzir jovens, prostitutas mais velhas e empresários do sexo (SANTOS, 2007). Para Silva e Ávila (2010) o crescente turismo sexual infanto-juvenil é uma das formas mais cruéis de exploração sexual, e ocorre baseada na realidade social de crianças

que crescem sem perspectiva em um cenário onde a miséria, o alcoolismo, as agressões físicas e o abuso sexual são problemas frequentes.

Com relação ao tráfico de pessoas, Rodrigues (2013) afirma que ele é uma atividade lucrativa e profusa, mas só é possível com a estrutura do crime organizado, corrompendo policiais e agentes do governo.

O perfil dos aliciadores, conforme Nogueira e Albuquerque (2013) é de pessoas que, na maioria das vezes, têm amizade com a vítima ou com membros de sua família, possuem laços afetivos com a vítima, é alguém em quem a vítima tem confiança, normalmente apresentam bom nível de escolaridade, são sedutores e têm alto poder de convencimento, alguns são empresários que trabalham ou se dizem proprietários de casas de show, bares, falsas agências de matrimônio e modelos, quase metade dos aliciadores são mulheres mais velhas, que possuem maior credibilidade para aconselhar as vítimas e fazê-las aceitar as ofertas vindas do exterior (NOGUEIRA; ALBUQUERQUE, 2013).

Com relação às vítimas, existem determinadas condições que induz algumas pessoas a estarem mais vulneráveis aos aliciadores. Segundo Nogueira e Albuquerque (2013), entre suas causas que levam ao tráfico de pessoas, e que podemos identificar como motivadoras do aceite das vítimas estão: a pobreza e falta de trabalho; a violência doméstica; oportunidade no exterior, que atrai pessoas não necessariamente pobres; o desejo por mais renda ou status; busca por aventuras e busca por estabilidade emocional. Repare-se que tais motivações não atinem apenas as camadas mais pobres, de modo que, em graus diferentes de vulnerabilidade, muitos jovens estão sujeitos a serem aliciados por exploradores e traficantes de pessoas.

Há que se considerar que não apenas crianças e adolescentes são traficados e explorados no mercado do sexo, mas quando se trata de adultos, Silva e Blanchette (2005) ressaltam que não necessariamente as mulheres que são levadas para o exterior são vítimas indefesas, em sua pesquisa em Copacabana esses autores relataram ações pensadas de mulheres em busca de mobilidade internacional e até de ascensão social, mas inegavelmente os riscos estão sempre presentes, e mesmo quando os casamentos prometidos de fato ocorrem, autores como Aquino (2015) e Piscitelli (2007) relatam problemas de conflitos familiares que, às vezes, inclui casos de violência doméstica.

## IMPACTOS DO TURISMO SEXUAL

Já na década de 1950, Fanon (*apud* BEM, 2005) alertava para o perigo de o “terceiro mundo” vir a se transformar num bordel para os países industrializados. Bem (2005) argumenta que a modernização turística que vem se construindo no Brasil nas últimas décadas tem sido calcada em um modelo histórico de modernização que, embora se diga “sustentável”, é predatória do meio ambiente e tem gerado grande exclusão social da população “nativa”, que privada de cidadania sofre discriminações de várias naturezas, até mesmo “racistas”.

Bem (2005) relata que nos países emissores, o turismo sexual faz surgir várias agências de “matrimônio” e agências de viagens especializadas em oferecer pacotes completos, incluindo acompanhantes permanentes durante as férias dos turistas. Em relação aos países receptores, pode-se afirmar, de acordo com Bem (2005), que as políticas de turismo adotadas por muitos deles agem como fatores que também contribuem para estimular o turismo sexual. Esse é o caso, ainda de acordo com Bem (2005), de vários



países asiáticos, cujas políticas de turismo, centradas eminentemente em componentes de ordem econômica, tendem a ignorar os fatores ecológicos e socioculturais.

Reverón (2008) destaca como consequências danos da prática da prostituição, entre outros, a marginalidade e discriminação, o alcoolismo e uso de drogas, a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, o risco de crimes e assassinatos, além de abortos, violação dos direitos humanos, condenação e estigmatização sociais, atos repressivos, arbitrariedades, coisificação do sexo feminino e tratamento discriminatório da mulher, da criança e da adolescente. Do ponto de vista das consequências pessoais, Reverón (2008) destaca a deterioração da autoestima, desintegração do eu e problemas psicológicos. Com relação às vítimas de tráfico de pessoas, Nogueira (2013) destaca o desenvolvimento de danos psicológicos, como sintomas de síndrome pós-traumática, depressão, tendências suicidas, dificuldade de interagir socialmente e estabelecer relações afetivas, e danos físicos, como problemas nos pulmões, no sistema reprodutor, doenças sexualmente transmissíveis etc. provocados pelo confinamento e o uso abusivo de drogas.

Há que se destacar, conforme Reverón (2008), que nos períodos difíceis da economia e da família, a prostituição que se alimenta principalmente da terceira idade, da mulher, da adolescência e da infância, encontra um campo fértil que a incrementa, afetando igualmente ambos os sexos, daí a opção de alguns jovens pelo mundo da prostituição. Para alguns países em crise econômica, o turismo pode representar um caminho, mas se o turismo for pensado apenas para a superação no curto prazo de dificuldades econômicas a tendência é de desenvolvimento de práticas predatórias, que subestime seus impactos, inclusive sobre a população nativa, e favoreça práticas ilícitas ou moralmente condenáveis nos países emissores, impulsionando a indústria dos

jogos de azar, do tráfico de drogas e do turismo sexual com a exploração de menores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente devemos considerar a necessidade de um melhor entendimento com relação ao turismo sexual. Não cabe intervenção do Estado quando não há ilegalidade sendo cometida. Se pessoas adultas, por livre e espontânea vontade, querem praticar atividades sexuais, exercendo a sua liberdade sexual, não há ilegalidade nenhuma sendo cometida, independente do número de pessoas envolvidas, da nacionalidade delas e se uma ou mais dessas pessoas esteja recebendo algum dinheiro por isso, visto que a prostituição no Brasil não é crime. Sob esse aspecto, poderíamos entender o turismo sexual como aquele em que o turista vem ao país com o intuito de cometer crimes sexuais, tais como a pedofilia, o estupro e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. É disso que se trata o turismo sexual, e é isso que devemos combater. É sobre as consequências dessa prática que se trata o presente capítulo.

Sob a ótica da economia devemos sempre ter em mente o longo prazo e as consequências das escolhas econômicas não apenas no seu sentido financeiro. A criminalidade, por exemplo, cria demanda por equipamentos de segurança, seguros de veículos e equipamentos, empresas de vigilância etc., mas certamente a sociedade viveria melhor se não precisasse de nada disso. Nessa mesma lógica, quando analisamos a quantidade de dólares que entra no país com os turistas sexuais, deveríamos considerar, além da quantidade de dólares que deixa de entrar pela degradação que eles provocam, os danos, muitas vezes irreparáveis, às nossas crianças, nossas famílias, e de modo geral, à nossa população.

Do ponto de vista social, o turismo sexual é mais um fenômeno que expõe a necessidade do investimento em educação e na necessidade de combate à pobreza extrema, ao desemprego e as desigualdades inerentes ao país que possui uma das maiores concentrações de renda do planeta. Vimos que a falta de opções e de oportunidades se constituem como grandes fatores de vulnerabilidade para o turismo sexual. Na medida em que o turismo sexual se desenvolve se torna uma opção cada vez mais atraente dentre as poucas disponíveis aos mais vulneráveis.

A questão política se revela, nesse momento, bastante desanimadora. Internamente vivemos uma política neoliberal de extrema direita que instaurou teto de gastos sociais, suprimiu direitos trabalhistas, impôs restrições na reforma da previdência que, na prática, vai inviabilizar a aposentadoria de boa parte da população, promoveu liberação recorde de agrotóxicos nas lavouras, alguns inclusive proibidos em muitos países, destrói florestas e reservas indígenas ao mesmo tempo em que faz generosas concessões ao setor financeiro. Como política externa vemos o país ser exposto de forma vergonhosa e humilhante graças às atitudes de representantes do governo que escancaram para o mundo o inacreditável e por vezes caricato despreparo de pessoas eleitas por brasileiros, que atacam gratuitamente, às vezes de maneira pessoal, importantes parceiros comerciais sempre com o intuito de marcar sua posição submissa aos interesses norte-americanos.

Completa o quadro político desalentador para quem busca combater o turismo sexual, a famosa declaração do presidente de que “o Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias. Se alguém quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade” (GUIMARÃES, 2019). Em poucas palavras o presidente expôs, além do seu conhecido despreparo para o cargo que ocupa, alguns de seus também conhecidos preconceitos, como homofobia e misoginia, além da verbalização daquilo que Nelson Rodrigues

chamava de “complexo de vira-lata”. Não fosse o estágio atual da pandemia do novo coronavírus teríamos o cenário político dos sonhos para quem deseja promover o mais devastador turismo sexual de todos os tempos.

## REFERÊNCIAS

AGUSTIN, L. M. “La industria del sexo, los migrantes y la familia europea”. **Cadernos Pagu**, n. 25, julho/dezembro, 2005.

AQUINO, J. P. “Diógenes de Turistas estrangeiros e mulheres locais: “mercado do sexo” e romance nas noites da Praia de Iracema em Fortaleza”. **Revista de Antropologia**, vol. 58, n. 2, 2015.

BARRETTO, M. “Prefácio”. *In*: BEM, A. S. **A Dialética do Turismo Sexual**. Campinas: Editora Papyrus, 2005.

BASSETTI, T. B.; PEIXOTO, R. “O Consumo do sexo em Copacabana/RJ e a conformação de suas territorialidades: embates e resistências”. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, vol. 16, n. 2, julho/dezembro, 2015.

BEM, A. S. **A Dialética do Turismo Sexual**. Campinas: Editora Papyrus, 2005.

CAMARGO, L. O. L. “Hospitalidade, turismo e lazer”. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, vol. 13, n. 3, setembro/dezembro, 2019.

CANTALICE, T. “O melhor do Brasil é o brasileiro! Corpo, identidade, desejo e poder”. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 7, abril, 2011.

DUTRA, J. L. A. *et. al.* “O estado-da-arte: situações, ações, distorções e omissões na relação entre turismo e combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro”. *In*: TENORIO, F. G.; BARBOSA, L. G. M. (orgs.). **O Setor turístico versus a exploração sexual na infância e adolescência**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.

GUIMARÃES, F. “Após declarações de Bolsonaro, órgãos iniciam campanha contra turismo sexual: Fala do presidente está sendo interpretada como apologia a esta prática danosa”. **Portal Eletrônico Gazeta Web** [04/2019]. Disponível em: <<https://gazetaweb.globo.com>>. Acesso em: 20/07/2020.

NOGUEIRA, G.; ALBUQUERQUE, P. **Tráfico de Pessoas para fins de exploração sexual**. Olinda: Editora Jornada Educacional, 2013.

OMT- Organização Mundial do Turismo. “Declaração da OMT sobre a prevenção do turismo sexual organizado”. **Portal Eletrônico da APRAMP** [1995]. Disponível em: <[www.apramp.org](http://www.apramp.org)>. Acesso em: 15/05/2010.

PARENTE, V. M. *et. al.* “Turismo social e proteção a crianças e adolescentes contra a exploração sexual em Manaus: situação recente”. *In*: TENORIO, F. G.; BARBOSA, L. G. M. (orgs.). **O Setor turístico versus a exploração sexual na infância e adolescência**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.

PISCITELLI, A. “Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional”. **Estudos Feministas**, vol. 15, n. 3, setembro/dezembro, 2007.

REVERÓN, N. **Prostituição: exploração sexual e dignidade humana**. São Paulo: Editora Paulinas, 2008.

**RODRIGUES, T. C. Tráfico Internacional de pessoas para exploração sexual.** São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

**RYAN, C.; HALL, M. Sex Tourism: Marginal People and Liminalities.** London: Routledge, 2001.

**SANTOS, B. R. O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil.** Goiânia: Editora Câneone, 2007.

**SILVA, A. P.; BLANCHETTE, T. ““Nossa Senhora da Help”: sexo, turismo, e deslocamento transnacional em Copacabana”. Cadernos Pagu, vol. 25, julho/dezembro, 2005.**

**SILVA, T. A.; AVILA, M. A. “Turismo sexual e exploração sexual infantil: uma análise da atuação do programa sentinela em Ilhéus”. Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 8, n. 1, 2010**

**VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Editora Atlas, 2007.



## **CAPÍTULO 8**

---

*Por uma Escola Sem Muros: O Turismo Pedagógico  
como Ferramenta de Apoio à Educação Básica*





## **POR UMA ESCOLA SEM MUROS: O TURISMO PEDAGÓGICO COMO FERRAMENTA DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA**

*Marcela do Nascimento Padilha*

A todas as mães professoras e pesquisadoras, e à  
Dona Nair Nazareth, minha mãe.

*Foi de mãe todo o meu tesouro  
veio dela todo o meu ganho  
mulher sapiência, yabá,  
do fogo tirava água  
do pranto criava consolo.*

Conceição Evaristo

Minha história como professora do Departamento de Turismo da UERJ não começou em 1º de setembro de 2011, dia em que tomei posse como servidora da instituição. Seu início foi alguns anos antes, mais precisamente na noite de 23 de agosto de 1999 quando tive a minha primeira aula do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Foi ali, contemplando as palavras, gestos e didática do professor diante da turma que percebi que queria ser como ele e lecionar em uma universidade pública.

Desde então dediquei-me a este objetivo. Terminei o bacharelado e a licenciatura, ingressei em seguida no Mestrado e no Doutorado e, simultaneamente, trabalhava em escolas e em instituições de ensino superior. No dia 05 de julho de 2011 defendi minha tese no Programa de Pós-Graduação em Geografia da

Universidade Federal Fluminense - POSGEO-UFF - e na semana seguinte, precisamente no dia 11 de julho, iniciei minha participação no concurso para o cargo de professor adjunto do Departamento de Turismo da UERJ. Meu colega Alberto Pereira dos Santos e eu fomos classificados e iniciamos nossas atividades em setembro daquele mesmo ano. A alegria de ter um objetivo de vida profissional concretizado após doze anos de trabalho me fez sentir uma alegria indescritível.

Logo depois da posse, Alberto e eu começamos a trabalhar no curso, que ficava no campus Teresópolis. A viagem de cerca de duas horas do Rio - cidade onde eu morava - a Teresópolis não me cansava, pelo contrário, a bela paisagem e a estrada vazia - pegava horários de contra-fluxo - faziam-me relaxar e apreciar aquele tempo que passava dentro do ônibus. Três anos e meio após ingressar na UERJ mudei-me com meu marido, filha e filho para Teresópolis.

Toda a minha formação acadêmica ocorreu na Geografia, por isso trabalhar em um curso de Turismo me pareceu um grande desafio. A primeira pergunta que me fiz foi: como conciliar as demandas do curso com a minha experiência adquirida até ali? Ao mesmo tempo em que buscava por uma resposta percebia, no convívio e nas conversas com moradores de Teresópolis, que grande parte dos teresopolitanos conhecia mais o Rio de Janeiro do que o seu próprio município; que moradores da cidade pouco ou nada conheciam da zona rural e os moradores do campo quase nada conheciam do distrito-sede. Isto me causou grande preocupação e incômodo, levando-me às seguintes perguntas: se a pessoa não conhecer o lugar em que vive, como valorizá-lo? Como se identificar com ele? Como perceber suas potencialidades e problemas? Como votar em seus representantes? Como torná-lo seu território?

A partir destas perguntas comecei a pensar em possíveis formas de combater este que considerei ser um grande problema. E assim surgiu a ideia de desenvolver um projeto de Turismo

Pedagógico com as escolas de educação básica de Teresópolis. Desta forma seria possível buscar respostas às minhas inquietações por meio da realização de um trabalho que unisse a minha experiência profissional como professora de Geografia dos ensinos fundamental e médio e as demandas de ensino, pesquisa e extensão do Departamento de Turismo da UERJ.

E foi assim que tudo começou...

Fecha parênteses.

## **TERRITORIALIZAÇÃO DA ESCOLA: AS AÇÕES DO GRUPO IR E VER**

*A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam.*

Leonardo Boff

Consideramos aqui o território como o espaço geográfico que guarda consigo uma história e uma cultura particular e que é apropriado por um grupo de pessoas, tal como propõe Raffestin (1993; 2008). Neste sentido, territorializar a escola seria levar o território no qual a escola está inserida para os projetos pedagógicos e conteúdos nela lecionados, contextualizando-os de acordo com a sua realidade próxima.

Esta territorialização da escola tem como função não apenas mostrar às(aos) estudantes o sentido dos conteúdos curriculares e, com isso, estimular a sua curiosidade, como também contribuir para o fortalecimento da identidade territorial, entendida aqui, tal como propõe Haesbaert (1999), como a identidade social que tem o território como uma de suas principais referências, isto é, que compõe a sua estrutura. Segundo o autor,

[...] Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto [...]. Território que pode ser percebido em suas múltiplas perspectivas, desde aquela de uma paisagem como espaço cotidiano, 'vivido', que 'simboliza' uma comunidade, até um recorte geográfico mais amplo e em tese mais abstrato, como o do Estado-Nação [...] (HAESBAERT, 1999, p. 178-179).

A escala geográfica principal do nosso projeto é a do município - mas consideramos também os territórios de escalas menores, como ruas, bairros, distritos - e decidimos iniciar nossos trabalhos naquele onde o curso de Bacharelado em Turismo da UERJ estava estabelecido. Teresópolis é um município da região serrana fluminense (Figura 1) que no dia 06 de julho de 2020 completou 129 anos de fundação. Ocupa um território de 773,338 km<sup>2</sup> onde vivem aproximadamente 180 mil pessoas (Fonte: IBGE Cidades) distribuídas pelo distrito-sede – Teresópolis – e outros dois distritos rurais – Vale de Bonsucesso e Vale do Paquequer.

O município vem tentando reencontrar o caminho do desenvolvimento após a tragédia socioambiental de janeiro de 2011, evento no qual chuvas muito acima do índice pluviométrico normal atingiram a região, levando centenas de pessoas à morte, além de deixar milhares de desabrigados. Muitos dos que conseguiram sobreviver perderam tudo o que tinham. Comunidades inteiras desapareceram. Desde então o município tenta se recuperar e um dos caminhos escolhidos foi o do turismo.

**Figura 1 - Mapa de localização do município de Teresópolis (destacado com listras)**



Fonte: Proderj. Adaptações próprias.

Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br>>. Acesso em: 10/06/2020.

Até o início da pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde - OMS - em março de 2020, o turismo vinha movimentando a economia teresopolitana, sobretudo em sua área urbana. Havia, também, iniciativas importantes ocorrendo na zona rural, como a abertura de pequenas propriedades familiares de agricultura orgânica à visitação e um projeto elaborado pela UERJ Teresópolis e pela prefeitura voltado para a revitalização do circuito turístico que liga Teresópolis a Nova Friburgo, conhecido como Circuito Terê-Fri. Tais iniciativas são importantes e poderão envolver a população local para que ela conheça e se aproprie mais do seu município.

Foi a partir de observações, percepções, conversas e entrevistas feitas com moradores de Teresópolis que resolvi criar o Grupo Ir e Ver para elaborar e realizar atividades de Turismo Pedagógico junto a escolas de educação básica do município. O grupo começou sendo formado por mim e por duas estudantes do curso de bacharelado em Turismo da UERJ.

E por que trabalhar com as escolas? Podemos citar três motivos principais:

1. estudantes da educação básica formam um importante grupo de formação de opinião e, por isso, tem grande poder transformador;
2. minha experiência de nove anos como professora dos ensinos fundamental e médio, lecionando em escolas públicas e privadas poderia ser de grande ajuda;
3. a educação básica brasileira possui problemas estruturais sérios e, portanto, necessita de políticas públicas e ações que busquem a diminuição desses problemas e a melhoria da qualidade da formação das(os) estudantes, pois como denuncia Arroyo (2011, p. 85), "[...] nossas políticas e diretrizes privilegiam o acesso e os resultados dos alunos [...]" e não a estrutura do sistema educacional.

Para termos uma ideia do tamanho do problema que atinge a estrutura do ensino básico brasileiro podemos olhar para os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP - e que é divulgado a cada dois anos. Segundo o INEP, o IDEB foi feito para

[...] mensurar o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação, indicador que tem influência na eficiência do fluxo escolar, ou seja, na progressão dos estudantes entre etapas/anos na educação básica [...] (INEP, 2017).

Apesar de ser insuficiente para avaliar a qualidade da educação básica, o IDEB mostra a necessidade de se adotarem políticas públicas estruturais, que toquem em elementos essenciais para a melhoria da educação, tais como valorização das(os) profissionais, melhoria da infraestrutura das escolas e sua gestão democrática e participativa. Os quadros 1 e 2 apresentam os resultados do IDEB de 2005 a 2017, nos Ensinos Fundamental e Médio das escolas públicas e privadas.

### Quadro 1 - Resultados do IDEB - 2005 a 2017

IDEB							
Brasil	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
EF Anos Iniciais - Rede Pública e Escolas Privadas	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,8
EF Anos Iniciais - Rede Pública (Rede Municipal + Estadual)	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,3	5,5
EF Anos Iniciais - Escolas Privadas	5,9	6,0	6,4	6,5	6,7	6,8	7,1
EF Anos Finais - Rede Pública e Escolas Privadas	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	4,5	4,7
EF Anos Finais - Rede Pública (Rede Municipal + Estadual)	3,2	3,5	3,7	3,9	4,0	4,2	4,4
EF Anos Finais - Escolas Privadas	5,8	5,9	5,9	6,0	5,9	6,1	6,4
Ensino Médio - Rede Pública e Escolas Privadas	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	3,8
Ensino Médio - Rede Pública	3,0	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5
Ensino Médio Privado	5,6	5,6	5,6	5,7	5,4	5,3	5,8

Fonte: Elaboração própria com base no Resumo Técnico IDEB - 2005-2017.



**Quadro 2 - Resultados do IDEB - 2005 a 2017**

<b>OBSERVAÇÕES:</b>	
<b>Participação das redes no EF Anos iniciais</b>	
*Rede Pública	82%
Escolas Privadas	18%
*Rede Estadual: 17% e Rede Municipal: 83%	
<b>Participação das redes no EF Anos Finais</b>	
*Rede Pública	85,1%
Escolas Privadas	14,9%
*Rede Estadual: 49,7% e Rede Municipal: 50,3%	
<b>Participação das redes no Ensino Médio</b>	
*Rede Pública	87,8%
Escolas Privadas	12,2%
*Rede Estadual: 97% e Rede Municipal: 3%	

Fonte: Elaboração própria com base no Resumo Técnico IDEB - 2005-2017.

O problema está aí. O que podemos fazer para tentar diminuir seus efeitos, ainda que em nosso local de atuação? Como nos disse Paulo Freire, além da denúncia precisamos fazer o anúncio. E qual foi, então, a nossa proposta anunciada para combater parte do problema? Realizar a atividade de Turismo Pedagógico em Teresópolis. A proposta envolvia curso de extensão para professoras(es), coordenadoras(es) e diretoras(es), no qual era apresentada uma metodologia para se trabalhar a atividade, assim como a importância de se conhecer o município em que vivemos para a formação de cidadãos críticos e participativos, além de eleitores mais conscientes de seu papel na sociedade. O curso tinha como culminância a realização de um trabalho de campo em lugar

de interesse turístico-pedagógico do município, anteriormente identificado pelo grupo. Em seguida, era esperado que estas(es) profissionais passassem a realizar a atividade de turismo pedagógico em suas escolas de atuação, trabalhando um determinado conteúdo/projeto em sala de aula – por um ou mais professores de diferentes disciplinas –, organizando um trabalho de campo para que o conteúdo pudesse ser visto na prática, e uma atividade de avaliação/culminância. É importante ressaltar que consideramos aqui o trabalho de campo tal como define Silva (2002, p. 66)

[...] como instrumento, técnica, método ou meio o trabalho de campo vem a ser toda atividade que proporciona a construção do conhecimento em ambiente externo ao das quatro paredes, através da concretização de experiências que promovem a observação, a percepção, o contato, o registro, a descrição e representação, a análise e reflexão crítica de uma dada realidade, bem como a elaboração conceitual como parte de um processo intelectual mais amplo, que é o ensino escolar.

O trabalho de campo, muito utilizado na Geografia, se assemelha à outra importante prática pedagógica denominada estudo do meio. Esta técnica defende a importância de um processo de aprendizagem que esteja ligado à realidade da(o) estudante e que, de preferência, seja feita de maneira interdisciplinar, isto é, envolvendo duas ou mais disciplinas, como apontam Lopes e Pontuschka (2009). O turismo pedagógico se alinha a estas práticas, porém elege lugares que sejam também utilizados pela atividade turística; lugares de contemplação e aprendizagens, capazes de promover a construção de conhecimentos, mas também o lazer e a sociabilidade. Segundo Milan (2007, p. 13),

A proposta de aula presente no Turismo Pedagógico, concebida a partir dos conteúdos curriculares e sua tradução em objetivos de aprendizagem, apresenta-se, supostamente, como uma atividade facilitadora no processo do aprendizado, pois visa a romper com a monotonia dos modelos e práticas pedagógicas atuais, bem como ser um agente integrador do indivíduo com a realidade original dos fatos.

O turismo pedagógico que vem sendo promovido pelo Grupo Ir e Ver está relacionado com as pesquisas desenvolvidas pelo NUPETTE - Núcleo de Pesquisas em Turismo, Território e Educação - criado em 2018 ([www.nupette.uerj.br](http://www.nupette.uerj.br)). Partimos da premissa de que para ter atuação cidadã é necessário observar o lugar onde mora, vivenciá-lo, conhecer as suas realidades socioespaciais, suas potencialidades e seus problemas. E para isso nada mais eficiente do que andar por suas ruas, falar com moradoras(es), observar seus espaços públicos. Isto pode ser feito como atividade didática, o que iria ao encontro de uma necessidade de alunas(os) e professoras(es) transcenderem os muros da escola e fazerem do território a sua extensão e, portanto, um grande espaço de aprendizagens. E se estes lugares do cotidiano forem vistos, também, como lugares que valem a pena ser visitados por turistas, isto pode levar ao fortalecimento da identidade territorial e também da atividade turística local.

Seguindo estes princípios o Grupo Ir e Ver realizou cursos de extensão com professoras(es), coordenadoras(es) e diretoras(es) das escolas que aceitaram fazer parte do projeto, e também com estudantes de licenciaturas, a fim de oferecer uma capacitação para o exercício da atividade de turismo pedagógico em suas unidades escolares, formando, assim, multiplicadores. Desde então realizamos quatro edições do curso onde apresentamos a justificativa e a relevância da atividade e também a metodologia proposta para a

realização da mesma. Também acompanhamos trabalhos de campo que professoras(es) parceiras(os) realizaram com suas(eus) estudantes, o que foi muito prazeroso e nos mostrou que os resultados podem ser realmente significativos.

As etapas que compõem o trabalho de Turismo Pedagógico do Ir e Ver são: 1. Reuniões de estudos e planejamento com os integrantes do grupo; 2. levantamento de lugares de interesse turístico e pedagógico e visita a estes lugares; 3. contato com possíveis escolas parceiras; 4. oferta de curso de extensão para profissionais de educação e estudantes de licenciaturas; 5. trabalhos de campo com participantes do curso de extensão a lugares de interesse turístico e pedagógico anteriormente identificados; 6. acompanhamento dos trabalhos de campo realizados por participantes do curso de extensão.

Segundo Darcy Ribeiro, "dois fatos impressionam na educação brasileira: a magnitude da rede escolar pública e sua precariedade [...]" (RIBEIRO, 2018, p. 13). Apesar de também incluirmos as escolas privadas em nosso projeto, o foco está sobre as escolas públicas, porque reconhecemos a necessidade urgente de melhorias em toda a sua estrutura. Sabemos que a rede pública brasileira de ensino básico sofre há décadas com o sucateamento ocasionado pela insuficiência e ineficiência de investimentos do Estado que ampliou o acesso à educação pública – o que era realmente necessário – mas não ofereceu estrutura adequada para acompanhar essa ampliação, ocasionando queda significativa da qualidade do ensino. Houve avanços significativos nos últimos anos, porém estes estão longe de serem suficientes.

Professores mal remunerados, escolas sem estrutura mínima de funcionamento, currículos defasados que não consideram as particularidades locais, índices de desempenho baixos dos estudantes, entre outros problemas transformam a maioria das nossas escolas públicas em ambientes que ao invés de atrair, repele. Tudo

isto desestimula profissionais da educação e estudantes. Além disso, o currículo engessado e altamente conteudista, voltado quase que exclusivamente para o treinamento de avaliações e memorização, não estimula a curiosidade, a criatividade ou a formação do cidadão. Sequer prepara bem para o mercado de trabalho.

A curiosidade precisa ser estimulada para que a vontade de se buscar o conhecimento possa surgir e crescer a cada dia. E para isso é fundamental que a(o) estudante tenha liberdade e autonomia para observar, pensar e construir o seu conhecimento, algo muito difícil de acontecer quando permanece preso por pelo menos quatro horas numa sala de aula, muitas vezes desconfortável e monótona, cinco dias por semana e acorrentado a um currículo que em nada favorece a sua criatividade e o seu vínculo com a realidade socioespacial que o cerca.

Esta pedagogia que reconhece a importância da autonomia, da liberdade e da contextualização do conhecimento é defendida por nomes bem conhecidos, como Paulo Freire (1979; 1996; 2007), Celestin Freinet (1975; 1996), Maria Montessori (2003), Darcy Ribeiro (2018), Emilia Ferreiro (1986), dentre outros. Além disso, é necessário que a(o) estudante se sinta feliz no ambiente escolar e que perceba como este é importante para a sua formação cidadã. Para tanto, acreditamos que um dos possíveis caminhos a seguir é mostrar que o conteúdo visto em sala de aula tem correspondência com a realidade concreta, isto é, que ele faz sentido e que vale a pena ser aprendido.

E uma das formas mais efetivas para se alcançar tal objetivo é por meio de viagens, trabalhos de campo e excursões que estimulem a curiosidade e contribuam com o processo de aprendizagem da(o) estudante. E o Turismo Pedagógico se encaixa nesta proposta por ser uma atividade planejada que tem a função de fazer a mediação entre a sala de aula e lugares turísticos por meio de

ações organizadas a partir de temas trabalhados por professoras(es) de uma ou mais disciplinas e que envolvem trabalhos de campo.

O turismo transcende a simples ação de viajar. Ele é uma atividade capaz de proporcionar o encontro entre pessoas de diferentes idades e culturas, um elemento transformador do território, uma forma de geração de renda e, entre outras coisas, nos faz enxergar o que está além do que a paisagem nos mostra imediatamente. Quanto maior for o contato direto com a realidade mais apurado será o olhar e, conseqüentemente, maior será a possibilidade de compreensão dessa realidade, sobretudo se a observarmos com um conhecimento prévio.

É justamente aí que o Turismo Pedagógico se mostra como uma importante ferramenta de apreensão do mundo e de construção do conhecimento, pois leva a(o) estudante a ver na prática o que se aprende em sala de aula. Não se trata simplesmente de um passeio; a atividade se comporta como mediadora do processo de ensino-aprendizagem, organizada para acontecer em três etapas: na escola, em um lugar de interesse turístico, e novamente na escola, onde se fará a culminância da atividade.

A(o) estudante tem que ver sentido em estar na escola, sentido este que não deve estar atrelado à competição, mas à cooperação e que precisa ir além da necessidade de formação profissional. Como afirmam Berger e Luckmann (1973, p. 35), "a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente". É necessário que a(o) estudante se sinta feliz na escola como, em geral, acontece com os pequeninos da educação infantil, onde sua criatividade é constantemente estimulada. Ao entrar no ensino fundamental a percepção é a de que a criança entra no mundo da escolarização para a competição, para obter êxito no vestibular e conseguir um bom lugar no mercado de trabalho. No entanto será este o papel principal da Educação? Será

este o perfil de profissional exigido pelo mercado do Século XXI? A educação deve simplesmente formar mão-de-obra ou, antes de tudo, cidadãs(os) criativas(os) e autônomos capazes de escolher o seu próprio destino?

Entende-se aqui que os problemas do sistema educacional brasileiro não são frutos apenas do método de ensino-aprendizagem utilizado. Ele envolve a situação familiar das(os) alunas(os), a precariedade estrutural da maioria das escolas, a desvalorização das(os) profissionais de educação, a dificuldade de comunicação/cooperação entre escola e família, currículo ultrapassado, entre outros. Obviamente existem casos de sucesso, mas ainda são proporcionalmente poucos. Além disso, há muito tempo que se defende o fim da educação bancária que permanece sendo utilizada em larga escala nas escolas brasileiras.

Mas como o Turismo Pedagógico pode ajudar a transformar a sala de aula em um espaço mais interessante? Sendo uma ferramenta que ligue a teoria à prática, que mostre à(ao) estudante o sentido do conteúdo lecionado, deixando-o mais atrativo e estimulando o seu aprendizado e a construção do seu próprio conhecimento. Dessa forma é possível ampliar a sua curiosidade, fazendo-a(o) perceber a importância de se conhecer e preservar o patrimônio cultural e natural, estimular o convívio social, torná-lo mais cooperativo, além de ajudá-la(o) a reconhecer-se como cidadã(o) e a ter maior atuação no lugar onde vive. Como afirmam Santos e Pacheco (2018, p. 77): “[...] Estabelecer a escola como único local de aprendizagem é fechar os olhos para a realidade. Nada é mais óbvio que o fato de que a educação não ocorre apenas nesse espaço, mas também além dele”.

As atividades do Ir e Ver: Turismo Pedagógico e do NUPETTE caminham nesta direção, que é a de viabilizar o contato das(os) estudantes com a realidade para que não só aprendam com maior facilidade e de uma forma mais rica o conteúdo lecionado em

sala de aula, como também que isto seja feito em lugares de interesse turístico, nos quais seja possível conhecer e reconhecer o patrimônio natural e cultural do município e, assim, valorizar suas potencialidades e pensar em soluções para os seus problemas.

## **RESULTADOS OBTIDOS ATÉ O INÍCIO DA PANDEMIA DE COVID-19**

Iniciamos as atividades do Ir e Ver no ano de 2012. O começo foi difícil. Tentamos iniciar as conversas com as direções de escolas municipais e estaduais para apresentarmos o projeto e a possibilidade da oferta do curso de extensão. No entanto, para a nossa surpresa, encontramos alguns obstáculos nesta etapa. Apresentar a proposta por si só já foi um desafio e por isso resolvemos mudar a estratégia e começarmos pela oferta do curso de extensão em Turismo Pedagógico na UERJ, campus Teresópolis, para profissionais de educação. Após formarmos a primeira turma as portas das escolas começaram, então, a se abrir.

Simultaneamente o grupo realizava reuniões de estudos nas quais trocávamos conhecimentos e opiniões. As estudantes apresentaram seus trabalhos em eventos científicos e uma delas elaborou e defendeu sua monografia com o tema Turismo Pedagógico. Em 2016 o primeiro grupo do Ir e Ver se formou e novas(os) estudantes entraram. Realizamos outras edições do curso de extensão e tivemos a participação de docentes, coordenadoras, diretoras, além de estudantes de licenciatura em Pedagogia e Biologia. Além disso, fizemos trabalhos de campo em propriedades de agricultura orgânica, colégio agrícola estadual que também não utiliza agrotóxicos em suas plantações, assim como em unidades de conservação do município.



Em 2016 o Ir e Ver foi vencedor do Prêmio Braztoa de Sustentabilidade na categoria Projetos Inovadores (Fonte: Braztoa, disponível em: <https://viajarverde.com.br/premio-braztoa-de-sustentabilidade-2016/>. Acesso em: 28 jun.2020), o que colocou Teresópolis no mapa de Iniciativas Sustentáveis do Ministério do Turismo (Fonte: Ministério do Turismo. Disponível em: <http://iniciativassustentaveis.turismo.gov.br/mapa.html>. Acesso em 21 jun. 2020). Em 2017 tivemos a oportunidade e o prazer de acompanhar um trabalho de campo que uma professora e um professor de diferentes disciplinas - que participaram do curso de extensão - fizeram com estudantes de 6º ano do ensino fundamental. O local escolhido por eles foi o mesmo em que estivemos no trabalho de campo do curso de extensão: uma propriedade familiar de agricultura orgânica, localizada em Santa Rita, no segundo distrito de Teresópolis, que está aberta ao turismo. Foi extremamente gratificante ver nossa proposta de Turismo Pedagógico ser praticada de maneira interdisciplinar e com grande aceitação das(os) estudantes. Naquele grupo de 18 estudantes nenhum conhecia o segundo distrito do município e os professores conheceram por meio do curso de extensão. As crianças ficaram encantadas com as plantações, animais, comida preparada com os alimentos ali cultivados, "cabelinhos" das cenouras, ovos das galinhas etc. Um menino nos deu a maior prova de que estávamos no caminho certo ao dizer que aquela "foi a melhor viagem da sua vida".

Em 2019 o Ir e Ver ganhou seis novas(os) integrantes: cinco da graduação e um da pós-graduação em Desenvolvimento Territorial. Organizamos um evento de divulgação científica no qual moradoras e moradores de Teresópolis, e também turistas, pudessem conhecer alguns dos projetos de pesquisa e extensão realizados pela UERJ Teresópolis. O evento se chamou "Ciência na Praça" e foi realizado em dois dias do mês de junho, em dois dos principais espaços públicos da cidade: a Praça Higino da Silveira, conhecida como Praça da Feirinha, e um dos principais pontos turísticos de

Teresópolis; e a Praça Baltazar da Silveira - chamada pelos teresopolitanos de Praça de Santa Tereza, devido à presença da Igreja Matriz de Santa Tereza -, localizada no centro da cidade e um dos espaços públicos mais frequentados por moradores locais. O evento contou com a participação de estudantes e professoras(es) da UERJ - tanto na organização quanto na realização - e com o apoio do horto florestal do município, de lojas que doaram mudas de plantas para serem distribuídas aos visitantes do *stand*, com uma rádio local que fez a divulgação, além do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal. Este evento nos deu a oportunidade de mostrar à população teresopolitana e aos seus visitantes o que a UERJ vinha fazendo em prol do desenvolvimento do município e da região serrana.

No mesmo ano realizamos trabalhos de campo na sede Teresópolis do Parque Nacional da Serra dos Órgãos - Parnaso - com estudantes dos ensinos fundamental e médio de escolas públicas e privadas, em parceria com a Versátil Consultoria e Turismo – empresa júnior do Departamento de Turismo da UERJ ora coordenada pelo amigo e colega Prof. Dr. Gabriel de Sena Jardim – e com o Projeto Trilhas Sensoriais – coordenado pelo também amigo e colega Prof. Dr. Thiago Pereira. Estas visitas envolveram professoras(es) de diferentes disciplinas, ressaltando o caráter interdisciplinar do trabalho. Caminhamos por algumas das trilhas do parque, conversamos sobre temas variados, como ciclo da água, características das florestas tropicais, desenvolvimento sustentável, a importância das unidades de conservação, atividades sensoriais, entre outros. Tivemos também nosso momento lúdico durante o lanche. Mais uma vez mostramos a estudantes da educação básica um lugar de grande importância para o município, tanto para turistas quanto para moradores locais, além de ser um grande território educativo.

Os resultados até agora foram bastante positivos. Tivemos sessenta e cinco (65) profissionais e estudantes de licenciaturas que concluíram o curso de extensão - conforme dados do Departamento de Extensão da UERJ - e mais de cem (100) estudantes da educação básica acompanhados em suas atividades de Turismo Pedagógico. Não participamos de todas as atividades promovidas pelas(os) professoras(es), mas a intenção é a de lhes dar autonomia para praticarem o turismo pedagógico regularmente em suas escolas. Em dezembro de 2019 estabelecemos uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Teresópolis para implementarmos o projeto de Turismo Pedagógico na rede municipal de ensino, oferecendo o curso de extensão a professoras e professores e acompanhando as atividades com estudantes. No entanto, a pandemia de COVID-19 adiou nossos planos.

O Ciência na Praça e os trabalhos de campo realizados no Parnaso fizeram de nós um dos vencedores do Prêmio Paulo Freire de 2019, concedido pela Alerj (Fonte: <<http://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/47261?AspxAutoDetectCookieSupport=1>>. Acesso em: 28 jun. 2020). Ficamos muito felizes por ver a UERJ e Teresópolis serem reconhecidos com mais um prêmio, especialmente por este levar o nome do Patrono da Educação do Brasil.

Também em 2019 o Ir e Ver e o NUPETTE uniram suas ações às do grupo "Políticas públicas, lazer e parques", coordenado pelo Prof. Dr. Reinaldo Pacheco, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH/USP, que foi o supervisor do meu trabalho de Pós-Doutorado. A parceria com o grupo da USP tem enriquecido muito as nossas discussões e pode nos ajudar a ampliar nosso campo de atuação.

Esta breve retrospectiva das atividades realizadas pelo Ir e Ver: Turismo Pedagógico teve como objetivo principal mostrar a importância das ações extensionistas, tão valorizadas pela UERJ,

que vêm ampliando a necessária relação entre universidade e sociedade. Atuar junto à população, buscando resolver ou ao menos diminuir alguns dos seus problemas por meio da concretização dos nossos estudos e pesquisas é uma das funções da universidade pública e também nosso principal objetivo enquanto grupo de extensão e de pesquisa.

## **CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS**

Esta parte do texto não leva o nome de Considerações finais porque considero que ainda há muito o que caminhar. Apresentei aqui o trabalho que vem sendo realizado pelo Grupo Ir e Ver: Turismo Pedagógico, criado logo após o meu ingresso na UERJ. Por ser este um livro comemorativo dos dez anos do Departamento de Turismo optei por apresentar este trabalho que representa a minha trajetória antes e na UERJ, que me deu muitas alegrias e também desafios.

O projeto de turismo pedagógico me ajudou a conhecer melhor o município que agora é a minha casa; a atuar junto à administração pública municipal, representando a UERJ na Comissão Coordenadora do PME e no Conselho Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia; a criar o NUPETTE; a coordenar o Grupo de Pesquisa em Educação do curso de Especialização em Desenvolvimento Territorial da UERJ; a conhecer a dinâmica de várias escolas de Teresópolis, assim como pessoas que delas fazem parte; a pensar mais a Educação e em formas de contribuir para a melhoria da sua qualidade e, com isso, interagir com pessoas de diversas partes do Brasil que têm este mesmo objetivo.

O Departamento de Turismo da UERJ tem apenas dez anos de vida, mas já contribui de forma significativa com a sociedade

carioca e fluminense por meio da atuação de suas e seus docentes e estudantes, que com trabalhos de pesquisa e extensão ajudaram a construir um curso sobre uma base sólida, que valoriza o senso crítico e que pensa no Turismo voltado para a sustentabilidade e o bem estar das pessoas.

Gostaria de terminar este texto agradecendo a todas e todos que fizeram parte do Grupo Ir e Ver: Turismo Pedagógico e que atuaram e atuam junto conosco. A vocês, estudantes e colegas, minha sincera e eterna gratidão: Bruna Cristina de Oliveira Rocha, Yasmin de Oliveira Lima, Carolina Ferreira Prado, Ana Luisa Elias Malkes, Lucas Cavalcante Daher, Mayara Silva Pessoa, Carlos Artur Esteves G. dos Santos, Vinicius de Mattos Oliveira, Pedro Henrique Marinho Luz, Diogo Zacarias Lopes da Costa, Roberta Beatriz M. Ferreira, Lethícia Gerhard S. S. Pimenta, Gabriel de Sena Jardim, Rafael Ângelo Fortunato, Thiago Ferreira P. D. Pereira, Clara Carvalho de Lemos, Vitor Stuart G. de Pieri e Reinaldo Pacheco.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. “Políticas educacionais, igualdade e diferenças”. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, vol. 27, n. 1, janeiro/abril, 2011.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.

BOFF, L. **A águia e a galinha**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. “INEP Resumo Técnico: Resultados do índice de desenvolvimento da educação básica - 2005-

2017”. **Portal Eletrônico do INEP** [2017]. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br>>. Acesso em 10 jun. 2020.

EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Editora Nandyala, 2008.

FERRERO, E. **Alfabetização em processo**. São Paulo: Editora Cortez, 1986.

FREINET, C. **As técnicas Freinet da escola moderna**. Lisboa: Editora Estampa, 1975.

FREINET, C. **Pedagogia do Bom Senso**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

HAESBAERT, R. “Identidades Territoriais”. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da EDUERJ, 1999.

LOPES, C. S.; PONTUSCHKA, N. N. “Estudo do meio: teoria e prática”. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina - Geografia**, vol. 18, n. 2, 2009.

MILAN, P. L. **Viajar para Aprender**: Turismo Pedagógico na Região dos Campos Gerais – PR (Dissertação de Mestrado em Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria). Balneário Camboriú: UNIVALI, 2007.

MONTESSORI, M. **Para educar o potencial humano**. São Paulo: Editora Papirus, 2003.

RAFFESTIN, C. “A produção das estruturas territoriais e sua representação”. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, D. **Educação como prioridade**. São Paulo: Editora Global, 2018.

SANTOS, R. F.; PACHECO, R. **Lazer**: para fazer melhor é preciso compreender. São Paulo: Editora Senac, 2018.

SILVA, A. M. R. “Trabalho de Campo: prática "andante" de fazer Geografia”. **Revista do Departamento de Geografia - UERJ**, n. 11, 2002.

## **CAPÍTULO 9**

---

*Desenvolvimento Turístico  
Integrado: Reflexões Teóricas e  
Metodológicas para o Planejamento do Turismo*





## **DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO INTEGRADO: REFLEXÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA O PLANEJAMENTO DO TURISMO**

*Rafael Ângelo Fortunato*

O Planejamento do turismo é central para que a atividade consiga alcançar resultados satisfatórios para o desenvolvimento de destinos, garantido sustentabilidade social, ambiental e econômica. No entanto, temos poucas propostas de sistematização dos dados para acompanharmos os processos de planejamento no setor.

Frequentemente o desenvolvimento do turismo é medido apenas pela quantidade de turistas que chegam em um determinado destino e o quanto de receitas são geradas pelo setor, indicando uma forte prevalência dos indicadores econômicos, limitando as múltiplas determinações do turismo e o que a atividade pode representar a partir de um desenvolvimento turístico integrado (DTI).

Neste capítulo pretendemos oferecer ao leitor uma nova metodologia para pensar no planejamento da atividade turística. O DTI é um produto tecnológico, ou seja, é pensado para reprodução e auxílio imediato aos gestores da atividade turística, seja no âmbito público ou privado. Por meio de pesquisas aplicadas foi possível validar o instrumento apresentado (FORTUNATO, 2014), verificando sua eficácia para abordagens territoriais, a fim de minimizar possíveis conflitos presentes na atividade turística (FORTUNATO, 2013), respondendo inclusive a uma certa humanização da atividade turística como proposto por Krippendorff (2009).

Trabalhamos com o objetivo de minimizar os problemas apontados por Cruz (2000), de que no confronto entre diferentes territorialidades surgem conflitos como a segregação espacial de turistas e residentes gerando problemas socioambientais.

O DTI é pautado em uma perspectiva crítica, pois acreditamos que somente com críticas construtivas seremos capazes de avançarmos na construção de um planejamento turístico eficaz.

Queremos que os pesquisadores e gestores do turismo deixem de “romantizar” seus destinos, pois belas paisagens, boa gastronomia e riquezas culturais por si só não promovem o desenvolvimento do setor. Partimos da premissa de que é preciso uma abordagem territorial capaz de considerar as “inúmeras variáveis que compõem o imenso jogo de relações do qual o turismo representa apenas uma parte” (CRUZ, 2000, p. 27).

Ao pautarmos nossas ações no DTI, teremos ferramentas para pensarmos o turismo de forma complexa, trabalhando na perspectiva de que “é preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento complexo no sentido originário do termo ‘*complexus*’: o que é tecido junto” (MORIN, 2003, p. 89).

Dessa forma, aumentamos nossas chances de compreendermos os entraves e as potencialidades da atividade turística e definirmos prioridades para o trabalho imediato. Por meio da aplicação do DTI pretendemos contribuir com a construção de políticas públicas inovadoras no campo do turismo e com uma gestão profissional e responsável da atividade a curto, médio e longo prazo.

O DTI é baseado nos 6`Vs (Visitação, Vivências, Vendas, Vínculos, Veiculação e Validação) (FORTUNATO, 2017). Com base nesses seis indicadores, definimos outros trinta e três indicadores. Desse modo, obtemos um panorama geral em relação ao nível de desenvolvimento turístico de um destino turístico e como podemos fomentar a atividade.

O DTI poderá servir, também, para acompanharmos a evolução do planejamento turístico, pois definirá prioridades por meio das diretrizes para ações e permitirá um acompanhamento sistematizado das informações ao longo do tempo por meio da pontuação obtida na nossa matriz de avaliação e para viabilização das ações propostas destacamos o que decidimos chamar de “fundo de turismo solidário” (FORTUNATO, 2017)

## **DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO INTEGRADO**

Existem várias maneiras de se pensar no planejamento do turismo, os princípios básicos do planejamento podem ser sistematizados da seguinte maneira: diagnóstico, plano de ação e avaliação. No campo do turismo tais princípios também se fazem presente e norteiam grande parte das abordagens. No entanto, esses princípios se desdobram em concepções mais abrangentes sobre como proceder em cada uma das etapas citadas.

Alguns autores nos oferecem subsídios que nos dão sustentação teórica, tais como: Beni (1998), que propõe uma análise estrutural do turismo baseado no “sistema de turismo”, Boullón (2002), que trabalha o planejamento do turismo a partir das noções de espaços turísticos e zonas turísticas e Cruz (2000) propondo uma abordagem territorial. Todos os autores citados trabalham na perspectiva apresentada por Ruschmann (1997, p. 100) de que “o reconhecimento da amplitude do fenômeno e a abrangência dos fatores, além do caráter interdisciplinar e convergente da atividade tornaram imprescindível o planejamento integrado nas localidades receptoras”. No caso do DTI, seguimos essa mesma lógica, apresentando-o da seguinte forma:

## Visitação

A visitação é a alma de toda atividade turística, é o seu ápice, pois por meio dela movimenta-se toda uma cadeia de acontecimentos. Ela nos estimula a olhar o mundo com outros olhos, olhos curiosos e cuidadosos. A visitação é capaz de mobilizar a cadeia econômica, o corpo, o espírito e, por meio de um deslocamento subjetivo, abrir espaço para encontros com novos mundos simbólicos.

Este indicador relaciona-se à visitação impulsionada pela questão do pertencimento e do fortalecimento de uma identidade territorial capaz de mobilizar os atores sociais para alcançarem objetivos comuns. Trabalhamos, predominantemente, com a seguinte questão: a visitação propõe roteiros inovadores baseados em saberes locais? Os trabalhos com roteiros baseados nos lugares e nos saberes locais proporcionam uma reflexão crítica sobre a história das localidades visitadas, bem como sobre seu diferencial e sua peculiaridade? As populações são convidadas a participarem de todo processo de identificação das potencialidades relacionadas à visitação?

Os estímulos às visitas e aos projetos comunitários são considerados essenciais nesse indicador, pois os sujeitos visitados podem sentir-se motivados quando seus trabalhos são reconhecidos pelos turistas que, em alguns casos, se tornam parceiros e “padrinhos” dos projetos. O Fundo de Turismo Solidário (ver adiante) também é essencial para tornar os atrativos mais interessantes, pois socializa os benefícios da visitação.

A história oral, com sua proposta de valorização do saber local, tem se apresentado como uma boa estratégia para pensar em uma identidade territorial que dê suporte a uma visitação significativa e peculiar, bem como a cartografia social, que além de

valorizar a identidade territorial, preocupa-se com a localização dos atrativos a serem visitados. Busca-se com a visitação o diferencial competitivo dos destinos turísticos. Trabalhamos, também, perseguindo a seguinte questão: o que nos torna peculiares, únicos e que merece ser cada vez mais valorizado? Os eventos também são importantes e são responsáveis pelo aumento da visitação e caracterização dos destinos turísticos. No indicador macro da **visitação** contamos como mais seis indicadores:

- **Atrativos naturais e histórico-culturais**

Possuem quantos atrativos naturais e culturais? Descreva quantos são e qual o estado de conservação dos mesmos? Os atrativos estão referenciados socialmente por meio de uma cartografia social? Qual sua relevância histórica e cultural? Possui uma política de educação patrimonial? Existem bens tombados pelo IPHAN? Possui artesanatos e uma política de incentivos aos artesãos? Quais são os atrativos visitados? Quantos artistas trabalham na localidade? Em quais áreas eles atuam?

- **Infraestrutura municipal, turística e segurança**

A infraestrutura do município atende aos moradores? Quais são os pontos fortes e fracos da infraestrutura turística? Existem informações turísticas sobre os atrativos para os turistas se locomoverem? Onde estão? Localiza em um mapa. Os atrativos e os roteiros possuem informações relevantes? A sinalização de trânsito é eficaz? Como está a mobilidade urbana do município e o acesso para portadores de necessidades especiais? Quais são os índices de criminalidade no município?

- **Preparação da população**

A população quer receber turistas? Ela está preparada para receber os turistas? Existem cursos disponíveis

para população? Quantas pessoas se formaram em algum tipo de curso que relacionado com o turismo?

- **Gastronomia**

Existe algum prato típico? A quantidade e a diversidade de opções atendem aos turistas? Qual número de restaurantes do município? Quais são os dias e horários de funcionamento? Existe inovação no campo da gastronomia? Os garçons e recepcionistas estão preparados para receberem os turistas? Existe algum tipo de treinamento ou formação na área? Como é a relação empregado e empregador nesse setor?

- **Eventos**

Existem eventos locais, regionais e nacionais? Quantos eventos são oferecidos? Existe uma estrutura adequada para receber eventos? Quais? Quantos? Atendem os turistas e a população local?

- **Empresas ou pessoas físicas**

Quais empresas trazem visitantes para o município? Quanto tempo atuam no setor? Quantos turistas atendem por mês? Quais são as principais dificuldades que enfrentam?

## Vivências

Tudo que acontece em nossas vidas é fruto de encontros. Encontros com objetos, lugares, paisagens e pessoas. A construção de nossa identidade depende desses encontros. Desse modo, as vivências nas viagens, quando ocorrem com maior profundidade proporcionam rico material para construção de nossa identidade, principalmente quando acompanhada de algum tipo de trabalho

voluntário ou reflexão crítica. Visitação e vivências são indissociáveis. No entanto, a visitação pode ser variada em termos do nível de profundidade e intimidade presentes nos encontros.

Este indicador relaciona-se às trocas de experiências no campo do turismo, que fazem do mesmo um ambiente propício para o aprendizado mútuo e para a criação de vínculos que sinalizam para posturas solidárias. Procuramos responder à seguinte pergunta: as visitas proporcionam uma convivência de, no mínimo, duas horas por dia do turista com a população local, independente de ações voluntárias, e criam condições para que o nível de intimidade aumente?

Partimos do princípio de que há crescimento da busca de um tipo de turismo que prioriza a convivência com os moradores das localidades visitadas. Os encontros estão se apresentando como um diferencial no campo do turismo, sendo capazes de alargar a percepção do indivíduo por meio de trocas de experiências.

Como procedimento metodológico para trabalhar no campo das vivências sugerimos a utilização do “diário de viagem”, no qual o indivíduo anota suas percepções e intuições sobre suas vivências e a etnografia pela qual a comunidade local pode estudar a si própria e (re)significar sua cultura para despertar ainda mais a curiosidade dos turistas e enriquecer o significado das vivências. No indicador macro das **vivências** contamos com mais outros seis indicadores:

- Número e qualidade das atividades oferecidas  
Quais empresas oferecem vivências para os turistas?  
Quais opções criadas para estimular o contato dos turistas com a população local? Como está a inovação na criação das atividades?
- Interesse dos turistas na cultura local



Os turistas demonstram interesse pelo município visitado? Eles procuram os museus e os centros de informações turísticas?

- Tempo de permanência do turista  
Quanto tempo os turistas permanecem na cidade e visitando os atrativos?
- Nível de intimidade alcançado  
Os turistas conversam com os moradores e possuem certa proximidade com os mesmos? O que os moradores pensam sobre os visitantes?
- Conhecimento do turista sobre a localidade  
Como os turistas obtém conhecimento sobre o município? Quanto e o que os turistas aprenderam sobre o município visitado?
- Espaços de lazer e convivência  
Existem espaços de lazer e convivências? Qual estado de conservação? As pessoas frequentam com qual regularidade?

## Vendas

As atividades turísticas estão intimamente relacionadas à oferta de bens e serviços, portanto, é natural que ocorram trocas e retribuições por essas ofertas. Assim, os moradores locais precisam dizer o que pretendem oferecer aos turistas, e, para isso, podem recorrer às estratégias de vendas já consolidadas no campo do marketing.

Este indicador procura entender o turismo como um fenômeno social que perpassa pelo campo da economia e dos negócios. Sendo assim, torna-se necessário desenvolver uma

estratégia de marketing para posicionamento no mercado e garantia da sustentabilidade econômica das iniciativas de turismo. Procuramos responder às seguintes questões: as vendas incorporam campanhas de *marketing* e parcerias institucionais para atrair visitantes? Estamos aprendendo com os turistas para melhorarmos nosso serviço?

Trabalhamos com o pressuposto de que o conhecimento do perfil dos turistas e o estabelecimento das parcerias institucionais são fundamentais para conseguir apoio para os produtos turísticos a serem comercializados. É importante recorrer à ideia de rede para buscar o desenvolvimento local por meio do turismo, pois, no ambiente das redes, criam-se sinergias que facilitam a inovação e a promoção da atividade.

Existem várias metodologias para trabalhar nesse campo. Os gestores podem planejar ações baseando-se no conhecimento do mercado e do perfil dos visitantes e fazer análises constantes de suas estratégias de relacionamento com os turistas e seus fornecedores. Podem, inclusive, criar redes de benefícios e trocas de serviços no lugar de relações monetárias e trabalhar com base na dádiva. No indicador macro das **vendas** contamos com cinco indicadores:

- Campanhas de marketing e canais de distribuição  
Existem campanhas de marketing sistematizadas para atrair visitantes? Quantos canais de distribuição ou pontos de vendas oferecem os serviços do município? Quem são os turistas que visitam o município? Quais são os meios de comunicações utilizados pelos turistas para decidirem sua viagem? O destino participa de feiras de turismo?
- Ocupação das U.H

Qual a oferta de Unidades habitacionais e sua taxa de ocupação? Quais são as principais características das ofertas de unidades habitacionais?

- Número de visitantes e destino dos turistas  
Quantos turistas visitaram o município no ano e por mês?
- Renda oriunda do turismo  
Quantas pessoas se beneficiaram economicamente da atividade turística?
- Atendimento  
Qual a qualidade do atendimento oferecido aos turistas? Os vendedores conhecem profundamente os produtos que estão vendendo?

## Vínculos

O turismo pressupõe cooperação para sua organização, pois a qualidade das experiências dos turistas depende dos serviços oferecidos na região, não somente de um trabalhador específico. Os turistas precisam dos serviços dos hotéis, dos restaurantes, dos taxistas, dos guias, das camareiras, dos sorveteiros etc. Portanto, precisamos de vínculos cada vez mais fortes para desenvolvermos um turismo comprometido com o desenvolvimento local, regional e nacional, baseando-nos na solidariedade, na justiça social e no fortalecimento dos laços de confiança.

O fortalecimento dos vínculos, tanto dos turistas em relação aos moradores dos locais visitados, quanto dos próprios prestadores de serviços, aumenta a permanência dos turistas nos lugares visitados. O aumento dos vínculos pressupõe a consciência de que

teremos trabalhos a serem compartilhados e de que, a cada novo elo, a rede cresce e se fortalece.

Com o aumento e fortalecimento dos vínculos, podemos vender o destino turístico coletivamente, reduzindo os custos com publicidade. No turismo, assim como em outras atividades econômicas, é importante pensar no fortalecimento da região para além do fortalecimento individual, e nesse quesito, os trabalhos no campo da economia solidária são relevantes, pois pretendem unir pessoas que, até então, eram concorrentes e, desse modo, estreitar os vínculos entre os atores sociais que fazem parte da cadeia produtiva do turismo. Trabalhamos na perspectiva da produção da existência, material e espiritual, na qual a reciprocidade e a dádiva são consideradas elementos essenciais.

A principal pergunta a ser respondida nesse indicador é: existem diretrizes indicadoras de trabalhos no campo da economia solidária e dos arranjos produtivos locais? No indicador macro dos **vínculos** contamos com cinco indicadores:

- Quantidade de grupos organizados e número de reuniões  
Existem grupos organizados que discutem o turismo no município? Eles trocam informações e se relacionam de forma fecunda? Como eles começaram a se organizar? Houve algum tipo de desistência?
- Grupos que trabalham com a economia solidária e o fomento dessas atividades  
Existem grupos organizados em cooperativas ou que trabalham baseados nos pressupostos do cooperativismo?
- Nível de confiança e Indicações recíprocas

As pessoas que trabalham no campo do turismo indicam outras localidades e profissionais para hospedagem, alimentação, visitação e vivências?

- Percepção dos turistas sobre as relações humanas locais  
O que os turistas pensam sobre os vínculos estabelecidos no município entre moradores e as pessoas que trabalham com a atividade turística?
- Estabelecimento de laços afetivos com os moradores e com a localidade  
As pessoas voltam ou voltariam para visitar a localidade? Indicaria a localidade para amigos e familiares?

## Veiculação

A melhoria do turismo depende de sua responsabilidade socioambiental, pois os locais e os empreendimentos que pretendem trabalhar com o turismo precisam cuidar de sua imagem. Existem evidências de que a consciência social e ambiental está aumentando por parte dos turistas, já que cuidar dessas questões é uma obrigação moral nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, um número crescente de hotéis, restaurantes e pousadas procuram atuar de acordo com as normas de responsabilidade socioambiental, e se preocupam com a veiculação de ações voltadas para educação ambiental e patrimonial, tanto de turistas quanto dos funcionários e moradores do destino turístico.

A educação ambiental tem um papel decisivo quando tratamos do turismo. O trabalho com a educação ambiental, de acordo com a lei 9795/99, é uma obrigação de todo cidadão brasileiro, e não poderá ser diferente no campo do turismo.

Os gestores do turismo precisam entender que o turismo pode trazer uma série de problemas caso a educação na atividade turística não seja considerada, tanto para os turistas quanto para os moradores dos destinos turísticos.

Com base neste indicador, é possível perceber a importância da responsabilidade socioambiental dos atores sociais envolvidos no campo do turismo para sensibilizar os visitantes em relação aos problemas socioambientais, visto que o turismo é conhecido também por sua degradação social, ambiental e pode trazer uma série de problemas no campo da cultura ao inserir lógicas de produção e de consumo que não contribuem para minimizar os conflitos socioambientais. Neste indicador, a relevância recai nos trabalhos de educação ambiental e patrimonial e no compromisso dos atores sociais em veicular suas ações.

Neste indicador, procuramos responder à seguinte questão: informações relacionadas à responsabilidade social dos empreendimentos são disponibilizadas para os turistas e pelos prestadores de serviços? No indicador macro da **veiculação** contamos com seis indicadores:

- **Ações de educação ambiental**

Existem ações de educação ambiental na localidade?  
As escolas e entidades que atuam com a educação ambiental conseguem resolver problemas socioambientais?

- **Ações de educação patrimonial**

Existem ações de educação patrimonial no destino?  
Existem projetos de turismo pedagógico com as crianças, jovens e adolescentes?

- **Projetos de responsabilidade socioambiental**

Os moradores e as instituições organizadas da sociedade civil investem e estão envolvidas em

projetos de responsabilidade socioambiental? Quais ações existem na localidade? Quem são os responsáveis por elas?

- **Áreas de proteção ambiental**

Existem áreas de proteção ambiental? Quantos visitantes ela recebe? Ela está preparada para receber os visitantes? O que elas pensam sobre os visitantes? Existem conselhos ativos e planos de manejo?

- **Diretrizes para estabelecer capacidade de carga**

Existem planos para limitar a presença de turistas em U.C e em áreas de proteção ambiental? A localidade está preocupada com a quantidade de turistas em determinados pontos e com o bem estar dos visitantes em locais de grande aglomeração?

- **Sensibilização pelas redes sociais**

Os moradores utilizam as redes sociais para propagar as boas ações promovidas pela localidade?

## Validação

O processo de validação ocorre quando o turismo em uma determinada localidade consegue se destacar por suas qualidades econômicas e socioambientais e os participantes colocam-se à disposição para partilhar seus problemas e suas dificuldades. De acordo com essa ideia, é importante que os trabalhadores do turismo possam viajar e conhecer diferentes realidades. É importante que conheçam casos de sucesso e boas práticas. As boas práticas podem envolver todo um processo turístico complexo, como também apenas uma parte do sistema de gestão ou da visitação.

Acreditamos no caráter interdependente das relações, no qual a excessiva competição e a sua lógica de retenção do saber não

ofusquem as potencialidades da solidariedade. Nesse indicador, pretendemos esclarecer a seguinte questão: a atividade incorpora uma política na perspectiva do movimento da tecnologia social? Trabalhamos de acordo com a proposta das ecologias de saberes e contra a experiência desperdiçada (BOAVENTURA, 2011). No indicador macro da **validação** contamos como mais cinco indicadores:

- **Disponibilidade para troca de experiências**

Os moradores estão dispostos a conversar e discutir sobre os projetos? Existem encontros para discussão sobre turismo?

- **Divulgação dos resultados dos trabalhos**

Como os trabalhos estão sendo divulgados?

- **Visitas técnicas e boas práticas?**

Os moradores e profissionais do turismo participam de visitas técnicas? As boas práticas são valorizadas e reconhecidas?

- **Influência no desenvolvimento turístico de outras localidades**

O desenvolvimento turístico na localidade pode ser considerado uma referência?

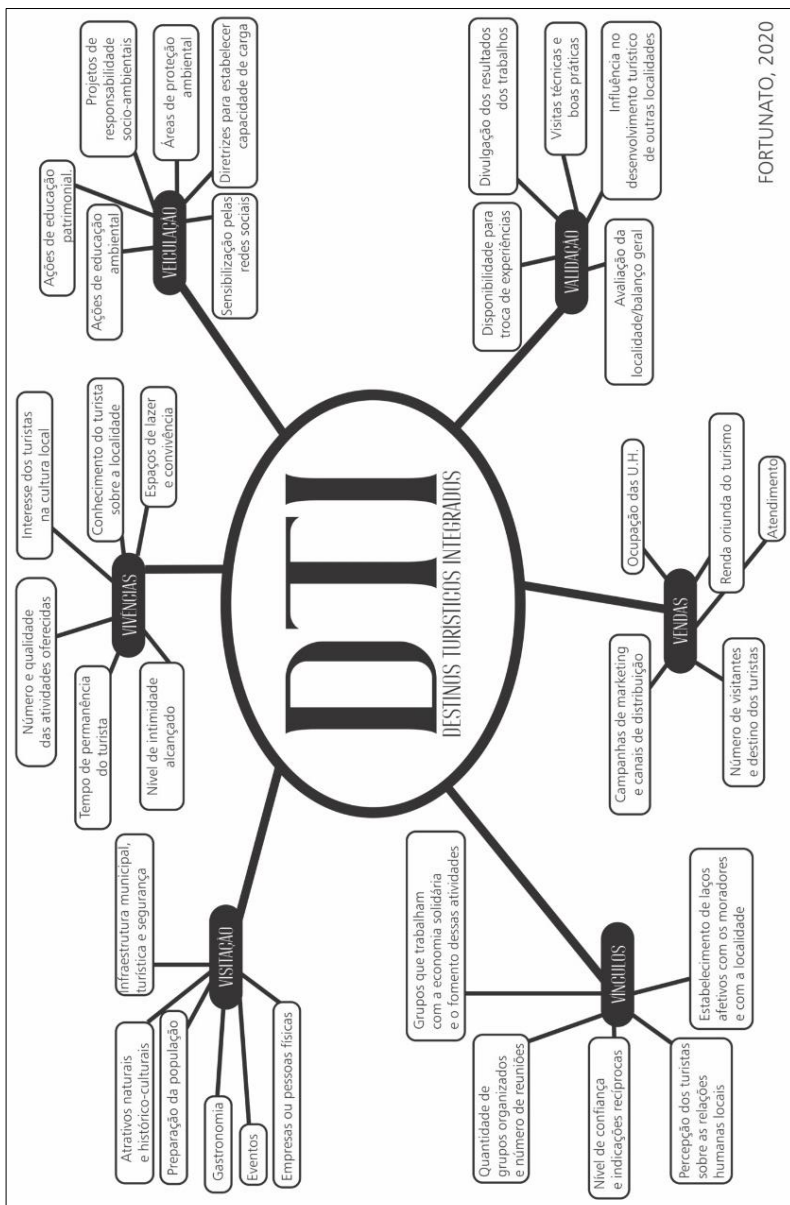
- **Avaliação da localidade/balanco geral**

Como os moradores locais e os turistas avaliam o turismo na localidade?

Com intuito representar os procedimentos metodológicos propostos pelo DTI de forma resumida, decidimos apresentar o seguinte esquema:



Figura 1 – Procedimentos metodológicos DTI



## Matriz de avaliação

A seguir, apresentamos de forma sucinta nossa matriz de avaliação para que os pesquisadores possam indicar as pontuações obtidas depois das análises de cada um dos trinta e três indicadores. As notas deverão ser dadas em uma escala de 1 (um) para ruim e 5 (cinco) para excelente.

### Quadro 1 – Quadro de pontuação

QUADRO DE PONTUAÇÃO – 1(RUIM) 2 (REGULAR) 3 (BOM) 4 (MUITO BOM) 5 (EXCELENTE) PONTUAÇÃO IDEAL: 220							
VISITAÇÃO X2 (60)	Atrativos naturais e histórico-culturais	Infraestrutura municipal, turística e segurança	Preparação da população	Gastronomia	Eventos	Empresa/ pessoas físicas	Total
Pontuação							
VIVÊNCIAS (30)	Número e qualidade das atividades oferecidas	Interesse dos turistas na cultura local	Tempo de permanência do turista	Nível de intimidade alcançado	Conhecimento do turista sobre a localidade	Espaços de lazer e convivência	
Pontuação							
VENDAS (25)	Campanhas de marketing e canais de distribuição	Ocupação das U.H	Número de visitantes e destino dos turistas?	Renda oriunda do turismo	Atendimento		
Pontuação							
VÍNCULOS X2 (50)	Quantidade de grupos organizados e número de reuniões	Grupos que trabalham com a economia solidária e o fomento dessas atividades	Nível de confiança e Indicações recíprocas	Percepção dos turistas sobre as relações humanas locais	Estabelecimento de laços afetivos com os moradores e com a localidade		
Pontuação							
VEICULAÇÃO (30)	Ações de educação ambiental	Projetos de responsabilidade socioambiental	Áreas de proteção ambiental	Diretrizes para estabelecer capacidade de carga	Página na internet e redes sociais	Ações de educação patrimonial	
Pontuação							
Validação (25)	Disponibilidade para troca de experiências	Divulgação dos resultados dos trabalhos	Visitas técnicas e boas práticas?	Influência no desenvolvimento turístico de outras localidades	Avaliação da localidade		
Pontuação							
Total de pontos da localidade							

Fonte: Elaboração própria.

O DTI possui caráter quali-quantitativo. As notas, portanto, comportam certo grau de subjetividade dos avaliadores. Utilizamos peso dois para os itens visitação e vínculos, pois acreditamos que

possuem certa relevância para o desenvolvimento turístico e são responsáveis por dar sustentação para que os demais indicadores possam melhorar seus desempenhos. Temos como meta atingir 220 pontos.

Após o preenchimento da matriz de avaliação, apresentamos um plano de ação para organizarmos nossas intervenções. Depois de algumas ações colocadas em prática avaliaremos o processo, melhorando-o e validando-o para servir de parâmetro para outros municípios do Brasil que queiram pensar de forma profissional e responsável a gestão da atividade turística.

### **Diretrizes para ações**

As diretrizes para ações serão construídas de acordo com a análise crítica e discussões com os gestores de entidades ligadas ao turismo e a população. Deverão ser definidas ações para melhoria de cada indicador analisado e elencadas três ações prioritárias. A ordem de prioridades, depois das três primeiras, poderão ser alteradas futuramente. A tentativa de elencar as ações prioritárias nos ajudará a entendermos em quais áreas estamos nos destacando e em quais devemos melhorar imediatamente (quadro 2).

**Quadro 2 – Plano de ação de acordo com nossas prioridades e ações de melhorias**

Plano de ação de acordo com nossas prioridades	Ações de melhorias
1. Quantidade de grupos organizados e número de reuniões	
2. Infraestrutura municipal e turística	
3. Atrativos naturais e históricos-culturais	

## **Fundo de turismo solidário**

Em alguns casos os destinos dizem que não possuem dinheiro para colocar em prática as ações prioritárias. Tendo em vista esse cenário, propomos que as localidades criem o que resolvemos chamar de “**fundo de turismo solidário**”.

O referido fundo pretende arrecadar doações em dinheiro para fomentarmos o turismo nos municípios. O dinheiro poderá ser arrecado nos meios de hospedagem, restaurantes e demais atrativos turísticos de modo facultativo. Os turistas receberão panfletos explicativos sobre o fundo e sobre os projetos que foram e estão sendo beneficiados por ele. Os turistas serão convidados a visitarem as ações implementadas com o dinheiro do fundo. A gestão do fundo poderá ser feita por associações da sociedade civil ou pelo poder público.

Apresentamos o plano de gestão e a proposta do fundo de turismo solidário como uma nova possibilidade de desenvolvimento territorial para o turismo, que pode funcionar de maneira ininterrupta e simplificar os modelos de fundos de turismo excessivamente burocratizados. O referido fundo já está sendo utilizado pelo *Convention Vistors Bureau* de Teresópolis.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final do processo de pesquisa e definição das prioridades em conjunto com a população, os gestores e pesquisadores deverão tornar público os resultados obtidos e preparar mudanças visando à melhoria contínua do DTI.

Como o plano oferece uma pontuação ao final do processo, podemos acompanhar a evolução do turismo no decorrer dos anos. O DTI, portanto, pode ser pensando como uma política de estado invés de apenas um plano de governo. Temos como ideal alcançar 220 pontos e podemos repetir o processo regularmente para definirmos novas prioridades.

De acordo com a demanda dos destinos interessados, podemos aplicar um curso de extensão universitária de 28 horas, no qual apresentaremos as ferramentas do DTI de forma detalhada para os interessados no desenvolvimento turístico de um destino. O curso oferecido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro denomina-se: “Turismo e redes de colaboração” e possui caráter tecnológico, ou seja, os estudantes deverão apresentar propostas concretas para o desenvolvimento do turismo ao final do curso. Todas as ações propostas poderão fazer parte de um documentário como forma de dar visibilidade e documentar o que foi realizado.

## REFERÊNCIAS

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora Senac, 1998.

BOULLÓN, R. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: Editora da EDUSC, 2002.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

FORTUNATO, R. A. **Por um turismo solidário: noções, perspectivas e estratégias**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

FORTUNATO, R. A.; NEFFA, E. “Abordagem Complexa e Desenvolvimento Local por meio do Turismo Solidário: o caso da rede “Brasilidade Solidária””. **Revista Turismo Em Análise**, vol. 25, n. 1, 2014.

FORTUNATO, R. A.; SILVA, L. S. “Os conflitos em torno do Turismo Comunitário na Prainha do Canto Verde (CE)”. **Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)**, vol. 6, n. 1, 2013.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

MORIN, E. **Educar na era planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Editora Papirus, 1997.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Editora Cortez, 2011.



## **CAPÍTULO 10**

---

*Botei meu Barquinho N'água:  
Réveillon, Copacabana e Iemanjá*





## **BOTEI MEU BARQUINHO N'ÁGUA: RÉVEILLON, COPACABANA E IEMANJÁ**

*Roberto Vilela Elias*

*Ricardo Ferreira Freitas*

Mãe d'água  
Rainha das ondas, sereia do mar  
Mãe d'água  
Seu canto é bonito quando tem luar<sup>9</sup>

O réveillon é um rito de passagem que já foi comemorado em diferentes datas ao redor do mundo, apesar de sempre significar o início de um novo ciclo, seja uma nova colheita ou um novo ano. Desde a adoção do calendário gregoriano, em 1582, durante o papado de Gregório XIII, tal data foi fixada pela Igreja Católica em 31 de dezembro. No Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, as primeiras notícias de festejos de Ano Novo datam do século XIX quando a festa tinha uma dinâmica totalmente diferente da que tem hoje no século XXI. Isso não quer dizer que antes do século XIX não existissem comemorações pela passagem de ano no Brasil, mas são escassos os relatos históricos sobre tal efeméride anteriores a esta data.

A partir de 1990, algumas festas de réveillon ficaram muito conhecidas, como a de Nova Iorque, a de Sydney e a de Berlim. Mas há uma em especial, que em 2012 foi apontada pelo *World Travel*

---

<sup>9</sup> Trecho de um ponto de umbanda de louvor a Iemanjá. Nas religiões afro-brasileiras os “pontos” são cânticos de invocação (e/ou louvor) a entidades e orixás reverenciados nas giras ritualísticas. Não há uma referência específica capaz de apontar uma data ou a autoria dos mesmos.

*Guide* como a maior festa de réveillon do planeta: Copacabana, no Rio de Janeiro. Organizado pela prefeitura enquanto megaevento desde o começo dos anos 1990, a festa reúne alguns milhões de pessoas e projeta a imagem do Rio para o mundo inteiro. Inegavelmente o réveillon de Copacabana ocupa um lugar de destaque no calendário de eventos da cidade, e nos arriscamos até a dizer do mundo. Além do carnaval, o réveillon é o único momento do ano em que a rede hoteleira do Rio chega perto dos 100% de ocupação, o que aponta para algo que vai além de uma festa em si, e se traduz num produto que impulsiona a economia da cidade. Em 2012, a prefeitura investiu mais de 97 milhões de reais<sup>10</sup> no megaevento, que atraiu um público superior a 2 milhões de pessoas, segundo o jornal *O Globo* de 01/01/2013 (Fonte: Acervo do jornal *O Globo*. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com>>).

Desde o começo de dezembro, é comum vermos nos meios de comunicação de massa notícias sobre os preparativos para o Ano Novo na cidade, em especial na praia de Copacabana. Quantos shows haverá na noite do dia 31, quem serão os artistas, detalhes da queima de fogos, o contingente de turistas chegando à cidade, o esquema de segurança e bloqueios que ocorrerão no trânsito em Copacabana. Depois do Natal tais notícias fazem-se ainda mais presentes na pauta jornalística e começamos a notar, principalmente na Zona Sul, uma quantidade maior de turistas domésticos e estrangeiros. Em bairros como Copacabana e Ipanema, notadamente, cria-se uma ambiência festiva diferente de outras épocas do ano. Bares e restaurantes ganham mais movimento, bem como os hotéis, e uma atmosfera mais alegre e descontraída dá o tom ao convívio social. Nesse contexto, é possível notar que se vive um momento diferente, que uma efervescência festiva paira no ar e contagia a todos. Maffesoli lembra que os odores e os humores sociais são

---

<sup>10</sup> Dados do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Neste ano, 2012, a prefeitura investiu R\$ 97.579.058,65 no réveillon.

importantes pistas para compreendermos as lógicas sensíveis da sociabilidade pós-moderna:

...Só podemos entender bem uma época sentindo seus odores. Os humores sociais e instintivos são mais eloquentes a seu respeito do que muitos tratados eruditos. Neles exprimem-se os afetos, as paixões, as crenças que a permeiam. É assim que se manifestam os sonhos mais desvairados com que ela joga ou dos quais vem a ser juguete. É assim que podemos entender que a “parte destruidora”, a do excesso ou da efervescência, é exatamente o que sempre antecipa uma nova harmonia (MAFFESOLI, 2004, p. 18).

No dia 31 de dezembro, a agitação da festa do Réveillon começa a se aproximar do clímax. As praias recebem um público maior do que o habitual, mesmo que não esteja um dia de sol radiante; os quiosques e restaurantes da orla lotam; algumas pessoas se antecipam à noite, lançando flores ao mar, acendendo velas na areia e fazendo pedidos a Iemanjá; famílias inteiras acampam na praia (mais precisamente em Copacabana), perto dos palcos onde de noite haverá shows de artistas consagrados; e o tráfego de veículos particulares é vedado nas vias litorâneas da cidade, do Leme ao Recreio dos Bandeirantes. Em meio a esse agito a rolha pula da garrafa de espumante à meia-noite juntamente com a plêiade de fogos que espocam no céu. É o prenúncio de que a festa não tem hora para acabar.

Provavelmente algumas pessoas, ao lerem os primeiros parágrafos deste artigo, estão recordando de alguns réveillons que passaram no Rio, ou que assistiram pela televisão. Mas será que já pararam para pensar como tal festa alcançou essa magnitude? O porquê de ocorrer na praia, e em Copacabana? Por que uma queima de fogos de artifício com quase 20 minutos de duração? Por que

saudar Iemanjá, mesmo não sendo devoto de religiões de matriz africana? Ou, muitas vezes, saudá-la sem saber que o está fazendo? Por que usar roupas brancas, ou tons claros?

Neste artigo, pretendemos responder algumas dessas perguntas buscando as origens das comemorações de Ano Novo na praia de Copacabana, *locus* da mais importante festa de réveillon do mundo. Mas desta vez não nos dedicaremos a mostrar sua transformação em megaevento, como já fizemos em outros trabalhos. Neste texto procuraremos esclarecer as origens do réveillon de Copacabana, e sua centralidade no Ano Novo carioca. Para tanto, nos apoiaremos em dados históricos e jornalísticos que cotejarão a construção da vida litorânea no Rio; a invenção de Copacabana (inicialmente) enquanto um balneário seletivo e sofisticado; a influência das religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda; falaremos de personagens caros a esses cultos e sua importância na composição da ligação entre réveillon, Iemanjá e Copacabana. Cremos que a compreensão desta tríade é fundamental ao entendimento de muitos aspectos que permeiam as comemorações de Ano Novo no Rio até hoje.

## NA BATINA DO PADRE TEM DENDÊ

Em meados do século XIX, o Brasil já era o maior país católico do mundo, mas não era um estado laico. Esse aspecto tinha um peso importante no tocante às comemorações de Ano Novo, pois a Igreja condenava festividades coletivas em logradouros públicos com o mote de não dar margem a paganismos. Àquela época o estar na rua e a fruição na cidade, embora existissem, não eram tão corriqueiros como hoje. A própria conformação da urbe, com arruamento irregular e inúmeros problemas de saneamento básico, não incentivava as pessoas a estarem na rua. Nesse sentido, as

reformas urbanas iniciadas por Pereira Passos em 1903 foram fundamentais a uma mudança de costumes em relação à vivência do espaço público (ABREU, 2008).

O réveillon carioca oitocentista refletia uma dinâmica consequente da conjuntura espacial e religiosa que havia na cidade. A chamada festa de “anno bom” era desfrutada inicialmente com uma missa na noite do dia 31 e, posteriormente, em casa com a família. Depois de entoarem cânticos e orações católicas antes da ceia, à meia-noite as pessoas comiam, brindavam e comemoravam a passagem de ano. Com relação aos fogos de artifício, tão comuns nas festas de réveillon, esses artefatos são uma tradição de longa data em comemorações populares na cultura portuguesa, sob a ótica de “iluminar a noite”, trazer luz à escuridão, de modo que até em procissões religiosas os chamados “foguetes” eram disparados (PRIORE, 2002).

Ressaltamos que, no século XIX, apesar de já existirem fogos de artifício, eles não eram o ponto alto da festa de réveillon. Conforme Mello Morais Filho (2002), nessa época as comemorações de Ano Novo começavam no dia 30 de dezembro e perduravam até o dia de Reis, a 6 de janeiro. Por volta de 1850, no imaginário da cidade do Rio de Janeiro, Copacabana ainda era algo distante. Provavelmente algumas pessoas já tivessem ouvido falar, mas, de uma forma geral, era uma localidade longínqua para uma capital que se restringia basicamente ao que passamos a chamar de Centro.

Ao mesmo tempo, nas brechas dessa teocracia cristã, temos primeiros registros de cultos aos orixás, especialmente às iabás africanas em praias, rios e freguesias mais pobres da cidade. Os ritos a Iemanjá geralmente eram realizados por negros que se dirigiam

sobretudo às praias de Santa Luzia e do Russel<sup>11</sup>, aos pés do Outeiro da Glória, para cultivar a iabá africana. Daí o sincretismo que há, no Rio de Janeiro, entre Iemanjá e Nossa Senhora da Glória. Joana Bahia (2018) indica que com a transferência da capital de Salvador para o Rio há um agravamento das condições de vida na Bahia, provocando a migração de muitos negros baianos livres para a nova capital em busca de melhores condições de vida e trabalho. Esses, somados aos que já habitavam o Rio, trazem consigo toda uma carga cultural e religiosa de suas raízes africanas.

Assim, é no candomblé e nas habitações coletivas que se espalham em Salvador, nas juntas de alforria, nas irmandades e nos espaços da música e da religiosidade no século XIX, que muitos negros buscavam celebrar uma ideia de herança africana. Essa herança migra com a vinda dos baianos para a cidade do Rio de Janeiro (BAHIA, 2018, p. 184).

O Morro da Castelo, os cortiços e estalagens do Centro, bem como a região da Prainha (atual Praça Mauá) eram os lugares onde essa população habitava ao chegar à cidade, e ali entrava em contato com os negros locais. Daí os primeiros registros desses cultos a Iemanjá nas (já extintas) praias do Centro e na região da Glória. O candomblé é uma religião afro-brasileira que nasce justamente neste contexto diaspórico, no século XIX, na Bahia, juntando crenças de diferentes etnias africanas. Os africanos trazidos como escravos para o Brasil (esta foi a primeira diáspora) pertenciam a diferentes povos que habitavam locais diversos da costa da África, do Senegal a

---

<sup>11</sup> Inicialmente chamada de praia D. Pedro I, em 1869 passou a ser chamada de praia do Russel em homenagem ao empreendedor inglês John Russel, responsável pelo serviço de saneamento da cidade à época. Posteriormente, nos anos 1950, a localidade foi aterrada no bojo das obras que visavam a construção do Parque do Flamengo.

Angola. Assim, a heterogeneidade de idiomas, culturas e sistemas de crenças era enorme. Por isso o termo “nações de candomblé” (JÚNIOR, 2014), pois, embora esta religião tenha juntado diferentes credos no culto aos orixás e iabás, dependendo da localidade onde se desenvolvia, havia diferenças ritualísticas. Na Bahia, por exemplo, os candomblés em sua maioria são de origem nagô (iorubá), daí as nações ketu, ijexá e efon. Nos candomblés de origem jeje temos as nações jeje-mahi, jeje-savalu e jeje-nagô. E nos de origem banto há as nações congo-angola e os candomblés de caboclos, que incorporam traços de ritos ameríndios locais. Ou seja, o candomblé é uma religião extremamente plural, heterogênea e rica culturalmente.

Mesmo na Festa do Divino, maior festejo popular que havia no Rio de Janeiro à época, promovida pela Irmandade de Sant’Anna no dia de pentecostes, o Campo de Santana transformava-se num enorme sarapatel. Havia ali uma grande mistura que reunia de fiéis católicos a barraquinhas de jogos de azar, ciganas dando consultas, passando pela venda de comidas, bebidas alcoólicas e até leilões. Conforme Martha Abreu (1994) aponta, quando da Festa do Divino, o Campo de Santana era tomado por acrobatas, dançarinas de corda, equilibristas e batuques de “pretos” (termo usado à época para designar os escravos). Um verdadeiro circo se formava no local. Lima Barreto referia-se à festa como as “folganças de junho no Campo de Santana”<sup>12</sup>. Destacamos que mesmo num contexto fortemente permeado por um *ethos* católico, onde se reprimia veementemente quaisquer práticas que fugissem a um padrão indicado pela Igreja, nas frestas do poder constituído, havia práticas ligadas à cultura africana: “Na segunda metade do século XIX, muitas prisões eram decorrentes de batidas policiais em terreiros de

---

<sup>12</sup> “Feiras e Mafuás”, crônica do autor publicada no periódico *Gazeta de Notícias* em 28/07/1921.



cultos afro-brasileiros; acusados de feitiçaria, alguns de seus líderes iam para a casa de detenção” (BAHIA, 2018, p. 185).

A freguesia de Sacramento, no coração da região central, era a localidade onde encontrava-se a maioria desses terreiros, mas também era possível achá-los nas freguesias de São José, Santa Rita, no Morro do Castelo, na região da Prainha e na Glória. Ou seja, como dissemos anteriormente, por mais que a Igreja e o Estado quisessem impor sua hegemonia, havia um cenário de disputas cotidianas nos becos e vielas da cidade onde eles não conseguiam fazer valer totalmente sua autoridade. Como o próprio João do Rio aponta em “*As religiões do Rio*” (1904), muitas das distintas senhoras que não perdiam uma missa aos domingos, volta e meia dirigiam-se às “casas de feitiço”, à macumba, para se consultarem com pais e mães de santo.

## AS ‘BATALHAS DE CONFETES’ E A CONSTRUÇÃO DO ELDORADO PRAIANO

Um bom lugar para encontrar: Copacabana.  
Prá passear à beira-mar: Copacabana.  
Depois num bar à meia-luz: Copacabana.  
Eu esperei por essa noite uma semana.

Sábado em Copacabana, Dorival Caymmi, 1955.

Mesmo com todo um cerceamento cultural e postural realizado pelo Estado, a força e a adaptabilidade da cultura africana subjaziam às práticas mais preconceituosas e racistas que havia. O Brasil adentrava o século XX sob a égide de uma república erigida por meio de um golpe e com uma estrutura social que, mesmo após a abolição (em 1888), manteve os negros e suas práticas culturais

sob uma condição de subalternidade. Ressaltamos assim que o racismo vai muito além do preconceito relativo à cor da pele, incidindo diretamente na repressão, na deslegitimação e no apagamento de todo um conjunto de manifestações culturais não-brancas. É aí que se insere toda a perseguição aos “batuques de pretos” e aos terreiros de macumba que relatamos no item anterior.

No tocante ao Ano Novo carioca, ainda no começo do século XX, após o primeiro conjunto de reformas urbanas realizadas pelo prefeito Francisco Pereira Passos, que visou modernizar o porto e reordenar logística e esteticamente o Centro da cidade, o réveillon cristão vivenciado no âmbito do lar perdeu espaço para as festas em clubes e, notadamente, nas batalhas de confetes em ritmo de carnaval que passam a acontecer na Praça Floriano Peixoto. A remodelação física do espaço urbano, aliada à adoção de valores modernos pela elite local e uma consequente diminuição do poder da Igreja católica, começa a mudar a relação entre a cidade e seus habitantes. A rua torna-se um espaço mais frequentável e o *footing* uma prática corriqueira. Nesse sentido a Avenida Central foi um marco não só no que diz respeito à estética urbana, mas sobretudo aos costumes.

Concomitante a esse contexto temos a expansão da cidade em um novo *front*, os bairros atlânticos da Zona Sul. A primeira vez que o bonde chegou a Copacabana foi em 1892. Desde então, o novo bairro passou a ser alvo de massivos investimentos do Estado e de entes privados, principalmente da Companhia de Carris Jardim Botânico, que construiu o túnel de ligação entre a rua Real Grandeza, em Botafogo, e a atual rua Siqueira Campos, em Copacabana (O'DONNELL, 2013).

Quando Pereira Passos deixou a prefeitura em 1906, os acessos a Copacabana já estavam estabelecidos. Isso fomentou um fluxo populacional aos bairros atlânticos que até então não existia. Ir a Copacabana passou a ser um programa: o bonde saía da rua Gonçalves Dias, no Centro, e ia até o que hoje é a rua Siqueira

Campos, um longo trajeto para os padrões da época. Loteamentos na região eram anunciados e a vida praiana ganhava contornos positivos e salubres. Ao mesmo tempo em que Copacabana era conectada à cidade, havia toda uma construção discursiva de que ali nascia, além de um novo bairro, um novo estilo de vida, incentivando as pessoas a investirem no local.

Na década de 1910 surgem os primeiros bangalôs na Avenida Atlântica, casas grandes com vastos quintais e de frente para o mar. Obviamente as pessoas que construíram e habitavam essas residências eram famílias de alto poder aquisitivo, a elite da república. Em 1923, com um ano de atraso, é inaugurado o hotel Copacabana Palace, um marco de luxo e sofisticação, tendo em vista o que havia no Brasil à época. O hotel, construído por Octávio Guinle e Francisco Castro Silva, entre 1919 e 1923, havia sido projetado para receber visitantes da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, mas não ficou pronto a tempo. Hoje o hotel não pertence mais à família Guinle, mas continua sendo um dos mais luxuosos e caros da América do Sul.

A mudança da perspectiva sobre os banhos de mar e o uso da praia são fundamentais à ocupação de Copacabana. Soma-se a isso, dois túneis de acesso ao bairro, três estações de bonde, a inauguração do hotel Copacabana Palace, bangalôs de alto padrão construídos na Avenida Atlântica e os jornais repercutindo fartamente o glamoroso cotidiano praiano. Isto posto, a partir dos anos 1920, o bairro consolida-se como o *locus* do luxo e da modernidade na capital da república, atraindo cada vez mais famílias tradicionais – sobretudo de Botafogo e da Tijuca – que se mudavam deixando suas chácaras para trás.

Todo o glamour irradiado pelo hotel fez com que ao seu redor outras construções surgissem, principalmente estabelecimentos comerciais. Inicialmente o fluxo de hóspedes estrangeiros não foi

muito grande, a maioria eram visitantes domésticos. Mas depois, a medida em que o bairro crescia e sua visibilidade aumentava, isso ocorreu naturalmente. Seu cassino ganhou fama e tornou-se o local mais frequentado à noite por políticos e empresários, sobretudo a partir dos anos 1930 quando Getúlio Vargas e seu irmão, Benjamin, iam lá rotineiramente jogar. O hotel também promovia eventos musicais com atrações internacionais, que atraíam públicos significativos, contribuindo ainda mais para a consolidação de representações da ordem do fausto, da opulência e da elegância, não só de suas dependências, mas do bairro de uma forma geral (PORTO, 2014).

Em meados da década de 1930, Copacabana passa a figurar nas rotas do turismo internacional. O bairro praiano já tinha praticamente todos os seus lotes ocupados e sua malha viária delineada. Em 1934, outro cassino, o Atlântico, é inaugurado no entroncamento das avenidas Atlântica com Francisco Otaviano, e o hotel Copacabana Palace inaugura a sua piscina. A partir dos anos 1940, algo que já ocorria na cidade desde a década anterior, a verticalização, chega a Copacabana. Paulatinamente, os bangalôs que compunham a cena na Avenida Atlântica são demolidos para darem lugar a edifícios.

No entanto, mesmo num contexto em que Copacabana se superlativava na cartografia carioca, a principal comemoração de réveillon na cidade ainda eram as “batalhas de confetes” na Praça Floriano Peixoto. Nessa época, primeira metade do século XX, o Ano Novo era comemorado literalmente como uma espécie de pré-carnaval, momento em que o Rei Momo abria as comemorações carnavalescas que se estenderiam até a quarta-feira de cinzas. Os blocos cantavam suas novas marchinhas, agremiações carnavalescas desfilavam pela Avenida Rio Branco, os clubes divulgavam suas agendas de bailes de carnaval durante os meses de janeiro e fevereiro, e a festa varava a madrugada.

Concomitante à carnavalização do Ano Novo, e rompendo definitivamente com a aura cristã que permeou a festa de meados do século XIX ao começo do XX, temos um paradoxo no que diz respeito aos cultos à Iemanjá, pois, na mesma medida em que os ritos e oferendas começam a se espalhar das praias da região central às enseadas do Flamengo e de Botafogo, a repressão policial também aumenta. Nos jornais, conforme Joana Bahia (2018), as citações negativas a essas religiões tornam-se mais comuns, bem como surgem novos terreiros de umbanda e candomblé.

Na segunda metade do século XX, os banhos de mar, enquanto lazer, já estavam incorporados ao *modus vivendi* dos cariocas há algumas décadas. Nesse sentido, se nos anos 1920, ainda que timidamente, aparecessem alguns registros de comemorações de Ano Novo nas praias de Santa Luzia e do Flamengo, a partir dos anos 1950 tais festas à beira mar se tornarão mais comuns, bem como os cultos à Iemanjá aparecerão mais vezes. Na edição de 2 de janeiro de 1952, *O Globo* narra tais ritos com reservas e indaga se não seriam um caso de polícia, visto que a grande quantidade de velas acesas poderia ocasionar graves incêndios. Julgamos curiosa a postura do jornal para condenar tais ritos, usando como mote o perigo do fogo, mesmo que na areia e a poucos metros do mar.

Em 02/01/1962, o jornal *O Globo*, noticiando as comemorações de Ano Novo nas praias do Flamengo e Copacabana, destaca pejorativamente um acontecimento no Posto 6, onde, segundo o periódico, um “ritual deprimente a Iemanjá” fora realizado, com um barquinho lançado ao mar carregado de oferendas à iabá africana. Por mais que o poder político da Igreja católica – localmente – tivesse diminuído com a laicização do Estado a partir da república, sua influência aliada a três séculos de escravidão fazia-se notar não só nos preconceitos cotidianos, mas na própria lei que referendava tais posturas.

## FESTEJAR PARA ESPANTAR O PRECONCEITO

Um pescador me falou  
Que numa noite de lua cheia  
Ouviu uma sereia cantar...  
Oh! Joga sua rede no mar!  
Oh! Deixa a sereia cantar!  
Oh ooooh, pescador!<sup>13</sup>

Em 1939, mais precisamente no dia 8 de abril, foi instituído o Decreto de Lei 1202, que desautorizava a perseguição e a repressão aos cultos afro-brasileiros e seus praticantes. Esse decreto representou um avanço pois até então não havia lei alguma que protegesse os adeptos dessas religiões e serviu para consolidar tais cultos em novos espaços urbanos. Também em 1939, Zélio Fernandino de Moraes, médium anunciador da Umbanda, criou a União Espírita de Umbanda do Brasil, instituição que tinha como principal atribuição oferecer proteção aos seus praticantes. Muitos devem estar se perguntando o porquê de se criar uma instituição dessas, se já havia o Decreto 1202. A resposta é um pouco complexa pois mescla lei e preconceito. Com a instituição do Estado Novo em 1937, é criada nas chefaturas de polícia a “Seção de Tóxicos e Mistificações”, o que intensificou sobremaneira a repressão aos umbandistas e candomblecistas. Apesar da homologação do Decreto 1202, como ressalta Joana Bahia (2018),

cabe lembrar que, não obstante as mudanças na esfera jurídica, a liberdade de culto era uma garantia

---

<sup>13</sup> Trecho de um ponto de umbanda de louvor a Iemanjá. Nas religiões afro-brasileiras os “pontos” são cânticos de invocação (e/ou louvor) a entidades e orixás reverenciados nas giras ritualísticas. Não há uma referência específica capaz de apontar uma data ou a autoria dos mesmos.

constitucional, mas o Estado, por meio da força policial, ainda perseguia os praticantes da fé afro-brasileira, respaldando-se em outras regras. A Lei de Contravenções Penais, de 1941, por exemplo, era uma das normas que os policiais se baseavam para reprimir os rituais. Ela previa sanções para aqueles que perturbassem a paz pública, provocando tumulto, fazendo reuniões, atrapalhando o sossego alheio. Muitas vezes, as práticas religiosas afro-brasileiras eram enquadradas nessa legislação. Assim, para que os terreiros pudessem funcionar, era necessário fazer o registro na Delegacia de Jogos e Costumes – exigência que somente foi extinta ao final da década de 1970 (BAHIA, 2018, p. 199).

O Estado Novo (1937-1945) foi um dos momentos da história do Brasil de maior perseguição e repressão aos fiéis de religiões afro-brasileiras, pois havia muitas brechas na lei que deixavam o critério daquilo que é religião, e daquilo que é perturbação da ordem pública, a cargo dos policiais. Esses, muitas vezes viam tais religiões preconceituosamente e partiam pra repressão. Em realidade, fazendo jus à máxima “mudar para continuar igual”, pródiga à história do Brasil, o Decreto 1202/1939 substituía o Decreto 847/1890, conhecido como Código Penal dos Estados Unidos do Brasil que, mantendo uma tipificação penal do Império (1830), condenava atitudes tidas como desviantes à moral e aos bons costumes, tais como: a vadiagem, a capoeiragem, batuques, mendicância, embriaguez, dentre outros.

Com base no Decreto 847 de 1890, a polícia tinha um amparo legal para invadir e reprimir terreiros de Umbanda e Candomblé, inclusive com a prisão de “pais” e “mães” de santo – durante os rituais – para averiguação na delegacia. Isto ocorria, pois, no texto da lei, não havia diferenciação alguma entre manifestações religiosas e práticas tidas como “vadiagem”. Desta maneira os cultos afro-

brasileiros, por fugirem ao padrão branco e cristão, eram vistos pelas autoridades como atividades anômicas<sup>14</sup> (DURKHEIM, 1978) aos critérios de “civildade” da época. Quando frisamos acima o “mudar para continuar igual”, fazemos menção ao Decreto 1202 de 1939, o qual, ao mesmo tempo em que “proibia” a repressão às religiões afro-brasileiras, seguia não tipificando o que são essas religiões. Ou seja, na prática, o padrão de discernimento entre religião e “vadiagem” continuava sendo o preconceito e o racismo. Em 1941, com a instituição da Lei de Contravenções Penais, os umbandistas e candomblecistas eram obrigados a se dirigirem às chefaturas de polícia para registrarem seus terreiros, informando os dias e os horários em que os cultos seriam realizados, a fim de evitarem “batidas” policiais. Era, efetivamente, a criminalização de tais religiões e o aprofundamento, legalmente respaldado, de um vasto imaginário negativo a seu respeito.

A partir da compreensão dessas brechas que havia na lei, conseguimos entender melhor o porquê de tamanho preconceito dos meios de comunicação, e de alguns setores da sociedade, com essas manifestações religiosas de matriz africana. Mas alguns ainda podem estar se perguntando, de onde vem a ligação entre Iemanjá e réveillon?

Para que entendamos como os cultos a Iemanjá foram se construindo, desde meados do XIX até se tornarem um elemento central do réveillon carioca a partir dos anos 1970, temos de compreender que já existiam louvações a Iemanjá na passagem de ano antes da anunciação da Umbanda por Zélio Fernandino de Moraes (BAHIA, 2018). Não queremos nos delongar na história das origens da Umbanda para não nos desviarmos do foco do artigo, mas são seus adeptos que confirmarão esta prática ao longo do século

---

<sup>14</sup> Conceito basilar da sociologia de Émile Durkheim que faz menção a eventos que colocam em xeque a coesão de uma sociedade.



XX, visto que para a maioria dos candomblecistas o dia de se cultivar tal iabá é 2 de fevereiro, dia de Nossa Senhora dos Navegantes.

No Rio de Janeiro, os umbandistas, mesmo sincretizando Iemanjá com Nossa Senhora da Glória, cujo dia santo é 15 de agosto, convencionaram louvá-la no réveillon pela representação da iabá enquanto a grande mãe dos orixás, fonte geradora do mundo e renovadora da vida<sup>15</sup>. Daí a ideia de início, de recomeço e de renovação. Mas o grande impulso para tal ligação deu-se através do pai de santo Tancredo da Silva Pinto, mais conhecido como Tata Tancredo. Foi ele que em 1950 fundou a Federação Umbandista de Cultos Afro-Brasileiros para resistir à perseguição que a umbanda sofria, sobretudo de entes do próprio Estado como dissemos. A fim de ilustrarmos tal situação, conforme indica Simas e Rufino (2019), hoje, o maior acervo de arte sacra afro-brasileira não está nos terreiros de candomblé ou de umbanda, do Rio ou da Bahia, mas no depósito da Polícia Militar carioca, localizado à rua da Relação, na região central da cidade. Foi justamente com o intuito de aumentar a visibilidade da umbanda para fugir ao preconceito e à intolerância religiosa que Tata Tancredo, valendo-se de sua notoriedade, inclusive como figura influente no mundo do samba, passou a fomentar o culto à Iemanjá pelos umbandistas nas praias cariocas (notadamente em Copacabana) na noite de réveillon.

Se desde os anos 1950 os cultos a Iemanjá já atraíam muitos curiosos e turistas à praia na noite do dia 31 de dezembro, a partir dos anos 1970 o Ano Novo em Copacabana emerge como a principal festa de réveillon do Rio. E não é difícil entender esse movimento, tendo em vista que, além do apelo de Tata Tancredo aos umbandistas, tudo na cidade passa a convergir na direção do bairro. No caso do réveillon, a ligação com os cultos religiosos afro-

---

<sup>15</sup> Há múltiplos arquétipos relacionados à Iemanjá na cultura africana, mas na umbanda suas representações estão ligadas, de uma forma geral, à ideia da genitora-mor.

brasileiros foi fundamental. Muito embora hoje poucos se lembrem disso, naquela época, o réveillon na praia de Copacabana era repercutido pelos jornais como a “Noite de Iemanjá”. Na nova cartografia do Rio, que passa a ter o bairro praiano como epicentro, ocorre uma recontextualização dessa festa, misturando todo o imaginário acerca dos bairros atlânticos, a praia como *locus* do lazer e do prazer, além da influência religiosa da Umbanda. Dessa maneira, paulatinamente, há um esvaziamento da passagem de ano na Cinelândia.

Em 1968, a “Noite de Iemanjá” foi incluída oficialmente no calendário turístico do Rio. Mas nem sempre a iabá africana e os rituais de religiões afro-brasileiras foram bem vistos, conforme já mostramos em algumas passagens deste artigo. Ocorre que, por mais que os grandes jornais impressos não fossem tão benevolentes com as giras de umbanda na praia, tais ritos atraíam milhares de pessoas – inclusive muitos turistas – que, depois dos cantos e batuques, formavam filas para se consultar com os “pais” e “mães” de santo. É dessa simbiose com a cultura e a religiosidade africana que vem o hábito de se utilizar roupas brancas na noite de ano novo. Em 1978, o mesmo jornal *O Globo* que por décadas desabonou tais ritos, referindo-se a eles como misticismo e feitiçaria, corroborando a ideia de que tais religiões eram caso de polícia, agora enaltecia a marcante presença dos terreiros de umbanda na orla da Avenida Atlântica.

Muitas práticas que as pessoas realizam na noite da passagem de ano, como: usar roupas brancas, cor das vestes que os umbandistas usam em suas giras; lançar rosas brancas ao mar para agradecer ou fazer algum pedido; acender velas na areia; pular sete ondinhas, dentre outras, são todas atividades cuja origem reside na umbanda e no candomblé. Até mesmo o fato de se festejar o Ano Novo na praia está ligado a Iemanjá, pois, se cada orixá representa uma força da natureza, ela é justamente a iabá dos mares.

As pessoas que vão à praia comemorar a passagem de ano, mesmo não sendo adeptas dessas religiões, têm o hábito de fazer isso por uma tradição, um costume. O primeiro local de grande visibilidade na cidade onde tais práticas apareceram para o público, ainda que abordados com ares folclóricos e pitorescos, foi na praia de Copacabana. Domicílio do hotel mais luxuoso da América do Sul que, à época, atraía (e ainda atrai) turistas do mundo inteiro, e local de residência de famílias de alto poder aquisitivo.

O fato desses rituais terem se projetado a partir da praia-símbolo da modernização, do bem-estar e do luxo na capital da república, implica um significado importante, tendo em vista a hierarquia socio-espacial presente no cotidiano do Rio (VELHO, 1989). A aposta de Tata Tancredo foi certa, no sentido de aumentar a visibilidade para diminuir o preconceito às religiões afro-brasileiras. Se hoje a prefeitura não mais permite a presença dos terreiros na praia dia 31, alegando atrapalharem a logística da festa que fora transformada em megaevento, os frequentadores por conta própria depositam suas oferendas no mar ou acendem suas velas na areia. O fato de os terreiros só poderem ir à praia de Copacabana até o dia 29, não acabou com o culto a Iemanjá dia 31. Ele tornou-se parte do megaevento, firmou a tradição. Afinal, ela é a dona da noite.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No fundo do mar tem uma pedra  
 Embaixo da pedra tem areia  
 Por cima da pedra passa onda  
 Saravá Mamãe Sereia<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Trecho de um ponto de umbanda de louvor a Iemanjá. Nas religiões afro-brasileiras os “pontos” são cânticos de invocação (e/ou louvor) a entidades e orixás reverenciados nas giras ritualísticas. Não há uma referência específica capaz de apontar uma data ou a autoria dos mesmos.

Copacabana exerce importante centralidade no imaginário turístico nacional e internacional relacionado à cidade do Rio de Janeiro. Famoso por acolher shows de grande porte, o balneário carioca é desde os anos 1950 cenário fundamental dos cartões postais da metrópole. As festas na praia com espetáculos de artistas famosos brasileiros e estrangeiros alcançam, no final do século XX e início do XXI, sua magnitude no único evento sazonal de grande porte que sedia: a festa de Réveillon.

Construído sob a égide de ser uma alternativa ao Rio de Janeiro do início do século XX, o bairro de Copacabana se transformou em um dos ícones da cidade devido não só à beleza de sua praia, mas também por toda a diversidade cultural que representa. O bairro incluiu, a partir de 1950, personagens e costumes que mostram muito de como é o Brasil. Nesse imaginário, o sincretismo sempre esteve presente e tem seu ponto alto nas festas de fim de ano na praia, quando pessoas de diferentes origens se misturam para celebrar o Ano Novo e vivenciar as práticas de oferendas a Iemanjá.

Indicamos neste artigo alguns atributos da marca turística da cidade influenciada pela celebração às iabás. O branco da paz usado pelas pessoas no dia 31 é a cor das vestes que os umbandistas e candomblecistas utilizam em seus rituais, assim como os barquinhos com oferendas que podem ser vistos em outras praias da cidade, mas não com a mesma visibilidade midiática de Copacabana. A marca RIO, tão importante para a economia turística da cidade, possui uma multiplicidade de representações que mescla ícones religiosos como o Cristo Redentor e os ritos afro-brasileiros a Iemanjá; apresentações de funk e escolas de samba no Ano Novo com o show dos *Rolling Stones*; a efervescência despojada dos bares da orla e a opulência do Copacabana Palace.

Se hoje o réveillon de Copacabana é famoso pela queima de fogos e pelos shows artísticos, isso não surgiu ao acaso. Como

tentamos mostrar ao longo deste artigo, o crescimento da festa de Ano Novo na orla da Avenida Atlântica está intimamente ligado às giras de louvação a Iemanjá realizadas pelos umbandistas dia 31 de dezembro. Desse momento em diante, década de 1970, com a “Noite de Iemanjá”, o réveillon de Copacabana torna-se a principal festa de Ano Novo do Rio. O espetáculo pirotécnico, os shows de artistas consagrados, a transformação desta festividade em megaevento, tudo isso é posterior ao chamado de Tata Tancredo aos umbandistas.

Os ritos a Iemanjá na praia a 31 de dezembro fundam praticamente todas as tradições praticadas hoje pelas pessoas nesta ocasião, independentemente do lugar onde moram, da nacionalidade, do estrato social, da religião que praticam, e até mesmo aqueles que não tem uma religião específica. No réveillon, o Rio e Copacabana tornam-se o destino de milhões de pessoas que vão para lá festejar, cantar, brindar e extravasar, mas também agradecer e pedir. Os famosos barquinhos com oferendas a Iemanjá que são lançados ao mar iluminam as águas carregados dos mais diversos anseios e desejos para o novo ano que bate à porta. Ali, com os pés na areia úmida e o mar molhando as canelas, não há quem não lance seus barquinhos ao mar, por mais que esses não existam fisicamente, mentalmente é como se tentássemos nos conectar a Ela, para depois mergulharmos na festa noite adentro.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora IPP, 2008.

BAHIA, J. “O Rio de Iemanjá: uma cidade e seus rituais”. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano X, n. 30, 2018.

DURKHEIM, E. “As Regras do Método Sociológico”. *In*: GIANNOTTI, J. A. **Os Pensadores: Émile Durkheim**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1978.

FILHO, M. M. **Festas e tradições populares do Brasil**. Brasília: Editora Senado Federal, 2002.

JUNIOR, A. B. **O Livro Essencial de Umbanda**. São Paulo: Editora Universo dos Livros, 2014.

MAFFESOLI, M. **A parte do diabo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

O’DONNELL, J. **A Invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

PORTO, A. F. **Copacabana Palace: imaginário, consumo e estilos de vida no palácio da Princesinha do Mar** (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

PRIORE, M. D. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Fogo no Mato: a ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2019.

VELHO, G. **A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1989.



## **CAPÍTULO 11**

---

*Reflexões sobre o Turismo  
de Drogas: Evidências, Desafios e  
Potencialidades no Mundo Contemporâneo*





## **REFLEXÕES SOBRE O TURISMO DE DROGAS: EVIDÊNCIAS, DESAFIOS E POTENCIALIDADES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

*Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira*

De acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT (2001), diversas seriam as motivações e naturezas das atividades desenvolvidas pelos turistas, o que levaria a existência de variados tipos de turismo, onde poderíamos identificar cinco grandes segmentos: turismo de sol e praia, ecoturismo, turismo de esportes, turismo cultural e turismo de negócios e eventos; os quais ainda poderiam apresentar subcategorias, como o turismo de experiência, o turismo religioso, o turismo náutico, o turismo rural, etc. Seria possível então falar sobre um turismo de drogas?

Segundo Labate *et al.* (2016), o intenso processo de proibição do consumo de inúmeras plantas e seus concentrados, muitas vezes utilizados para fins medicinais, iniciado na Europa e na América do Norte, na década de 1920, associado às diversas conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), nas quais foi elaborada a chamada política de *guerra às drogas*, fez com que as discussões e estudos associados a esse tema permanecessem, majoritariamente, concentrados nas esferas das ciências biomédicas e da segurança pública. Todavia, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, com o surgimento da sociedade de consumo de massa, assim como de movimentos de contracultura (*ex. Beatniks e Hippies*), novos atores e visões foram ganhando espaço, ampliando gradativamente o debate. Nesse cenário, notamos significativas transformações nas abordagens relativas às políticas de drogas em diferentes países, o

que indicaria uma clara alteração da postura usual calcada na *guerra às drogas*, permitindo, dessa forma, a abertura de um amplo e pertinente debate sobre novos caminhos para lidar com a questão.

Por ser uma área do conhecimento que envolve sistemas complexos de compreensão e análise, uma abordagem mais transdisciplinar seria fundamental, principalmente no que tange às significativas contribuições apresentadas pelas ciências humanas, que trabalharam essa temática sob os mais variados escopos (sociológico, antropológico, histórico, etc.) (LABATE *et al.*, 2016) e que deveriam, portanto, assumir maior relevância e reconhecimento nas discussões e tomadas de decisão referentes às políticas de drogas em diferentes escalas espaciais. O turismo, como ciência social aplicada, poderia desempenhar relevante papel nesse novo contexto, o qual permitiu a emergência do chamado turismo de drogas (PEREIRA; DE PAULA, 2016), um termo já intensamente apropriado pelo senso comum (encontrado em diversos sites, blogs de viagens, reportagens jornalísticas e até mesmo utilizado por órgãos governamentais), mas que ainda necessita de maior aprofundamento no âmbito acadêmico.

Nesse sentido, o objetivo geral do presente trabalho consistiu em introduzir a discussão sobre o turismo de drogas no universo brasileiro, contribuindo, dessa forma, para a construção de bases teórico-conceituais fundamentais para uma abordagem crítica e científica em relação a essa nova e incipiente temática. Na tentativa de cumprir essa tarefa, foram apresentados conceitos e definições pertinentes; um breve histórico e evidências associadas a esse novo segmento; possíveis relações entre o turismo de drogas e os segmentos turísticos estipulados pela OMT (2001); os principais destinos já consolidados; o papel do turismo canábico; uma proposta de uma nova definição e; os desafios e potencialidades encontrados no mundo contemporâneo.

Este trabalho poderia ser interpretado como de cunho teórico / exploratório, onde as proposições fornecidas foram fundamentadas em informações coletadas diretamente da revisão da literatura, bem como em dados primários, permitindo assim o desenvolvimento de reflexões e questionamentos. A abordagem metodológica adotada baseou-se principalmente na análise qualitativa dos dados obtidos, existindo, portanto, uma alta dose de subjetividade nas inferências realizadas. Destacamos ainda que as informações aqui apresentadas consistiram em um breve resumo dos resultados das pesquisas sobre o tema (pioneiras no cenário brasileiro) realizadas pelo autor, desde 2012, no Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – DTUR/UERJ, incluindo levantamentos de dados secundários, bem como a geração de dados primários a partir de trabalhos de campo em Amsterdam, na Holanda (2012, 2013 e 2014) - e no evento *Pot in Rio*, maior feira canábica no cenário nacional (2018).

## **DEFINIÇÕES, CONCEITOS, BREVE HISTÓRICO E EVIDÊNCIAS DO TURISMO DE DROGAS**

Buscando evitar ruídos na comunicação, destacamos que a definição de drogas adotada nesse estudo esteve associada às drogas psicoativas, ou seja, aquelas capazes de mudar o comportamento e / ou a percepção de usuários, independentemente do estatuto jurídico destas substâncias (ARAUJO, 2014).

No que concerne às diferentes classificações de drogas existentes, notamos que estas foram desenvolvidas com base nas origens das substâncias (naturais, sintéticas e semissintéticas); nos efeitos gerados nos usuários (estimulantes, depressoras e perturbadoras); nos seus status legais (lícitas, ilícitas e controladas);

nos tipos de uso (medicinal, recreativo e religioso), bem como no grau de danos causados (leves e pesadas) (ARAÚJO, 2014).

De acordo com Hoffmann (2014), o turismo de drogas (ou *narco turismo*) foi iniciado na segunda metade da década de 1960 pelos norte-americanos e europeus pertencentes aos movimentos de contracultura, mais especificamente o movimento *Hippie*. Ao longo dos anos, passou por muitas mudanças, as quais estiveram relacionadas à expansão do fornecimento de drogas; à adaptação de questões relacionadas com as necessidades desses turistas e; ao surgimento de novos destinos, mas, apesar dessas transformações, a proposta inicial teria sido sempre mantida. Para esse autor, o termo turismo de drogas estaria associado às viagens com o objetivo de adquirir e consumir legalmente substâncias psicoativas, ou às viagens nas quais o objetivo principal seria o uso de drogas. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Valdez e Sifaneck (1997) definiram turismo de drogas como "o fenômeno pelo qual as pessoas são atraídas para um local específico devido à acessibilidade de drogas lícitas ou ilícitas e serviços relacionados" (VALDEZ; SIFANECK, 1997, p. 880).

Uriely e Belhassen (2006) realizaram um resgate histórico sobre o desenvolvimento de pesquisas associadas ao turismo de drogas, onde apontaram que os primeiros estudos sobre o uso de drogas em viagens foram desenvolvidos por Cohen (1973 *apud* URIELY; BELHASSEN, 2006) que, ao discutir o conceito de *drifter tourism*, acabou por abordar o consumo de drogas por esse perfil de turistas, algo que, de certa forma, faria parte dessa subcultura. A partir da década de 1990, o termo turismo de drogas apareceu em diferentes estudos com variadas abordagens, incluindo principalmente questões de ordem sociocultural, sobre motivação dos deslocamentos, sobre os perfis demográficos desses turistas e sobre o contato entre turista e anfitrião (*guest – host*) (URIELY; BELHASSEN, 2006).

Essas viagens, aqui denominadas como turismo de drogas, poderiam, em muitos casos, ser associadas aos segmentos turísticos definidos pela OMT (2001). Apenas a título de ilustração, seria possível destacar alguns exemplos como: os deslocamentos realizados pelas chamadas *mulas de drogas* no narcotráfico internacional (pessoas que transportam drogas para outros países) poderiam ser vistos como uma forma de turismo de negócios (mesmo que ilegal); a busca pelo uso de maconha nos *coffee shops*<sup>17</sup> holandeses estaria relacionada à ideia de turismo de experiência; o uso da *Ayahuasca* na região amazônica poderia ser associado ao turismo de experiência, ao turismo cultural e ao turismo religioso (como no caso específico do culto do *Santo Daime*, o qual têm como base o uso dessa substância); as viagens para participação em feiras e conferências internacionais sobre cannabis e outras drogas seriam uma forma de turismo de negócios e eventos, etc. Ao observarmos os exemplos citados, notamos um ponto em comum, em todos os casos a motivação para esses deslocamentos estaria diretamente associada às drogas (PEREIRA; DE PAULA, 2016).

De qualquer forma, a postura internacional baseada na *guerra às drogas* contribuiu para uma situação em que o turismo de drogas acabou por ser pouco encorajado, raramente discutido, e, em muitos casos, visto até como uma atitude criminosa. Porém, inúmeras e significativas foram as transformações em relação às políticas de drogas adotadas em diversos países no mundo contemporâneo, onde a visão proibicionista perdeu força frente aos exemplos concretos do fracasso dessa abordagem ao longo dos últimos 50 anos. Esse contexto permitiu a emergência de novos destinos e um fértil campo de pesquisa para os que desejam discutir o turismo de drogas.

---

<sup>17</sup> Estabelecimentos holandeses onde o comércio de pequenas quantidades de cannabis e haxixe é tolerado.

Anualmente, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (*United Nations Office on Drugs and Crime - UNODC*) publica um documento contendo estatísticas oficiais sobre a produção, tráfico e consumo de drogas ilegais em todo o mundo (Relatório Mundial sobre Drogas). De acordo com as informações produzidas em 2019, durante o ano de 2017, uma média de 271 milhões de pessoas (201 a 341 milhões), com idades entre 15 e 64 anos, usaram drogas ilícitas pelo menos uma vez no ano anterior. Este relatório também mostrou um aumento estimado de 61 milhões de usuários entre os anos de 2009 e 2017; entre as substâncias mais usadas notamos: cannabis (188 milhões), opioides (53 milhões), anfetaminas e estimulantes prescritos (29 milhões), ecstasy (21 milhões) e cocaína (18 milhões) (UNODC, 2019). Esses dados gerais sobre o número de usuários ajudariam a corroborar a necessidade de um debate mais amplo e coerente sobre esse assunto, pois, de certa maneira, seria possível interpretar esses indivíduos como potenciais turistas de drogas. Ainda na esfera das informações oficiais, encontramos a utilização do termo turismo de drogas em um documento chamado *Travel and drug use in Europe: a short review* (2012), elaborado pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (*European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction – EMCDDA*), o qual destacou que:

Como algumas pessoas podem estar mais inclinadas a usar substâncias ilícitas durante os períodos de férias e outras podem até optar por viajar para destinos associados ao uso de drogas – um fenômeno às vezes chamado de 'turismo de drogas' – isso significa que, a partir da perspectiva da política de drogas europeia, a questão do uso de drogas e viagens se tornou mais importante (EMCDDA, 2012, p. 04).

Esse documento também abordou a necessidade de estudos mais aprofundados nessa área. Buscando incrementar o interesse sobre a temática a partir de pesquisas e soluções para problemas associados ao uso de drogas por viajantes, apresentou questionamentos como: Qual seria o perfil de quem viaja e usa drogas? Quais destinos foram associados ao uso de drogas entre os viajantes? Qual a incidência do uso de drogas entre os viajantes? Quais seriam os riscos associados ao uso de drogas durante a viagem? (EMCDA, 2012).

No que concerne aos dados e às estatísticas específicas sobre turismo de drogas, notamos uma deficiência de informações oficiais providas tanto pelo UNODC, quanto por órgãos governamentais dos diferentes países. Este fato poderia ser explicado pela grande resistência por parte dos destinos em se assumirem como destinos de turismo de drogas, postura sustentada pela visão de *guerra às drogas*, o que acabou levando à ausência de estímulo aos estudos associados a esse segmento turístico. Por outro lado, diversos outros atores pensaram e realizaram o turismo de drogas na esfera do senso comum, gerando, portanto, dados e informações que, mesmo não sendo considerados como de caráter acadêmico e muitas vezes com confiabilidade questionável, acabaram por ser relevantes nessa pesquisa.

A partir de um breve levantamento sobre o termo turismo de drogas na internet, foi possível encontrar inúmeros sites que abordavam essa temática, nos quais, em sua maioria, não havia a pretensão de apresentar dados científicos, nem tão pouco de usar uma linguagem acadêmica, mas onde foi comum encontrarmos preocupações em evidenciar uma definição, em apresentar os principais destinos existentes, além dos riscos envolvidos. Como exemplo de uma definição do senso comum poderíamos destacar:



O turismo de drogas, por sua própria definição, significa viajar com o único objetivo (ou pelo menos o mais importante) de usar drogas que, de outra maneira, não estão disponíveis no estado ou país de origem. O turismo de drogas é basicamente o que parece - viajar, para outro estado ou para um país completamente diferente - para obter ou usar drogas. Isso inclui tanto substâncias legais - como álcool - quanto drogas ilegais, particularmente a cocaína, os chamados cogumelos mágicos e a maconha ... Embora o turismo de drogas possa ser uma pequena parte da indústria do turismo como um todo, ele se apresenta de várias formas e características e atrai muitos tipos diferentes de pessoas. No entanto, o objetivo permanece basicamente o mesmo: procurar áreas do mundo onde as leis são mais flexíveis ou a aplicação é mais branda quando se trata de vender, comprar e consumir drogas (NORTHPOINTRECOVERY, 2017).

As mudanças de postura em relação à política usual de *guerra às drogas* permitiram um aumento na demanda por parte dos turistas de drogas, nos números de destinos existentes e na quantidade de atrações, serviços e infraestruturas específicas necessárias. Sendo assim, novas possibilidades surgiram no mercado, o que pôde ser percebido a partir de reportagens de sites, blogs e revistas especializadas em turismo. Como exemplos poderíamos citar alguns títulos de reportagens com: “*Com a legalização em 8 estados, turismo da maconha ganha fôlego nos EUA*” (FOLHA.UOL, 2017); “*Como uma onda: o que pode e não pode no turismo da maconha: dos EUA à Holanda, mercado de viagens vem se adaptando à cannabis legal*” (OGLOBO.COM/BOAVIAGEM, 2017); “*The best and worst of drug tourism*” (O melhor e o pior do turismo de drogas) (BLAKINGER, 2016); “*7 destinations where drug tourism is thriving*” (7 destinos onde o turismo de drogas está prosperando)

(WOOD, 2017); “*The next big thing in cannabis: tourism*” (A próxima grande novidade em cannabis: turismo) (KOVACEVICH, 2018); “*21 destinations for cannabis tourism*”(21 destinos para turismo canábico) (SYED, 2019); “*As oportunidades de negócio que aguardam as empresas de turismo canábico nos EUA*” (SMOKE BUDDIES, 2020).

Outra evidência concreta da existência do turismo de drogas seria o surgimento de sites especializados em buscas por hospedagens *cannabis friendly*<sup>18</sup> (também conhecidas como *weed friendly*), os quais funcionam como uma espécie de *Airbnb* para usuários de cannabis; onde destacamos o *budandbreakfast.com* (internacional), o *travelthc.com* (no colorado, EUA) e o *Micasa 420* (na América Latina).

Notamos também a realização de inúmeras feiras, eventos científicos e marchas pela legalização associadas à maconha em diversas partes do mundo. O evento mais antigo e conhecido seria a *Cannabis Cup*, a qual foi iniciada em 1988, na cidade de Amsterdam, na Holanda e que, atualmente, passou a contar também com edições oficiais em alguns estados norte americanos e em países como a Jamaica e Espanha (locais que regulamentaram os usos recreativo e / ou medicinal). Destacamos também a *Expoweed*, no Chile, a *Expocannabis*, no Uruguai e a *Pot in Rio*, no Rio de Janeiro - Brasil.

Especificamente em relação à *Pot in Rio* 2018 (6° edição), a partir da coleta de dados primários (com a aplicação de questionários), buscamos levantar informações sobre a quantidade de turistas presentes, bem como sobre os destinos de turismo canábico mais conhecidos e desejados. Entrevistamos 302 participantes em dois dias, dos quais 13% eram turistas, e destes, 78% haviam viajado exclusivamente para atender ao evento. Destinos como Amsterdam (Holanda), Uruguai, Colorado (EUA),

---

<sup>18</sup> Hospedagens amigáveis à cannabis, onde, no geral, o uso da substância é permitido.

Marrocos, Jamaica, dentre outros, tiveram suas imagens fortemente associadas ao turismo da maconha e apareceram como os mais conhecidos e desejados em escala global; também foram destacados destinos nas escalas regional e local (no Brasil e na América Latina). Como alguns exemplos no estado do Rio de Janeiro poderíamos citar Lumiar, Sana, Trindade, Ilha Grande, Visconde de Mauá, dentre outros. Esses dados ilustraram o potencial e o papel que os eventos canábicos poderiam assumir no desenvolvimento do turismo de negócios no município do Rio de Janeiro, bem como em outras regiões do país.

Diversas agências de turismo já oferecem pacotes de viagens incluindo passagens, hospedagem (no geral, *cannabis friendly*), acesso mais fácil a maconha durante a viagem, inscrições nos eventos canábicos e roteiros temáticos para áreas de cultivo e *dispensários*<sup>19</sup>. Como apenas alguns exemplos, poderíamos citar: a *Amsterdam Trips*, na Holanda, a *Colorado Cannabis Tours*, a *My 420 Tours* e a *Colorado High Life Tours & Travels*, todas no Colorado (EUA), a *Kush Tourism*, em diferentes estados do EUA, a *Canna Tours*, no Canadá, a *Hot Box Jamaica*, na Jamaica, e a *50:20 editora*, a *Cannabico Tour* e a *WeedTour*, no Brasil.

Como atrativos específicos para esse tipo de turismo, além dos tradicionais *coffee shops*, *smart shops*<sup>20</sup> e *seeds shops*<sup>21</sup> holandeses, destacamos a existência de museus temáticos sobre drogas, como o *The Hash, Marijuana & Hemp Museum* (Amsterdã e Barcelona); o *Museo del Cannabis de Montevideo*, no

---

<sup>19</sup> Nome utilizado para denominar os estabelecimentos responsáveis pelo comércio dessa substância. Esse termo surgiu nos Estados Unidos, sendo utilizado principalmente nesse país.

<sup>20</sup> Estabelecimentos que vendem trufas alucinógenas (popularmente conhecidas como *cogumelos mágicos*).

<sup>21</sup> Lojas de sementes de cannabis.

Uruguai; *DEA Museum*, em Washington DC (EUA); *The Hall of Opium*, na Tailândia; o *Museo de la Coca*, em La Paz (Bolívia); e o *Museu de Enervantes*, na Cidade do México.

Observa-se, ademais, que outras inovações que facilitaram a vida dos turistas de drogas consistiram em sites e aplicativos capazes de realizar conversões sobre valores e quantidades de drogas (ex: *marijuanatravels.com*), assim como localizar pontos de venda e de consumo através de mapas interativos (ex: *weedmaps.com*). Portanto, tornou-se cada vez mais comum a utilização de termos como turismo de drogas, turismo canábico, *cannabis friendly*, etc., ilustrando a apropriação dessa temática pelo senso comum e pelos atores envolvidos direta e indiretamente na realização prática desse segmento turístico.

Diversos destinos de turismo de drogas já foram consolidados no mundo contemporâneo; tomando como referência os diferentes continentes, utilizamos os quadros 1 e 2 para apresentar alguns desses destinos e suas principais características.

Uma relevante questão, que poderia ser levantada, diz respeito a possibilidade de surgimento e existência desses destinos de turismo de drogas em um contexto, no qual o consumo e o comércio de muitas dessas substâncias continuam sendo classificados como atitudes criminosas na maior parte do mundo. Poderíamos explicar essa situação abordando a diferença entre leis e sistemas.

Embora as leis sejam registradas, escritas em papel, quando aplicadas, os resultados esperados nem sempre são obtidos. Nesse sentido, os sistemas poderiam ser interpretados como as formas com as quais as sociedades lidam com as questões que as leis abrangem; por exemplo, podemos encontrar lugares onde, apesar de as leis serem restritivas, os sistemas desenvolvidos são mais tolerantes com relação ao uso de drogas ilícitas; portanto, mesmo com proibições

legais, esses locais acabam "permitindo" o consumo dessas drogas (BURGIERMAN, 2011) e, podem, dessa maneira, se tornar destinos de turismo de drogas.

### Quadro 1 - Destinos de turismo de drogas no mundo contemporâneo e suas principais características (África, Europa, Oceania e Ásia)

Destinos de Turismo de Drogas no Mundo Contemporâneo (África, Europa, Oceania e Ásia)		
Continente	Região	Características Principais
África	Região montanhosa de Marrocos (Rif)	Turistas, principalmente europeus, procuram as áreas produtoras de haxixe para o uso pessoal, ou para levarem a droga para vender em seus países de origem
Europa	Freetown of Christiania, Dinamarca	É um distrito anarquista de Copenhagen (Dinamarca), onde existe um "livre mercado de cannabis"
	Praga, República Checa	Permite que os cidadãos tenham, para uso pessoal, até 1,5 gramas de heroína, um grama de cocaína, 15 gramas de maconha, um máximo de quatro comprimidos de ecstasy e LSD e de 5 a 40 cogumelos alucinógenos
	Ibiza, Espanha	Conhecida por suas famosas boates e pela facilidade para se obter e utilizar drogas lícitas e ilícitas (drogas sintéticas e álcool)
	Lisboa, Portugal	Pela sua política de descriminalização do uso e porte de pequenas quantidades de drogas e pela facilidade de compra dessas substâncias nas ruas de determinados locais turísticos da cidade (mercado ilegal).
	Holanda	Em algumas cidades, como em Amsterdam, os turistas podem frequentar os <i>coffee shops</i> (estabelecimentos criados na década de 1970, onde a venda e o consumo de maconha e haxixe são tolerados e regulamentados), <i>smart shops</i> e <i>seeds shops</i> . Pode ser considerado como o destino de turismo de drogas mais famoso do mundo
Oceania	Nimbin, Austrália	Há uma tolerância ao comércio e uso de maconha, além do famoso evento conhecido como <i>Mardigras</i>
Ásia	Região de Goa, Índia	Festivais de música eletrônica e consumo de drogas sintéticas e cannabis
	Região de Malana, Índia	Famosa área produtora de Haxixe
	Triângulo Dourado (Myanmar, Laos e Tailândia)	Inúmeras drogas (cogumelos, maconha, metanfetamina e ópio) estão disponíveis em festas para turistas, como as festas da lua cheia e as festas flutuantes

Fonte: PEREIRA (2017). Adaptações próprias.

## Quadro 2 - Destinos de turismo de drogas no mundo contemporâneo e suas principais características (Américas do Sul, Central e do Norte)

Destinos de Turismo de Drogas no Mundo Contemporâneo (América do Sul, Central e do Norte)		
Continente	Região	Características Principais
América do Sul	La Paz, Bolívia	Famoso bar chamado "Route 36", onde é possível comprar e usar cocaína
	Bogotá, Colômbia	Acesso à cocaína de alta qualidade e baixo preço
	Região Amazônica, Brasil	Turistas a procura da <i>Ayahuasca</i> e do culto "Santo Daime" (que usa essa substância alucinógena)
	Peru	Consumo do cacto alucinógeno conhecido como "San Pedro" (usado em rituais realizados por algumas comunidades tradicionais locais)
	Uruguai	O país legalizou a produção, o comércio e o consumo de maconha em 2014 e, mesmo com o comércio sendo proibido (ilegal) para turistas, pela facilidade de acesso, tolerância ao consumo, e eventos canábicos, o Uruguai se tornou um importante destino de turismo de drogas, principalmente para turistas oriundos de outros países da América do Sul
América Central	Jamaica	A <i>Dangerous Drugs Amendment</i> (Emenda sobre Drogas Perigosas), de 2015, descriminalizou o porte de pequenas quantidades de maconha e permitiu o uso para fins religiosos, medicinais, científicos e terapêuticos. Os turistas que se auto declaram como pacientes de maconha medicinal podem comprar e usar a substância legalmente na Jamaica. Também existem os "Ganja Tours" que, apesar de ainda ilegais, levam turistas às áreas de cultivo de cannabis.
América do Norte	México	Fluxo intenso de jovens americanos que viajam em busca de drogas alucinógenas (peíote), maconha e álcool (a venda de álcool é legal para maiores de 18 anos; nos EUA, a idade mínima é de 21 anos)
	Estados Unidos	Alguns estados, que aprovaram políticas e leis mais tolerantes sobre a produção, o comércio e o uso de maconha, tornaram-se destinos canábicos importantes, como nos casos do Colorado e da Califórnia, onde o comércio e o uso recreativo são permitidos para turistas (não residentes)
	Canadá	O país legalizou o uso recreativo de cannabis em 2018

Fonte: PEREIRA (2017). Adaptações próprias.

Essa leitura poderia ser utilizada para justificar a existência de casos em diferentes escalas espaciais, como, por exemplo: a Região Montanhosa do Marrocos (Rif), um destino internacionalmente conhecido (escala global); Canoa Quebrada, no

Ceará, Ilha de Boipeba, na Bahia e Ilha do Mel, no Paraná, destinos conhecidos nacionalmente; Trindade, no Rio de Janeiro, na escala regional e; Lumiar e Sana, também no Rio de Janeiro, os quais estariam em uma escala local. Esses seriam apenas alguns destinos dentre inúmeros outros existentes no Brasil e no mundo.

Os dados expostos evidenciaram a existência e o significativo desenvolvimento do turismo de drogas, onde o subsegmento denominado turismo canábico (ou turismo da maconha) apareceu com relevante destaque, fato que estaria associado às mudanças de percepção em relação a essa substância, a qual passou a ser tratada com mais tolerância em diversas partes no mundo, especialmente a partir da década de 2000.

## **O PAPEL DO TURISMO CANÁBICO**

Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS (2016), a cannabis seria a droga psicoativa ilícita mais utilizada, com mais de 180 milhões de usuários em todo o planeta; do total de usuários globais, estimou-se que 13,1 milhões eram dependentes. Somente na União Europeia, estimou-se que 91,2 milhões de adultos (15 a 64 anos), ou 27,4% dessa faixa etária, teriam experimentado maconha durante a vida. Entre estes, 17,5 milhões de jovens adultos (15-34 anos) consumiram cannabis em 2018 (EMCDDA, 2019). Esses dados de usuários poderiam ser relevantes para o cálculo de estimativas e estatísticas referentes ao número de potenciais turistas canábicos.

Pedro do Val (2016) afirmou que, com a legalização da maconha em várias partes do mundo, um dos setores que mais poderia se beneficiar seria o turismo, onde inúmeras atividades e itinerários que vinculam viagens a interesses sobre maconha já

começaram a ser desenvolvidos em países, estados e regiões onde o uso recreativo da cannabis foi regulamentado.

Devido à sua história de pioneirismo, a Holanda, através de uma política de drogas baseada na ideia de redução de danos (iniciada na década de 1970), a qual visava separar os mercados de *drogas leves* e *pesadas* e que possibilitou a abertura dos famosos *coffee shops*, tornou-se um dos mais antigos e conhecidos destinos de turismo de drogas do mundo (PEREIRA; DE PAULA, 2016). Seria importante observar que a cannabis não foi legalizada no país, foi apenas tolerada, fato que gerou a política holandesa conhecida como *porta da frente - porta dos fundos*, que regulou a posse e a venda de pequenas quantidades de cannabis e haxixe nos *coffee shops* (*porta da frente*), mas que manteve o cultivo, a produção e o fornecimento como atividades ilegais (*porta dos fundos*) (MASON, 2018).

No ano de 2008, existiam cerca de 700 *coffee shops* em toda a Holanda, os quais absorviam cerca de 3.400 empregados, gerando entre 211 e 283 milhões de euros anualmente, com cada estabelecimento vendendo entre 208 e 308 mil euros (EMCDDA, 2008). Apesar da evidente importância do turismo canábico para a economia do país, de acordo com Coggins (2017), especialmente desde 2009, o governo holandês vem tentando desencorajar o turismo de drogas. Em 2012, foi aprovada uma lei restringindo a entrada de turistas nos *coffee shops*, a qual entrou em vigor em 2013 em algumas cidades fronteiriças (como em Maastricht), buscando assim reduzir o tráfico de drogas para países vizinhos. Em 2017, foram criadas regras que impediam a localização de *coffee shops* a menos de 250 metros das escolas, o que levou ao fechamento de muitos; além disso, novas licenças não são mais fornecidas, impossibilitando, portanto, a abertura de novos estabelecimentos (COGGINS, 2017).



No que concerne à lei que restringia a entrada de turistas nos *coffee shops*, a partir de dados primários coletados em trabalho de campo realizado em Amsterdam, em outubro de 2012, foi possível investigar a percepção dos turistas sobre a questão. Entre os 130 entrevistados (62% usuários e 38% não usuários), 83% apresentaram posição contrária a implementação da lei, 14% foram a favor e 03% indiferentes. Além disso, 79% já tinham visitado, ou tinham a intenção de visitar ao menos um *coffee shop*. O principal argumento apresentado pelos que eram contrários a lei esteve associado a perda da oportunidade de viver uma experiência que seria impossível em seus países de origem. Em outras palavras, alegaram que esses estabelecimentos possuíam grande papel no imaginário existente em relação à cidade e que, proibir os turistas teria um efeito negativo na imagem e marca desse destino turístico (PEREIRA, 2014; PEREIRA; DE PAULA, 2016). De acordo com Boffey e Henley (2020), com base em uma pesquisa com turistas no Distrito da Luz Vermelha (*Red light District*), 34% dos entrevistados relataram que iriam a Amsterdam com menos frequência se não pudessem comprar maconha nos *coffee shops*, enquanto 11% nunca voltariam.

Como resultado das restrições, no ano de 2019, existiam apenas 573 estabelecimentos operando em 103 dos 380 municípios da Holanda; onde, de acordo com uma pesquisa realizada pelo jornal holandês Trouw, cada *coffee shop* movimentaria cerca de 1,7 milhão de euros por ano, com receita total estimada em um bilhão de euros (CANNABIS LAW REPORT, 2019). A maior concentração de *coffee shops* estava em Amsterdam, com 164 (TOURS IN AMSTERDAM, 2020) e as estimativas foram de que 25 a 30% dos turistas que visitam a cidade frequentam pelo menos um desses estabelecimentos (WORLD TRAVEL; TOURISM COUNCIL, 2018). Portanto, com base nos dados apresentados, ficou evidente que, mesmo com a intenção do governo de desencorajar o turismo canábico, a renda gerada e o papel desses turistas de drogas ainda

são de grande importância para a economia do país, especialmente para a cidade de Amsterdam.

Já no universo norte-americano, de acordo com dados produzidos pela *Substance Abuse and Mental Health Services Administration* (SAMHSA), nos Estados Unidos (EUA), em 2018, 45,3% das pessoas com 12 anos ou mais haviam experimentado maconha pelo menos uma vez na vida (SAMHSA, 2020). Em um intervalo de dez anos, os números subiram de 104 milhões, em 2009, para 127 milhões de indivíduos que já haviam usado a substância, em 2019 (ELFLEIN, 2020); nesse mesmo ano, o tamanho do mercado de cannabis nos EUA foi avaliado em 11,3 bilhões de dólares (GRAND VIEW RESEARCH, 2019) com previsão de atingir aproximadamente 24,07 bilhões de dólares em 2025 (CONWAY, 2019).

Devido à autonomia de seus estados federativos, algumas regiões alcançaram grandes avanços nessa questão, especialmente entre os anos de 2012 e 2020, possibilitando assim a regulação da produção, do comércio e do consumo (recreativo e medicinal) da cannabis, como nos casos do Colorado, Washington, Oregon, Alasca, Califórnia, Nevada, Massachusetts, Maine e no Distrito de Columbia, onde fica a capital Washington, dentre outros (PEREIRA, 2020). No final de 2018, quando as regulamentações das vendas e do consumo entraram em vigor nos estados que aprovaram a legalização em 2016, aproximadamente 68,2 milhões de pessoas (uma em cada cinco americanos) moravam em locais onde o uso recreativo de cannabis era legal (OGLOBO.COM/BOAVIAGEM, 2017).

Até 2019, 33 estados dos EUA e o Distrito de Columbia já haviam legalizado a maconha para fins médicos, recreativos ou para ambos (GRAND VIEW RESEARCH, 2019); em 2021, esse número subiu para 35, dos quais 11 legalizaram o uso recreativo (WEED NEWS, 2021). Em 2020, Virgínia, Nova York, Nova Jersey,

Arizona, Montana, Dakota do Sul e Novo México discutiram mudanças nas legislações sobre a cannabis; no restante do país, a cannabis continua sendo ilegal (O'DEA, 2021). Espera-se que, nos próximos anos, vários outros estados também passem por processos de referendos populares para discutir o uso dessa substância.

Vale ressaltar que, em alguns dos casos apresentados, a compra de maconha ainda é proibida para turistas e, até 2021, de maneira concreta, apenas Colorado, Washington, Oregon, Califórnia, Alasca e Nevada já permitiam o acesso legal por não residentes. Nesse contexto, talvez por ter sido o primeiro estado a aprovar o uso recreativo, em 2012, permitindo a compra legal de maconha por turistas (a primeira loja abriu em 2014), o Colorado tornou-se o destino emergente mais importante de turismo de drogas no país. Mesmo sem o apoio oficial do governo, várias empresas associadas ao turismo canábico já começaram a ganhar espaço e lucratividade, oferecendo serviços como guias de hospedagem *cannabis friendly*, visitas a *dispensários*, cursos sobre cultivo, processamento, marketing, legislação e outros tópicos relacionados à maconha (EUFHORACOLORADO, 2016). Alguns dos principais exemplos de agências que atuam neste novo segmento no Colorado seriam: a *Colorado Cannabis Tours*, a *My 420 Tours*, a *Colorado High Life Tours & Travels* e a *Kush Tourism*. Em relação às empresas de hospedagem *cannabis friendly*, seria possível destacar a *budandbreakfast.com* e a *travelthc.com*.

De acordo com o Departamento de Receita do Colorado (*Colorado Department of Revenue - CDOR*), ao longo de 2019, as vendas de maconha atingiram US \$ 1.747.990.628 no estado, com o total de vendas desde 2014 atingindo US \$ 7.787.702.393 (CDOR, 2020a), onde a receita de impostos, licenças e taxas ao longo de 2019 foi de US \$ 302.458.426 e o total acumulado desde 2014 foi de US \$ 1.207.966.842 (CDOR, 2020b). Os dados apresentados ilustraram o evidente crescimento da indústria canábica no estado, a capacidade

de geração de renda, assim como o potencial de desenvolvimento do turismo canábico.

Além do Colorado, outro estado norte-americano que poderia ser destacado seria a Califórnia que, desde 1996, já havia regulamentado o uso da cannabis medicinal e que, em janeiro de 2018, legalizou o uso recreativo (com mercado aberto para turistas e não residentes). Historicamente, o estado sempre foi um dos maiores produtores de cannabis do país, com um forte mercado ilegal, onde áreas como o município de Humboldt se tornaram famosas pela alta concentração de pequenos produtores de maconha. Com a legalização do uso recreativo, esperava-se que a Califórnia se tornasse o maior mercado de cannabis legal do mundo, mas os dados produzidos até o momento ilustram que o grande excedente de produção, bem como a manutenção do mercado ilegal, têm sido obstáculos para o mercado lícito da substância no estado (OGLOBO.COM/ECONOMIA, 2019).

No que diz respeito ao turismo canábico, sua história associada à forte presença de movimentos de contracultura (como o movimento *hippie*) combinada com a estrutura do mercado legal de cannabis preexistente (relativa à maconha medicinal) fez com que a Califórnia estivesse devidamente preparada para atender às demandas desses turistas específicos, com atrações como *transfers* e *tours* em “ônibus canábicos”, nos quais o consumo é permitido (por exemplo, Green Line Trips); roteiros *wine and weed* (Vinho e Erva – atividades mesclando enoturismo e turismo canábico); diversos dispensários (ex. MedMen, Spark e Bloom Room); retiros canábicos; *lounges* para consumo (na maioria dos estados, o uso em espaço público é proibido, o que seria um problema para os turistas) e alojamentos e hospedagens *cannabis friendly* (DW, 2018). Nesse sentido, as expectativas são de grande crescimento para o turismo de cannabis neste estado.

Outro caso relevante seria o Uruguai que, por meio de profundas mudanças na lei sobre o uso da maconha, foi o primeiro país do mundo a legalizar essa substância, fato que acabou transformando-o no principal destino de turismo canábico na América do Sul (PEREIRA, 2020). Apesar de o consumo e posse de pequenas quantidades de maconha no Uruguai não ser considerado crime desde 1974, o processo de legalização da droga foi efetivamente iniciado em 2013, mas apenas em maio de 2014, sob o governo do ex-presidente José Mujica, é que foi assinada a Lei 19.172, que criou o mercado regulamentado de cannabis, especificando os vários aspectos resultantes da legalização da produção, comércio e consumo dessa substância (COUTINHO, 2017a). Em julho de 2017, a venda de maconha nas farmácias do país foi iniciada e, assim, a última etapa da lei foi implementada.

A lei definiu que turistas não poderiam comprar maconha legalmente no país, dessa forma, o governo deixou claro que não apoiaria o turismo de drogas e que não havia interesse em se tornar um novo destino canábico. Apesar do discurso oficial contra esse tipo de turismo, notamos o surgimento de um incipiente turismo de drogas realizado principalmente por turistas de outros países da América do Sul, que, mesmo não tendo a possibilidade de comprar a droga legalmente em farmácias, decidem viajar para este destino para satisfazerem o desejo de consumir essa substância com menos preocupações em relação aos riscos e as penalidades legais e também pela curiosidade associada ao fato da maconha ser legalizada nesse país (PEREIRA; DE PAULA, 2016).

Outros elementos que contribuiriam para tornar este país cada vez mais uma opção para os turistas canábicos seriam: a existência de atrações como clínicas de cannabis; clubes de cultivo; uma enorme quantidade de lojas de cultivo, como a *JuanaGrow*; albergues, hotéis e pousadas *cannabis friendly*; agências de hospedagem especializadas no tema, como a *Micasa 420*; cafés

temáticos como o *Hemp-T Café*; um movimento canábico forte e ativo, que desenvolve copas, eventos, feiras e marchas, onde a *ExpoCannabis* poderia ser vista como a maior feira de maconha da América do Sul; além do *Museo del Cannabis de Montevideo* (COUTINHO, 2017b). Dessa maneira, os roteiros de turismo canábico tornaram-se mais estruturados e mais frequentes, evidenciando a real existência do turismo de drogas neste país.

Seria importante destacar que existem diversos outros destinos canábicos, os quais não foram abordados de maneira mais profunda nesse trabalho, como alguns exemplos poderíamos citar os casos já consolidados da Região Montanhosa do Marrocos (Rif) e Free Town of Christiania (Dinamarca) e; os casos emergentes como o Canadá, país que legalizou o uso recreativo de cannabis em outubro de 2018, a Jamaica, que por meio da alteração da Lei sobre Drogas Perigosas (*Dangerous Drugs Act Amendment*), em 2015, permitiu que os turistas, que se auto declarem pacientes de maconha medicinal ao entrar no país, possam ter acesso legal à substância (DAVENPORT; PARDO, 2016), os estados norte-americanos que regulamentaram recentemente o mercado recreativo de cannabis, bem como os inúmeros possíveis destinos nas escalas local e regional, não conhecidos mundialmente.

## **UMA PROPOSTA DE DEFINIÇÃO PARA O TURISMO DE DROGAS**

Refletindo sobre conceito de Turismo de drogas, poderíamos desenvolver a seguinte questão: o turismo de drogas se define pelo fator motivador da viagem, ou pelas atividades e práticas desenvolvidas pelos turistas?

Como apresentado anteriormente, de acordo com a definição de Valdez e Sifanek (1997), o turismo de drogas só existiria quando a busca por essas substâncias fosse o principal fator motivador para as viagens, nesse sentido, seria necessário que os turistas já soubessem previamente das possibilidades e características desse tipo de turismo nos destinos, o que seria primordial para as escolhas das localidades a serem visitadas. Uriely e Belhassen (2006) defenderam que essa abordagem seria muito restritiva e, usando a mesma linha de raciocínio desenvolvida por Oppermann (1999 *apud* URIELY; BELHASSEN, 2006), em um estudo sobre a definição de turismo sexual, afirmaram que reduzir a definição de turismo de drogas ao uso de drogas como fator primordial para o deslocamento dos turistas acabaria por excluir diversos casos onde esse fenômeno poderia estar ocorrendo, mascarando, portanto, importantes dados quantitativos e qualitativos referentes a esse segmento. Uriely e Belhassen (2005) sugeriram que o turismo de drogas se iniciaria com consciência da oferta e existência de drogas em um determinado destino e que continuaria ao longo dos processos de aquisição e consumo dessas substâncias. Todavia, afirmaram que a definição deveria se referir tanto aos turistas que são atraídos para um destino pelo conhecimento prévio sobre acessibilidade de drogas, quanto àqueles que passariam a tomar conhecimento disso apenas durante a realização da viagem, nesse sentido defenderam que o consumo não seria necessariamente o principal fator motivador, mas que seria apenas um subproduto de sua experiência (URIELY; BELHASSEN, 2005).

A partir das reflexões expostas, foi possível desenvolver uma proposta de definição mais abrangente para esse segmento, na qual o turismo de drogas poderia ser interpretado como os deslocamentos que possuem como fator motivador principal a obtenção e o uso de drogas proibidas, controladas, ou de difícil acesso em seus locais de origem, incluindo tanto as substâncias lícitas, quanto as ilícitas. Por outro lado, também pode ser definido a partir das práticas e

atividades realizadas pelo turista em sua viagem, ou seja, mesmo que o fator motivador não tenha sido a droga, caso ocorra o uso dessas substâncias durante o deslocamento (mesmo que de forma pontual / esporádica), ou o contato com atrativos como museus, lojas e estabelecimentos associados à temática (inclusive sem a realização do consumo), esse turista terá sido um turista de drogas momentâneo, pois terá contribuído, dessa maneira, para o incremento desse segmento turístico. Porém, devido à grande heterogeneidade desses turistas, não seria aconselhável tentar definir o turismo de drogas a partir dos perfis dos mesmos.

As recentes mudanças em relação às políticas de drogas (nas escalas local, regional e global) permitiram a emergência de inúmeras novas situações, visões e demandas, sendo assim, existiria uma necessidade constantemente de questionarmos, revermos e atualizarmos essa definição.

## **DESAFIOS E POTENCIALIDADES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

Com base nas informações expostas nesse artigo, foi possível observar com clareza a existência e o desenvolvimento desse segmento, bem como o crescente uso e apropriação do termo turismo de drogas pelo senso comum e pelos diversos atores envolvidos na sua realização.

Nesta emergente área do conhecimento, explorada apenas superficialmente, poderíamos refletir sobre inúmeros desafios e questionamentos capazes de serem abordados por aqueles que se aventurarem a pesquisar o turismo de drogas, dentre os quais podemos destacar: estudos sobre os perfis e demandas dos turistas de drogas; o desenvolvimento de novos pacotes turísticos, atrações



e produtos específicos; a necessidade da criação de grupos de pesquisa em turismo de drogas; reflexões sobre os prós e contras do desenvolvimento desse segmento de turismo; as novas atribuições e demandas do mercado de trabalho relacionado; os riscos envolvidos; discussões sobre questões legais associadas ao transporte (nacional e internacional) de drogas (lícitas e ilícitas) para uso pessoal; análises sobre as possíveis relações entre os segmentos turísticos da OMT e as diversas modalidades de turismo de drogas; levantamento de estudos de caso em escala global, regional e local; interfaces entre o turismo de saúde e a cannabis medicinal, dentre outras possibilidades (PEREIRA, 2020).

Com a pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, de maneira similar ao que ocorreu com outros segmentos turísticos, o turismo de drogas também sofreu consequências negativas severas, onde as restrições para os deslocamentos e a necessidade de distanciamento social levaram à interrupção dos serviços oferecidos. No caso específico do turismo canábico, em diversos momentos os lounges para consumo, as visitas às áreas de cultivo, os workshops e conferências sobre maconha, os tours em ônibus canábicos etc. foram fechados no intuito de reduzir os riscos de contaminação. O compartilhamento de cigarros de maconha, prática comum entre os usuários (a qual contribui para a socialização desses turistas) também passou a ser evitado, influenciando diretamente no comportamento dos turistas canábicos. De qualquer forma, com a vacinação em massa e com o desenvolvimento de estratégias de adaptação para o turismo no mundo pós-covid, espera-se que o turismo de drogas, mais especificamente o turismo da maconha, volte a apresentar um crescimento significativo (similar ao verificado no momento anterior à pandemia).

Com certeza, um dos principais desafios consistiria em refletir sobre questões conceituais que possam ajudar na construção de um arcabouço teórico-metodológico, de modo a fundamentar e

legitimar a pesquisa acadêmica sobre o turismo de drogas, quebrando, com isso, os preconceitos e tabus associados a esse tema. Dessa forma, por ser um campo fértil e ainda pouco explorado pelos estudiosos na área do turismo, seria fundamental estimular as discussões, reflexões e estudos sobre o turismo de drogas no Brasil e no mundo, observando os potenciais, os obstáculos e as particularidades para o seu desenvolvimento em diferentes destinos.

Em nossa história, nunca houve uma sociedade que não consumisse drogas, portanto, seria a hora de superar o proibicionismo e os preconceitos e buscar novas soluções e abordagens para a questão. Nesse processo, as reflexões, os estudos e o desenvolvimento do turismo de drogas poderiam ser vistos como alternativas relevantes.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, T. **Almanaque das Drogas**. São Paulo: Editora LeYa, 2014.

BLAKINGER, K. “The Best and Worst of Drug Tourism”. **Portal Eletrônico The Fix** [18/12/2016]. Disponível em: <<https://www.thefix.com>>. Acesso em: 02/10/2017.

BOFFEY, D.; HENLEY, J. “Amsterdam looks to bar foreign visitors from buying cannabis”. 2020. **The Guardian** [13/02/2020]. Disponível em: <<https://www.theguardian.com>>. Acesso em: 25/03/2020.

BURGIERMAN, D. R. **O fim da guerra**: A maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas. São Paulo: Editora Leya, 2011.

CANNABIS LAW REPORT. “The Netherlands’ Cannabis Experiment”. **Portal Eletrônico Cannabis Law Report** [2019]. Disponível em: <<https://cannabislaw.report>>. Acesso em: 10/03/2020.

CDOR - Colorado Department of Revenue. “Marijuana Sales Reports”. **Portal Eletrônico CDOR** [2020a]. Disponível em: <<https://www.colorado.gov>>. Acesso em: 10/03/2020.

CDOR - Colorado Department of Revenue. “Marijuana Tax Data”. **Portal Eletrônico CDOR** [2020b]. Disponível em: <<https://www.colorado.gov>>. Acesso em: 10/03/2020.

COGGINS, T. “Why are Amsterdam's Coffee Shops Closing?”. **Portal Eletrônico Culture Trip** [29/09/2017]. Disponível em: <<https://theculturetrip.com>>. Acesso em: 10/12/2019.

CONWAY, J. “Legal cannabis sales in the U.S. 2016-2025”. **Portal Eletrônico Statista** [05/03/2019]. Disponível em: <<https://www.statista.com>>. Acesso em: 10/03/2020.

COUTINHO, D. “Smoke Buddies no Uruguay: como está o país com a maconha legalizada”. **Portal Eletrônico Smoke Buddies** [25/08/2017a]. Disponível em: <<https://www.smokebuddies.com.br>>. Acesso em: 14/07/2018.

COUTINHO, D. “Turismo e maconha: veja 5 dicas para curtir sua onda no Uruguai”. **Portal Eletrônico Smoke Buddies** [19/09/2017b]. Disponível em: <<http://www.smokebuddies.com.br>>. Acesso em: 15/09/2018.

DAVENPORT, S.; PARDO, B. “The Dangerous Drugs Act Amendment in Jamaica: Reviewing goals, implementation, and challenges”. **International Journal of Drug Policy**, vol. 37, 2016.

DO VAL, P. “Turismo e cannabis: uma combinação perfeita”. **Portal Eletrônico Ganja Talks** [26/11/2016]. Disponível em: <<https://ganjatalks.com>>. Acesso em: 15/09/2018.

DW - Deutsche Welle. “Califórnia inaugura o maior mercado de cannabis do mundo”. **Deutsche Welle** [01/01/2018]. Disponível em: <<https://www.dw.com>>. Acesso em: 20/02/2019.

ELFLEIN, J. “Number of Americans who used marijuana in their lifetime 2009-2019”. **Portal Eletrônico Statista** [22/09/2020]. Disponível em: <<https://www.statista.com>>. Acesso em: 12/11/2020.

EMCDDA - European Monitoring Center for Drugs and Drug Addiction. “Travel and drug use in Europe: a short review”. **Portal Eletrônico EMCDDA** [2012]. Disponível em: <<http://www.emcdda.europa.eu>>. Acesso em: 20/06/2017.

EMCDDA - European Monitoring Center for Drugs and Drug Addiction. “European Drug Report Trends and Developments 2019”. **Portal Eletrônico EMCDDA** [2019]. Disponível em: <<http://www.emcdda.europa.eu>>. Acesso em: 10/03/2020.

EMCDDA - European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction. “2008 Annual report: the state of the drugs problem in Europe”. **Portal Eletrônico EMCDDA** [2008]. Disponível em: <<http://www.emcdda.europa.eu>>. Acesso em: 20/06/2014.

EUFLORE. “Economic Effects of Colorado’s Legalization of Cannabis 2017”. **Portal Eletrônico Euflora Recreational Marijuana** [29/12/2016]. Disponível em: <<https://eufloracolorado.com>>. Acesso em: 07/10/2017.

FOLHA/UOL. “Com a Legalização em 8 estados, turismo da maconha ganha fôlego nos EUA”. **Portal Eletrônico Folha Uol** [05/2017]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 07/10/2017.

GRAND VIEW RESEARCH. “U.S. Cannabis Market Size, Share & Trends Analysis Report by Cannabis Type (Medical, Recreational), by Product Type (Buds, Oils, Tincture), by Medical Application, (Chronic Pain, Mental Disorder, Cancer), and Segment Forecasts, 2019 – 2025”. **Grand View Research** [07/2019]. Disponível em: <<https://www.grandviewresearch.com>>. Acesso em: 07/03/2020.

HOFFMANN, B. “Drug Consumption Tourism as a Social Phenomenon”. **Trakia Journal of Sciences**, vol. 12, n. 4, 2014.

KOVACEVICH, K. “The Next Big Thing in Cannabis: Tourism”. **Portal Eletrônico Forbes** [16/08/2018]. Disponível em: <<https://www.forbes.com>>. Acesso em: 12/11/2020.

LABATE, B. C. *et. al.* “Discursos e práticas sobre usos de drogas: perspectivas em ciências humanas”. *In*: LABATE, B. C. *et al.* (orgs.). **Drogas, Políticas Públicas e Consumidores**. Campinas: Editora Mercado das Letras, 2016.

MASON, R. “There are two Dutch cannabis markets – we can learn from both of them”. **Portal Eletrônico CAPX** [10/07/2018]. Disponível em: <<https://capx.com>>. Acesso em: 07/03/2020.

NORTH POINT RECOVERY. “What is Drug Tourism and How Common Is It?”. **Portal Eletrônico North Point Recovery** [2017]. Disponível em: <<https://www.northpointrecovery.com>>. Acesso em: 02/10/2017.

O GLOBO. “Como uma onda: o que pode e não pode no turismo da maconha: Dos EUA à Holanda, mercado de viagens vem se adaptando à cannabis legal”. **O Globo** [2017]. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com>>. Acesso em: 02/10/2017.

O GLOBO. “Na Califórnia, negócios legais com maconha não vingam e arrecadação maior ainda é promessa”. **O Globo** [2018]. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com>>. Acesso em: 20/02/2019.

O'DEA, M. “The cannabis tourist's guide to legal US states”. **Portal Eletrônico Lonely Planet** [19/04/2021]. Disponível em: <<https://www.lonelyplanet.com>>. Acesso em: 05/05/2021.

OMS - Organização Mundial da Saúde. “The health and social effects of nonmedical cannabis use”. **Portal Eletrônico da OMS** [2016]. Disponível em: <<http://www.who.int>>. Acesso em: 10/10/2017.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Organização Mundial do Turismo: Introdução ao Turismo**. São Paulo: Editora Roca, 2001. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br>>. Acesso em: 10/10/2017.

PEREIRA, T. F. P. D. “Drug Tourism: Evidences are all around”. **Anais IX International Tourism Congress ITC'17, Proceedings Book**. Peniche, Portugal, 2017.

PEREIRA, T. F. P. D. “Reflecting on drug tourism and its future challenges”. **European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation – EJTHR**, vol. 10, n. 1, 2020.

PEREIRA, T. F. P. D. “Turismo de Drogas na Holanda: O Caso de Amsterdam”. **Revista Carbono: Natureza, Ciência e Arte**, n. 8, 2014.

PEREIRA, T. F. P. D.; DE PAULA, L. B. “Drug Tourism: General Overview, Case Studies and New Perspectives in the Contemporary World”. **European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation – EJTHR**, vol. 7, n. 3, 2016.

SAMHSA – Substance Abuse and Mental Health Services Administration. “National Survey of Drug Use and Health (NSDUH)”. **Portal Eletrônico da SAMHSA** [2019]. Disponível em: <<https://www.samhsa.gov>>. Acesso em: 12/11/2020.

SMOKE BUDDIES. “As oportunidades de negócio que aguardam as empresas de turismo canábico nos EUA”. **Portal Eletrônico Smoke Buddies** [4/10/2020]. Disponível em: <<https://www.smokebuddies.com.br>>. Acesso em: 12/11/2020.

SYED, Z. “21 Destinations for Cannabis Tourism”. **Portal Eletrônico The Active Times** [16/10/2019]. Disponível em: <<https://www.theactivetimes.com>>. Acesso em: 12/11/2020.

TOURS IN AMSTERDAM. “10 Drugs Facts and Statistics”. **Portal Eletrônico Tours in Amsterdam** [20/01/2020]. Disponível em: <<https://toursinamsterdam.com>>. Acesso em: 07/03/2020.

UNOCD - United Nations Office on Drugs and crime. “World Drug Report 2019: Boklet 2 - Global Overview of Drug Demand and Supply”. **Portal Eletrônico UNOCD** [2019]. Disponível em: <<https://wdr.unodc.org>>. Acesso em: 15/03/2020.

URIELY, N.; BELHASSEN, Y. “Drugs and risk-taking in tourism”. **Annals of Tourism Research**, vol. 33, n. 2, 2006.

URIELY, N.; BELHASSEN, Y. “Drugs and Tourists’ Experiences”. **Journal of Travel Research**, vol. 43, n. 3, 2005.

VALDEZ, A.; SIFANECK, S. J. “Drug Tourists and Drug Policy on the US-Mexican Border: An Ethnographic Investigation”. **Journal of Drug Issues**, vol. 27, 1997.

WEED NEWS. “Map of Marijuana Legalization by States in 2021 (Medical & Recreational)”. **Weed News** [09/01/2021]. Disponível em: <<https://www.weednews.co>>. Acesso em: 19/02/2021.

WOOD, M. “7 Destinations Where Drug Tourism Is Thriving”. **Portal Eletrônico Oyster** [04/09/2017]. Disponível em: <<https://www.oyster.com>>. Acesso em: 02/10/2017.

WORLD TRAVEL/TOURISM COUNCIL. “Cannabis & Tourism: Travelling on a high”. **Portal Eletrônico World Travel & Tourism Council** [03/12/2018]. Disponível em: <<https://medium.com>>. Acesso em: 03/03/2020.





## **CAPÍTULO 12**

---

*As Relações Internacionais nos Estudos  
Turísticos: em Busca de Diálogos Conceituais*



## **AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NOS ESTUDOS TURÍSTICOS: EM BUSCA DE DIÁLOGOS CONCEITUAIS**

*Vitor Stuart Gabriel de Pieri*

Os estudos em Turismo no Brasil carecem, muitas vezes, de diálogos com ciências complementares, as quais possibilitariam o estabelecimento de conexões e apontamentos de processos relevantes aos diferentes temas abordados pela área.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, muito pelo contrário, com o objetivo de iniciar um diálogo transdisciplinar entre as áreas de Relações Internacionais e de Turismo, organizamos esse artigo em quatro subcapítulos, nos quais, trabalhamos, de maneira introdutória, com os principais debates paradigmáticos da Macroeconomia, da Política Externa, da Integração Regional e finalmente, da Segurança Internacional, procurando demonstrar, por meio da busca de semelhanças e complementariedades entre conceitos basilares de ambos os campos do saber, a importância de cada temática na formação dos bacharéis em turismo.

### **TURISMO E MACROECONOMIA**

O papel do turismo para economia doméstica de um país pode ser entendido a partir da análise entre os dois principais debates macroeconômicos vigentes, o Neodesenvolvimentismo e o Neoliberalismo.

Antes de iniciarmos a discussão teórica de cada um deles, é importante pensarmos em um modelo bastante simplificado de

estruturação das Contas Nacionais de um país, para então, entendermos qual o peso do turismo doméstico e internacional em determinada economia.

Nessa perspectiva, podemos dizer que os fluxos econômicos de um país giram em torno, do ponto de vista doméstico, de três elementos: dos “Investimentos das Empresas”, do “Consumo das Famílias” e dos “Gastos/Investimentos Públicos dos Governos” em suas diversas instâncias. Por outro lado, ao pensarmos externamente, ou seja, nas trocas comerciais com o restante do mundo, devemos considerar os seguintes fatores; a Exportação e a Importação que resultam na Balança Comercial e os Fluxos Financeiros Internacionais que correspondem à Balança de Capital.

Ou seja, o Modelo de Contas Nacionais que queremos debater se resume a:

**Economia doméstica:**

- Investimento (empresas)
- Consumo (famílias)
- Gasto/Investimento Público (governo)

**Relação com o mundo:**

- Exportação
- Importação
- Balança de Capital

Outro tema que precisamos deixar claro é o referente às modalidades de políticas econômicas, divididas em: política fiscal, relacionada ao gasto/investimento público; política monetária, que basicamente regula, por meio de manobras junto aos agentes financeiros, a entrada e saída de capital especulativo no país; e, finalmente a política cambial, utilizada para gerenciar a taxa de câmbio, ou seja, o valor da moeda nacional.

Nesse sentido, antes de debatermos sobre o funcionamento do modelo de Contas Nacionais e, concomitantemente, analisarmos os dois modelos macroeconômicos antagônicos no mundo, é importante abordarmos um tema bastante recorrente em nossas vidas, a Inflação. Para isso, é fundamental apontarmos as principais causas que desencadeiam esse fenômeno, entendido basicamente como o aumento contínuo dos preços em determinado país.

**Tabela 1 - Principais Variáveis Inflacionárias**

<b>Principais Inflacionárias</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Principais Causas:</b>	<b>Impacto no Crescimento e no Desenvolvimento Econômico dos países:</b>
Desvalorização do Câmbio		Déficit na Balança Comercial e/ou na Balança de Capital.	Tende a favorecer o comércio internacional do país cujos produtos ganham mais competitividade, porém, impacta diretamente em setores produtivos com dívidas em moedas estrangeiras.
Demanda > Oferta		Déficit nos Investimento em Infraestrutura.	O aumento do consumo favorece o setor produtivo, porém, muitas vezes, esbarra em temas de carência em infraestrutura, altas taxas tributárias e baixa oferta de mão de obra especializada.
Sazonalidade na produção		Variações na produção por razões de escassez de produtos, em sua maioria de gênero alimentício.	Variável eventual que impacta diretamente em determinados produtos geralmente em entressafra e/ou impactados por fatores físico-naturais.
Percepção dos preços		Impressão de aumento do preço por parte da população, muito influenciada por ações midiáticas.	Forte impacto na espiral inflacionária, geralmente proporcionado por ações midiáticas que movimentam o ciclo dos preços através do imaginário da percepção da população.

Fonte: Elaboração própria.

Após breve apresentação sobre os agentes e processos que giram em torno da economia de um país, podemos dizer que o modelo macroeconômico Neodesenvolvimentista, privilegia basicamente a circulação de capital na economia doméstica, onde o Governo, através do Gasto/Investimento Público, atua como a principal promotor da expansão econômica, por meio das chamadas políticas fiscais e de transferência de renda, prevendo o aumento do Consumo das famílias e a expansão dos Investimentos das mais diversas empresas. Produz-se assim, a expansão do setor formal da economia e conseqüentemente, reforça-se os cofres do Governo através da recuperação de grande parte dos recursos investidos na arrecadação de impostos e tributos.

Por outro lado, o modelo macroeconômico Neoliberal, foca nos interesses do sistema financeiro, priorizando as políticas monetárias em detrimento das políticas fiscais com o objetivo de gerar superávit primário<sup>22</sup> para, muitas vezes, garantir a receita dos investidores/especuladores externos e conseqüentemente, aumentar a demanda por moeda nacional, o que, eventualmente, contribui com a contenção inflacionária. Ou seja, os economistas neoliberais, denominados “Chicago Boys”, dentro de um discurso do livre mercado, desconsideram o Governo como principal agente promotor da economia e defendem, através de medidas de austeridade<sup>23</sup>, os interesses do capital financeiro, o que tende a contribuir com a queda do nível de consumo das famílias e como consequência, com o impacto no setor de investimento, grande gerador de empregos formais.

Enfim, dentro dessa perspectiva, consideramos fundamental o entendimento dos bacharéis em Turismo sobre a dinâmica macroeconômica de um país, tendo em vista, que o trade turístico

---

<sup>22</sup> Resultado positivo das receitas e despesas do Governo.

<sup>23</sup> Estratégias adotadas para o controle dos Gastos/Investimentos públicos.

compõe um importante setor produtivo da economia, que gera milhões de empregos diretos e indiretos e que sofre com os efeitos das mais diversas decisões e oscilações no âmbito da economia doméstica e externa.

## **TURISMO E POLÍTICA EXTERNA**

Para apontarmos a estreita relação entre Turismo e Política Externa, devemos recorrer, como no caso do subcapítulo anterior, à análise entre dois paradigmas antagônicos.

No caso brasileiro, a inserção internacional do país pode-se dar de duas formas; a primeira, por meio de um alinhamento com os Estados Unidos, conhecido como paradigma Americanista, seja ele, de maneira pragmática, quando a preferência pela parceria serve basicamente de barganha para algo, ou ideológico, quando se privilegia a parceria de maneira praticamente subserviente.

Por outro lado, a inserção internacional do Brasil pautada no paradigma globalista, revela uma presença autônoma no cenário internacional, onde a diversificação de parcerias torna-se regra na política externa. Esse paradigma condiz com o respeito e uma presença marcante do país nas instituições multilaterais. Portanto, como observado por, (KLEIN, 2017, p. 3):

a política externa do país foi marcada pela presença de dois paradigmas: o americanismo, que pregava uma aliança especial com os Estados Unidos, e a partir dos anos 60 o paradigma globalista, defensor de um viés nacionalista, e que acreditava na importância da mundialização das relações exteriores em prol de um projeto de industrialização.



Enfim, resumidamente podemos dizer que o bacharel em Turismo, ao adquirir as competências e habilidades para analisar aspectos da presença do Brasil no mundo, torna-se capaz de entender os possíveis efeitos na balança comercial, no câmbio, na relação e na imagem do Brasil com os outros países e até mesmo, nos fluxos emissores e receptivos de turistas internacionais.

## TURISMO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Outra área das Relações Internacionais que dialoga diretamente com o Turismo é o estudo sobre os diferentes arranjos regionais de integração, cujo debate paradigmático, no caso latino-americano, gira em torno da discussão entre as correntes do panamericanismo monroísta<sup>24</sup>, que basicamente, caracteriza-se pela liderança estadunidense na conformação do bloco e do panamericanismo bolivariano<sup>25</sup>, cujas bases valorizam a identidade e o território latino-americano e caribenho. Outro exemplo de debate paradigmático sobre integração regional se dá na Europa<sup>26</sup>, onde os Europeístas se debruçam na defesa e no aprofundamento de um modelo federalista europeu no marco da União Europeia e por outro lado, os céticos<sup>27</sup> buscam reconstruir as fronteiras nacionais, muitas

---

<sup>24</sup> Inspirado na Doutrina Monroe no século XIX, que teve como base o presumido domínio dos Estados Unidos sobre os países vizinhos da América Latina, pode ser facilmente resumida pela frase “América para os americanos”.

<sup>25</sup> Inspirado nos ideais de Pátria Grande de Simón Bolívar que coordenou as lutas de independência da Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador.

<sup>26</sup> A Europa é um grande laboratório de integração. Arranjos regionais como a União Europeia, o Espaço Schengen, a Zona do Euro e até mesmo o Programa Erasmus +, fazem da experiência europeia a mais avançada do mundo em termos de acordos integracionistas.

<sup>27</sup> Muitas são as polêmicas no âmbito dos acordos europeus, tais como: a multiculturalidade; o compartilhamento de soberania militar; a unidade em temas de política externa; os fluxos

vezes responsabilizando os arranjos regionais europeus pelas mazelas vividas em seus países.

Analisando de maneira objetiva, podemos dizer que os paradigmas adotados nos diferentes acordos de integração regional, são refletidos a partir dos diversos níveis de aprofundamento e de compartilhamento de soberania entre os países signatários.

Segundo (BALASSA, 1973; THORSTENSEN *et. al.*, 1994), dos acordos menos complexos aos mais elaborados, podemos apontar:

- i) Zona de Livre Comércio, quando as barreiras ao comércio são abolidas e se instaura uma zona de livre circulação de bens;
- ii) União Aduaneira, quando eliminam-se as diferenciações quanto ao movimento de bens dentro dos países membros e, ao mesmo tempo, se adota uma postura comum no que diz respeito ao comércio com países extra-bloco, consolidada através de uma tarifa externa comum;
- iii) Mercado Comum, quando além da livre circulação de mercadorias, também se estabelece o livre trânsito de pessoas, serviços e capitais, o que exige a coordenação de políticas fiscais e trabalhistas;
- iv) União Econômica, quando ocorre, ademais da supressão de limitações ao trânsito dos fatores de produção, a harmonização, em distintos níveis, das políticas econômicas nacionais, incluída aí a coordenação entre as políticas monetárias dos Estados que integram o bloco;
- v) Integração Econômica Total que pressupõe um alto grau de coordenação de políticas monetárias, fiscais e

---

migratórios; as enormes assimetrias socioeconômicas no marco da União Europeia, debatidas no âmbito do Comitê das Regiões, etc.

sociais, assim como o estabelecimento de uma entidade supranacional que conduza a integração.

É importante destacar também, outra forma de abordar e analisar o tema, por meio dos conceitos de: regionalismo aberto<sup>28</sup> que se conecta aos princípios neoliberais hegemônicos ao final do século XX, como a livre circulação de mercadorias e de capitais e pelo regionalismo fechado, que agregou a proposta de livre circulação de pessoas. Com base nesses elementos que se encontra uma das principais diferenças entre o que acordos comerciais como o NAFTA (*North American Free Trade Agreement*)<sup>29</sup> ou o TPP (*Trans-Pacific Partnership*)<sup>30</sup> propõem e o que iniciativas como a União Europeia<sup>31</sup>, com seu Espaço *Schengen*<sup>32</sup> e o Mercosul (Mercado Comum do Sul)<sup>33</sup> implementam.

---

<sup>28</sup> Conceito proposto pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) nos anos 1990 que expressa o modelo de inserção internacional e de ruptura do paradigma desenvolvimentista dos países da América Latina frente à globalização.

<sup>29</sup> Acordo de livre-comércio entre México, Canadá e Estados Unidos.

<sup>30</sup> Em sua origem, era um Acordo de livre-comércio entre doze países banhados pelo Oceano Pacífico, Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura, Vietnã e Estados Unidos.

<sup>31</sup> Acordo de União Econômica “Total” composto atualmente pelos seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.

<sup>32</sup> Acordo de Livre-circulação de pessoas composto atualmente pelos seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Itália, Letônia, Lichtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Polônia, Portugal, República Tcheca, Suécia e Suíça.

<sup>33</sup> Atualmente é uma União Aduaneira composta por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Portanto, consideramos de extrema importância os bacharéis em turismo conhecerem a fundo cada acordo de integração regional, visto que o fenômeno do regionalismo é um elemento que passou a integrar profundamente a agenda das relações internacionais a partir dos anos 1990 e que afetou diretamente os fluxos de pessoas e de trocas de capitais entre os países, contribuindo, por um lado, com a superação de históricas rivalidades entre povos e com a abertura de fronteiras transnacionais e por outro lado, do ponto de vista local, com um fenômeno crescente em cidades com enorme taxa de turismo receptivo, a turismofobia<sup>34</sup>.

## TURISMO E SEGURANÇA INTERNACIONAL

São diversos os trabalhos com o tema “geopolítica do turismo”. Na maioria das análises, os autores desconsideram os conceitos antagônicos que dão base à geopolítica clássica, pautados na estratégia de projeção de poder em um sistema internacional<sup>35</sup> onde as unidades componentes se relacionam em um estado considerado de natureza maquiavélico-hobbesiano.

Nesse sentido, podemos indagar se seria correto utilizar o conceito geopolítica do turismo.

Se considerarmos a acepção ampla do termo geopolítica, analisando-o como sinônimo de diferentes áreas das relações

---

<sup>34</sup> Termo que pode ser definido como aversão ao turismo de massa por parte da população autóctone, em função dos diversos impactos de ordem ambiental, econômica e cultural geradas pelo grande fluxo de turistas.

<sup>35</sup> Resumidamente, o sistema internacional é entendido como o meio onde se processam as relações entre os diversos atores que compreendem o conjunto das interações sociais que ocorrem na esfera do internacional, podendo ser divididos em atores estatais e não-estatais (PECEQUILO, 2004).

internacionais, poderíamos utilizar o termo. Porém, levando em consideração os elementos teórico-conceituais basilares da geopolítica, relacionados na dicotomia mar e terra ou melhor, nas perspectivas oceanista e continentalista ou ainda atlantista e eurasiânica de projeção de poder<sup>36</sup> no cenário internacional, preferimos, nesse artigo e em disciplina em aula<sup>37</sup>, trabalhar a análise do turismo a partir de cada uma das áreas das relações internacionais que dialogam com o tema.

Sendo assim, ao tratarmos de questões voltadas aos impactos das novas ameaças transnacionais no turismo, dentre as quais estão, a pobreza, o crime organizado, o terrorismo, o tráfico internacional de drogas, armas e pessoas, a questão ambiental, as mudanças climáticas e finalmente, as pandemias, buscamos utilizar o termo e trabalhar a partir do embasamento teórico de uma área bastante consolidada nas relações internacionais, a segurança internacional<sup>38</sup>.

No início da década de 1990, o conceito “Estados Falidos”<sup>39</sup> passa a ser tratado de forma coletiva, fazendo parte da agenda internacional. Foi então que organizações multilaterais começaram a discutir temas como a superação da pobreza, os direitos humanos e a proteção ambiental. A reconstrução de Estados tornou-se um dos elementos centrais da política de segurança das potências hegemônicas.

---

<sup>36</sup> Sobre o tema, consultar os seguintes autores: Mackinder, Mahan, Spykman, etc. e obras de brasileiros como: André Roberto Martin, Leonel Itaússú, Wanderley Messias da Costa, Eli Penha, Marcos Fávoro, Charles Pennaforte, Ricardo Luigi, dentre outros.

<sup>37</sup> Disciplina Turismo e Relações Internacionais.

<sup>38</sup> De maneira geral, podemos dizer que os estudos em Segurança Internacional iniciaram após a II Guerra Mundial para se analisar as ameaças contra os Estados e as devidas estratégias de proteção (BUZAN; HANSEN, 2009).

<sup>39</sup> São identificados pela incapacidade de dar segurança à população, de garantir direitos no país e no exterior e de manter o funcionamento de instituições democráticas. (CHOMSKY, 2009, p. 127).



com o conceito de *microsecuritização* (HIRST, 2008). De maneira geral, é possível dizer que o conceito convencional de segurança internacional envolvia ameaças provenientes de fora das fronteiras dos Estados e que eram de natureza primordialmente militar. Mas, nos países instáveis do ponto de vista político, as novas ameaças, de um modo geral, são geradas domesticamente e só ocasionalmente transbordam para os Estados vizinhos (AYOUB, 1995; BUZAN, 1991).

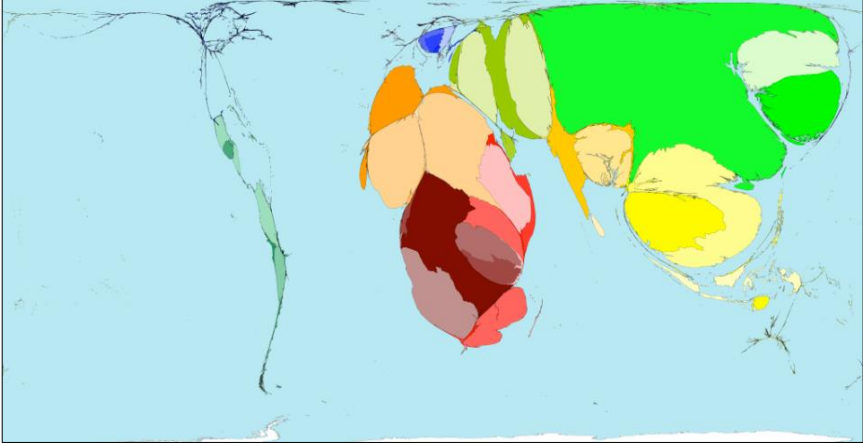
Do ponto de vista da segurança internacional, imediatamente depois da Guerra Fria, a *microsecuritização* foi classificada como parte das novas ameaças. (HIRST, 2008, p. 434).

Nesse sentido, a ideia de *microsecuritização*, surgiu diretamente relacionada à complexidade de realidades e cenários que ameaçam a segurança pública nos países (HIRST, 2008).

Em contraposição à *macrosecuritização*, a *microsecuritização* se baseia em manifestações locais de ameaça e violência. Enquanto seu alcance é limitado, sua força e capacidade para causar impacto devem-se à sua vinculação a outros pontos de irradiação, que, por sua vez, reproduzem novas manifestações de violência (HIRST, 2008, p. 433).

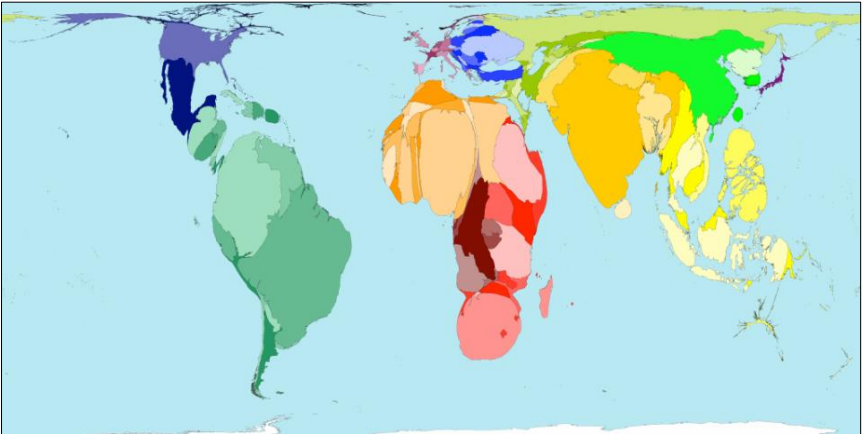
Nessa perspectiva, ao se comparar, em uma escala global as mortes causadas por guerras interestatais e as causadas por violência doméstica, percebe-se, conforme as figuras 2 e 3 a seguir, que por exemplo, a América Latina se destaca em temas relacionados à *microsecuritização*.

**Figura 2 - Mortes geradas  
por conflitos intermésticos (1945-2000)**



Fonte: World Mapper (2002). Disponível em: <<http://www.worldmapper.org>>. Acesso em: 17/07/2020.

**Figura 3 - Mortes geradas  
por violência doméstica, exceto guerra (1945-2000)**



Fonte: World Mapper (2002). Disponível em: <<http://www.worldmapper.org>>. Acesso em: 17/07/2020.



Esse fenômeno se destaca na pesquisa feita pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, publicada em 2014:

Se revela um paradoxo na América Latina: na última década, a região foi palco de duas grandes expansões: a econômica, mas também a criminal. Apesar das melhorias sociais, a região continua a ser a mais desigual — e a mais insegura do mundo. Enquanto a taxa de homicídios diminuiu em outras regiões, o problema tem aumentado na América Latina, que registra mais de 100 mil homicídios a cada ano, chegando a mais de um milhão de assassinatos entre 2000 e 2010. Embora a taxa de homicídios tenha se estabilizado e até diminuído em alguns países, ela ainda é alta: em 11 dos 18 países analisados, a taxa é superior a 10 homicídios por 100 mil habitantes, um nível considerado epidêmico (Relatório de Desenvolvimento Humano Regional, PNUD – 2013-2014)<sup>40</sup>.

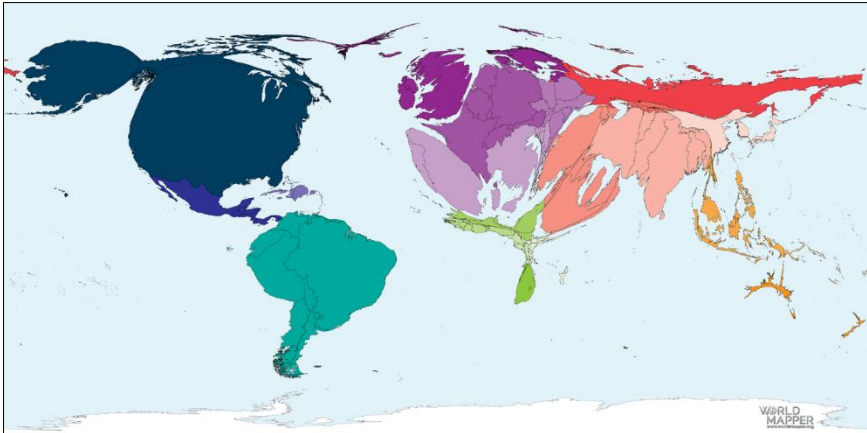
Trazendo para uma análise mais recente, ainda dentro dos estudos sobre segurança internacional, podemos também aprofundar nas reflexões sobre os impactos de ameaças sanitárias<sup>41</sup> no turismo, como apontados na anamorfose cartográfica a seguir:

---

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://www.latinamerica.undp.org>>. Acesso em: 22/06/2021.

<sup>41</sup> Traçando um paralelo entre ameaça sanitária, um dos temas abordados pela área de segurança internacional, turismo e integração regional, podemos apontar que em meados de julho de 2020, a União Europeia aprovou um pacote de 750 bilhões de Euros (sendo, 350 bilhões de Euros a fundo perdido) para a reconstrução de setores da economia dos países signatários, mais fortemente abalados pela Pandemia do COVID-19, dentre eles, o setor de Turismo. Mais informações: [europa.eu](http://europa.eu)

**Figura 4 - Casos de COVID-19 em 04 de Junho de 2020**



Fonte: World Mapper (2002). Disponível em: <<http://www.worldmapper.org>>. Acesso em: 17/07/2020.

Enfim, são inúmeros os exemplos que podemos dar ao relacionarmos temas da segurança internacional e turismo. Consideramos que a melhor maneira de demonstrar a estreita relação entre as duas áreas é dada pela página do Governo do Canadá, especializada em conselhos de viagem para cada país do mundo. Nela se encontram informações sempre atualizadas sobre: “condições de segurança local, áreas a se evitar, requisitos de entrada e saída, leis e cultura locais, perigos à saúde, riscos naturais e climáticos e onde encontrar auxílio em caso de emergência”<sup>42</sup>. Portanto, como apontado por Pieri e Panosso, (2015), países com alta amplitude turística<sup>43</sup> gerada por fatores políticos, econômicos,

---

<sup>42</sup> Disponível em: <<https://travel.gc.ca/travelling/advisories>>.

<sup>43</sup> “No esforço de diferenciar os países que possuem extrema variação anual no que tange às chegadas de turistas internacionais, buscou-se aplicar o conceito de amplitude - entendido como uma medida escalar positiva e negativa que resulta em uma oscilação gráfica - à análise de cada destino” (PIERI; PANOSSO, 2015, p. 138).

culturais, sociais, sanitários e físico-naturais, tendem a ser menos competitivos na atração de turistas internacionais e até mesmo, nos fluxos turísticos domésticos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse artigo buscamos apresentar e utilizar alguns conceitos das Relações Internacionais para a partir de então, refletir sobre os seus rebatimentos no Turismo.

Procuramos demonstrar que algumas temáticas podem ser mais bem analisadas quando se tem claro, por parte dos estudiosos em Turismo, alguns conceitos e métodos de análise amplamente trabalhados pelas Relações Internacionais. Como exemplo, podemos apontar: A relação entre turismo e inflação; Os impactos de crises econômicas, políticas, sanitárias e ambientais nos diferentes destinos turísticos; As causas externas que contribuem com o advento do processo de Turismofobia; Os efeitos das "novas ameaças" (terrorismo, tráfico internacional de drogas e de pessoas, pobreza, questão ambiental, mudança climática e pandemia) nos fluxos turísticos internacionais; A forma como as decisões de política externa podem afetar a atividade turística; O papel dos diferentes arranjos regionais de integração na promoção do turismo intrarregional, etc.

Por fim, gostaríamos de salientar que existem outras áreas das Relações Internacionais que também convergem com os estudos turísticos. A Paradiplomacia das Cidades, por exemplo, considerada uma abordagem temática de análise em Política Externa, que trata do papel dos atores subnacionais nas relações internacionais, dialoga em diversos temas com o Turismo. Além disso, podemos assinalar os Estudos sobre Fronteiras, regiões onde as atividades turísticas

tendem a possuir diversas particularidades e o próprio Direito Internacional, que regula e analisa as relações entre os Estados, as empresas transnacionais e as organizações supranacionais, dentre elas, a Organização Mundial do Turismo<sup>44</sup>.

## REFERÊNCIAS

AYOUB, M. **The third world securit predicament**: State making, regional conflict, and the international system. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1995.

BALASSA, B. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica, 1973.

BUZAN, B. **People, states & fears**: an agenda for international security studies in the post-Cold War era. London: Lynne Rienner Publishers, 1991.

CHOMSKY, N. **Estados Fracassados**: o abuso de poder e o ataque à democracia. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2009.

HASEN, L; BUZAN, B. **The evolution of international security studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HIRST, M. “Seguridad en América del Sur: Dimensión regional y sus desafíos políticos”. *In*: LAGOS, R. (org.). **América Latina: ¿Integración o fragmentación?** Buenos Aires: Edhasa, 2008.

KLEIN, M. “A formação do paradigma americanista: as relações exteriores do Brasil no pensamento político da primeira república”.

---

<sup>44</sup> Agência especializada, braço das Organizações das Nações Unidas, que busca o estudo, a promoção e o desenvolvimento do Turismo no mundo.

**Contextualizaciones Latino-Americanas**, año 9, n. 16, Enero-Junio, 2017.

PECEQUILO, C. S. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

PIERI, V. S. G.; PANOSSO NETTO, A. **Turismo Internacional: fluxos, destinos e integração regional**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015.

THORSTENSEN, V. *et al.* **Brasil frente a um mundo dividido em blocos**. São Paulo: Editora Nobel, 1994.

## **SOBRE OS AUTORES**

---



## **SOBRE OS AUTORES**

**Alberto Pereira dos Santos** é graduado em Geografia. Mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutor em Geografia/Direitos Humanos. Professor do Departamento de Turismo (DTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: [albert.geo@uol.com.br](mailto:albert.geo@uol.com.br)

**Amanda Danelli Costa** é graduada em História. Mestre e doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). Professora do Departamento de Turismo (DTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: [amandadanelli@hotmail.com](mailto:amandadanelli@hotmail.com)

**Beatriz Fernandes Caldas** é graduada em Letras. Mestre em Linguística e doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora aposentada do Departamento de Turismo (DTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: [bcaldas120@gmail.com](mailto:bcaldas120@gmail.com)

**Clara Carvalho de Lemos** é turismóloga. Mestre e doutora em Ciências da Engenharia Ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC/USP). Professora do Departamento de Turismo (DTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: [clara.lemos@uerj.br](mailto:clara.lemos@uerj.br)



## **SOBRE OS AUTORES**

**Cleber Marques de Castro** é graduado em Geografia, mestre e doutor em Ciências Geográficas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail para contato: [cleber.uerj@gmail.com](mailto:cleber.uerj@gmail.com)

**Gabriel de Sena Jardim** é graduado em Turismo, mestre e doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Professor do Departamento de Turismo (DTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: [gabrielsenajardim@gmail.com](mailto:gabrielsenajardim@gmail.com)

**Leandro Souza Moura** é graduado em Ciências Econômicas. Mestre e doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Professor do Departamento de Turismo (DTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: [lemoura05@yahoo.com.br](mailto:lemoura05@yahoo.com.br)

**Marcela do Nascimento Padilha** é graduada, mestre e doutora em Geografia. Pós-doutora em Turismo pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Turismo (DTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: [marcelapadilha.uerj@gmail.com](mailto:marcelapadilha.uerj@gmail.com)

## **SOBRE OS AUTORES**

**Rafael Ângelo Fortunato** é graduado em Turismo. Mestre em Desenvolvimento Territorial e doutor em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do Departamento de Turismo (DTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: [ppgmafortunato@gmail.com](mailto:ppgmafortunato@gmail.com)

**Ricardo Ferreira Freitas** é graduado em Comunicação Social Mestre em Comunicação e Cultura. Doutor em Sociologia pela Université Paris V (René Descartes). Professor da Faculdade de Comunicação Social (FCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: [rf0360@uerj.br](mailto:rf0360@uerj.br)

**Roberto Vilela Elias** é graduado em Ciências Sociais. Mestre e doutor em Comunicação Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador associado ao Laboratório de Comunicação Cidade e Consumo (LACON-UERJ). E-mail para contato: [roberto.vilela@me.com](mailto:roberto.vilela@me.com)

**Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira** é graduado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Turismo (DTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: [thiago.pereira@uerj.br](mailto:thiago.pereira@uerj.br)

## **SOBRE OS AUTORES**

**Vitor Stuart Gabriel de Pieri** é graduado em Geografia e em Lazer e Turismo. Doutor em Geografia. Livre-Docente em Aspectos Geográficos aplicados ao Turismo Professor do Departamento de Turismo (DTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: [vitorpieri@gmail.com](mailto:vitorpieri@gmail.com)

# NORMAS DE PUBLICAÇÃO

---





## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

As editoras IOLE e EDTur recebem propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores / organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: <http://ioles.com.br/editora>



## CONTATO

### EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ <http://ioles.com.br/editora>

### EDTur

Rua São Francisco Xavier, 524.

4º Andar. Sala 4023. Bloco B. Maracanã

Rio de Janeiro, RJ - Brasil

CEP: 20550-900

@ <http://www.dtur.uerj.br>



